

RC

Revista de Cultura
Review of Culture



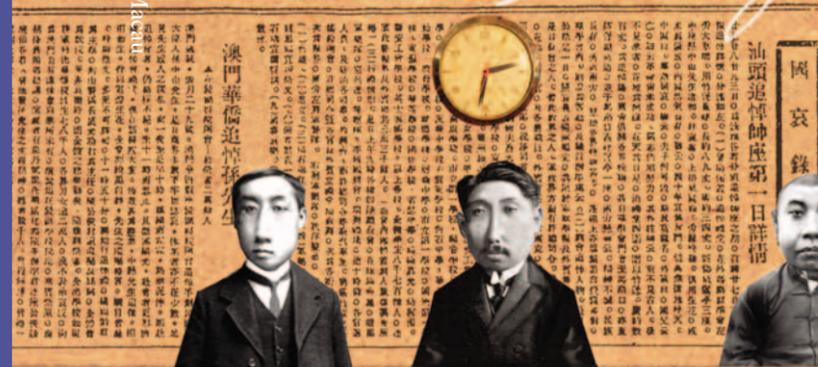
ISSN 1682-1106



9 771682 110004

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau

十月三年丑乙 報日國民州廣 日二月四年四十國民華中大



PORTUGAL E CHINA:
DUAS REVOLUÇÕES,
DOIS CENTENÁRIOS

PORTUGAL AND CHINA:
TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES



EDITOR
Publisher
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO
Editorial Board
Ung Vai Meng, Chan Chak Seng,
Marie MacLeod, Luís Ferreira,
Wong Io Fong e Paulo Coutinho
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR
Co-ordinator
Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

EDITOR EXECUTIVO
Executive Editor
Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO
Graphic Director
Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA
Graphic Design
Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES
Color Separation
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO
Printing
Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM
Print Run
1100

REDACÇÃO E SECRETARIADO
Publisher's Office
INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP - Sector de Edições Periódicas
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996381
Fax: (853) 28366806
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a

Revista de Cultura

Subscribe to

Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A Revista de Cultura é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996381

Fax: 853-28366806

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 36, IIIª Série, 4.º Trimestre 2010

RC, no. 36, IIIrd Series, 4th Quarter 2010

TEXTO

Texts

Alfredo Dias
André Murteira
Arnaldo Gonçalves
Fernando Mendonça Fava
Nuno Luís Vila-Santa
Paul B. Spooner
Vincent Ho
Vitor Luís Gaspar Rodrigues

TRADUÇÃO

Translation

PHILOS - Comunicação Global, Lda.
(Português-Inglês e Inglês-Português)

REVISÃO

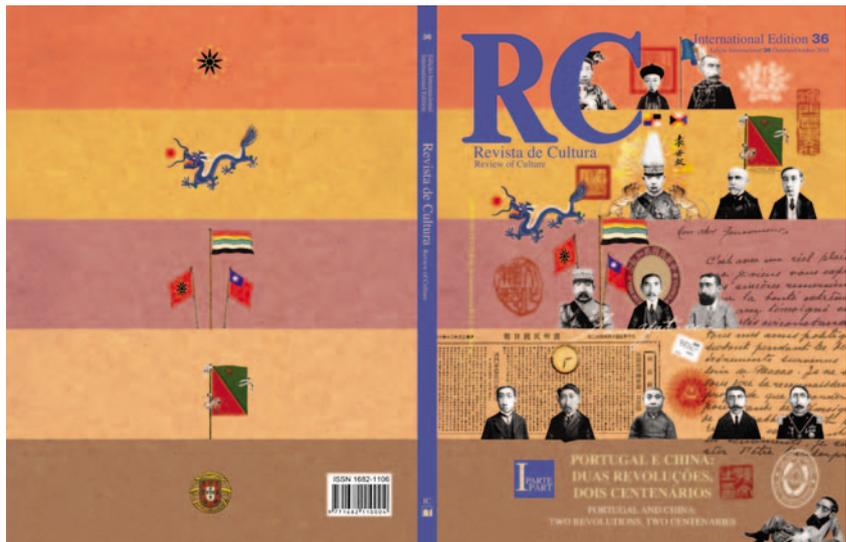
Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),
Luís Ferreira (Português),
Jennifer Ann Day (Inglês)

AGRADECIMENTOS

Acknowledgements

The Commercial Press, Hong Kong



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Os processos político e social que levaram ao estabelecimento dos regimes republicanos em Portugal (1910) e China (1911) foram praticamente coincidentes no tempo e apresentam outras similaridades, históricas e conjunturais, quando analisados numa perspectiva comparativa e paralela. Neste sentido, surgiu o projecto editorial que resultou neste primeiro de dois números praticamente dedicados ao tema, assinalando os centenários das repúblicas Portuguesa e Chinesa. Mais do que semelhanças, foi a comprovada interação, em Macao, entre figuras de proa dos movimentos revolucionários republicanos chinês e português que tinham por objectivo o derrube do *ancien régime*, monárquico e imperial, e a implantação de um novo tipo de estado e de governo inspirado em novas correntes políticas progressistas. Mais do que objectivos comuns, há teorias que defendem a possibilidade de ter havido uma concertação de esforços à escala global, passando também por Macao, que envolvia Sun Yat Sen e os revolucionários portugueses, como o governador Carlos da Maia, e elementos de partidos republicanos do Ocidente.

Neste número, apresentamos a 'fechar' uma secção historiográfica sobre o Estado Português da Índia, por ocasião do quinto centenário da conquista de Goa em 1510.

OUR COVER

This is the first of two issues focussing on the centenaries of the Portuguese and Chinese Republics in 1910 and 1911 respectively. The political processes behind the establishment of Republican regimes in both Portugal and China took place over a very similar period of time. When these events are examined and compared, other historical and contextual similarities between both Republican movements, aimed at overthrowing the old imperial and monarchic regimes and establishing a new kind of state and government based on progressive political trends, can also be seen. More significant, however, than these similarities is how prominent figures can be seen to have interacted in Macao. Beyond their shared goals, some theories point to the possibility that there was a concerted global effort which included Macao, and involved Sun Yat Sen and Portuguese revolutionaries such as Governor Carlos da Maia as well as members of Republican parties in the West.

This issue closes with a section looking at Portugal's *Estado da Índia* to mark the fifth centenary of the conquest of Goa in 1510.

SUMÁRIO

Index



PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I * PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

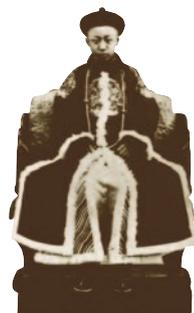
- 6 PORTUGAL, CHINA, MACAO AND THE BEGINNING OF REPUBLICANS REGIMES (1908-1927)
葡萄牙、中国、澳门以及共和制伊始 (1905-1928)
Alfredo Gomes Dias and Vincent Ho
- 18 REPUBLICAN REVOLUTIONARIES: SUN YAT SEN, CARLOS DA MAIA AND THE MACAO HARBOUR PROJECT
民主主义革命家：孙中山、嘉路米耶与澳门港口计划
Paul B. Spooner
- 38 JOSÉ CARLOS DA MAIA. APONTAMENTO BREVE
若塞·卡洛斯·马雅 - 简短记录
Fernando Mendonça Fava
- 55 A PRIMEIRA REPÚBLICA, MACAU E OS MAÇONS
第一共和国、澳门及共济会成员
Araldo Gonçalves
- 65 PORTUGAL E A CHINA: OS ANOS DA REPÚBLICA (1908-1928) / PORTUGAL AND CHINA: THE YEARS
OF THE REPUBLIC (1908-1928)
葡萄牙与中国在共和年代 (1908-1928)
Alfredo Gomes Dias

HISTORIOGRAFIA / HISTORIOGRAPHY

- 88 REVISITANDO O ESTADO DA ÍNDIA NOS ANOS DE 1571 A 1577
从1571年到1577年多次访问印度
Nuno Luís Vila-Santa
- 113 PORTUGUESE DAMAN UNDER PRESSURE: THE MUGHAL THREAT (1572-1605)
葡萄牙达曼受压：莫卧儿的威胁 (1572-1605)
Vitor Luís Gaspar Rodrigues
- 124 OS PRIMEIROS BLOQUEIOS NEERLANDESES DE GOA. EXPEDIÇÕES DA VOC
CONTRA A CARREIRA DA ÍNDIA NO ÍNDICO OCIDENTAL, 1604-1623
荷兰人对果阿的第一次封锁：1604-1623年荷兰东印度公司向印度西部通道的远征
André Murteira

145 RESUMOS

147 ABSTRACTS



Portugal, China, Macao and the Beginning of Republican Regimes (1908-1927)

ALFREDO GOMES DIAS* AND VINCENT HO**

INTRODUCTION

From 1908 to 1927, Portugal and China experienced, simultaneously, their first periods of republican regimes. Notwithstanding this assertion, we recognise that we are faced with two very distinct historical and geographical realities. These specifics do not diminish under analysis even when we highlight similar events which occurred at the same time in China and Portugal during that period. Portugal is situated in the far west of Europe, and China in the far east of Asia. Portugal was a small territory, although with the advantage of with overseas outposts, and China was an immense territory characterised by internal social and cultural diversity; Portugal was a country with centuries of history built in Jewish and Christian Europe, and China's history reached back for millenia.¹

It is clear that, between 1908 and 1927, the two nations lived a different historical process, but with simultaneous phenomena: during a period of

twenty years, they lived through common phases that reveal two parallel paths with different historical personalities, various circumstances and very distinct points of arrival.

There is an essential link between the first Republic of China and the first Republic of Portugal: Macao. On the one hand, the political influence of Portugal is visible in the government of Macao during the first years of the Portuguese republican regime. On the other hand, the geographical proximity and the social and economic networks facilitated the arrival of many from the Chinese republic.

BUILDING THE REPUBLICAN REGIME²

Between 1908 and 1913, we find the first phase of this construction period of republican regimes in Portugal and China.

Lisbon and China, 1908. On 8 February the regicide announced the end of the monarchy in Portugal and the birth of the Republic followed on 5 October 1910. The Portuguese Republican Party and Freemasonry were the protagonists of this change and also the political instability that had developed in the early years of the Portuguese Republic. The seizure of the political power by the republicans revealed different factions that existed within the Portuguese republican movement, which remained united in the fight against the monarchy. Between 1908 and 1913, Portugal built the republican regime, ending the Bragança Dynasty that had ruled the country for 270 years.

* History degree. Lecturer at Lisbon's Escola Superior de Educação and researcher in the Centro de Estudos Geográficos, currently preparing his Ph.D. in Human Geography.

Docente da Escola Superior de Educação (Lisboa) e investigador do Centro de Estudos Geográficos, prepara actualmente o seu doutoramento em Geografia Humana.

** Ph.D. in History from The Chinese University of Hong Kong; Assistant Professor of the Department of History, University of Macau. His research focuses on Macao and Hong Kong - Macao relations.

Doutorado em História pela Chinese University of Hong Kong. Professor Assistente no Departamento de História da Universidade de Macau. A sua investigação centra-se em Macau e nas relações entre Macau e Hong Kong.

In China, this period began with the death of the Empress Dowager Cixi 慈禧太后 on 15 November 1908. The domestic political instability that resulted was accompanied by nationalist demonstrations against foreign pressures that continued to fall on the Empire. In Chengdu, the months of May and June 1911 were marked by incidents which gave rise to a republican and nationalist movement that overthrew the Qing dynasty, but also caused the division between the Central Government and the different military powers who had settled in some provinces. To preserve the unity of the republican and the anti-imperialist movement, Dr. Sun Yat Sen (孙逸仙, who was commonly known as Sun Zhongshan 孙中山 in the Chinese world) offered to Yuan Shikai 袁世凯 the post of President of the Republic. On 1 January 1912 the Republic of China was proclaimed and on 12 February the last emperor, Pu Yi 溥仪, abdicated the throne, thus ending the imperial Qing dynasty after 268 years of rule.

In the summer of 1914, Europe was at war. The beginning of World War I is also the beginning of the second stage of the republican regimes in China and in Portugal. This phase extends until 1919, when the Conference of Paris drew up the new map of the world. Between 1914 and 1919, Portugal lived with the desire of the new republican regime to enter in World War I and, from 1916, its participation in two scenarios of war: Africa and Flanders. The great motivations of Portugal to enter the war were the need to protect their African territories, to see the new republican regime recognised by other European

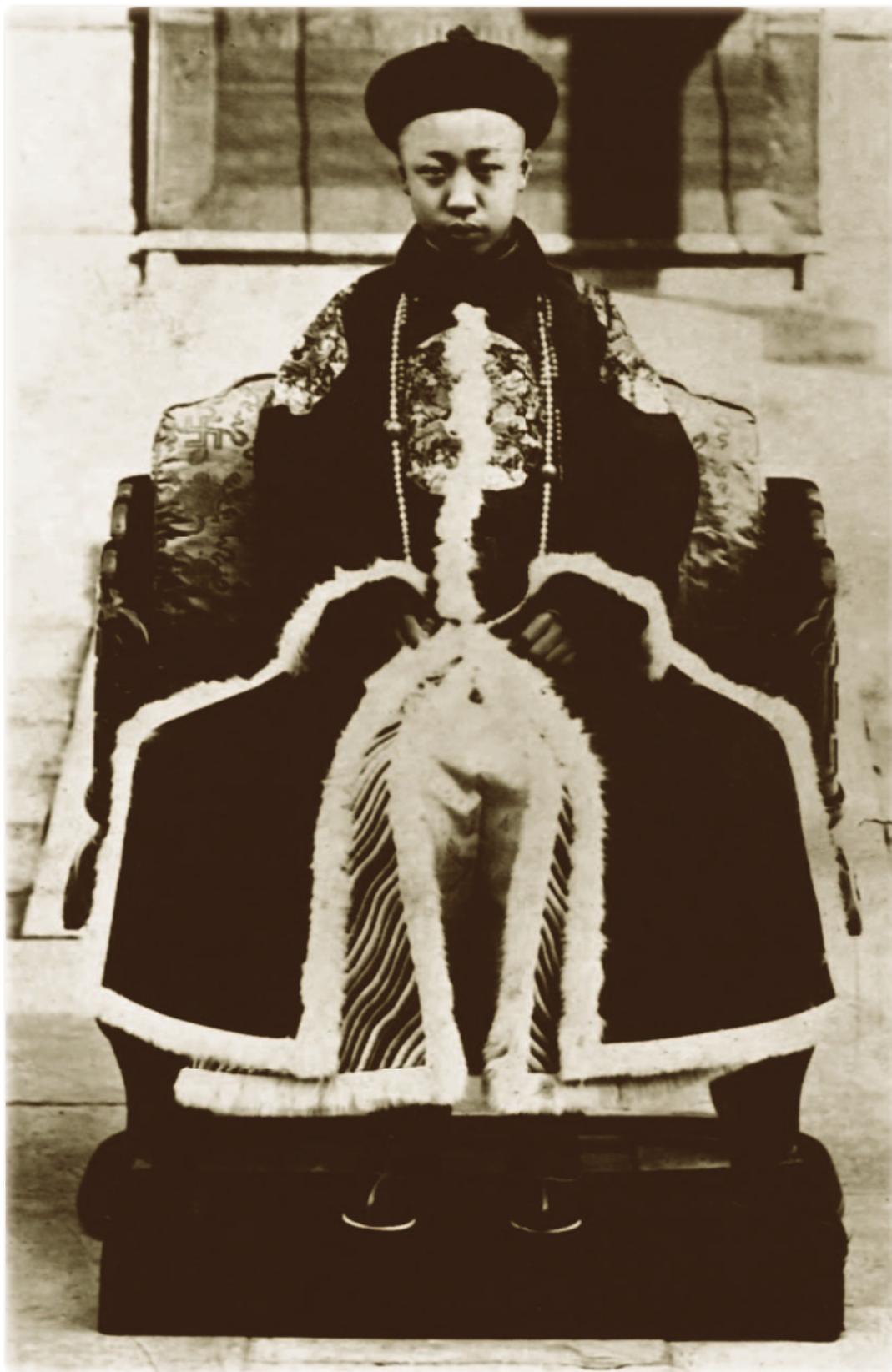


The Empress Dowager Cixi.

countries and to affirm the political autonomy of Portugal on the European continent. Ultimately, Portugal wished to secure a place in the peace conference in Paris in 1919, and to be able to have a voice, albeit secondary, in the negotiating process that enabled the consolidation of world peace. The Portuguese entry into World War I, after Germany's declaration of war on 9 March 1916, contributed to the increase of objection to the new regime, leading to the isolation of republican leaders and an attempt at new authoritarian political solutions, with the assassination of President Sidónio Pais in 1918.

In China, Yuan Shikai abandoned the imperial side to engage in the republican movement and, after taking the post of President of the Republic that Dr. Sun Yat Sen offered, soon acquired the desire to restore the imperial monarchy, announcing it on 1 January 1916. Six months later, these imperial dreams died with him. Concerning World War I, the Republic of China also announced its neutrality, but this option was not sufficient to dispel the Japanese expansionism of Manchuria, Mongolia and Shandong, and avoid the 'Twenty-one Demands'. In February 1917 it was the turn of China to enter the war, in line with the USA position, but this effort was not enough to avoid the betrayal of Shandong; this German protectorate passed into the hands of Japan with the support of the great powers. The issue of Shandong was at the origin of the 'May 4th Movement' in 1919; the students' unrest in Beijing quickly became an important social and anti-imperialist movement.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I



Pu Yi, the last Chinese Emperor.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

The third phase (1920-1927) corresponds to an intensification of the internal contradictions that never left the new republican regimes in Portugal and in China. In both countries, these eight years were marked by political and military instability, and by strong social movements. In Portugal there was the ‘Revolt of Monsanto’ and the ‘Kingdom of the North’ at the beginning of the year 1919. These attempts at restoration of the monarchy announced new political and military movement that has undermined the young Portuguese republican regime. China saw its political fragmentation and military confrontation of warlords, like Zhang Zuolin 张作霖, Duan Qirui 段祺瑞 and Xu Shuzheng 徐树铮.

In 1921 the Portuguese Communist Party (PCP) and the Chinese Communist Party (CCP), inspired by the International Communist movement, gained new impetus with the Bolshevik revolution of 1917. Internally, each of the countries offered fertile ground with social movements created by the economic crisis and difficult living conditions caused by World War I.

This phase ends, in Portugal, with the Revolution of 28 May 1926 that imposed a military dictatorship led by Mendes Cabeçadas, Óscar Carmona and Gomes da Costa. In China, its ending is the affirmation of the power of the Kuomintang in the hands of Chiang Kai-shek (Jiang Jieshi 蒋介石), after having repressed the revolutionary movement from 1925-1927 in Shanghai, Guangzhou and Hong Kong.

A CHANGING WORLD

Two factors have marked the beginning of the 20th century, and in particular, the first period of republican regimes in Portugal and China: World War I (1914-1918) and the Bolshevik Revolution (1917).

The war of 1914-1918 had its main stage in Western Europe but directly and indirectly drew all continents into the conflict: the most important European Powers (Great Britain, France and Germany), the emerging Powers (USA and Japan), and peripheral countries including Portugal and China. Great Britain, France, USA, Japan and also Italy were part of the Board of the Conference of Paris.



Eduardo Marques, the last monarchic Governor of Macao.

For the young Portuguese Republic, the participation in World War I, despite the opposition of some political and military sectors in Great Britain, had important results for the consolidation of the new regime. Portugal was accepted as a belligerent power and after the peace treaty was signed it received some compensation, ensuring the integrity of its overseas empire, in an era that saw the German, Austro-Hungarian, Ottoman and Russian Empire disappear. But there were other consequences for Portugal, in particular with regard to its international prestige due to difficulties experienced in maintaining a coherent military leadership because of internal political instability, especially during the governance of Sidónio Pais (1918).

For China, World War I had two fundamental results: China failed to prevent the Japanese imperialist expansion, such as the occupation of the German possession of Shandong, despite its involvement in the conflict. On the other hand, the imperial Japanese aggression provoked strong social movements, just like the ‘May 4th Movement’, which joined nationalist and

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

revolutionary forces who contributed to the emergence and consolidation of Chinese Communist movement.

In 1921, in Portugal and China, the birth of the Communist parties was a consequence of the reorganisation of the International Communist movement after the Bolshevik revolution, through the creation of the Third International in 1920. Thus, the PCP and the CCP were organised as political forces to where the social discontent converged, provoked by the wartime, by political and military instability, and by the economic and financial crisis which lasted throughout the 1920s.

The revolution of 1917 in Tsarist Russia made an important contribution to the expansion of the International Communist movement, but it was in China that it offered important support, tapped by Dr. Sun Yat Sen, to bring forth their strategy for unification of internal forces against the Japanese occupation.

Álvaro de Melo Machado, the first republican to be nominated Governor of Macao.



SUN YAT SEN IN MACAO

Republican regimes in China and Portugal have had impact on the society of Macao. At first hand, the revolutionary movements that have shocked China were visible in the territory through the presence of Republican leaders, like Sun Yat Sen, and with the social unrest like the events of May 1922.

Dr. Sun Yat Sen, the founder of the first revolutionary party, the Revive China Society (Xingzhong Hui 兴中会) in 24 November 1894 in Honolulu, Hawaii, played a crucial role to start the revolutionary movement in Macao. He combined the Revive China Society with several other Chinese Revolutionary parties of China and formed a new Chinese revolutionary alliance called United Allegiance Society (Tong Meng Hui 同盟会) in 1905.

In the philosophy of Dr. Sun's revolutionary ideology, a concept called 'nationalist revolution' was advocated after 1906 following the discussion of revolutionary leaders like Sun Yat Sen, Huang Xing 黄兴 and Zhang Taiyan 章太炎. In an important historical document called *Tong Meng Hui Geming Fanglue: Jun Zhengfu Xuanyan* 同盟会革命方略·军政府宣言 (Revolutionary Tactics of Chinese United League: Inaugural Manifesto of the Military Government) (winter of 1906), they advocated that:

We today are different from people of former generations. Besides driving out the barbarians and the restoration of China, it is also necessary to change the form of the state and the people's livelihood. And though there are many complicated ways and means to achieve these goals, the spirit that runs through them all is freedom, equality, and fraternity. Therefore there were heroes' revolutions in former days, but today we have a nationalist revolution. Nationalist revolution means that all people in the nation will bear the responsibility. The Military Government is just their agent. From now on the people's responsibility will be the responsibility of the Military Government, and the achievements of the Military Government will be those of the people. With a cooperative effort, the Military Government and the people will perform their duty. Therefore, we proclaim to the world in all sincerity the outline of the

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I



The Four Desperados and Guan Jinliang 关景良 (standing). Seated from left to right: Yuan Heling 杨鹤龄, Sun Yat Sen, Chen Shaobai 陈少白 and You Lie 尤列.

present revolution and the fundamental plan for the future administration of the nation.³

Since then, the term ‘nationalist revolution’ has become the most popular term in the revolutionary documents. As Dr. Sun was born in Cuiheng village, which was just 26km north from Macao, he began to establish the Branch of United Allegiance Society in Macao, which started the organised revolutionary movements there.

On 20 August 1905, the United Allegiance Society was established in Tokyo with more than 800 Chinese students as well as other leaders of

revolutionary parts from mainland China. Dr. Sun Yat Sen decided to expand the revolutionary organisation to South China by creating a branch there.

As Dr. Sun worked as a medical doctor in Macao from autumn of 1892 to spring of 1893, he thought it was a suitable place to be included even though he did not plan any revolutionary organisation during that period of time. Dr. Sun appointed Feng Ziyou 冯自由 and Li Zichong 李自重 as the men in charge of recruiting new members and took Hong Kong as a base for the organisation of revolutionary activities for the three cities in the Pearl River Delta. The certificate of

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

appointment of them was kept secure in the historical archives in the Chinese Nationalist Party (Zhongguo Guomindang 中国国民党) in Taipei which proved Dr. Sun regarded this region of ‘Hong Kong, Guangzhou, Macao and so on’ an important one as it was issued just 18 days after the meeting in Tokyo.⁴

The details of the Macao branch could be traced back from the book written by Feng Ziyou called *Geming Yishi* 革命逸史 (Revolutionary Stories). In 1906, Feng Ziyou sent Ruan Yizhou 阮亦周, Liu Sifu 刘思复 and Liu Yuehang 刘樾航 to Macao to establish a reading room for the Chinese revolutionaries which would be open to the public for propaganda. It was called *Lequn Shu shi* 乐群书室, literally the ‘Harmonious Group Reading Room’ or a ‘reading room for the ones who like group work’, which clearly stated that it was an organisation for recruiting new members. The biographical detail of Ruan Yizhou 阮亦周 was not clear since his name appeared only once in histories of Chinese revolutions. Both Liu Sifu and Liu Yuehang were classmates in Toyko. Liu Sifu was the most well-known as he originally came from Shiqi in Xiangshan and was an expert on making explosives.

These three revolutionaries chose 21 Rua de Vo Long, located in the district of São Lázaro, better known as the Dutch Garden (Helanyuan 荷兰园), because it was located just outside the former boundary of the Christian city of Macao with a residential area of Chinese wealthy people. However, it seems to have failed to recruit new members as Feng Ziyou closed that reading room as ‘we got only a few original members there so we had no choice but to close it down after a few months’.⁶

‘Harmonious Group Reading Room’ symbolised Macao’s first step on the path to revolution. The reason why the Harmonious Group Reading Room was declared as a failure might probably have been due to the smell of dangerous chemicals for making explosives, or the literacy rate of the common people in Macao might not have been as high as the returning Chinese students expected. Feng Ziyou blamed them saying ‘the cultural standard of the Overseas Chinese there [in Macao] was low’.⁷

The revolutionaries adopted a new strategy of organising a traditional Chinese drama association called the ‘Association of the Best Heaven’ (Yuotian She 优天社). Of course, none of the actors of this

troupe were professional. It was organised by a group of Chinese journalists, namely Huang Luyi 黄鲁逸, Huang Xuanzhou 黄轩胄, Ou Boming 欧博明, Lu Saohun 卢骚魂, Huang Shizhong 黄世仲, Li Mengzhe 李孟哲, and Lu Bolang 卢博郎. They tried to take the opportunity to spread the ideas of revolution to the masses through their performances. However, as all of them were fully occupied with the work in Hong Kong, the troupe was dissolved a few months later.⁹ Under the leadership of Huang Luyi again, the ‘Association of the Best Heaven’ was reorganised into the ‘Troupes of the Shadow of Best Heaven’ (Youtian Yingjutuan 优天影剧团) in 1909, which indicated the relation of this troupe to the previous association.

The revolutionaries also made use of the chance to advocate revolutionary ideas on ferries *Li An* 里安, *Rui Tai* 瑞泰 and *Quanzhou* 泉州 between Hong Kong and Macao as the ferry itself was not a territory owned by neither the Portuguese government in Macao, the Qing government of China nor the British government in Hong Kong. It took almost ‘half day’ to travel from one city to the other, so it was common for the hawkers to sell snacks or medicine on the ferry. Liu Zhuofan 刘卓凡, a salesman of pharmaceuticals, actively took part in such propaganda work with the excuse of selling medicine to the passengers from 1909 to 1911.

The content of his propaganda included the necessity to carry out revolution against the Manchu rule, the defects of the loyalists, the equality of men and women, and the freedom of choosing partners for marriage and anti-superstition. The Qing government was alarmed by such activities but as they had no right to stop Liu Zhuofan, the Qing government sponsored some other medicine hawkers to talk about the necessities of loyalty to the emperor. Such progressive ideas on both political and social revolution attracted Chen Fenghai 陈峰海, Li Xinghun 李醒魂, Ou Daqiu 区大球, and Wang Qisheng 王岐生 to join United Allegiance Society; they even visited the primary school in Macao run by revolutionaries every Saturday.⁹

Note from the Chinese Legation in Lisbon informing the Ministry of Foreign Affairs of the proclamation of the Republic of China

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

23
12

Legation de Chine
Lisbonne.

Lisbonne, le 15 février 1912.

Monsieur le Ministre,

J'ai l'honneur de porter à la connaissance de votre Ex^{te} que, d'après les instructions télégraphiques qui viennent d'être reçues du Ministère des Affaires Étrangères à Pékin, sont les suivantes:

Un édit publié par l'Impératrice Souveraine à ce jour. Le Ministère des Affaires Étrangères a prié les représentants à Pékin d'en communiquer auprès de leurs Gouvernements.

Le Président Monsieur Yuan. Sh. Kai a pleins pouvoirs pour former un Gouvernement Republicain provisoire et a fait paraître un édit annonçant que l'Empereur de la Dynastie Ta. Tsing a déjà abdiqué. La nation est proclamée être sous le régime Republicain, elle doit de nommer (Chung. Houa. Min. Hou) République chinoise. Pour le moment on est occupé à constituer un Gouvernement provisoire. Tous les représentants auprès des différentes puissances resteront maintenus dans leurs mêmes attributions.

Je profite de l'occasion pour présenter à Son Ex^{te} les assurances de ma très haute considération.

Le Chargé d'Affaires de Chine.

[Signature]

À Son Excellence
Monsieur Augusto de Vasconcellos
Ministre des Affaires Étrangères
Lisbonne.

R 21-2-12

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

FROM MACAO TO GUANGZHOU:
THE UPRISING OF XIANGSHAN

In 1908, one of the former returning students from Japan, Pan Caihua 潘才华, established Cultivating Fundamental Two-Level Primary School (Peiji Liangdeng Xiaoxue 培基两等小学) at 4 Rua Inácio Baptista.¹⁰ It was a school with more than 100 students which provided elementary education and promoted revolutionary ideas at the same time.¹¹ Zhao Liancheng 赵连城, the first female member of United Allegiance Society in Macao, was one of the students of this school. The extra-curricular activities were particularly important to the students and teachers. The teachers encouraged some of the students, Feng Qiuxue 冯秋雪, Gu Guifang 古桂芳, Feng Yinxue 冯印雪, and Zhou Shuxun 周树勋, to organise a student association called 'Anti-Idol Association' (Fei Ou Hui 非儒会). This was a student organisation with 19 students who started a debate with some loyalist supporters students like Wen Ruichang 文瑞昌, Ou Shaofeng 区韶凤 and Li Yanxi 黎延禧 on the issue of whether Confucianism was worth preserving or not. In fact, the revolutionaries trained up the students so that finally they 'even discussed revolution openly'.¹² There were at least eight girls, Liang Xuejun 梁雪君, Chen Xiashang 陈霞裳, Chen Yongshang 陈咏裳, Li Botao 李伯陶, Chen Xiuji 陈秀姬, He Yuqing 何玉卿, He Miaoxian 何妙仙, and Zhou Bihua 周璧华 who joined the Macao branch of the United Allegiance Society. The revolutionaries asked them to approach 'wealthy families and to raise funds from married women and their daughters', accompanied by Zhao Liancheng.¹³

After the establishment of the primary school, the revolutionaries had a stable base for coming to Macao and planning some other kind of military-oriented revolutionary movement like armed uprising, rather than educating the masses or propaganda. After the armed uprising of Wuchang on 10 October 1911, the revolutionaries realised that that was the best time to fight against the rule of Manchu in South China. The military operation from 2 to 9 November, the attack of Shiqi, the county town of Xiangshan (Fragrant Mountain), was organised by the General Headquarters (Zhongjiguan 总机关) at 41 Praya Grande, with Liu Junfu 刘君复 of the United Allegiance society in Macao in charge.¹⁴

The revolutionaries used Macao as a base to contact the New Army (Xinjun 新军), groups of newly-trained soldiers, students returning from Japan with modern Western arms, established since 1903 in Qianshan.¹⁵

There were three main aspects to the duties and responsibilities of 'General Headquarters'. The first was to provide the financial support of the Xiangshan uprising, led by Lin Jinhun 林警魂, who came from Xiangshan and had 'an excellent personal network with merchants in Hong Kong, Macao, Chinese overseas and revolutionaries in other provinces'.¹⁶ According to Zheng Bian 郑彼岸, one of the field commanders of this uprising, another important role of Macao in this military operation was 'all the weapons of this uprising were imported from Macao and Hong Kong to Shiqi'.¹⁷ The third one was providing leadership and support to back up the revolutionaries.

The actual process was quite smooth as Chen Yongan 陈永安, one of the sons of wealthy Chinese merchant Chen Fang 陈芳 of Macao, was willing to lend his ancestral house near the town government office to the revolutionaries as a temporary store of weapons. Some of the revolutionaries like Mo Jipeng 莫纪彭, He Zhen 何振, Chen Zhehai 陈哲海, Zhang Zhilin 张志林 with some female revolutionaries like Zheng Miaoqing 郑妙卿, and Huang Furong 黄芙蓉 and others, got into the fort of Qianshan secretly.¹⁸ Just after twilight on 5 November, according to Chen Pengchao 陈鹏超, who participated in the revolt of New Army at Qianshan, the revolutionaries just took away the flag of Manchu and replaced it with the flag of the Han.¹⁹

As it was urgent to start another uprising to attack the county town of Shiqi, Liu Junfu went there from the Macao 'general headquarters' the next day. He persuaded the local militia and bandits of the rural area nearby to support the anti-Qing campaign by attacking the west side of the town office. Ma Dexin 马德新, the magistrate of Shiqi, fled because he knew that they were isolated as he could not get reinforcement from the New Army to suppress the uprising. Shiqi was controlled by the revolutionaries of Macao branch.

Zheng Bian reorganised all these armed forces into a new force called the 'Army from Fragrant Mountain' that joined the campaign to besiege Guangzhou by occupied Xiguan 'under the command of Zheng Bian, Liu Junfu and the others', which reflected the

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

leadership of Macao in this campaign.²⁰ Both the colonial governments of Macao and Hong Kong were alarmed by the revolutionary movements, worried they would cause instability in these two enclaves. In fact the revolutionaries at that time were only against the Manchu Imperial court in mainland China.

THE LEGACY OF REVOLUTION: 1922 AND 1926 ANTI-PORTUGUESE UPRISINGS IN MACAO

Subsequent to the formal establishment of the Republic of China in 1912, a significant number of members of the Chinese Revolutionary Party (Zhonghua Gemingdang 中华革命党) fled to Macao to pursue the anti-Yuan Shikai movement. With the major revolutionaries being closely watched over and suppressed by the Macao Portuguese government as well as the warlord administration in Guangdong, most of the military uprisings planned in Macao eventually ended in failure.

In 1923, the first leader of the Chinese Communist Party, Chen Duxiu 陈独秀, elaborated that ‘The Chinese who were now living in a semi-colonised world struggling with the fate of full colonisation’ should ‘now concentrate their power to participate in the “nationalist revolution”’ in his article entitled ‘the Chinese revolution and social classes’ that emphasised the anti-imperialist nature of the movement.²¹ That is why many historians use the term ‘nationalist revolution’ to refer to the era from the establishment of the United Allegiance Society established in 1905 to the eve of the Northern Expedition from China in 1926.

In the 1920s, led by Sun Yat Sen, the military government of Guangzhou provided armed support to the Chinese labourers in Macao and sent battleships to garrison duty in the inner harbour in preparation to reclaim the territory in 1922. Such effort, however, halted when the Presidential Palace was bombarded by an army headed by Chen Jiongming 陈炯明.

When the First United Front of the Chinese Nationalist Party and the Communist Party of China (Diyiciguo Gong Hezuo 第一次国共合作) was formed, members of both parties arrived at Macao to support the Guangzhou-Hong Kong General Strike during 1925 to 1926, as well as to plan for a strike in Macao. However, due to the struggle between the

Chinese Nationalist and the Chinese Communist Party (Zhongguo Gongchandang 中国共产党) and the subsequent Northern Expedition, Macao’s role in the ‘Nationalist revolution’ diminished and finally came to an end in 1926.²²

CONCLUSION

The establishment of republican regimes in China and Portugal occurred at the same time. In addition to the historic-geographic differences that separate the two countries, it is important to emphasise the simultaneous operation of political and social movements that, from the fall of monarchies and imperial regimes, led to the establishment of the Republics and the beginning of their consolidation in each of those national spaces. After providing the distinctions of temporal and spatial framework that shook both countries, we tried to unravel the links that give a more comprehensive understanding. These can be found when we explain the changes of regime which occurred in Portugal and China, in broader historical processes that, in this case, led to World War I and the revolution of 1917.

However, Portugal and China maintained another link that until then had lasted for almost four centuries. It is therefore important to make the analysis of the repercussions in Macao of the political and social movements that supported the Republican regimes.

The early Chinese revolutionary’s movements made use of the cultural institutions like reading rooms and schools in Macao as their shelter for the promotion of the anti-Qing government ideology to the common people. To a degree they influenced some of the youngsters in the Chinese community, especially primary school students and some Chinese young ladies. Of course, they did not provide a major military force to overthrow the Manchu rule in Guangdong, but they did donate money to the revolutionaries. The actual amount of such financial support from Chinese people in Macao to the revolutionaries was never clearly indicated in any documents, but it could have been enough to support the preparation of lobbying and smuggling of armies to Xiangshan to revolt against the Qing government in Shiqi. As most of the Chinese people in Macao originated from Guangdong, especially from Xiangshan, it was a great merit to choose Macao as a base to carry out revolution in China. As a

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

port city of China, Macao was also an ideal place for the anti-Qing revolution which was located at the edge of South China with a more liberal colonial government than the one in Hong Kong.

Of course, after the 1911 revolution, the Portuguese colonial government was alerted by the unstable political situation in South China. After Dr. Sun Yat Sen established a revolutionary Government in Guangzhou, they planned two abortive revolts in 1922 and 1925-1926 to try to take over Macao. Both of those

were suppressed by the Macao colonial government. As all the above-mentioned revolutionaries belonged to the United Allegiance Society (later renamed the Chinese Nationalist Party, Guomindang 国民党, Kuomintang, or KMT in abbreviation), the disturbances in the first half of the 1920s could be regarded as the legacy of that revolutionary movement. Once the Chinese nationalist party realised they were not able to 'restore' Macao, they carried out the Northern Expedition in 1926 which ended the era of nationalist revolution in Macao. **RC**

NOTES

- 1 The first one who pointed out the similarities of the Portuguese and Chinese Revolution is in my article: Alfredo Gomes Dias, 'Macao Entre Repúblicas', *Macao*, no. 8, Outubro, 2001, pp. 74-84.
- 2 Tse-Tsung Chow, *The May 4th Movement. Intellectual Revolution In Modern China* (London: Harvard University Press, 1960); Jonathan Fenby, *History of Modern China. The Fall and Rise of a Great Power (1850-2008)* (London: Penguin, 2008); Marc Ferro, *História da I Guerra Mundial* (Lisbon: Ed. 70, 1992); Immanuel Hsü, *The Rise of Modern China* (Oxford: Oxford University Press, 1995); John Keay, *China. A History* (London: Harper Press, 2008); José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6 (Lisbon: Círculo de Leitores, 1994); A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 3 (Lisbon: Presença, 1998); Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*, (Lisbon: Esfera dos Livros, 2009); António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3 (Lisbon: Alfa, 1990); Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa* (Lisbon: Tinta-da-China), 2009.
- 3 '我等今日与前代殊，于驱除鞑虏、恢复中华之外，国体民生尚当与民变革，虽经纬万端，要其一贯之精神则为自由、平等、博爱。故前代为英雄革命，今日为国民革命。所谓国民革命者，一国之人皆有自由、平等、博爱之精神，即皆负革命之责任，军政府特为其枢机而已。自今已往，国民之责任即军政府之责任，军政府之功即国民之功，军政府与国民同心戮力，以尽责任。用特披露腹心，以今日革命之经纶暨将来治国之大本，布告天下'。Sun Zhongshan 孙中山, 'Tong Menghui Geming Fanglue: Jun Zhengfu Xuanyan' 同盟会革命方略·军政府宣言 (The Strategy of the Revolution of United Allegiance Society: Declaration of the Military Government). In *Sun Zhongshan Qiangji* 孙中山全集 (The Complete Works of Sun Yat Sen), edited by Guangdongsheng Shehui Kexue Yuan Lishi Yanjiushi 广东省社会科学院历史研究室 (Division of Historical Study of the Academy of Social Sciences of Guangdong Province); Zhongguo Shehui Kexue Yuan Jindaishi Yuanjiu Shuo Zhonghua Minguo Shiyanjishi 中国社会科学院近代史研究所中华民国史研究室 (Division of Republican History of Institution of Modern History of Chinese Academy of Social Sciences), and Zhongshan Daxue Lishixi Sun Zhongshan Yanjiushi 中山大学历史系孙中山研究室 (Division of Sun Yat Sen Studies of History Department of the Sun Yat Sen University). Beijing: Zhonghua Publishing, 1985, vol. 1, p. 297.
- 4 '香港、粤城、澳门等地'。Feng Ziyou 冯自由, *Zhongguo Geming Yundong Ershiliu Nian Zuzhishi* 中国革命运动二十六年组织史 (A History of the Chinese Revolutionary Organisations for the Past 26 Years). Shanghai: Shanghai Bookstore, 1990; Chen Xiqi 陈锡祺 (consultant); Alice Ngai-ha Ng Lun 吴伦霓霞, ed., *Sun Zhongshan Zai Gangao Yu Haiwai Huodong Shiji* 孙中山在港澳与海外活动史迹 (Historical Traces of Sun Yat Sen's Activities in Hong Kong, Macao, and Overseas). Guangzhou: Division of Sun Yat Sen Studies of the Sun Yat Sen University; Hong Kong: United College, Hong Kong Chinese University, 1986, p. 50.
- 5 Tan Yongnian 谭永年, editor-in-chief; Zhen Guannan 甄冠南, ed., *Xinhai Geming Huiyilu* 辛亥革命回忆录 (The Memoirs of the 1911 Revolution). Taipei: Wenhai Chubanshe, 1976, vol. 1, p. 56.
- 6 然成立数月，仅得基本会员数人，不得已宣布解散。
- 7 '该地华侨文化水准低下'。Feng Ziyou, 'Aomen Huaqiao Yu Geming Yundong' 澳门华侨与革命运动 (Overseas Chinese in Macao and Revolutionary Movements). In his *Geming Yishi* 革命逸史 (Revolutionary Stories). Taipei: Taiwan Commercial Press, 1969, vol. 4, p. 77.
- 8 '未及出演，数月而散'。Feng Ziyou, 'Guangdong Xijujia Yu Geming Yundong' 广东戏剧家与革命运动 (Cantonese Dramatists and Revolutionary Movements). In his *Geming Yishi*, vol. 2, p. 238.
- 9 Zhao Liancheng 赵连城, 'Tong Menghui Zaigangao De Huodong He Guangdong Funu Canjia Geming De Huiji' 同盟会在港澳的活动和广东妇女参加革命的回忆 (The Memoir of United Allegiance Society's [Revolutionary] Movement in Hong Kong and Macao and the Cantonese Women's Participation in the Revolution). In *Xinhai Geming Huiyilu* 辛亥革命回忆录, edited by Zhongguo Renmin Zhengzhi Xieshang Huiyi Quanguo Weiyuanhui Wenshi Ziliao Yanjiu Weiyuanhui 中国人民政治协商会议全国委员会文史资料研究委员会 (Committee of the Studying of Literature and History of the Committee of People's Political Consultative Conference). Beijing: Wenshi Xiliao Chubanshe, 1961, vol. 2, p. 306.
- 10 Wang Wenda 王文达, *Aomen Zhanggu* 澳门掌故 (The Macao Anecdote). Macao: Macao Education Press, 1999, p. 325 and Wang Kaiyuan 王楷元, 'Xinhai Geming Qianhou De Sishu Shenghuo' 辛亥革命前后的私塾生活 (The School Life of Traditional Style Private School at the Era of 1911 Revolution). In *Zhonghua Wenshi Ziliao Wenku* 中华文史资料文库 (The Collected Data of Chinese Literature and History), no.17, edited by Quanguo Zhengxue Wenshi Ziliao Weiyuanhui 全国政协文史资料委员会 (Committee of Literature and History Data of People's Political Consultative Conference). Beijing: Chinese Literature and History Press, 1996, pp. 22-30.
- 11 Zhao Liancheng, 'Tong Menghui Zaigangao De Huodong He Guangdong Funu Canjia Geming De Huiji'. In *Xinhai Geming Huiyilu*, edited by Zhongguo Renmin Zhengzhi Xieshang Huiyi Quanguo Weiyuanhui Wenshi Ziliao Yanjiu Weiyuanhui (Committee

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

- of the Studying of Literature and History of the Committee of People's Political Consultative Conference), vol. 2, p. 302.
- 12 ‘甚至公开谈论革命了’. Ibid., p. 305.
- 13 ‘富室大户，向太太小姐们募款’. Ibid., p. 309.
- 14 Zheng Bian 郑彼岸, ‘Xiangshan Qiyi Huiyi’ 香山起义回忆 (Memoir of the Uprising of Xiangshan). Ibid., p. 338.
- 15 Mo Xiong 莫雄, ‘Guangdong Xinjun Yu Xinhai Geming’ 广东新军与辛亥革命 (Cantonese New Army and the 1911 Revolution). Ibid. p.183, and He Wenping 何文平, ‘Qingmo Guangdong de Xinjun Jianshe Ji Chengjiu’ 清末广东的新军建设及成就 (The Infrastructure and Achievements of the Late Qing Cantonese New Army), in *Zhongshan Daxue Xuebao Luncong* 中山大学学报论丛 (Academic Journal Series of Dr. Sun Yat Sen University), 2000, vol. 3, pp. 72-84.
- 16 ‘与港澳商人、海外华侨及各省的革命党人，相识甚多’. Zheng Bian, ‘Xiangshan Qiyi Huiji’. In *Xinhai Geming Huiyilu*, edited by Zhongguo Renmin Zhengzhi Xieshang Huiyi Quanguo Weiyuanhui Wenshi Ziliao Yanjiu Weiyuanhui (Committee of the Studying of Literature and History of the Committee of People's Political Consultative Conference), vol. 2, p. 339.
- 17 ‘起义所需军火皆由澳门、香港运入石岐’.
- 18 ‘Mo Jipeng Xiansheng Shilue’ 莫纪彭先生事略 (Brief Biography of Mr. Mo Jipeng). In *Zhonghua Menguo Kaiguo Wushi Zhounian Wenxiang* 中华民国开国五十周年文献 (Documents of the Fifty Years Anniversary of the Foundation of Chinese Republic), edited by Zhonghua Menguo Kaiguo Wushi Nian Wenxiang Bianji Weiyuanhui 中华民国开国五十年文献编纂委员会 (Committee of the Documents of the Fifty Years Anniversary of the Foundation of Chinese Republic), vol. 1, *Geming Yuanliu Yu Geming Yundong* 革命源流与革命运动 (Origin of Revolution and the Revolutionary Movement). Taipei: Zheng zhong Bookstore, 1961, vol. 14, p. 115.
- 19 ‘拔去胡旗树汉旗’. Chen Pengchao 陈鹏超, ‘Juiyue Shiwuwan Qianshan Qiyi’ 九月十五晚前山起义 (The Qianshan Uprising on the Night of 15 September [in Chinese Lunar Calendar]). In *Aizhuzhai Quangao: Aizhuzhai Shichao Chubian* 爱竹斋全稿·爱竹斋诗钞初编 (The Complete Draft of the Bamboo Loving Studio: The First Edited Volume of the Poetry of Bamboo Loving Studio). Taipei: Wenhai Press, 1972, p. 197.
- 20 ‘郑彼岸、刘君复等领队出发’. Zheng Bian, ‘Xiangshan Qiyi Huiji’. In *Xinhai Geming Huiyilu*, edited by Zhongguo Renmin Zhengzhi Xieshang Huiyi Quanguo Weiyuanhui Wenshi Ziliao Yanjiu Weiyuanhui (Committee of the Studying of Literature and History of the Committee of People's Political Consultative Conference), vol. 2, p. 342.
- 21 Chen Duxiu 陈独秀, ‘Zhongguo Guomin Geming Yu Shehui Ge Jieji 中国国民革命与社会各阶级 (China Nationalist Revolution and Every Classes of the Society), in *Qianfeng* 前锋 (*Vanguard*). Guangzhou: December 1923, vol. 2, p. 2.
- 22 António Vasconcelos de Saldanha (apres. e coord.); leitura, organização da documentação e introdução de Alfredo Gomes Dias; tradução chinesa por Jin Guo Ping 金国平, *Colecção de Fontes Documentais para a História das Relações entre Portugal e a China* *Puzhong Guoxi Shi Ziliao Huibian* 葡中关系史资料汇编. Macao: Fundação Macao: Universidade de Macao, Centro de Estudos das Relações Luso-Chinesas, 1998), vol. 4, *Documentos Relativos as Greves de Hong Kong e Cantão e a Sua Influência em Macao, 1922-1927*.



Republican Revolutionaries

Sun Yat Sen, Carlos da Maia and the Macao Harbour Project

PAUL B. SPOONER*

OVERVIEW

In Portugal from 1910 to 1917, the Partido Republicano Português (PRP) operated a government that was arguably the most radical regime in Europe. While Sun Yat Sen's Chinese Revolutionary Party (Gemindang 革命党) was being organised in early 1914, the PRP regime, with Bernardino Machado as Prime Minister, sent to Macao as governor one of Portugal's most renowned republican revolutionary leaders. José Carlos de Maia arrived as governor on 10 June 1914,¹ less than two weeks before Sun Yat Sen's Revolutionary Party (Gemindang) held its first organisational meeting on 22 June in Tokyo. When representatives of eight Chinese Provinces met at Sun's behest, they committed to a new Revolutionary Party that would be a secret organisation, swore personally to obey Sun's direction, and dedicated themselves to a 'Third Revolution'. On 8 July 1914 the new party was formally established, and on 1 September it issued its first manifesto.²

While Carlos de Maia was Governor of Macao from 1914 to 1916, had he not been working with Sun's sworn disciples in the Revolutionary Party, he should have been. This group became the core of the

right wing of the KMT (Kuomintang 国民党), over the next three decades that was characterised by intense personal loyalty and reliant upon critically important off-shore bases. Not only was Carlos de Maia Governor of Macao during this critical juncture, but Sun Yat Sen's older brother, Sun Mei 孙眉, who had financed Sun's revolutionary activities for at least ten years from 1894 to 1904 while he ran a major commercial operation in Hawaii was resident in the city from 1914 to early 1915. He had provided Sun with entrées into the Chinese secret societies in Hawaii and America, and he was not a peripheral figure in the revolution. Apart from being known in Hawaii as the 'King of Maui' where he had leased 6,000 acres from the Hawaiian Royal Family,³ he and his supporters, who included Cai Yuanpei 蔡元培, had pushed for his appointment as Governor of Guangdong following the Xinhai Revolution (辛亥革命 Xinhai Geming) in 1911.⁴

Carlos da Maia's revolutionary pedigree in Portugal is undoubted. Leading up to the Portuguese revolution of 1910, he was the key operational figure within the Portuguese Navy for the revolutionary network that interfaced with the PRP and the Masonic leadership of the Portuguese Republicans. Working directly with the coordinator of the 5 October 1910 Republican Revolt (Vice Admiral Carlos Cândido dos Reis) he reported on the navy's revolutionary network, ensured the allegiance of the Portuguese naval units in the Lisbon harbour during the revolt which included the largest unit, the cruiser *Dom Carlos*, and ordered the naval artillery to drive the Portuguese King, Dom Manuel II, from the city.

* Instructor of History at the University of Macau and a Research Fellow at Yale, holds a B.A. from Columbia University, an M.B.A. from the University of Michigan, an M.A. from Yale in Chinese Studies, and a Ph.D. in Modern Chinese History from the University of Hong Kong.

Assistente de História na Universidade de Macau e Investigador Associado na Yale University. Bacharel pela Columbia University, concluiu um M.B.A. na Universidade do Michigan e um Mestrado em Estudos Chineses na Yale University. Doutorada em História Chinesa Moderna pela Universidade de Hong Kong.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I



General Huang Xing.

Resident in Macao, then, from 1914 when the Sun Yat Sen's Revolutionary Party was being formed, until Sun Mei's death on 11 February 1915, were two of the foremost organisers of the Portuguese and Chinese revolutionary republican underground networks. By early 1916, Zhu Zhixin 朱执信, the close relative of Sun Yat Sen's right-hand man, Wang Jingwei 汪精卫, was also resident in Macao organising the irregular fight against the Guangdong warlord Long Jiguang 龙济光 and making use of the city as a confidential base.⁵ Undoubtedly it was based on this network of relationships that caused Sun Yat Sen to write his famous letter of 23 June 1916 to Carlos da Maia thanking him for his assistance to the Republican cause in China. The timing of the letter signifies the sensitivity of the relationship: it was only written after the political climate had dramatically changed in China as a result of Yuan Shikai's 袁世凯 death on 6 June at the relatively young age of 57, reportedly from a 'natural cause' that was deemed 'blood poisoning'.⁶

With the death of Yuan Shikai in June 1916, Sun's Revolutionary Party's objective had been partially attained. With Yuan was no longer attempting to take China back to an autocratic monarchy, revolutionary forces arrayed against him were redeployed. On 25 July the Shanghai HQ of Sun's Revolutionary Party issued a notice to its branches that the 'revolution' was over and the party was to be restructured; and, coincidentally, on 30 July Costa da Maia announced his return to Lisbon for consultations with the Portuguese government of António José d'Almeida (Prime Minister) and Bernardino Machado (President). By 6 September 1916 Carlos da Maia was returning from Macao to Portugal via the United States on the *RMS Empress of Russia*⁷ of the Canadian Pacific Lines with a scheduled stopover in Shanghai where Sun's party reorganisation had been taking place. It seems likely that he was joined in his unusual routing through New York City by two of Sun Yat Sen's most important followers, T.V. Song 宋子文 and Sun Fo 孙科. This may have had dramatic implications for Macao's vitally important Outer Harbour Project of 1922 to 1927.

SUN YAT SEN'S SECOND REVOLUTION, 1913

The year before the arrival of Carlos da Maia in Macao, the assassination of Song Jiaoren 宋教仁, the parliamentary Nationalist Party leader, on 20 March 1913, woke up Chinese Republicans from the dream that a republican system could be easily established in China. His murder initiated the 'Second Revolution' in the summer of 1913, when the old Tong Meng Hui 同盟会 (TMH) cadre revolted after a £25,000,000 loan was extended on 27 April 1913 to the Yuan Shikai government from the Five Power consortium of Britain, France, Germany, Russia and Japan without having attained Chinese Parliamentary approval. As Yuan's premier, Duan Qirui 段祺瑞, surrounded the parliament building with troops and the Nationalists 'impeached the government' a permanent split ensued between Yuan and the Nationalists.⁸ Yuan Shikai's rapid dismissal of key Nationalist leaders confirmed an uprising: Huang Xing 黄兴, Li Liejun 李烈钧, Hu Hanmin 胡汉民 and Bai Wenwei 柏文蔚 were all removed as governors in the forty-five days between mid-May and late June, followed by seven southern Chinese provinces revolting against the Yuan Government from mid-July and early August. On 14

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

June 1913 Yuan appointed Chen Jiongming 陈炯明 Governor of Guangdong to replace Hu Hanmin.

Support for Chen's acceptance of the position was reported to have come from merchants in Hong Kong, Canton and Macao. It was at this time, 16 June 1913, that Sun Yat Sen made his trip from Shanghai to South China to visit his dying older daughter in Macao ('Annie' Sun Yan 孙姪)⁹ and to stay with his older brother, Sun Mei. Both would die in Macao with in the next two years. After Annie's return from California in March she died in Macao on 25 June 1913 at age 18. Sun Mei would die in Macao eighteen months later on 11 February 1915. Two years from marrying Song Qingling 宋庆龄, Sun Yat Sen was accompanied by his private secretary, the oldest Song sister, Song Ailing 宋蔼龄. Meeting with Chen Jiongming on the 17 June, also in Macao, and the following day with Hu Hanmin in Hong Kong, Sun's objective was to convince Chen

Jiongming to break with Yuan Shikai and declare the independence of Guangdong along with four southern provinces.¹⁰ He appears to have been successful. On 21 July 1913 the Guangdong Assembly voted unanimously to break with Yuan Shikai and elected Chen Jiongming military governor with the authorisation to act as commander-in-chief of an expedition of 15,000 troops launched against Yuan forces in Jiangxi.

Despite the £25,000,000 Five Power Consortium Loan being designated for industrial and political purposes only, Yuan was able to access it to support military operations against the south. By the end of July Yuan had defeated Huang Xing in Nanjing, and forced him on the 28th to flee for Shanghai. Long Jiguang, a general in Guangxi who some supposed was a subordinate to Chen Jiongming,¹¹ remained allied with Yuan Shikai and invaded Canton through the West River Valley to drive Chen Jiongming out of the city

while Chen's top generals were bribed to defect. On 4 August Chen's troops mutinied and shelled his Governor's House. By the evening of 4 August 1913 army units had rescinded the announcement that declared Guangdong independent and had fully sided with Yuan Shikai against the Second Revolution.

In Canton Chen Jiongming and his close associates fled to the French consulate on Shamian, and then left by gunboat for Hong Kong where the authorities refused him permission to remain. Britain had supported Yuan through its participation in the £25 million loan to his government, and wished



Sun Yat Sen, his wife and sons during his visit to Macao in June 1913.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

to stabilise China not to foment revolution. British police transferred Chen to a German steamer heading for Singapore, where he disembarked at the behest of local Chinese interests and opted to remain in Singapore and Malaysia. By 12 September 1913, the Nationalist leaders in China opposing Yuan had been defeated and had fled overseas. Long Jiguang would rule Guangdong for the next three years until 1916.

SUN YAT SEN'S REVOLUTIONARY PARTY, 1914

The year 1914 marked two fundamentally important events for China: Sun Yat Sen's organisation in Tokyo of the Chinese Revolutionary Party (Zhongguo Gemingdang 中国革命党) between 22 June and 8 July 1914;¹² and, the outbreak in Europe of World War One on 4 August. In Portugal, the government was under the control of the Partido Republicano Português (PRP), arguably the most radical regime in Europe from 1910 to 1917. As the Chinese Revolutionary Party was being organised, Carlos de Maia was sent to Macao as Governor, arriving in Macao on 10 June 1914, just two weeks before Sun Yat Sen's Revolutionary Party held its organisational meeting on 22 June in Tokyo. When representatives of eight Chinese Provinces met, they would form a secret organisation that was pledged personally to Sun Yat Sen and be committed to a 'Third Revolution' that targeted Yuan Shikai. On 8 July 1914 the new party was formally established, and on 1 September it issued its first manifesto.¹³

Members of this underground network would be key officers of the future KMT, including Wu Tiecheng 吴铁城, Feng Ziyou 冯自由, Sun Fo, Xie Yingbei 谢英北 (Tse Ying-po), Lin Sen 林森, Dai Jitao 戴季陶, and Chen Qimei 陈其美. Sun Fo, Sun Yat Sen's only son, was still only an undergraduate at Berkeley and would not graduate until May of 1916, but for this organisational trip he seems to have made it out to Tokyo from San Francisco.¹⁴ Key participants in the June 1914 meetings (Xie Yingbei, Lin Sen and Sun Fo) would importantly also sit on the nine-person committee in October 1923 that restructured the KMT into a Soviet style party as Mikhail Gruzenberg acted as adviser.¹⁵ Others, including Wu Tiecheng, Dai Jitao and Lin Sen would be critical cadre of the KMT during the Pacific War. Dai would be the chief KMT ideologist. Wu would be Mayor of Shanghai during the battles

with Japan in 1932, run Guangdong Province until the Japanese invasion in 1938, and then be Secretary of the KMT beginning in 1941. Lin Sen would be chairman of the National Government. Further, Chen Qimei, the 37-year old former military director of Shanghai after 1911, who was named Director of General Affairs for the Revolutionary Party, despite being assassinated in the spring of 1916, would have an overwhelming influence in the later KMT as Chiang Kai-shek (Jiang Jieshi 蒋介石) was his protégé and the two influential Chen brothers, Chen Lifu 陈立夫 and Chen Guofu 陈果夫 were his nephews. Chen Lifu became Chiang's confidential secretary and Minister of Education, while Chen Guofu eventually controlled the Organisation Department of the KMT,¹⁶ as Chen Lifu ran Chiang's party secret police through the Central Statistics Bureau (Zhong Tong 中统; Guomindang Zhongyang Weiyuanhui Tongjiju 国民党中央委员会统计局).¹⁷ In late 1913 Lin Sen and Xie Yingbei had sworn the oath of Sun's Revolutionary Party and then were sent to Hawaii and the United States to reorganise the existing, previous Guomindang there. Before Wu Tiecheng, Feng Ziyou and Sun Fo left for the Western Hemisphere after the organisational meeting they were designated representatives of the Revolutionary Party.¹⁸ Xie was elected head of the Chinese Nationalist party on arrival in San Francisco, but resigned in favour of Feng Ziyou; by the winter of 1914 Lin Sen had been elected Chairman of the party in the Americas with Feng as Vice-Chairman. Later from 1932 to 1943 until his death Lin Sen would be Chairman of the National Government of China.

MACAO'S BORDERS, 1914

Critical to the creation of a modern port in Macao, which would enable the city to regain its position as a leading trade port for China, was the conclusion of an agreement with the Chinese authorities over Macao's borders. Since 1849, when Ferreira do Amaral had evicted the Qing government representatives, it had been impossible for Portugal to reach agreement with the Qing. The impasse continued after China's Republican revolution of 1911, but would be resolved sufficiently to allow the Macao's Outer Harbour Project of 1922-1927 to move ahead by the fall of 1922. Negotiations over Macao's border delineations could not have recommenced until spring of 1914,

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

likely beginning under the first premiership of the key Portuguese Republican, Bernardino Machado, and shortly thereafter when the Republican revolutionary José Carlos da Maia was in place as Macao's formal governor. The relationship between Bernardino Machado and Carlos da Maia was obviously strong. As a young Naval Lieutenant in October 1910, Carlos da Maia had personally seen to the success of the military actions that caused Bernardino Machado to come to power as the first Republican Foreign Minister under the Provisional Portuguese Republican government of October 1910 to September 1911, then under the subsequent parliamentary regimes. Bernardino Machado in his first term as Prime Minister from 9 February 1914 to 12 December 1914, appointed Carlos da Maia as Macao governor. During Bernardino Machado's subsequent first term as President of Portugal, from 5 October 1915 to 11 December 1917,¹⁹ Carlos da Maia retained the position. It is uniquely congruent that by June of 1914 Bernardino Machado and Carlos da Maia, two of Portugal's leading Republicans, were in position to have serious discussions with Chinese authorities on the delimitation of Macao's borders just as Sun Yat Sen's Third Revolution was to be launched via his Revolutionary Party.

The picture that follows suggests the political structure in Macao on the arrival of Carlos da Maia.²⁰ Taken at a reception held at the home of Lou Lim Ioc 卢廉若, Carlos da Maia is the bearded Portuguese in the center of the photo in civilian attire. Shown two persons to his right appears to be Sun Yat Sen's older brother, Sun Mei. Recall that as the 'king of Maui' he financed Sun Yat Sen's education at Hawaii's best school from 1879-1883 and his revolutionary efforts for the ten years from the formation of the Xingzhong Hui 兴中会 (Revive China Party) in Hawaii in 1894 up until Sun Mei's bankruptcy and his family's departure from Hawaii for Hong Kong over the years 1906 to 1908. To the left of Carlos de Maia is Lou Lim Ioc, the gambling king of Macao and its richest man. It is clear then that one of Portugal's leading Republican conspirators, Carlos da Maia, who was closely associated with Portugal's key international Republican functionary (Bernardino Machado), is sitting between two, if not three, of the top financiers of Sun Yat Sen's revolutionary efforts.

As a revolutionary Carlos de Maia could not have have missed the opportunity to work with Sun's sworn disciples in the Revolutionary Party that sought a Third

Revolution between 1914 and 1916. Sun's followers from this effort became the core of the KMT and established a pattern of intense personal loyalty with critically important off-shore bases. George Yu in his description of how the party was forced to operate emphasised that it was Sun's international bases that provided his support, stating that 'since the outlawing of the old Kuomintang in 1913, its successor, the Zhonghua Gemingdang 中华革命党, had never been able to operate openly in China'.²¹ And further that 'between 1913 and 1919... only the branches in Southeast Asia, the Americas, and other foreign lands comprised integral units of the revolutionary organisation'. Across the Pacific in America, from which Sun Mei had come in 1907, there were over a hundred branches with a membership that exceeded 10,000, while an open convention was held from 24 July to 3 August 1915.²² For revolutionary action directed toward Guangdong Province, a target Sun Yat Sen had steadfastly maintained throughout his revolutionary career, there could have been few better places than a Macao governed by Carlos da Maia with his brother Sun Mei as a resident.

In Macao, *O Progresso*, the weekly Portuguese newspaper edited by Luiz Gonzaga Nolasco da Silva, which would have virtually the same life span as the Macao governorship of Carlos da Maia, published its first edition on 6 September, five days after the Revolutionary Party had issued its founding manifesto.²³ In 1916 *O Progresso* was to be the journal that launched the campaign against the Portuguese General Consul in Shanghai who shut down the business of selling Portuguese nationality as protection for Chinese nationals operating in China. The use of Portuguese nationality to shield Sun Yat Sen revolutionaries clearly would have been highly advantageous. It is difficult to construct an argument that the paper was not directly connected to the political needs, and possibly patronage, of Carlos da Maia.

Earlier, just before the appointment of Carlos da Maia as Macao Governor on 7 May 1914, the new Portuguese premier and former Foreign Minister in the PRP Government, Bernardino Machado, attempted to rekindle the stalled Macao border delineation talks through an approach in Beijing from the Portuguese Ambassador J. Batal de Freitas to Yuan's foreign minister, Sun Baoqi 孙宝琦.²⁴ Sun Baoqi immediately contacted the Canton Military and Civilian Governors for their input. Although these individuals are not

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I



At a reception in Lou Lim Ioc's house, Carlos da Maia is the beard Portuguese in the centre in civilian attire.

identified by Huang Hongzhao 黄鸿钊 in his well-researched article, one must have been Long Jiguang, the senior military commander in Guangdong. Negotiations continued throughout the year of 1914-1915, while the Macao Government under Carlos da Maia purchased dredging equipment in anticipation of the implementation of some part of the plan for Harbour improvement proposed by Loureiro in 1884 and Castelo Branco in 1908.

WORLD WAR, 1914

The initial battles of World War One had a profound impact on China as in the early fall a joint Japanese-British Empire operations against the German territory at Qingdao resulted in the occupation of Shandong Province by Japanese forces, and the imposition of the infamous 'Twenty One Demands' in January of 1915. This significantly complicated China's foreign relations, made apparent Japan's military power in China proper and displaced Britain as the dominant power in the Far East. If the

Portuguese foreign ministry had viewed the provision of the £25 million reorganisation loan by the Five Power Consortium, of which Britain and Japan were leading members, as an opportune moment to press the Yuan Shikai government of China for concessions in Macao, they were likely mistaken. The Anglo-Japanese Alliance of 1902, the Five Power Loan of the spring of 1913 led by the Hong Kong Shanghai Bank, and the joint Anglo-Japanese operation against German positions in Shandong in the fall of 1914, pushed British and Japanese policy into close synchronisation. Japanese assistance to Britain in guarding Singapore and escorting Allied Merchantmen through the Mediterranean guaranteed Britain could not articulate a disapproving view of Japanese actions. If Britain and Japan had fundamentally different positions in China, those differences would not be of sufficient magnitude to disrupt Britain's war effort in Europe.

With Portugal also being a long-term British ally, any request to the Yuan government for consideration on the Macao border issue, would likely have been treated

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

by Yuan Shikai's government with apprehension. Japan pressed him heavily with the Twenty One Demands, while Sun Yat Sen operated from Tokyo attempting to topple him. It may have been easy to view Japan and Sun Yat Sen as pushing his government unnecessarily, with Britain unable to provide any offsetting assistance and Portugal not having any independent diplomatic capability. Sun, in fact, was reported to have been attempting to structure a relationship with the Japanese government that would have granted Japan extensive economic benefits in China in return for training and equipping a military force that could overthrow Yuan. Citing Wilbur, Jansen, the *South China Morning Post* of 23 June 1924 and Lee Ao's 1987 *Sun Zhongshan Yanjiu* 孙中山研究 as references,²⁵ Leslie Chen states that in order to overthrow Yuan, 'Sun would rely on Japan to equip and train China's armed forces, use Japanese advisers, seek Japanese capital to develop mining, railroads, and coastal trade and help establish a Sino-Japanese Bank...'²⁶

Chen Jiongming, along with other Chinese nationalists who included Huang Xing and three military governors Yuan who had fired (Bai Wenwei, Niu Yongjian 鈕永建, and Li Liejun) refused to agree to working with the Japanese, or any foreign power, for the purposes of overthrowing Yuan. This was laying a marker for future clashes with Sun Yat Sen, while at the same time putting into greater perspective divisions that may have existed in the Nationalist ranks over-and-above the less stressful demand from Sun on Nationalist sensibilities that those joining the Revolutionary Party pledge personal loyalty to him. Huang Xing and Chen Jiongming had, in fact, organised a group in Tokyo with the unusual sounding name of 'Association for the Study of European Affairs', which had expressed the 'willingness to cease revolutionary activities against Yuan Shikai and join in a common front against Japan'.²⁷ They are also reported to have refused to join the Revolutionary Party due to objections to the personal pledge of loyalty.

Within six months from the start of the Macao Governorship of Carlos da Maia in early June 1914, by January 1915 Japanese pressure on the Yuan Shikai government had risen dramatically. After the German defeat at Qingdao in November 1914 and the subsequent destruction of the German Pacific Fleet under Admiral von Spee at the Battle of the Falklands in December, from January until May of 1915 Japan

demanded that China recognise its succession to German rights in Shandong. Other demands included recognition of special Japanese rights in Manchuria and Inner Mongolia, joint operation of China's iron and steel industries, restrictions on the Southeast China coast, employment of Japanese advisers in Chinese governmental institutions and the purchase of 50% of China's munitions from Japan.²⁸ A Japanese ultimatum on 7 May was followed by Yuan's capitulation on 25 May.²⁹ Agreements signed with both Russia and Britain also recognise their special interests in Outer Mongolia and Tibet.³⁰

Any negotiations Portugal would have attempted for Macao with the central Chinese government under Yuan Shikai in Beijing had to be squeezed between these other substantially more cataclysmic issues, while seeking to position the discussions in the least threatening manner. Given Japanese demands on China, Japan's formal alliance with Britain, the war time alliance of both with Russia, and the historic alliance between Britain and Portugal, this was in all likelihood an impossible task for Portuguese diplomacy.

YUAN SHIKAI ATTEMPTS TO RETURN TO MONARCHY, 1914-1916

While the Portuguese Republicans under the PRP were moving forward with their own radical restructuring of Portugal's government and religious institutions, Yuan Shikai, contrary to the strategy of Republicans and Socialists globally, was attempting to push China in reverse. On 18 March 1914 he called a national conference to modify the Provisional Constitution of 1912 by converting it from a cabinet to a presidential government. Then, on 1 May 1914, as Bernardino Machado was appointing Carlos da Maia to the Governorship of Macao, Yuan implemented the Constitutional Compact which gave the Chinese president a ten-year term, made him eligible for unlimited reelection, and gave him the ability to appoint his successor. On 12 December 1915 Yuan took the final step when he announced the creation of the new Hongxian 洪宪 Dynasty, for which he was to be the founder.³¹ The attempt to crown himself emperor was not well received: the military governor of Yunnan, Tang Jiyao 唐继尧, revolted and sent General Cai E 蔡锷 into Sichuan and General Li Liejun to Guangxi, though in Guangdong Long

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

Jiguang remained loyal to Yuan and his brutality kept him in power.

By late 1915 Sun Yat Sen was accelerating the work of the Revolutionary Party against Yuan. Both Chen Jiongming and Wang Jingwei's cousin Zhu Zhixin organised opposition to Yuan in Guangdong Province. Sheng Yonghua 盛永华 in his 1991 Beijing published history of Sun Yat Sen and Macao focuses on Zhu Zhixin, while ignoring Chen Jiongming.³² He reports that by late 1915 Sun began to make greater use of Macao as a basis to operate against Yuan and sent Zhu Zhixin from Tokyo to develop a Chinese Revolutionary Army in Guangdong to overthrow Long Jiguang. Ten years before in 1905-1906 Zhu Zhixin had come to Tokyo from Guangdong, playing a leading role that included composing cutting edge articles for the Tong Meng Hui's *Min Bao* 民报. Zhu Zhixin set up one command center in Macao, but in January of 1916 with this army he commenced an uprising in Eastern Guangdong at Waichow (Huizhou) on the other side of the Pearl River. He was defeated. In March Zhu Zhixin launched another self-led uprising with one-third of the force coming from Macao.³³ Leslie Chen reports that during the process of forming an army in the East River District, Chen Jiongming was also deeply involved, having returned from Malaysia, first coming to Hong Kong, then slipping into the East River area to help form the anti-Long Jiguang army.³⁴

By early 1916 the consensus supporting Yuan Shikai's regime in Beijing continued to deteriorate. In March General Lu Rongting 陆荣廷 in Guangxi declared Guangxi province independent while the Tang Jiyao subordinate Li Liejun, who had been sent into Guangxi from Yunnan, defeated Long Jiguang's brother on the border. Yuan Shikai's rescission of his imperial proclamation on 22 March 1916 did not stem the political breakdown. Threatened by both Lu Rongting and Li Liejun, Long Jiguang on 6 April also declared Guangdong independent from Yuan. A similar declaration for the eastern part of Guangdong at Swatow had been made the week before by a Colonel Mo. Chen Jiongming seized the opportunity to meet with Colonel Mo, established an understanding based upon republican principles, and added Colonel Mo's forces to the approximately 20,000 that had been raised through his efforts with Zhu Zhixin. By July 1916 Long Jiguang was surrounded on three sides by the armies of Lu Rongting, Li Liejun and Chen Jiongming.³⁵



Yuan Shikai wearing the uniform of the General-in-Chief of the Northern Army.

On 5 May 1916 Sun Yat Sen felt secure enough by defections among Yuan's military supporters to return to Shanghai with sources referring to him as returning from both the U.S. and Japan. Newspaper reports on the 8 May 1916 stated he was transiting Shanghai, where he still maintained a home in the French Concession, for Canton.³⁶ On 18 May, Chen Qimei, the former Governor of Shanghai and the uncle of the influential Chen brothers of Pacific War fame (Chen Guofu and Chen Lifu), who had returned to Shanghai approximately two weeks before Sun, was cut down by Yuan Shikai's assassins.³⁷ Chen Qimei had been the director of the General Affairs section of the Revolutionary Party Bureau since its formal founding on 8 July 1914.³⁸ With Chiang Kai-shek he had arranged the assassination of Yuan Shikai's military representative in Shanghai, Admiral Zheng Rucheng 郑汝成, on 10 November 1915. On 5 December he organised a small group to seize the Chinese flagship in Shanghai, the 2,750 ton *Chao-ho*, and used it to shell the city in support of a rebellion.³⁹

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

One thing seems fairly certain about the period from the summer of 1913 to the death of Yuan Shikai three years later in 1916: no one in Beijing, Shanghai or Canton had time or incentive to negotiate the boundaries of Macao.

DEATH OF YUAN SHIKAI AND CARLOS DA MAIA'S RETURN TO PORTUGAL, 1916

The situation in China and Guangdong Province changed dramatically on 6 June 1916 when Yuan Shikai died and was succeeded as President by Li Yuanhong 黎元洪. Li attempted to end hostilities in South China by ordering a cease fire and distributing political appointments to the contending generals. Lu Rongting was named Military Governor of Guangdong, while Long Jiguang became head of Mining Affairs for Guangdong and Guangxi, a post that should have been extremely lucrative. As a new Civil Governor, President Li appointed Zhu Qinglan 朱庆澜, an individual who had not previously taken part in the military struggles. Chen Jiongmeng, with only an army of irregulars, was forced to take a back-seat to Lu Rongting whose professional army gave him military dominance in the province. He began an extended tour of North China with his supporters Deng Keng 邓铿 and Huang Jiang 黄江.⁴⁰

Following Yuan's death in June, by August Sun Yat Sen and Song Qingling were in their home in the French Settlement on Rue Molière.⁴¹ During the previous six month struggle Wang Jingwei's close relative Zhu Zhixin had been organising the irregular fight against Long Jiguang, making use of a Macao base that boasted Carlos da Maia as Governor.⁴² On 23 June 1916 Sun Yat Sen wrote his personal letter in French to Carlos da Maia thanking him for his assistance to the Republican cause in China. Carlos da Maia had facilitated Sun and Zhu Zhixin in some significant, but unspecified manner.

On 25 July the Shanghai headquarters of Sun's Revolutionary Party issued a notice to its branches that the 'revolution' was over and the party was to be restructured. By 6 September 1916 Carlos da Maia was already returning from Macao to Portugal via Shanghai, where he arrived on the 8 September on the *RMS Empress of Russia*, a Royal Mail Steamship of the Canadian Pacific Lines. His published purpose in returning to Portugal was to clarify the Macao Harbour

Project and ensure that its funding could come from the reserve funds held by the Macao Government at Banco Nacional Ultramarino (BNU) in Macao and the Hong Kong Shanghai Bank (HSBC) in Hong Kong. The ship offered a 19½ day passage from Shanghai to New York.⁴³ Its itinerary included stops in Shanghai, Nagasaki, Kobe, Yokohama, and Victoria, British Columbia. An additional week to ten days was needed to get from New York to London and onward to Lisbon.

There is no report that Carlos da Maia met with Sun Yat Sen during his stop in Shanghai on 8 September. The Macao based *O Progresso* and the Shanghai *North-China Daily News* mentioned no interaction in Shanghai between Carlos da Maia and the Sun-Song family. But it would seem unlikely that the Governor did not arrange to meet with someone with a close affiliation to Sun. With Carlos da Maia being regarded as one of the founders of the Portuguese Republic,⁴⁴ he and Sun were in a good position to discuss coordination of efforts. Carlos da Maia would have been remiss in not taking advantage of the opportunity to render most effective his return to Lisbon. Rather than taking the shorter route back to Lisbon, south from Macao through the Suez Canal and Mediterranean, he had elected to take the longer route through Shanghai, Japan, Canada and America. The window of opportunity for a face-to-face meeting with Sun was extremely tight. The ship would arrive in Shanghai on the morning of Friday 8 September, with passengers leaving Shanghai required to depart from the Municipal Customs Jetty in Shanghai at 3:30 pm for embarkation.⁴⁵ Total time in the city would not exceed six hours. Nevertheless, the impetus for a meeting was substantial: Sun's good friend Francisco Hermenegildo Fernandes was in a peak period of influence in Macao, where Carlos da Maia was still Governor; Fernandes' key associates Pedro Nolasco da Silva and António Bastos had been strong advocates of the Canton to Macao railway; both Fernandes and Carlos da Maia were strong and active Freemasons of the Luís de Camões Lodge, while Sun is reported to have been a Mason and was certainly a member of the Chinese Masons in America; Sun's key TMH organiser and the most active ideologue, Zhu Zhixin, had run a base from Macao while targeting General Long Jiguang for at least the first six months of 1916; And, of course, Sun had just written his personal thank you to Carlos da Maia in French (a language that Carlos

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

da Maia undoubtedly read) for his support of Chinese Republicans during the anti-Yuan campaign. Carlos da Maia was being feted in Shanghai by the locally influential Portuguese community.

Further, also resident in Shanghai were the key members of the Song family who had been financially supporting Sun's operations and manning his administrative unit for years. Although Charles Jones Song Jiashu 宋嘉树 the father may have still been estranged from Sun due to Sun's 1915 marriage (the year before) to his second daughter, Song Qingling, both of the Song daughters who had acted as Sun's confidential personal secretaries were in Shanghai. The eldest daughter, Song Ailing had made use of a Portuguese passport for her trip to the United States that began on 28 May 1904 to commence studies at Wesleyan College in Georgia in that fall. This passport had been obtained by Charles Song from the Portuguese consulate in Shanghai on the basis of a tenuous claim of having been born in Macao and the payment of a special fee.⁴⁶ This likely meant that Charles Song traveled on a Portuguese passport as well for his trip to the United States in late 1905 and early 1906, into which entry had been heavily restricted by the Chinese Exclusion Act. While previously this should have given him entree as a 'Portuguese' to the Club Lusitano, he also must have maintained a relationship with the Portuguese consul in Shanghai and senior members of the Portuguese community in Shanghai. On 8 September 1916 it was the acting Portuguese Consul, Mário Nascimento, who led the welcoming party to greet Carlos da Maia on board the *RMS Empress of Russia*.

Unfortunately, earlier in the year on 20 March following the eruption of a major scandal, ten individuals were sentenced in Macao over the sale of 'Portuguese Patents', meaning identity papers, which could give Chinese the protection of Portugal's extraterritoriality while operating on mainland China. Of the many powers that the Governor of Macao (including Carlos da Maia) maintained over the administration, legislation, finances, navy and military, he did not control the judiciary. Although the Governor had a legal advisor in the form of the State Attorney (Delegação da Procuradoria da República) this officer also did not control the Judiciary, which reported independently back to the court in Goa, then Lisbon.

The 'Portuguese Patents' issue had first been reported in the *North-China Daily News* three to

four years before, which had stated that Chinese were purchasing 'patents of Portuguese nationality, which would be held secretly until the owner came into collision with the Chinese or other authorities'. The holder could then escape 'into the shelter of the Portuguese courts'. Numerous complaints from Chinese and foreign governments had ensued. The Portuguese Consul General in Shanghai, Barjona de Freitas, had been instructed to investigate and rectify this situation, which led to the discovery of an influential support network for this business in Macao. There could be no better evidence that this system was being used by Sun's revolutionary cadres than the fact that his chief funder (Charlie Song) and private secretary (Song Ailing) both had made use of Portuguese passports in the recent past.

Following the 20 March events a campaign against Barjona de Freitas was launched that became known as the 'Portuguese Pamphlets' affair. Mr. Carvalho e Rêgo of Macao who was an editor of the Macao weekly *O Progresso* claimed in a letter to the editor of the *North-China Daily News* of 23 June that he had started the campaign in his paper against the Portuguese Consul in Shanghai, Barjona de Freitas, but also asserted that neither he nor his associate Mr. da Silva were involved in the 'coterie organised in Macao and in Shanghai with the view of dealing in patents of nationality'.⁴⁷ Though ten individuals had been sentenced on 20 March, Carvalho e Rego denied that they constituted a 'coterie'.

Importantly, the life of this Portuguese weekly *O Progresso* seems to have been closely tied to Carlos da Maia. If true, this would have placed Carlos da Maia among those who were attempting to remove Portugal's Shanghai General Consul due to his interference in the protection schemes Macao had provided to Chinese nationals operating in China. The paper's lifespan was bounded by the tenor of Carlos da Maia's governorship. First, it was founded on 6 September 1914, three months after his arrival in Macao as governor; secondly, though it ended on 28 July 1918, two years after Carlos da Maia had returned from Macao to Portugal,⁴⁸ its closing date was just after Carlos da Maia ceased being the formal governor of Macao and Minister of the Navy in the government of Sidónio Pais.⁴⁹ During this period Dr. Luiz Gonzaga Nolasco da Silva had been the director, editor and administrator of *O Progresso* while serving on the Council of the Province (Conselho de Província). Between 1909 and 1935 Nolasco da Silva

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

would be six times the President of the Leal Senado, but appears not to have been involved with another paper as editor. This chronology shows a direct correlation between Carlos de Maia as Governor of Macao, the existence of *O Progresso*, and the political career of leading Macanese which had given both Carlos da Maia and Sun Yat Sen political support.

With respect to the Portuguese Patents issue that was roiling by the spring of 1916, the *North-China Daily News* reported that the Portuguese Patents issue had ‘convulsed the Portuguese community, giving rise to general scandal, scurrilous pamphlets and agitation up and down the coast’.⁵⁰ In May pamphlets in English had been issued in Shanghai that were highly critical of the Portuguese General Consul Shanghai, Barjona de Freitas. The legal code of Portugal did not allow the pamphlets to be suppressed, and changes were recommended to certain Portuguese legal codes as a result. Foreign pressure was brought to bear on the Consul to resolve the problem, with steps that the *North-China Daily Press* termed ‘drastic’. The Portuguese Minister in Beijing, (who was Batalha de Freitas, not Barjona de Freitas), then arrived to resolve matters. Barjona de Freitas, the Portuguese General Consul in Shanghai, thereupon requested six months home leave, which he was due, and the pamphlets were ‘suppressed’. The report concluded with the unusual observation that, ‘the coterie of dealers in patents of nationality had been taught that they could not rouse the whole Portuguese community in the interests of their trade with impunity. It was advisable to allow time for the air to clear’.

In the critical June of 1916, Barjona de Freitas on 5 June had returned back to Lisbon for his lengthy home leave and had named Mário Nascimento, the secretary of the Portuguese legation, as the acting Consul. Carlos da Maia had also announced his request for replacement on 18 June, but the published reports in Macao state the request was due to the demand from Lisbon that Macao wire the surplus funds back to Portugal that Macao had planned to use for its Harbour improvement. The reports in Macao do not raise the issue of the Portuguese Pamphlets controversy.⁵¹ Nor does the published report of the affair in the *North-China Daily News* describe how Carlos da Maia may have been involved. Since he had been Governor of Macao for the two years from 10 June 1914 during a period of great turmoil in China during which time the Portuguese nationality might

have been very helpful to Sun Yat Sen’s comrades, it would have been difficult for him to have avoided the affair’s implications.

Meanwhile, the Macao-based weekly *O Progresso* reported the arrival of Carlos da Maia on 8 September as being ‘a manifestation filled with great happiness’ (*Em Shanghai a manifestação chegou ao delirio*) while extensive and positive coverage was presented by major international newspapers, including the American newspaper the *China Press*, the English newspapers *North China Daily News*, *Shanghai Mercury*, *Shanghai Times* and *The Union*, and the French newspaper *L’Echo de Chine*. *O Progresso* stated that Carlos da Maia had discussions with the Portuguese Consul in Shanghai, Dr. Mário Nascimento, and with Adelino Diniz, who was described as the oldest Portuguese resident in Shanghai, who may also have had a senior association with the *North China Daily News*. That newspaper covered the Friday 8 September arrival of Carlos da Maia in its 9 September 1916 edition, but it described a tight and constrained schedule which did not include even a full day in Shanghai. The Governor had arrived in the morning on the *RMS Empress of Russia* of the Canadian Pacific Lines and departed later that afternoon. The ship’s 19½ day passage from Shanghai to New York would have put him in New York City on roughly 28 September.⁵²

THE PASSENGERS THAT JOINED THE EMPRESS OF RUSSIA, SEPTEMBER 1916

There were two and only two individuals with Chinese surnames who boarded the *Empress of Russia* in Shanghai, and they are of interest. Listed as outbound passengers in the *North China Daily News* were a ‘Mr. V.T. Sun’ and ‘Mr. K.F. Song’.⁵³ Had the manifest read ‘Mr. V.T. Song’ instead of ‘V.T. Sun’, this individual could have been T.V. Song the recent Harvard graduate and influential brother of Song Ailing. Or, if the report read ‘Mr. K.F. Sun’ instead of ‘K.F. Song’, the other individual may have been the son of Sun Yat Sen, ‘Sun Ke’, who was also known in his Cantonese dialect as ‘Sun Fo’.⁵⁴ The non-standardisation of Chinese names was common practice in a society with multiple dialects and a Romanisation system that had not yet been standardised for the national language of Mandarin (which also had not yet been established). For instance, Wang Jingwei’s noted biographer refers three times to

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

T.V. Song in his *Wang Ching-wei a Political Biography* as ‘T.V. Sung.’⁵⁵ Inverting the original name Song Tse-ven (Song Ziwen 宋子文) from a Chinese right-to-left format to a western left-to-right format will convert the name ‘Sung T.V.’ to ‘V.T. Sung’. That is very close to T.V. Song being the passenger who accompanies Carlos da Maia to New York City on the *RMS Empress of Russia* in September 1916. If T.V. Song had been on board, one might have concluded that Carlos da Maia would have been able to establish a direct line of communication with two members of the Sun-Song family who would be of considerable importance for the future of Macao.

Just what were Sun Fo and T.V. Song doing in the summer of 1916 and what are the prospects of their having been in Shanghai? Secondary sources relating to T.V. Song and Sun Fo do not appear to address their activities in the summer of 1916 and this has been a serious oversight. The summer of 1916 was one of the most important political periods of the Republican period. In the first half of the year a strong and widespread anti-Yuan movement had arisen within the global Chinese political communities due to widespread opposition to Yuan’s attempts to re-establish the monarchy. Key Southern generals had called for Yuan’s abdication. His death on 6 June initiated a scramble among those groups for political power. Despite these remarkable political events, no secondary sources uncovered address how this period impacted Sun Fo and T.V. Song, two of the individuals closest to Sun Yat Sen and critical for the future of China.⁵⁶

By late September 1916 they had to be in New York City at the end of the railroad line that Carlos da Maia would need to take from Vancouver to reach the ship that he would board for Lisbon. Sitting then, at the end of Carlos da Maia’s train line to New York would be the next generation of Republican Chinese leaders. T.V. Song and Sun Fo were with a small group of Chinese students studying at Columbia University, with a fall semester start date of 28 September. The group also included the future leader of the China’s educational modernisation and Chinese ambassador to the United States, Hu Shi 胡适, and the future Chinese minister to Brazil and Sun Yat Sen son-in-law, Dai Encai 戴恩赛. In the immediately preceding year of 1915-1916 as graduate students, T.V. Song, who was enrolled in a graduate economics program

and Hu Shi in the Ph.D. program of the Departments of History and Philosophy, roomed in the same dorm of Furnald Hall while Dai Encai and Sun Fo lived across the quad in Livingston Hall.⁵⁷ By June 1917, Sun Fo would have graduated with a Master’s Degree in the first class of Columbia’s new School of Business. With the Columbia school year of 1916-1917 having only 19 Chinese in a total of 8,023 students, the Chinese student community there must have been close.⁵⁸ Dai Encai went on to become Sun Fo’s brother-in-law following his graduation with a Ph.D. in Philosophy and international law in June 1918, and subsequently, after his lengthy eight-year stay in Brazil beginning in 1929, a long-term resident of Macao and Zhong Shan County from 1937. Effectively, Sun Fo, T.V. Song, Dai Encai and Song Meiling 宋美龄 (when she visited) would become a tight-knit family group through the marriage of Song Qingling to Sun Yat Sen in the fall of 1915 and Dai Encai to Grace Sun Wan 孙婉 in March 1921. In the summer of 1914, Sun Fo had taken its oath of allegiance to the Revolutionary Party. It would be a difficult argument to suggest that T.V. Song, Sun’s brother-in-law and Sun Fo’s classmate at Columbia, and Dai Encai were not also members.

Below is a photograph of the group at Columbia University sometime during the 1916-1917 school year. In the first row sitting from left to right are Hu Shi, T.V. Song, Sun Fo, and Dai Encai. Directly in back of Sun Fo appears to be Song Meiling. These are fourteen or fifteen of the nineteen Chinese students studying at Columbia University in that year.⁵⁹

WHERE WERE SUN FO AND T.V. SONG IN THE SUMMER OF 1916?

Were these leaders also in Shanghai to board *RMS Empress of Russia* that Carlos da Maia would take to Canada? An answer to this requires an assessment of the Chinese political situation, the nature of Chinese student political movements and the status of the Chinese economy. First, in addition to the clashes with and then the death of Yuan Shikai, conflicts among revolutionaries and their student supporters were apparent. It was reported that when Huang Xing returned back from the U.S. to Japan on 9 May, four hundred Chinese students rallied for him in Tokyo and ejected followers of Sun Yat Sen from the meeting.⁶⁰

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I



Group at Columbia University. In the first row sitting from left to right are Hu Shi, T.V. Song, Sun Fo, and Dai Encai. Directly in back of Sun Fo appears to be Song Meiling. From *Hu Shi Ji Qi Youren 1904-1948* 胡适及其友人1904-1948 (Hu Shi and his Friends). Hong Kong: The Commercial Press, 1999.

Having key student leaders representing Sun Yat Sen's Revolutionary Party in North America was critical for Sun's political position among overseas Chinese there. It would have been extremely advantageous by the fall of 1916 to have had Sun Fo, T.V. Song, Hu Shi, and Dai Encai at Columbia University with Song Meiling at Wellesley pledged to and promoting his efforts.

Secondly, T.V. Song had graduated from Harvard in June of 1915⁶¹ with a B.A. in Economics and was working for the International Banking Corporation of New York City, a subsidiary of the National City Bank of New York (now known as Citibank).⁶² The IBC had a significant Asian presence, was a regular advertiser in the *North-China Daily News* and operated a branch in Shanghai on Kiukiang Road.⁶³ It is reliably reported in secondary literature that Song only permanently

returned to China with his younger sister Song Meiling in the summer of 1917 after she had graduated from Wellesley. But few sources investigate his actions in the summer of 1916. Neither Howard Boorman in his 1967 *Biographical Dictionary* nor Sterling Seagrave in his 1985 'exposé' on the Song family detail T.V. Song's activities as the Yuan Shikai government ended; his employer investigated a major loan to the new Chinese government with encouragement from the U.S. State Department, and a financial run on China's two leading banks was brought under control.

At a minimum, without considering the needs for Sun to organise the Chinese students in America, there is a case to be made that he undertook a trip to Shanghai for business purposes as his employer dealt with two major financial issues in China. The first broke

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

out on 13 May when a financial run on the Bank of China and the Bank of Communication in Beijing that derived from an excess distribution of bank notes, almost caused their collapse. An order from the Cabinet signed by the Premier Duan Qirui had suspended all payments on debt, deposits and note exchange. This action was threatening to turn into a major cross-border financial crisis.⁶⁴ It was necessary for an international financial consortium to agree publicly to support the institutions before the crisis had passed. The members of the banking consortium included Song's employer, the International Banking Corporation, along with the other top banks operating in China, namely the Chartered Bank, HSBC, Mercantile Bank of India, Yokohama Specie Bank, Bank of Taiwan, Banque Belge, Banque de L'Indochine, Russo-Asiatic Bank and the Nederlandsche Handels Bank.⁶⁵

When the bank run had been brought under control, the death of Yuan Shikai three weeks later shuffled China's economic and political deck. It would have been reasonable for National City Bank and its International Banking Corporation subsidiary to have wished for clear assessment of the rapidly changing Chinese political and economic situation. What better person to investigate the situation than T.V. Song, the Harvard-educated brother of the wife of the first Chinese President? He would have been able to access directly the network of his father, Charlie Song; his two brothers-in-law, Sun Yat Sen and H.H. Kung, the latter being the product of one of China's leading banking families; and his two sisters, Song Ailing and Song Qingling, who were Sun Yat Sen's confidential secretaries. Much of the political controversy surrounding Yuan Shikai had involved the financing of his government through international banking consortiums. Had National City Bank not made use of T.V. Song, an extraordinary asset in their employ in New York City, they would have misused one of their best connected resources in China. International banks employed the children of politically and economically well-connected elites precisely for these purposes.

In fact, three days before the arrival and departure of Carlos da Maia from Shanghai, on 5 September the *North-China Daily News* had carried a lengthy article describing the results of attempts by the American banking consortium that included National City Bank, the parent of T.V. Song's employer, to supply China

with new credit facilities. The US State Department had encouraged the banking group to support the Chinese Government, but the banking consortium of J.P. Morgan, Kuhn Loeb, National City Bank, and First National Bank 'found it impossible under the conditions which exist to make the loan'. Despite China having turned to the American International Corporation as an alternative, bankers viewed the likelihood of success as minimal.⁶⁶ The American banking consortium had agreed in 1911 to a five-year period whereby a consortium of banks from Britain, Japan, France, Germany, Russia and the United States would not work independently of one another with respect to loans to the Chinese government. The Wilson Administration had prevented the American banks from joining in the loan of the Six Power Consortium in April of 1913, but the five-year term on the original agreement was not to expire until the next year. Despite encouragement from the US State Department, it proved impossible to structure a transaction that was acceptable to the American bankers.

Though youthful and undoubtedly aggressive, given T.V. Song's capabilities, relationships in China and his future roles as both Sun Yat Sen's financial manager and the organiser of the Central Bank in China in 1924, he should have been supporting the team that undertook the discussions on behalf of National City Bank. It is also likely that Sun Yat Sen was opposed to any new loans to the Beijing government as the *North-China Daily News* on 17 August explained there were Chinese in America opposed to a loan to the new government, pending incorporation of their associates into the government that was being contemplated.⁶⁷ Sun Yat Sen, China's leading Republican revolutionary was not in that government. The individual best placed to make the assessment as to whether the leader of the Chinese revolutionists, Sun Yat Sen, would agree to a reorganisation loan to the successor government to Yuan Shikai, was Sun's brother-in-law, T.V. Song, a Harvard-graduate, an IBC employee and a Columbia Economics Department graduate student.

With respect to Sun Fo, George Yu in *Party Politics in Republican China* has already implied that while Sun Fo was still an undergraduate he returned from San Francisco to Tokyo in June of 1914 to take the oath of allegiance that his father required for the Revolutionary Party.⁶⁸ His trip across the Pacific for political purposes

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I



General Li Yuanhong.

would not have been unusual. Earlier, following the 1911 revolution Sun Fo had quickly returned to China, but his father sent him back to the United States to finish his education.⁶⁹ It is also conceivable he made a summer trip to China to visit his father in Shanghai and his mother in Macao following his graduation from Berkeley in mid-May of 1916. By early fall of 1916 he was scheduled to enter Columbia University to study for a masters degree in business administration while his step-uncle, T.V. Song, was studying economics.⁷⁰ Since both Sun Fo and T.V. Song would need to be in New York City in the fall of 1916, they could have returned from Shanghai together after visiting their joint ‘Sun-Song’ family in Shanghai. The 28 September arrival date would have met the scheduled date for the commencement of Columbia University’s fall semester of late September. Had T.V. Song and Sun Fo been on the *Empress of Russia*, they would have accompanied Carlos de Maia from Shanghai all the way to New York City, the destination of all three.

Unfortunately past authors who have provided biographies of Sun Fo do not provide sufficient detail to verify a summer-1916 trip to China. This includes

Lai Jeh-hang 赖泽涵, who in 1976 completed a dissertation focused on Sun Fo entitled *A Study of a Faltering Democrat, the Life of Sun Fo, 1891-1949*, and Howard Boorman’s *Biographical Dictionary of Republican China*. These lack data for the period from Sun Fo’s graduation from Berkeley in 1916 until his graduation from Columbia University in 1917.⁷¹ Lai Jeh-hang makes two claims and an omission without providing citations: the first is that Sun Fo graduated in May 1916 and was so short of cash that he sent his wife back to Hawaii to live with his in-laws; the second was that he arrived in New York in August.⁷² He fails to mention anything concerning Sun Fo’s mother or surviving sister during this period, despite Sun Fo having spent his infancy and youth with them and with his recently deceased uncle Sun Mei. Additionally, since Columbia University’s fall 1916 semester began not in late August but on 27 September, with final registration on 30 September,⁷³ Lai is likely to have been in error. An arrival in August would have required Sun Fo to wait with little to do for well over a month before classes began. It is therefore feasible that Sun Fo returned to Shanghai following his graduation from Berkeley in May, or subsequent to Yuan Shikai’s death in June. There was sufficient money available from Charlie Song to facilitate Sun Fo’s trip back to Shanghai. Significantly, Charlie Song’s older daughter Song Ailing had looked after the affairs of Sun Fo’s mother and sisters during her lengthy service as confidential secretary to the TMH, which appears to have been as long as the five years from 1909 to 1914.

In addition to the personal and financial issues that may have brought T.V. Song and Sun Fo to Shanghai in the summer of 1916, there was also the significant political event of the implantation of the Revolutionary Party’s (Gemingdang) headquarters in Shanghai and the reconfiguration of the party. Not only would Sun need to build his domestic Chinese base, but he would need to build his international network to support his operations. On 25 July the Shanghai headquarters of the Revolutionary Party issued a notice to all the party’s branches and representatives from Sun Yat Sen which restated the reasons for the creation of the Revolutionary Party in 1913 and announced the steps to be taken subsequent to the death of Yuan. Sun explained that the Party’s chief object had been ‘overthrowing the despotic government and restoring our Republic’. In condemning ‘the traitor Yuan’, he also

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

announced that with legal succession to the Presidency of Li Yuanhong, the restoration of the Provisional Constitution and the assembling of the Parliament, ‘the word “Revolution” was no longer appropriate either in name and in principle and all the activities of our party will be stopped’. The party was to be reconstituted and an invitation was extended for plans, views and opinions on that process from branches and representatives at home or abroad.⁷⁴

Three days later at the home of Wu Tingfang 伍廷芳, the senior Chinese political leader who would work closely with Sun until Wu’s death in 1922 in an effort to restore a unified Chinese republic, the World Chinese Students Federation held a promotional meeting of 300 to 400 Chinese students.⁷⁵ Wu was undoubtedly one of the key political personalities of this era, having begun his political career in Hong Kong as a British trained barrister from 1877 to 1882, then joining Li Hongzhang 李鴻章 to support the Self Strengthening Movement and modernisation program, and finally becoming Qing Ambassador to the United States from 1897 to 1902. On his return he worked in various governmental capacities, leading to his engineering Yuan Shikai into the Chinese Presidency in 1911-1912. Following his decision to join with Sun Yat Sen in Sun’s first Guangdong Government in 1917, he would play numerous roles, including being both Foreign and Finance Minister, acting President in early 1922 and Governor of Guangdong in spring of 1922. However, despite their work together beginning in the fall of 1917, he only formally aligned with Sun in March 1920.⁷⁶ His hosting the World Chinese Students Federation event did not necessarily imply these organisational efforts were being undertaken in conjunction with the restructuring of Sun’s Revolutionary Party, despite the proximity of the report in the *North-China Daily News* which suggests the possibility.

Sun was, however, clearly restructuring his global operations to address the new political environment. Two key participants in that process could well have been his son, Sun Fo, who was to be a graduate student at Columbia University in 1916-1917, and the recent Harvard graduate, T.V. Song, who was also working on a graduate degree in economics in the same university. He was also dorm mates (and possibly roommates) with Hu Shi, who shortly would become one of the most important leaders of China’s

educational modernisation. Of all the Chinese students in North America, they were best placed to serve as the organisational cadre for the North American branch of the World Chinese Students Federation. The Revolutionary Party, in fact, would continue to operate for another three years until it was formally converted to the KMT on 10 October 1919.⁷⁷

With Carlos da Maia specifically transiting both Shanghai and New York, how would he not take advantage of the opportunity to meet the representatives of China’s first President, whose family had multiple links into Macao, Portugal’s key Asian base? His visit to Shanghai had been arranged a month before (early August) with the knowledge that he would be in Shanghai only a few hours. His time at the Club Lusitano was not even three hours, with arrival at 12.15 pm and departure at 3 pm. Nevertheless, the Club Lusitano of Shanghai hosted a magnificent reception at which many of the dignitaries of the Shanghai Portuguese community were present.⁷⁸ The reception committee included Dr. Mário Nascimento, Portuguese Consul, as Chairman and Celidónio C. Remédios, the Commandante of the Portuguese Volunteers, as Vice Chairman. In the welcoming party were Captain Diniz and Lieutenant Guiterres of the Portuguese Company of the Shanghai Volunteer Defense Corps. Both Nascimento and Remédios delivered welcoming speeches with Remédios clearly stating that Carlos da Maia’s return to Portugal was ‘on an important mission for the benefit of Macao’. The nature of the visit was not specified. However, Remédios stressed the importance of the Governor for the city and the attention that the Portuguese Community in Shanghai had placed on his efforts:

It is well known that the colony of Macao, by reason of its special circumstances, depends entirely for its prosperity on the man whom Portugal sends to govern it. From this place for more than two years our eyes have been fixed on the Portuguese possession in China, because of the man who was governing it, and we have had reasons for congratulation. ... We Portuguese in Shanghai are cordially united in this manifestation, indicative of the gratitude of the people to a worthy governor of Macao. ... The nomination of your Excellency to preside over the destiny of Macao is sufficient proof that the Motherland has not forgotten its interest.⁷⁹

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I



Group after the ceremony of the inauguration on Yuan Shikai as President.

CONCLUSION

Had T.V. Song and Sun Fo undertaken the voyage back to Canada and the United States on the *Empress of Russia* on 8 September 1916, it would have put three individuals critical for the future of Macao on the same vessel: Carlos da Maia, T.V. Song and Sun Fo. It is conceivable that Carlos da Maia's stop in Shanghai may have been entirely insufficient to have enabled any discussions directly with Sun Yat Sen, but it would have been unwise of Carlos da Maia, a significant leader of the Portuguese Republicans, and the Chinese Republicans to have missed the opportunity to coordinate their activities. Publicly, it had been widely announced that Carlos da Maia was to have critical discussions in Lisbon on the development of the Macao port and the use of the city's reserve funds. Privately, he may have had the controversial issue of the Portuguese Passports still to finalise. At the same time, Sun had been using Macao as a base of operations to a presently unquantifiable degree.

With Yuan Shikai's death in June 1916, the Chinese political establishment was in turmoil and its political future uncertain. Sun Yat Sen had been

the immediate predecessor to Yuan as President of the Republic of China, and he was certainly in the running to be Yuan's successor. Sun had just moved back to Shanghai from Tokyo, and Portugal's most important political figure in Asia was returning to Lisbon through Shanghai to discuss the future of Macao, Portugal's key base in Asia. It was just ten years before that Macanese leaders in Macao had attempted to construct a railroad from Canton to the City, and this proposal had been blocked for political reasons in Lisbon. Sun Yat Sen, of course, had been Yuan's Minister of Railroads in 1912 and had visited Macao near the time of his appointment. At the same time, Sun Yat Sen's first wife, Lu Muzhen 卢慕贞 was resident in Macao and Sun Yat Sen's brother was buried there. His surviving daughter, Grace Sun Wan, appears to have still been studying in Berkeley, but the location of this daughter and Sun Fo that summer might also have been Macao. After graduating from University of California at Berkeley in the spring of 1916 and with major political change brewing in China, it would have been reasonable for Sun Fo to have visited his mother, possibly even bringing her surviving daughter back with him.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

Irrespective of the emotional attachment that the Sun family undoubtedly had in Macao, from the commercial and political potential of investment in the city both Sun Yat Sen and Charles Song Jiashu should have exhibited a keen interest. Plans for the development of the Macao Harbour could well have resulted in the economic resurgence of the city as a 'second Hong Kong', while providing an expanded platform for Sun's lifelong attempt to gain Canton as a political and military base. Substantiating this assumption, after graduating from Columbia University with a Masters in Business Administration in 1917, Sun Fo was back in China as his father's personal assistant in May 1918, and by September 1918 he was in Macao buying real estate from Macao's most prominent merchant family (Lou Lim Ioc) in the most secure part of the city.⁸⁰ The sites he purchased became the family home of his mother until her death on 7

September 1952 and the present Sun Yat Sen Memorial Hall from 1956.

This coincidence of fact moves the probability of coordination between the Sun-Song family and Carlos da Maia on his return trip to Portugal past 'speculation' into the 'highly likely' category. Substantiating this hypothesis would confirm Carlos da Maia's role as a leading Republican revolutionary, deployed by Bernardino Machado globally. It would concretely bring the revolutionary activities of both Portuguese Republicans into a world political arena far outside the confines of Portugal. This, of course, would have repercussions on the manner in which the Portuguese Republican revolution of October 1910 should be viewed historically, including its relationship to the Republican Revolt in China of October 1911 which established Sun Yat Sen and his Republican movement as the iconic initiator of Modern China. **RC**

NOTES

- 1 *Anuário de Macao - Ano de 1927*. Macao: Governo de Macao, Imprensa Nacional de Macau, 1927, p. 57.
- 2 *Ibid.*, p. 122.
- 3 Huang Ying 黄莹 and Mao Sheng, *Sun Zhongshan Yi Jiaren, Yige Zai Zhongguo you Juida Yingxiang de Jiazu* 孙中山一家人，一个在中国有巨大影响的家族 (The People of Sun Yat Sen's Family, a Clan in China with Extraordinary Influence). Beijing: Zhongguo Dang Shi Chubanshe, 2004, p. 23.
- 4 *Ibid.*, pp. 38-39
- 5 Sheng Yonghua 盛永华, Zhao Wen Fang 赵文房, and Zhang Lei 张磊, *Sun Zhongshan yu Aomen* 孙中山与澳门. Beijing: Wenwu Chubanshe, 1991, p. 117.
- 6 Jonathan Fenby, *Chiang Kai-shek: China's Generalissimo and the Nation He Lost*. New York: Carroll & Graf Publishers, 2005 p. 40.
- 7 RMS is an acronym for 'Royal Mail Ship'.
- 8 Immanuel C.Y. Hsü, *The Rise of Modern China*. Oxford: Oxford University Press, 1970, p. 478.
- 9 An extremely rare Chinese character that some sources read as 'Yuan'.
- 10 Sheng Yonghua, Zhao Wen Fang, and Zhang Lei, *Sun Zhongshan yu Aomen*. Beijing, 1991, p. 18, #105, #106.
- 11 Leslie Chen, *Chen Jiongming and the Federalist Movement: Regional Leadership and Nation Building in Early Republican China*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999, p. 62.
- 12 George T.C. Yu, *Party Politics in Republican China: the Kuomintang, 1912-1924*. Berkeley: University of California Press, 1966, pp. 123-124.
- 13 *Ibid.*, p. 122.
- 14 No records have been found of the possibility that he had escorted his younger sister, Sun Yan 孙延, back to Macao where she had arrived in March 1913, apparently from California.
- 15 *Ibid.*, p. 172
- 16 Jonathan Fenby, *Chiang Kai-shek: China's Generalissimo and the Nation He Lost*, pp. xxiii, 97, 231.
- 17 Frederick Wakeman Jr., *Policing Shanghai, 1927-1937*. Berkeley: University of California Press, 1995, p. 252.
- 18 George T.C. Yu, *Party Politics in Republican China: the Kuomintang, 1912-1924*, pp. 132-133.
- 19 Douglas L. Wheeler, *Republican Portugal: A Political History, 1910-1926*. Madison: University of Wisconsin Press, 1998, pp. 266-267.
- 20 Célia Reis et al., 'Conjuntura e vida política'. In *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, edited by A. H. Oliveira Marques, vol. 4, *Macao e Timor. No Período Republicano*. Lisbon: Fundação Oriente, 2004, p. 27.
- 21 *Ibid.*, p. 152.
- 22 *Ibid.*, pp. 152, 153.
- 23 *Ibid.*, pp. 122, 129, 120-125.
- 24 Huang Hongzhao 黄鸿钊, 'Minguo Shiqi de Aomen Wenti Jiaoshe' 民国时期的澳门问题交涉 (Negotiations on the Macao Question during the Republican Period). *Jiangsu Shehui Kexue* 江苏社会科学 (Jiangsu Social Sciences), 1.
- 25 Marius B. Jansen, *The Japanese and Sun Yat-sen*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1967, pp. 189, 192-193; C. Martin Wilbur, *Sun Yat-sen: Frustrated Patriot*. New York: Columbia University Press, pp. 83-44.
- 26 Leslie Chen, *Chen Jiongming and the Federalist Movement: Regional Leadership and Nation Building in Early Republican China*, p. 66.
- 27 *Ibid.*, p. 68.
- 28 Immanuel C.Y. Hsü, *The Rise of Modern China*, p. 494.
- 29 William F. Morton, *Tanaka Giichi and Japan's China Policy*. London: Dawson, 1980, p. 25.
- 30 Immanuel C.Y. Hsü, *The Rise of Modern China*, p. 479.
- 31 *Ibid.*, pp. 479-480.
- 32 Sheng Yonghua, Zhao Wen Fang, and Zhang Lei. *Sun Zhongshan yu Aomen*, pp. 17-18.
- 33 *Ibid.*, pp. 117, 118.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

- 34 Leslie Chen, *Chen Jiongming and the Federalist Movement: Regional Leadership and Nation Building in Early Republican China*, p. 69.
- 35 *Ibid.*, p. 72.
- 36 'From Day to Day', *North-China Daily News*, 8 May 1916.
- 37 Marie-Claire Bergère, *Sun Yat-Sen*. Paris: Fayard, 1994, p. 39; Jonathan Fenby, *Chiang Kai-shek: China's Generalissimo and the Nation He Lost*, p. xxiii.
- 38 George T.C. Yu, *Party Politics in Republican China: the Kuomintang, 1912-1924*, pp. 122, 129.
- 39 Jonathan Fenby, *Chiang Kai-shek: China's Generalissimo and the Nation He Lost*, pp. 38-9.
- 40 *Ibid.*, p. 73.
- 41 Elmer T. Clark, *Chiangs of China*. Nashville, Tenn.: Abingdon-Cokesbury Press, 1943, p. 59.
- 42 Sheng Yonghua, Zhao Wen Fang, and Zhang Lei, *Sun Zhongshan yu Aomen*, p. 117.
- 43 'Shipping & Docks', *North-China Daily News*, 9 September 1916.
- 44 Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China. Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Macao: Fundação Macau, 1999, p. 22. Original text: 'Teve no movimento intervenção decisiva, impondo-se no meio das hesitações e incertezas surgidas, por dominar o Quartel de Marinheiros de Alcântara e o cruzador *D. Carlos*. Por isso, os correligionários o distinguíram reconhecendo-o como um dos "Fundadores da República"'.
45 'Foreign Ports', *North-China Daily News*, 8 September 1916.
- 46 Sterling Seagrave, *The Soong Dynasty*. New York: Harper & Row, 1985, pp. 100, 103.
- 47 Carvalho e Rego, 'Correspondence. The Portuguese Pamphlets', *North-China Daily News*, 24 June 1916.
- 48 Manuel Teixeira, *A Imprensa Periódica Portuguesa no Extremo-Oriente*. Macao: Notícias de Macau, 1965, p. 76.
- 49 By summer 1918 Artur Tamagnini Barbosa, who had been Director of the General Office of the Ministry of the Colonies, was returning to Macao, where he had attended the Liceu, for his first term as official governor of Macao.
- 50 'The Portuguese Pamphlets: Light on a Recent Scandal', *North-China Daily News*, 14 June 1916.
- 51 Nolasco, 'O Pedido de Demissão do Governador da Colonia.'
- 52 'Shipping & Docks'.
- 53 'Passengers', *North-China Daily News*, 9 September 1916.
- 54 The name 'Soong Tze-ven' might have been reversed to provide a 'Western' reading of 'Ven-Tse Soong' of 'V.T. Song'. At the same time, Sun Yat Sen's son was known as 'Sun Ke' in Mandarin, and 'Sun Fo' in Cantonese. Using 'K.F. Sun' would have conflated the two names to facilitate interactions with those alternately using the Mandarin and Cantonese dialects. Finally the names family names 'Sun' and 'Soong' (or 'Song') are easily misstated.
- 55 Tang Liangli 汤良礼, *Wang Ching-wei: a Political Biography*. Tientsin, 1931, pp. 169, 191, 199.
- 56 As an example, five Chinese-language sources checked at random said nothing concerning the summer of 1916. These included: (i) Wang Song 王松, Jiang Shimin 蒋仕民, and Rao Fanghu 饶方虎, *Song Ziwen Zhuan* 宋子文传 (Wuhan, 1996); (ii) Wang Song 王松, *Song Ziwen Zhuan* 宋子文传 (Wuhan, 2006); (iii) Yang Jing 杨菁, *Song Ziwen Zhuan* 宋子文传 (Shijiazhuang, 1999); (iv) Chen Tingyi 陈廷一, *Song Ziwen Dazhuan* 宋子文大传 (Beijing, 2004); (v) Yang Zhesheng 杨者圣, *Guomindang Jinrongzhi Fu Song Ziwen* 国民党金融之父宋子文 (Shanghai, 2001).
- 57 *Catalogue, 1915-1916, Columbia University in the City of New York*. New York, 1916, pp. 58, 89, 92; *Catalogue, 1916-1917, Columbia University in the City of New York*. New York, 1917, p. 143.
- 58 *Catalogue, 1916-1917, Columbia University in the City of New York*, p. 255.
- 59 Geng Yunzhi 耿云志, *Hu Shi Jiqi Youren 1904-1908* 胡适及其友人 (1904-1908). Hong Kong: The Commercial Press, 1999, p. 25. The referenced book only identifies Hu Shi in this photograph, but it is eminently clear that Sun Fo is third from the left, while other, slightly newer photos from other sources provide the identities for Dai Encai, T.V. Song, and Song Meiling.
- 60 North-China Daily News Correspondent, 'Huang Hsing's Return: Arrival in Japan', *North-China Daily News*, 10 May 1916.
- 61 Huang Ying and Mao Sheng, *Sun Zhongshan yi Jiaren: Yige Zai Zhongguo you Juda Yingxiang de Jiazu*, p. 509. The data for this early period is not altogether reliable. The author claims Song Qingling was married to Sun Yat Sen in 1914, which is inaccurate. He states that T.V. Song graduated from Harvard in 1915, but does not provide the exact name of the International Bank where he was working for two years in New York from 1915 to 1917; he also claims inaccurately that Song had obtained a Masters in Economics from Harvard.
- 62 Howard L. Boorman and Richard C. Howard, *Biographical Dictionary of Republican China*. New York: Columbia University Press, 1970, vol. 3, p. 149; Sterling Seagrave, *The Soong Dynasty*, p. 190. Boorman also inaccurately claims Sun Yat Sen married Song Qingling in 1914. Seagrave follows Boorman and provides no insight to T.V. Song's activities in the summer of 1916.
- 63 'International Banking Corporation', *North-China Daily News*, 8 September 1916.
- 64 'The Chinese Bank Crisis. Run on the Bank of China. The Government's Moratorium', *North-China Daily Press*, 15 May 1916.
- 65 'Chinese Bank Crisis. Continuation of the Run. Assistance from Foreign Banks', *North-China Daily News*, 16 May 1916.
- 66 'A China Loan in America. The New Group. Business Thought Impossible', *North-China Daily News*, 5 September 1916.
- 67 'More About the American Loan. Favoured by Washington on Conditions', *North-China Daily News*, 17 August 1916.
- 68 George T.C. Yu, *Party Politics in Republican China: the Kuomintang, 1912-1924*, p. 133.
- 69 Howard L. Boorman and Richard C. Howard, *Biographical Dictionary of Republican China*, vol. 3, p. 162.
- 70 Sources vary as to the nature of the program, with some reporting his studies to be Public Administration, Business Administration or Economics. Boorman (vol. 3, p. 163) states it was an M.A. in economics. Columbia University records show that he studied in the first class offered by the university for a Masters in Business Administration. See *Columbia University Catalog, 1916-1917*, p. 255 previously referenced.
- 71 Howard L. Boorman and Richard C. Howard, *Biographical Dictionary of Republican China*, vol. 3, pp. 162-163.
- 72 Lai, 'Study of a Faltering Democrat: the Life of Sun Fo, 1891-1949', p. 9.
- 73 *Catalogue, 1915-1916, Columbia University in the City of New York*, p. 319.
- 74 'From the Chinese Press. The Revolutionary Party of China', *North-China Daily News*, 29 July 1916.
- 75 'From the Chinese Press. World's Chinese Students' Federation', *North-China Daily News*, 29 July 1916.
- 76 Linda Pomerantz Zhang, *Wu Tingfang (1842-1922): Reform and Modernization in Modern Chinese History*. Hong Kong: Hong Kong University Press, pp. 267, 271, 280, 283, 292.
- 77 George T.C. Yu, *Party Politics in Republican China: the Kuomintang, 1912-1924*, p. 152.
- 78 Luiz Nolasco, 'Governador de Macao', *O Progresso*, 24 September 1916.
- 79 'The Governor of Macao: Reception to Commdr. Da Maia in Shanghai', *North-China Daily News*, 9 September 1916.
- 80 Manuel Teixeira, *A Voz das Pedras de Macau*. Macao: Imprensa Nacional, 1980, pp. 179-180.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

José Carlos da Maia.



José Carlos da Maia

Apontamento Breve

FERNANDO MENDONÇA FAVA*

INTRODUÇÃO

A instauração do regime republicano em Portugal, a 5 de Outubro de 1910, antecedeu, em um pouco mais de um ano, a instituição, na China, de um regime de idêntica natureza. Este paralelismo e o facto de entre os dois países existirem outras aproximações e outros laços, centrados, designadamente, no território de Macau, justifica, a nosso ver, a elaboração de um pequeno apontamento biográfico de um vulto histórico que tendo sido consagrado como um herói da República Portuguesa, foi também governador de Macau, aí desenvolvendo obra administrativa de notável grandeza e com isso influenciando a história dessa singular península do Extremo Oriente onde os portugueses permaneceram durante 442 anos (1557 a 1999). Em obediência a este desiderato, propomo-nos, nas páginas seguintes e em traços largos, descrever a figura de marinheiro, de revolucionário, de político e de mártir que foi José Carlos da Maia. A ênfase será colocada no protagonismo histórico que Maia teve durante a afirmação política do republicanismo e a vigência da Primeira República Portuguesa, sem, todavia, deixar de se fazer necessárias referências ao seu estatuto e acção como governador de Macau, bem ainda como às relações que, enquanto tal, manteve com o reputado pai da República Chinesa, Sun Yat Sen 孫

逸仙, facto tão mais interessante quanto se conhece que Carlos da Maia dedicou simpatias pessoais à causa da República Chinesa, apoiando-a tanto quanto esteve ao seu alcance fazê-lo.

Sendo este um trabalho por natureza descritivo, não deixará o mesmo de ter, nos momentos apropriados, as reflexões que se julguem pertinentes, com privilégio para as que contribuírem para uma melhor compreensão da idiosincrasia da pessoa em estudo. Paralelamente, e no sentido da procura de uma melhor intelecção dos assuntos narrados e das questões colocadas, far-se-ão as contextualizações que vierem em socorro desse objectivo. As poucas notas de rodapé destinam-se a fornecer uma informação mais detalhada acerca de pessoas e/ou factos. Por fim e porque, no caso, tal nos parece uma metodologia adequada, procuraremos que a nossa exposição seja regida por um flexível fio cronológico.

MENINICE E ADOLESCÊNCIA

José Carlos da Maia nasceu em Olhão a 16 de Março de 1878, filho de Carlos Augusto da Maia e de Maria da Encarnação Cruz Maia. Pelo lado paterno era neto do desembargador e fidalgo-cavaleiro, António Carlos da Maia, e sobrinho-neto de Ana Guilhermina da Maia, casada com Fernando de Quental, sendo estes os pais do grande poeta e filósofo Antero de Quental, de quem, portanto, Carlos da Maia era primo em segundo grau. Após o seu nascimento, seu pai, guardião de marinha, foi colocado em Lisboa, facto que implicou a ida do pequeno José Carlos, com apenas 14 meses de vida, para a grande cidade. Da meninice,

* Mestre em História Contemporânea de Portugal; investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra.

M.A. in Portuguese Contemporary History; researcher at Coimbra's University Centre for 20th Century Interdisciplinary Studies.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

passada na zona ribeirinha de Belém, sabemos que foi companheiro de brincadeiras do jornalista e historiador, Francisco da Rocha Martins, pessoa que haveria de notabilizar-se, não só pelos seus artigos jornalísticos e obras historiográficas, mas, igualmente, pela firme e inteligente oposição que fez ao regime de Salazar. Quanto a este último aspecto, evoquemos apenas o conhecido pregão, repetido vezes sem conta pelos arduos de Lisboa, nos anos quarenta do século xx, quando a sua pena, se expandindo pelas páginas do *Diário de Notícias*, zuzia impiedosamente nos corifeus e nas incongruências do salazarismo: “Hoje fala o Rocha, o Salazar está à brocha.”

Mas, interessa-nos, sobretudo, saber o que a pena de Rocha Martins escreveu sobre o seu companheirismo com José Carlos da Maia. Vejamos, então, um pequeno e primeiro registo:

“Aparecera para a minha amizade aos seis anos que eu tinha; ele tinha oito. Nasceram no mesmo mês, em Março, com a diferença de quinze dias e era sabido que os Maias me convidavam para a festa do filho, na Travessa do Figueiredo, que tinha um quintalão enorme engalanado de balões, onde saltávamos fogueiras pelo Santo António. Tinha uns lindos olhos sonhadores, o José Carlos; vestia um bibe, guardava na voz um sotaque algarvio – ele era d’Olhão – e, irrequieto, tumultuoso, chefe de todos nós, amava, então, os chapéus armados de papel, as espingardas de pau, as espadas de lata compradas na feira de Belém. Eu era lanceiro; cavalo de cana, barretina empenachada, haste de vassoura afiada e bandeira azul e branca. Ele falava sempre com paixão dos barcos de que se recordava; comentava visões largas de navios e quando me levavam para Pedrouços era ele, que olhos magoados, enternecia remadores da Alfandega, pilotos do Bom Sucesso e os guardas da saúde para nos levarem no vapor até aos paquetes colossais que buznavam e deitavam fumo negro.”¹

Em Janeiro de 1890, quando José Carlos da Maia se encontrava na dobra dos 11 para os 12 anos, estalou o epílogo lógico de um diferendo que já há muito opunha Portugal à Inglaterra e que resultava de um choque frontal de interesses, existente no seio dos projectos coloniais que cada um dos dois países alimentava na África austral. Esgotados aparentemente os recursos diplomáticos, deu-se voz à força, naturalmente por

iniciativa de quem a detinha. O episódio, que veio a ficar conhecido historicamente por *Ultimato Inglês*, teve, como se sabe, enorme impacto na opinião pública portuguesa, despertando no seio desta, de muito forma dilatada, um orgulho nacional que, afinal, apenas se encontrava adormecido. Tinha então Carlos da Maia, como se disse, apenas 12 anos de idade, mas compreende-se quanto o assunto em si mesmo, e a paixão que gerou, possa ter contundido fortemente o pensar e os ideais, precocemente desenvolvidos, de um adolescente com um espírito já tocado ou impregnado por sentimentos de civismo e de patriotismo, quer por efeito de ambiências familiares, quer pelo ar político que se respirava na Lisboa de então, perpassado pelo ascenso do movimento republicano. A verdade é que nos seus folguedos logo começaram os jogos de guerra contra a Inglaterra (esta sempre vencida), tudo se desenrolando de conluio com o pequeno Francisco Rocha Martins e com este a fazer “inflamados” discursos onde eram definitivamente apostrofados os ingleses, a *Pérfida Albion* e o “execrável” Salisbury.² Brincadeiras infantis que mimetizavam o que se estava a passar na sociedade portuguesa, atravessada que estava esta, de norte a sul do país, por uma onda de indignação que se vertia contra o opressor estrangeiro, mas também contra a Monarquia Constitucional e contra a Coroa, instituições que, de todo, se mostravam incapazes de defender os interesses nacionais.

MARINHEIRO, MAÇOM
E REVOLUCIONÁRIO

Corria o ano de 1897 quando Carlos da Maia se alistou na Armada, nisso dando pleno acolhimento a uma vocação sentida e também a tradições de família. Tinha então 19 anos e por esta altura morava mais para o interior da cidade, na zona de São Paulo, não longe do Cais do Sodré. Promovido a guarda-marinha em 1900, foi então colocado na Divisão Naval do Atlântico Sul, sulcando os mares entre Angola, São Tomé e Cabo Verde. Depois, em 1903, já como segundo-tenente, foi destacado, primeiramente para a canhoneira *Diu* e depois para o cruzador *Vasco da Gama*, ambos fundeados em Macau, aí permanecendo até 1905, ano em que regressa a Portugal. Após uma breve viagem a Angola, foi nomeado, em Fevereiro 1907, instrutor da Escola Prática de Artilharia Naval – fragata *D. Fernando II e Glória*.

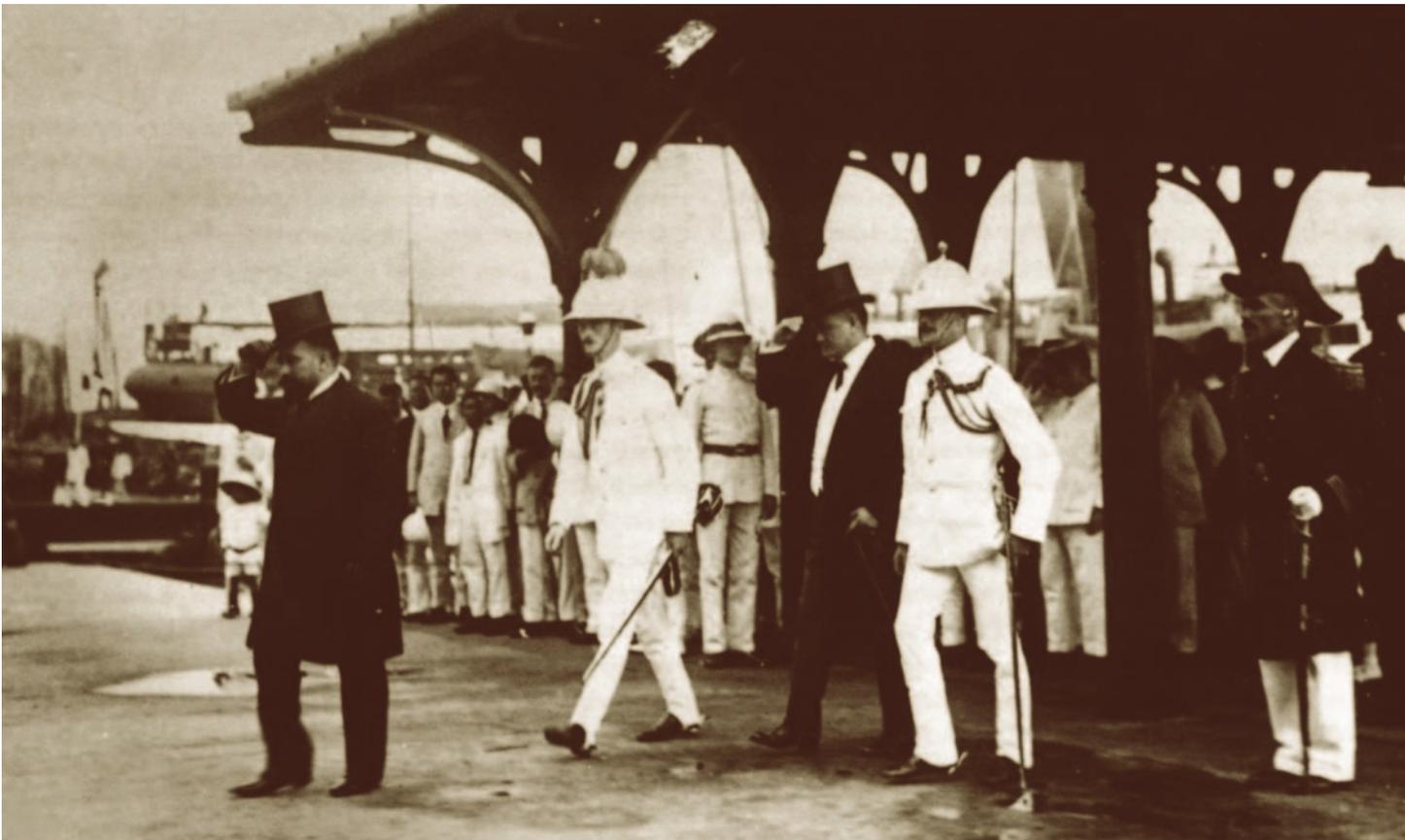
PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

De sua autoria aparece-nos, escrito justamente em 1907, um pequeno opúsculo intitulado *Estudo Sobre Chronometros e Agulhas do Pero d'Alenquer*. Com um conteúdo estritamente técnico, debruça-se este folheto sobre as particularidades dos instrumentos de marear do referido navio e sobre tabelas e fórmulas matemáticas relacionadas. Num outro impresso, igualmente datado de 1907, surge-nos um discurso feito pelo então segundo-tenente José Carlos da Maia na Liga Naval Portuguesa na noite de 5 de Junho de 1907. Fazendo algumas considerações sobre o tema mais genérico “Marinha de Guerra”, o orador desce depois a uma análise da relação estreita existente entre a Marinha Militar e o Comércio, entendido este como importante factor de criação de riqueza pública. Atribui o estado deplorável a que chegara a Marinha Portuguesa a causas internas como: “educação fradesca”, “perversão na exploração das riquezas” e “ambições de mando”. Termina, afirmando que, enquanto Portugal estagnou, as outras potências europeias, nossas concorrentes na dominação de territórios ultramarinos – Inglaterra, Espanha, França, Alemanha – cresceram em meios e

em ambição, aspectos estes que, segundo a sua opinião, desaguarão nas exigências e imposições feitas na Conferência de Berlim de 1885.

Entretanto iniciado na Maçonaria, José Carlos da Maia conspira então activamente contra a Monarquia e a favor da República, juntando os seus esforços aos de outros seus camaradas de armas, designadamente a Machado Santos e a Cândido dos Reis. Uma das missões que desempenhou com grande sucesso foi a do aliciamento de elementos militares para a causa revolucionária da República, facto que se veio a constituir num factor de imensa valia para o êxito do projecto republicano. Na tentativa revolucionária de 28 de Janeiro de 1908, empreendeu várias acções, conjuntamente com Machado Santos, atraindo a marinhagem para o movimento, bem ainda como funcionou como elemento de ligação, mantendo o chefe militar da conjura, almirante Cândido dos Reis, permanentemente informado sobre o evoluir dos acontecimentos e o comportamento e posições dos oficiais.

Chegada de José Carlos da Maia a Hong Kong, em Junho de 1914.



PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

Sempre a sonhar com a Revolução Republicana, por ela continuou a trabalhar durante o chamado período de “Acalmação” ou seja, o breve reinado de D. Manuel II, príncipe impreparado para reinar e que somente ascendeu ao trono por força do *Regicídio* de 1 de Fevereiro de 1908, acontecimento trágico que vitimou seu pai, o rei D. Carlos, e seu irmão, o príncipe real, D. Luís Filipe. Quando, finalmente, na madrugada de 3 para 4 de Outubro de 1910, a Revolução veio para a rua, José Carlos da Maia e os seus camaradas de armas, Ladislau Parreira e Sousa Dias, acolitados por numerosos civis, assaltam o quartel de marinheiros de Alcântara. No local travaram-se então ferozes combates de rua contra forças monárquicas, tendo a sorte da peleja se decidido a favor dos assaltantes. Nesse dia 4 de Outubro, pelas 22 horas, um grupo de revolucionários, sob a chefia directa de José Carlos da Maia, tomou de assalto o cruzador *D. Carlos*, restando este episódio, no dizer de Machado Santos, como uma das “acções mais brilhantes da Revolução.”³ A este propósito, atentemos no depoimento seguinte:

“Ontem o Vasconcelos e Sá⁴ fez diante de mim a descrição viva e animada dos dias 4 e 5 de Outubro, e só então compreendi bem a importância da Marinha na Revolução: era um grupo de oito a dez oficiais da Armada, todos eles homens de acção. Todos eles ligados pelo perigo como irmãos. E o mais nobre, o que não tem uma falha, duma coragem reflectida e serena, é o José Carlos da Maia.”⁵

Palavras que nos dão nota da importância da participação da Armada Portuguesa no processo de afirmação e implantação da República, do empenhamento de alguns dos seus oficiais nessa causa e, por outro lado, do perfil de um desses oficiais, justamente a pessoa que temos em apreciação.

Vitoriosa a Revolução e proclamada a República a 5 de Outubro de 1910, Carlos da Maia corre então a abraçar sua mãe, a quem disse: “minha mãe, pode beijar-me que não matei ninguém!”⁶

A REPÚBLICA

Com o regime republicano implantado em Portugal, Carlos da Maia, reconhecidamente um dos heróis da República, é promovido a capitão-tenente, pelos altos serviços prestados à Pátria, e eleito deputado à Assembleia Constituinte. Nessa arena política, as suas

intervenções foram todas no sentido da reorganização da Marinha de Guerra Portuguesa, fazendo o retrato da decadência a que mesma tinha chegado e advogando a compra do material navegante estritamente necessário para a defesa de portos e costas e incremento do comércio marítimo. Um pouco mais tarde, em 1914, um Governo presidido por Bernardino Machado nomeou-o governador da longínqua Província de Macau. Maia permaneceu nessas funções até Setembro de 1916, sendo historicamente atribuída à sua governação obra administrativa com grande impacto no desenvolvimento do território, designadamente fundação de escolas; aquisição de lanchas para a Capitania dos Portos; instalação de telegrafia sem fios entre as ilhas de Taipa e Coloane; iniciação das obras do Porto de Macau, com ligação da Praia Grande à marginal do Porto Interior; saneamento de Mong Há; beneficiações no Palácio do Governo; criação do Corpo de Voluntários de Macau e Polícia Civil; reorganização e reapetrechamento do Corpo de Bombeiros; fundação de uma gafaria na ilha de D. João, ou de S. João; apoio aos hospitais já existentes. Tudo isso sem prejudicar a situação financeira de grande desafogo, herdada da governação anterior. Pela sua governação foi considerado benemérito de Macau e obsequiado por uma mensagem de agradecimento da parte de altas personalidades do território, gravada a púrpura numa placa, com decorações em prata. O valioso objecto acabaria por desaparecer da casa de família logo em 1917, vindo a ser descoberto, na década de 1970, na posse de um antiquário e então recuperado pelo filho de José Carlos da Maia, de seu nome Francisco Manuel Carlos da Maia. Num outro plano, o das relações com a China, foi reconhecido o apoio dado pelo governador Carlos da Maia ao projecto revolucionário do estadista chinês Sun Yat Sen de derrubar a dinastia Qing e instalar na China o regime republicano. De tal forma assim que o próprio Sun Yat Sen expressou, quanto a esse precioso apoio, calorosos agradecimentos por carta escrita em 23 de Junho de 1916.⁷ Ainda nos dias de hoje, quando em Macau se evoca Carlos da Maia, se considera que tal personalidade foi um dos melhores governadores que a Península teve. Um eco desse reconhecimento aconteceu recentemente, a 5 de Outubro de 2009, num jantar comemorativo do 99.º

Carta de Sun Yat Sen para Carlos da Maia, agradecendo-lhe o apoio à causa republicana chinesa. In Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China. Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Macau: Fundação Macau, 1999.

Changhaï, le 23 juin 1916

Mon cher Gouverneur,

C'est avec un réel plaisir
que je viens vous exprimer
mes sincères remerciements
pour la bonté extrême que
vous avez témoigné en
mauvaises circonstances à
tous mes amis politiques,
surtout pendant les derniers
événements survenus non
loin de Macao. Je ne saurais
vous dire la reconnaissance
profonde que je garderai
pour tant de témoignage
de sympathie de votre part.
En vous exprimant ici
les sentiments, je suis
sûr d'être l'interprète

fidèle de tous les républicains
chinois.

Je souhaite ardemment,
mon cher Gouverneur, que
l'ordre et la paix soient rapi-
dement établis en Chine,
afin que nous puissions,
avec le concours et l'exemple
de la république portugaise
instaurer en Chine les
principes et les bases d'une
administration en rapport
avec les aspirations du
pays.

Agreez, Mon cher Gouverneur,
l'assurance de ma consi-
dération la plus distinguée.

Sun Yat-sen

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

aniversário da implantação da República Portuguesa, havido no Clube Militar e organizado pela Casa de Portugal em Macau. Durante o evento, que se disse muito concorrido, coube ao jornalista João Guedes fazer o elogio de Carlos da Maia, nisso enaltecendo a sua pessoa e a sua governação durante os anos de 1914 a 1916, referências feitas numa palestra subordinada ao tema “A Implantação da República e o papel do Governador Carlos da Maia em Macau.”⁸

Todavia, nos anos algo conturbados da I República Portuguesa não deixou a governação de Carlos da Maia de ser severamente atacada, muito embora a estatura moral e a honorabilidade do governador fossem expressa e cuidadosamente poupadas nas apreciações então feitas. Já no seu mencionado livro, Rocha Martins refere

José Carlos da Maia com a sua mulher no jardim da casa de Lou Lim Ioc, o segundo a contar da esquerda.



PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

a predisposição do seu amigo Carlos da Maia para, armado de um junco, castigar o autor do que reputava de “insolências” que, à data, lhe estavam sendo dirigidas. A reprimenda só não se concretizou porque, segundo palavras do próprio Carlos da Maia, o “insolente” estava de partida para a França e não seria correcto “tocar num oficial que vai bater-se pela Pátria.”⁹ A pessoa em causa era Francisco Gonçalves Velhinho Correia, oficial do exército e deputado do Partido Democrático pelo círculo de Macau. Com efeito, ao longo de sessões parlamentares havidas no segundo semestre de 1916 e primeiro de 1917, Velhinho Correia foi desdobrando um acerado rol de acusações, no contexto do qual José Carlos da Maia era acusado de gestão danosa e de abuso de poder, enquanto governador daquela Província. Avultavam nesse libelo assuntos como as Obras do Porto de Macau; organização do Corpo de Polícia; obras de beneficiação do Palácio do Governo; excesso de autoridade na resolução de um diferendo com o comandante da canhoneira *Pátria*, capitão-tenente Magalhães Correia; proposta do governador ao Conselho do Governo de Macau para a extinção do Leal Senado; ainda um episódio de um chinês que apareceu morto num hotel de Macau, tendo em uma das algibeiras um cheque de 7000 patacas sobre um banco de Cantão, sendo, neste passo, o governador acusado de ter feito o papel de investigador num banal caso de polícia, atitude incompatível com as suas altas funções, no dizer do acusador.

Todas estas questões foram largamente debatidas nas sessões de 28, 29 e 30 de Maio de 1917, encontrando Carlos da Maia a sua defesa nas pessoas dos deputados Vasconcelos e Sá e Tamagnini Barbosa (este último natural de Macau) que tentaram desmontar, com abundância de argumentos, as posições de Velhinho Correia. Sobre a polémica assim gerada vale a pena demorarmo-nos um pouco, posto que a mesma alberga informação historicamente interessante, sobretudo quanto aos aspectos que se prendem com a proposta de extinção do Leal Senado. A este propósito aduziu Vasconcelos e Sá que as Cartas Orgânicas das Colónias determinavam, mormente na sua Base 44.^a, que podiam ser eleitores os residentes que soubessem ler e escrever em qualquer língua, inclusive os estrangeiros com mais de dois anos de residência. Ora, sendo a então população chinesa de Macau de mais de cem mil indivíduos, muitos dos quais sabendo ler e escrever em chinês, corria-se dessa forma o perigo da criação

de uma esmagadora massa de votantes chineses, facto que, a breve trecho, possibilitaria a desnacionalização do Leal Senado. De acordo com as palavras do deputado, sabendo-se que este era um problema antigo, já estudado, porém nunca resolvido, terá o governador Carlos da Maia optado pela solução mais radical, ou seja, pela eliminação do órgão Municipal, fonte do problema. Não o fez, todavia, sem pedir ao próprio Leal Senado que sobre o assunto consultasse a opinião pública macaense. Num comício convocado especificamente para o efeito, a população de Macau delegou o estudo e solução do caso numa Grande Comissão que, *in loco*, elegeu. Esta votou, por grande maioria, a extinção do órgão autárquico. Perante tal decisão, o governador enviou para Lisboa o projecto de nova Carta Orgânica para Macau, contendo a proposta de extinção do Leal Senado. Fê-lo também com suporte na Base 42.^a das já referidas Cartas Orgânicas que, no seu final, decerto referindo-se expressamente a Macau, determinavam que nas províncias de pequena área territorial não seriam instituídas corporações municipais, sendo as funções destas exercidas pelos Conselhos de Governo.

Muito embora este preceito legal jogasse nitidamente a favor da sua proposta, Carlos da Maia não ousou afrontar directamente a existência e a permanência de uma instituição tão prestigiada e tão tradicionalmente ligada à vida pública e política de Macau quanto o era o Leal Senado. O que surpreende é que, num processo de auscultação da opinião pública macaense, sob auspícios do próprio Leal Senado, se tivesse votado favoravelmente a extinção do multissecular órgão municipal de Macau. Isso mesmo disse Velhinho Correia na tréplica que deu aos defensores de Carlos da Maia. O facto é que, à boa maneira portuguesa, tudo redundou em uma mão cheia de nada: nem o Ministério das Colónias deu qualquer provimento às propostas de Carlos da Maia nem da discussão havida no Parlamento se fez qualquer luz sobre o assunto. Por outro lado, também o tempo dos homens, sobretudo dos homens de Macau e da China, se encarregou de demonstrar quanto eram infundados ou especulativos os receios acerca de uma possível desnacionalização do Leal Senado. Igualmente não se provaram as acusações feitas a Carlos da Maia, nem daí foram extraídas quaisquer consequências, todavia é bem

⁹ José Carlos da Maia com a sua mulher no Jardim de Camões, em Macau.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I



PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

possível pensar que o episódio em toda a sua extensão e meandros, influenciando nas decisões governamentais ou na vontade ou estado de espírito do próprio Carlos da Maia, tenha tido o seu relativo peso na cessação das suas funções de governador de Macau, em 1916, assunto que decorreu também de forma embrulhada, com decisões e contra-decisões, um pouco ao sabor da maré política; recorde-se, a propósito, que o despacho relativo à sua exoneração viria a ser anulado em 1918, durante o consulado de Sidónio Pais.

Regressado pois a Lisboa, no contexto da conflituosa e polémica situação política gerada pela Grande Guerra, Maia, manifesto adversário de Afonso Costa e desgostado com o rumo da coisa pública, engrossou, conjuntamente com o seu amigo e camarada de armas, Machado Santos, o número dos descontentes que conspiravam contra os poderes instituídos. Lembremos que, já em Janeiro de 1914, antes da sua partida para Macau, Carlos da Maia havia estado entre o grupo de fundadores e primeira direcção do Centro Reformista (mais conhecido por Partido Reformista), direcção que era presidida justamente por Machado Santos, o herói da Rotunda. Os reformistas ou machadistas eram um grupo radical e intransigente que se distinguia sobretudo por uma oposição cerrada e feroz ao domínio do Partido Democrático e à pessoa do seu líder, Afonso Costa. Neste mesmo sentido, haviam tomado parte activa na chamada “Revolução das Espadas” e no apoio dado à ditadura de Pimenta de Castro, em 1915.

Capitalizando o descontentamento geral provocado pela crise social e económica decorrente da Guerra, a insurreição militar pôs-se em marcha em Dezembro de 1917. O rosto visível do golpe era uma personagem até então pouco conhecida, de seu nome António Bernardino Cardoso da Silva Pais. Militar de artilharia e lente de Matemática, exercera até Março de 1916, as funções de ministro de Portugal em Berlim. O homem, justamente por ser desconhecido e por se afirmar republicano, concentrava em si algumas expectativas e esperanças. Carlos da Maia não escondeu as suas simpatias quer pelo movimento, quer pelo líder do mesmo. A ânsia, algo ingénua, do marinheiro era repor a autenticidade do 5 de Outubro de 1910, “restabelecer a ordem e a república pura”, tal como o confessou ao seu amigo Rocha Martins.¹⁰

O movimento (depois chamado de Dezembrismo) conseguiu insurreccionar algumas unidades militares

da guarnição de Lisboa, as quais, conjuntamente com cadetes da Escola de Guerra e alguns populares, assentaram arraiais no alto do Parque Eduardo VII. A resposta das autoridades e forças governamentais foi frouxa, reflectindo dificuldades próprias de um poder executivo atravessado por dissidências e moralmente débil, sendo esse estado de coisas que acabou por oferecer a vitória aos revoltosos.

Durante o período em que vigorou o primeiro governo do Dezembrismo – Dezembro de 1917 a Março de 1918 – o capitão-tenente José Carlos da Maia esteve à frente da Câmara Municipal de Lisboa como seu Presidente. Depois, e na primeira remodelação governamental, ocorrida em Março, assumiu a pasta da Marinha. O seu período de governação será curto, de escassos três meses. Havia confiado em Sidónio Pais, porém breve começou a aperceber-se que este, lançado na vertigem de um projecto de poder pessoal, com laivos de messianismo, se distanciava, cada vez mais, do conteúdo programático e ideológico do fenómeno histórico que era a República e das exigências e conveniências que o mesmo comportava. Nessa senda, abandonado pelos republicanos que com ele estavam inicialmente, Sidónio procurava então rodear-se de monárquicos, numa tentativa de, por essa via, se conservar no poder. Ora Carlos da Maia, combatente de primeira linha no 5 de Outubro de 1910, conservava inteira e impoluta a sua fé republicana, sentimento que não permitia uma contemporização com uma República onde os principais e mais importantes cargos de governação e de chefia das forças armadas estavam a ser entregues a individualidades que manifestamente perfilhavam ideais monárquicos. Daí a sua inabalável decisão de se retirar do Governo. Em todo o caso, enquanto ministro e secretário de Estado da Marinha (no projecto presidencialista de Sidónio, a partir de 15 de Maio de 1918, os ministros passaram a ser designados por secretários de Estado) deu curso, sob a forma de propostas, a alguns projectos, designadamente a construção de uma Escola de Recrutadas da Armada, no Alfeite; edificação de um Sanatório para sargentos e marinheiros; criação da Junta Autónoma para as obras do Arsenal de Marinha na margem sul do Tejo. Eram, por um lado, medidas de claro alcance social e, por outro lado, de prático senso comum de criação das condições básicas necessárias à reestruturação e lançamento da Marinha de Guerra Portuguesa. Todavia, no contexto de um regime eivado de contradições e

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

de um poder executivo que governava sem programa político e com recurso a medidas avulsas ditadas por necessidades pontuais, essas propostas, se bem que fundamentadas e perspectivando a resolução de problemas existentes, não tiveram, nem poderiam ter, a concretização que mereciam. Deixou, pois, Carlos da Maia a pasta da Marinha para ir ocupar, posteriormente, o relativamente modesto cargo de comandante da capitania de Portimão, no Algarve.

Após o assassinato de Sidónio Pais, a 14 de Dezembro de 1918, as forças monárquicas, receosas da sua perda de influência no quadro do novo ordenamento político, empreenderam uma tentativa desesperada, restaurando, no Porto, a 19 de Janeiro de 1919, o regime monárquico, conhecido por “Monarquia do Norte” ou “Traulitânia”. Pouco depois, a 22 do mesmo mês de Janeiro, os monárquicos da capital sublevaram alguns regimentos da guarnição de Lisboa, no contexto do que se designou chamar de “Revolta do Monsanto”. Sentindo então a República em grande perigo, os republicanos de todos os credos uniram-se e, auxiliados pelo povo de Lisboa (o pé-descalço, lembrando o pata-ao-léu de oitocentos), assaltaram no dia 23 a Serra do Monsanto, reduto talassa, e, em 24 horas de renhidos combates, a ofensiva monarquista foi completamente desbaratada. Nesta conjuntura, o então capitão-de-fragata José Carlos da Maia, dispo de preciosas informações e de contactos privilegiados junto de elementos republicanos que se dispusessem a lutar prontamente pela República, designadamente alunos das escolas superiores, instalou-se no dia 23 num dos ministérios das forças armadas e exerceu, a partir daí, uma importante acção de coordenação das forças republicanas, considerada posteriormente de grande valia para a vitória obtida sobre os monárquicos. Mas, não sendo Maia homem para se acomodar numa pacífica actuação de bastidores, não se ficou por aí a sua actuação em defesa da República nesse transe da ofensiva monárquica de Monsanto; com efeito, em um jornal de Lisboa lê-se o seguinte: “O Sr. Carlos da Maia, à frente de oficiais dedicados à causa republicana, apoderou-se do material de guerra da Escola Naval e da Escola de Guerra.”¹¹

No vulgarmente chamado “Ministério da Desforra”, constituído a 27 de Fevereiro sob a chefia de José Relvas, republicano histórico e independente, José Carlos da Maia foi chamado, mais uma vez a assumir funções governativas, sobraçando, desta feita, a pasta

das Colónias. Mas, decididamente, Maia não estava fadado para andanças políticas, sobretudo quando ditadas por tempos de retaliação. A 20 de Março de Março desse ano de 1919, demite-se do seu cargo, sendo substituído, interinamente, pelo ministro da Instrução, Domingos Pereira. Esta tomada de posição por parte de Carlos da Maia não é isolada, antes insere-se num conjunto mais vasto de demissões ministeriais que levaram a que, por fim, a parte restante do governo Relvas pedisse a demissão em bloco ao Presidente Canto e Castro, 7 dias depois, ou seja, a 27 de Março seguinte.

O que há de mais assinalável nesta curta experiência de Carlos da Maia à frente do ministério das Colónias é o caso de o ministro se ter recusado a demitir um alto funcionário do seu ministério, demissão que lhe era exigida sob o pretexto de o referido funcionário ser monárquico. O assunto coincidia, no tempo, com uma dinâmica social e alguma legislação anti-monárquicas, tudo isso na sequência dos acontecimentos recentes que haviam culminado na derrota infligida aos partidários da monarquia. Em concreto, essas disposições reclamavam o afastamento dos realistas da hierarquia militar e de cargos no funcionalismo público, sendo ao abrigo das mesmas que o deputado pelo círculo de Faro, Celorico Gil, na sessão da Câmara de Deputados de 20 de Fevereiro de 1919, depois de lançar extensas acusações aos monarquistas, exigiu ao ministro das Colónias a destituição do tal funcionário, reputando tal de medida imprescindível para a segurança da República. No imediato, Carlos da Maia recusou a exigência, alegando que a nomeação do funcionário fora feita pelo Governo anterior, não sendo, por conseguinte, um assunto de responsabilidade do Governo então em exercício.

A questão reveste-se de um certo interesse na medida em que nos transmite dados acerca da personalidade, algo controversa, de José Carlos da Maia. De facto o republicano íntegro que era Carlos da Maia, e que havia rompido com Sidónio Pais porque este se rodeava de monárquicos, era o mesmo que agora se recusava a expulsar os mesmos monárquicos de cargos de responsabilidade na administração do Estado. Porquê isso? A única resposta que nos parece caber aqui é a de que, tendo-se invertido a situação de domínio político do país, a Carlos da Maia repugnava agora bater nos vencidos, no caso os monárquicos. Sendo tal um indício iniludível de um carácter nobre, era, todavia, uma conduta, que, do ponto de vista

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

político, comportava riscos. Mas era assim o idealista Carlos da Maia, alguém que pugnando estrenuamente por princípios e valores morais, aos mesmos tudo sujeitava, não se apercebendo que em círculos adversos tal generosidade podia ser capciosamente aproveitada. Essa maneira de ser poderá explicar em Maia uma sensível incapacidade de espírito para se demorar no exercício da política, bem assim como tornar claras algumas tomadas de posição, eticamente respeitáveis, porém algo ingénuas e criticáveis do ponto de vista da respectiva adequação às necessidades e grandes linhas e projectos da República, regime que ele, afinal, idolatrou, ajudou a implantar e que, em horas de provação extrema, defendeu, com risco da própria vida.

EPÍLOGO TRÁGICO

Após mais esta curta experiência governativa, sobrevém como definitiva a retirada de José Carlos da Maia das lides políticas. Todavia o seu nome voltaria a público, designadamente às parangonas dos jornais, em tristes e dramáticas circunstâncias. Estávamos então em Outubro de 1921 e o governo do Partido Liberal (vencedor das eleições legislativas de 10 de Julho desse ano), chefiado por António Granjo, experimentava enormes dificuldades para se manter no poder. Revelando alguma falta de tacto político para lidar com problemas sensíveis como o eram a questão religiosa e a questão das subsistências, sobretudo o caso do pão, havia-se colocado em descrédito perante a opinião pública e numa situação de grande vulnerabilidade em relação aos ataques que, nos jornais, os seus inimigos políticos desferiam contra ele e contra o seu governo. Neste contexto, o ambiente de intriga e de crispação que então se vivia era o prenúncio de que algo de grave se estava engendrando na sociedade portuguesa. Os sombrios presságios começaram a tornar-se realidade ao cair do dia 18 de Outubro, com militares da Guarda Nacional Republicana e da Armada Portuguesa a ocuparem o Parque Eduardo VII e outras zonas estratégicas da cidade de Lisboa. Eram os primeiros passos da revolta militar que veio a ficar historicamente conhecida por *Outubrismo*. As revoluções, ainda que possam ser consideradas movimentos sociais inevitáveis ou até essenciais no processo do devir histórico, quase sempre sacrificam vidas humanas a esse necessitarismo. E, neste particular, o *Outubrismo* não foi excepção, porém o que, no caso, importa reter é que os imolados

não foram vítimas directas de uma inerente violência revolucionária, mas sim de acções paralelas, porventura oportunistas, porventura fundadas em possíveis vinganças e antigos “ajustes de contas”, porventura inseridas num plano urdido para desacreditar a República. Na verdade, os factos e os depoimentos apontam para uma verdadeira parasitação da pura acção revolucionária e, nesse sentido, para um aproveitamento do clima de instabilidade então criado, dando-se com isso lugar aos horrendos crimes perpetrados no decorrer da chamada “Noite Sangrenta”.

Em linguagem simbólica, dir-se-ia que nessa noite de 19 de Outubro, o *Mal*, com letra grande e na sua acepção mais bestializada, ficou à solta em Lisboa. Às mãos dos intérpretes dessa torva presença, morreram, em circunstâncias de singular crueldade, cinco homens eminentes da República, entre os quais José Carlos da Maia. A acção, embora praticada por arraia-miúda militar, apresentava sinais de preparação e organização prévias. Então quem mandou matar? Esta uma pergunta para a qual até aos dias de hoje não foi encontrada resposta cabal. As várias explicações ensaiadas, por vezes contraditórias entre si, obedeceram, naturalmente, aos interesses político-ideológicos de quem as gizou. Em última instância, as responsabilidades foram assacadas à República, enquanto regime vigente, facto que, embora aceite pelo senso comum, não deixou de constituir uma espécie de “bode expiatório de serviço”, à sombra do qual se calaram as consciências e se acalmaram os impulsos e desejos de justiça. Uma impressão nos fica, muito gravada: é que com os acontecimentos da noite assassina, a I República Portuguesa ficou, também ela, ferida de morte e, desde então, arrastou a sua agonia até ao estertor último, em 1926.

A morte de Carlos da Maia rodeou-se de cenas de intenso dramatismo, desde logo a circunstância de os seus algozes o procurarem na sua residência da Rua dos Açores, em Lisboa, e aí o arrancarem dos braços da esposa e da vista do seu filhinho, que dormitava num berço. Depois, violentamente empurrado para bordo da chamada “Camioneta Fantasma” e conduzido ao Arsenal da Marinha, foi aí insultado, agredido à coronhada e, por fim, varado pelos muitos disparos dos marinheiros amotinados, fuzilaria anónima onde não se distingue quem puxou o gatilho de quem, mais ou menos placidamente, presenciou a cena. No tocante a pormenores, os relatos que existem dos crimes da “Noite Sangrenta” apresentam-se eivados dum cerro

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

de contradições, não sendo possível encetar, com segurança, descrições minuciosas dos acontecimentos. Uma das acusações que, alegadamente, foi lançada contra Carlos da Maia pelos seus carrascos, momentos antes do seu assassinato, foi a de que ele, enquanto Ministro da Marinha, teria sido responsável pela deportação de muitos marinheiros, implicados na revolta de 8 de Janeiro de 1918 contra o *Dezembrismo* e o regime de Sidónio Pais. Alguns jornais fizeram-se eco de tal notícia; em *A Capital* de 20 de Outubro de 1921, lê-se o seguinte, num artigo assinado por André Brun:

“Carlos da Maia – ainda o estamos vendo na madrugada trágica da Revolução de 5 de Outubro – seguindo a corrente dezembrista, deportou centenas de marinheiros e causou em muitos lares a tristeza e a desolação”.

A fazer fé nestas palavras estaríamos perante uma vindicta, porém, conquanto não se possa rejeitar, em absoluto, o sentimento de vingança, o mesmo, só por si, não explica os actos praticados, face aos contornos e dimensão dos mesmos e ao dedo organizador que por detrás se adivinha. Havendo, inicialmente, suspeitas de ligação entre o movimento revolucionário de 19 de Outubro de 1921 e os crimes da “Noite Sangrenta”, foram os próceres da revolução julgados em Tribunal Militar, com audiências que se arrastaram entre 14 de Dezembro de 1922 e 22 de Fevereiro de 1923. Enquanto tal e com base nas sessões havidas no Tribunal, a imprensa republicana desenvolveu e documentou a tese da existência de uma conspiração monárquica, com ramificações internacionais, no seio da qual as mortes verificadas teriam justamente o objectivo de desacreditar a República como regime e Estado de direito e, dessa forma, possibilitar e justificar uma intervenção militar de forças estrangeiras, visando a restauração da Monarquia em Portugal. Neste contexto, um dos principais agentes dos crimes cometidos, o cabo marinheiro Abel Olímpio, por alcunha o *Dente de Ouro*, seria o elemento de ligação entre a organização e a Armada Portuguesa. Como esperado, esta tese foi sendo refutada pelos jornais monárquicos. O Tribunal Militar acabou por se pronunciar pela inexistência de qualquer vínculo entre a revolução e os actos criminosos perpetrados e, nesse sentido, absolver todos os réus.

Numa segunda fase, com início em 1 de Março de 1923, teve lugar o julgamento dos executantes materiais dos crimes, designadamente os homens que haviam composto a tripulação da chamada “Camioneta

Fantasma”, aí figurando como réu principal o Abel Olímpio. Com poucas diferenças, os jornais reeditaram a tese da conspiração monárquica e a respectiva réplica. Das sessões havidas no Tribunal Militar de Santa Clara, em Lisboa, vale a pena recordar a que ocorreu no dia 8 de Março, quando a viúva de José Carlos da Maia, enfrentando directamente o *Dente de Ouro*, o acusou da morte do seu marido. Eis uma descrição da cena, inserta no jornal *A Capital* de 8/3/1923, p.2:

“São 15 horas. A Sra. D. Berta da Maia, visivelmente comovida, declara que vai contar o que se passou em sua casa. Palavras breves que lançam pela sala enorme ansiedade. Diz parecer-lhe que os marinheiros não são os únicos responsáveis do assassinio. Os bandidos – acrescenta – não atenderam aos rogos de uma pobre mulher que lhes apresentava nos braços um filhinho e lhes implorava misericórdia. Um dos marinheiros dizia: ‘*Com uma mulher destas, não se pode fazer coisa alguma.*’ Pois o Dente de Ouro dizia que, apesar de tudo, o meu marido tinha de acompanhá-lo e que acrescentava que ele o tinha mandado para África e que a sua mãe morrera de desgosto.

‘Mentira! Mentira!’ – exclama com voz vibrante a Sra. D. Berta. ‘O miserável tinha a mãe viva e não foi para África! Meu marido não deportou ninguém, mandou sim, soldados para a guerra, bem alimentados e apetrechados. Eu encontrei na sua carteira bastantes cartas de marinheiros, fazendo-lhe pedidos que foram atendidos.’

A Sra. D. Berta está comovida e as lágrimas correm-lhe pelas faces; na sala ouvem-se soluços e o Presidente do Tribunal não esconde também a sua comoção.

Entretanto a viúva prossegue: – ‘Sr. Presidente, meu marido não deportou ninguém; era um amigo dos marinheiros, pois era marinheiro também. [...] Meu marido morreu inocente, Srs. Jurados; V. Exas. Não podem avaliar a dor que me tortura.’ [...] Voltando-se para o Dente de Ouro, a Sra. D. Berta da Maia exclama:

– ‘Fostes tu que mandaste matar meu marido! Fostes tu que não atendeste às súplicas de uma mãe com um filhinho de seis meses ao colo! Lembra-te marinheiro que disseste na minha presença: *Esta senhora é a única que me pode acusar.* Eu não quero a tua morte, quero o teu

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

remorso! Porque não falas? Porque não dizes os nomes dos teus cúmplices? Mas o remorso de teres morto um inocente há-de despertar no teu coração de ferro. Fostes tu que dissestes, quando um outro marinheiro dissera para que deixassem ficar meu marido: *Temos de o levar, pois também me deportou a mim!* E não tiveste piedade de uma criancinha de seis meses!

Mais calma, segue: – ‘Confio em que o Tribunal saberá fazer justiça!’”

No dia 1 de Junho de 1923, o Tribunal leu as sentenças, sendo os principais réus condenados a penas de prisão maior, seguidas de deportação. Abel Olímpio foi sentenciado com 12 anos de prisão maior celular, acrescidos de 20 de degredo ou, em substituição, 31 anos de degredo em possessão colonial de primeira classe, incluídos aqui dez anos de prisão.

Não se sabe como é que Berta da Maia reagiu a esta justiça, sendo no entanto possível pensar que não ficou, de todo, satisfeita com a mesma, dado que por sua conta e risco encetou diligências para apurar o que reputava de inteira verdade. Neste afã se inserem as muitas conversas que teve com o cabo Abel Olímpio, deslocando-se para o efeito às prisões onde o *Dente de Ouro* cumpria a pena a que fora condenado, primeiramente em Lisboa e depois em Coimbra. Essas conversas e sobretudo as impressões e ilações delas retiradas foram posteriormente reduzidas a escrito e publicadas, em 1928, num livro com o título *As Minhas Entrevistas com Abel Olímpio, o “Dente de Ouro”*. As conclusões contidas neste livro apontam, com abundância de pormenores, para a já referida tese da conspiração monárquica. Mais uma vez, personalidades e organizações monarquistas vieram a terreiro, desta feita atacando, com rara violência, quer o livro, quer a autora do mesmo, acusando-a de estar ao serviço da Maçonaria. Algumas vozes republicanas saíram ainda em defesa da causa e da pessoa de Berta da Maia, mas depois, os efeitos conjugados do tempo e da censura imposta pelo regime salazarista, iniciado em 1933, acabaram por fazer correr sobre o assunto uma cortina de silêncio, assim se invalidando os rastros que, hipoteticamente, poderiam conduzir a um apuramento da trama da “Noite Sangrenta”, nefando episódio que enegreceu e que enegrece, ainda hoje, a história da República Portuguesa.

Nos nossos dias, para além de necessárias referências em trabalhos historiográficos, o nome de José Carlos da Maia é evocado publicamente em placas

toponímicas de ruas de cidades, vilas e outras povoações de Portugal, designadamente nas duas principais cidades, Lisboa e Porto, e igualmente em Olhão, terra que o viu nascer. Nesta pequena cidade situada no extremo sul do país, foi, no ano 2000, dado o seu nome a uma escola, a qual passou a chamar-se Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos José Carlos da Maia, Olhão. Se tivermos em conta o facto de o regime vigente ser uma República, com a expressa obrigação de honrar os seus heróis, a decisão, embora de relevância relativa, aparece como justíssima, somente pecando por tardia. Mas foi Macau que primeiramente quis honrar a memória desse português que em vida se chamou José Carlos da Maia, com a colocação, logo em 1924, à entrada do arruamento 21 do Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, de um mausoléu, contendo uma placa – memorial com os seguintes dizeres:

“Ao grande português, oficial da Armada e ex-governador de Macau, José Carlos da Maia, respeitosa homenagem do Corpo de Voluntários de Macau ao seu fundador e dedicado amigo.”

Seis anos depois da sua morte, em Dezembro de 1927, José Carlos da Maia foi agraciado, a título póstumo, com a Grande Cruz Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito por serviços relevantes prestados à Pátria e à República.

CONCLUSÃO

Ao longo das páginas anteriores pretendeu-se dar um contributo para um conhecimento mais alargado de um vulto histórico que protagonizou feitos dignos desse brilho e estatuto, principalmente em lugares do mundo como Lisboa e Macau. Para o efeito reuniram-se e interpretaram-se, em jeito de esborço biográfico, informações que circulam em escritos dispersos, nisto se colocando a preocupação de dar relevo aos aspectos que melhor retratam as passagens e acções do biografado por paragens tão distantes e diferentes, entre si, quanto as que atrás se apontam. É certo que a dimensão histórica da individualidade em apreço exigiria (exigirá) uma obra de maior fôlego (que ainda não está feita), tal porém não se enquadra nas intenções e finalidades previamente traçadas para este escrito. É lícito esperar que tal obra, porque desejável e necessária, não demore a ver a luz do dia.

Carlos da Maia foi uma figura romântica de marinheiro, de revolucionário e de político, pessoa humana que sobretudo se bateu, com denodo e

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

mesmo com intransigência, por ideais de liberdade e de justiça, no sentido da criação de uma sociedade mais perfeita e mais fraterna. Lutou contra todas as formas de opressão, evidenciando-se especialmente na pugna contra uma Monarquia decrépita e pela instauração da República. Aos seus ideais ingentes de liberdade se deve a sua filiação em organizações como a Maçonaria e a Carbonária, situando-se, porém, dentro desta última com um espírito e um sentir românticos que o remetiam mais para um paradigma carbonário próximo da Carbonária italiana da época da *Jovem Itália* de Mazzini e do *Risorgimento* de Garibaldi, cujos ideário e propósitos eram, como se sabe, a Liberdade e a unificação de um Povo e de uma Nação.

Maia, na sua peculiar maneira de ser, esteve sempre em colisão com os delineamentos da manobra política, mesmo quando esta se afirmava como curial, facto que, não raro, lhe acarretou algumas desilusões. Por outro lado, a obstinação posta na procura de soluções políticas que aproximassem o regime republicano do modelo que, ele próprio, Carlos da Maia, idealizava e defendia (sem cuidar se tal era ou não possível, marca inconfundível do seu romantismo), levou-o, por vezes, a abraçar causas que, a breve trecho, acabou por repudiar. Uma apreciação à actuação de Carlos da Maia à frente do Governo de Macau, aos

ecos que dessa mesma actuação existem, bem ainda como à obra administrativa que fez ou propôs pelas duas vezes que foi ministro, leva-nos a considerar que o nosso biografado, mau grado os insucessos no campo da política, foi um talentoso administrador.

Por último, a sua morte, envolvendo situações pungentes e de excessiva violência, parece, ela própria, saída das páginas de um romance. A imensa imoralidade dos crimes cometidos só tem páreo na possível intenção dolosa ou no desleixo havidos quanto a uma necessária e exigível indagação das verdadeiras causas dos mesmos e da identidade dos seus mandantes. Não faltou aqui o ingrediente romântico da heroína, protagonizada esta pela pessoa de Berta da Maia, pobre mulher que, na sua sede de justiça – sinal iniludível do amor que devotava a seu marido – buscou uma explicação, no seio de uma luta determinada que desenvolveu contra interesses obscuros, porém, poderosos.

Passado que foi, todavia, o tempo útil para que tal explicação se produzisse, o assunto ficou assim velado por um halo de mistério, logicamente enquadrável nas singularidades da historicidade humana e, por conseguinte, hoje aceite como tal. Não se nos apaga, contudo, a inquietante sensação de que, por vezes, o tempo dos homens é, do ponto de vista da ética, uma dimensão mais que duvidosa. **RC**

NOTAS

- 1 Francisco Rocha Martins e Bourbon e Meneses, *Um Marinheiro Romântico: Como Viveu e Morreu José Carlos da Maia*, pp. 10.
- 2 Robert Arthur Talbot Gascoyne, Marquis of Salisbury (1830-1903), Chefe do Partido Conservador e Primeiro Ministro de Inglaterra de 1886 a 1902. Centrou a sua acção na expansão colonial britânica em África.
- 3 Machado Santos, *A Revolução Portuguesa: 1907-1910 (Relatório de Machado Santos)*, p. 115.
- 4 Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá (1872-1929), oficial de marinha, foi um dos promotores do Cinco de Outubro de 1910. Voluntário na expedição a Angola em 1914, ali se manteve até ao fim das campanhas. Foi secretário de Estado das colónias de Sidónio Pais, de 15 de Maio a 23 de Dezembro de 1918 e ministro da Agricultura no governo nacionalista de Ginstal Machado, de 15 de Novembro a 17 de Dezembro de 1923.
- 5 José Brandão, *A Noite Sangrenta*, 1925, pp. 172-173).
- 6 Glória Maria Marreiros, *Quem foi Quem? 200 Algarvios do século XX*, p. 301.
- 7 Ver Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China. Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*.
- 8 Ver “Carlos da Maia revisitado em jantar alusivo ao 5 de Outubro”, artigo de Olga Pereira in *Jornal Tribuna de Macau* de 6/10/2009, p. 6.
- 9 Francisco Rocha Martins e Bourbon e Meneses, *Um Marinheiro Romântico*, pp. 17-18.
- 10 *Ibidem*.
- 11 *A Capital*, 23/1/1919, p. 2.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

BIBLIOGRAFIA

- Bessa, Carlos Gomes. *Macau e a Implantação da República na China. Uma Carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Prefácio de Jorge Rangel. Macau: Fundação Macau, 1999.
- Brandão, José. *A Noite Sangrenta*. Prefácio de Raúl Rego. Lisboa: Alfa, 1991.
- Barreiros, Danilo. *José Carlos da Maia*. Olhão: Separata da *Voz de Olhão*, 25, 1989.
- A Capital, Diário Republicano da Noite*.
- Diário da Camara dos Deputados*.
- A Ilustração Portuguesa*.
- Maia, Berta da. *As Minhas Entrevistas com Abel Olímpio, o “Dente de Ouro”*: Páginas para a História da Morte Vil de Carlos da Maia, Republicano Combatente de 5 de Outubro. Lisboa: Otosgráfica, 1928.
- Maia, José Carlos da. *Apontamentos da 4.ª Cadeira – Chronometria, Anno Lectivo de 1898-1899*, colligidos por Manuel Gonzalez de Campos e José Carlos da Maia, Aspirantes de Marinha.
- . *Algumas Considerações sobre Marinha de Guerra: Conferência Realizada na Liga Naval Portuguesa em 5 de Junho de 1907*. Lisboa: Typographia de J. F. Pinheiro, 1907.
- . *Bases Navais: Política e Estratégia*. Lisboa: Oficinas Gráficas do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, 1921.
- . *Estudo sobre Chronometros e Agulhas do Pero d’Alenquer*. Lisboa: Typographia de J. F. Pinheiro, 1907.
- Marreiros, Glória Maria. *Quem foi Quem? 200 Algarvios do Século XX*. Lisboa: Colibri, 2000.
- Martins, Francisco Rocha. *Memórias Sobre Sidónio Pais*. Lisboa: Sociedade Editorial ABC, 1921.
- e Meneses, Bourbon e, *Um Marinheiro Romântico: Como Viveu e Morreu José Carlos da Maia*. Lisboa: Tipografia América, 1924.
- Santos, Machado. *A Revolução Portuguesa: 1907-1910 (Relatório de Machado Santos)*. Prefácio de António Reis. Ed. fac-similada. Lisboa: Sextante Editora, 2007.
- Tribuna de Macau* de 6/10/2009, disponível em 24/02/2010, in http://www.jtm.com.mo/news/20091006/news_images/00_06_10_2009.pdf

A Primeira República, Macau e os Maçons

ARNALDO GONÇALVES*

A afirmação da elite republicana em Macau no primeiro quartel do século XX está associada a dois fenómenos aparentemente independentes mas que têm uma ligação inconfundível. Por um lado, a emergência de associações políticas locais alinhadas com os principais partidos republicanos portugueses; por outro lado, o peso social da Maçonaria como estrutura de fixação de lealdades e solidariedades dentro da comunidade lusa, formada por naturais de Macau e expatriados. Os dois elementos, por vezes sobrepostos, constituem um contrapeso da influência secular da Igreja Católica e das suas obras missionárias numa sociedade naturalmente conservadora e paroquial.

Se a distância da então colónia relativamente à Metrópole subordinava os laços de lealdade política a juízos de oportunidade (ou mesmo de calculismo político), a prática política fazia-se de acordo com a agenda política local, as eleições periódicas para o Leal Senado, os interesses dos *lobbies* de influência mais do que ao cumprimento de determinações de Lisboa. A teia de ligações pessoais propiciada pela filiação maçónica secreta permitiu a intelectuais, figuras gradas da sociedade macaense e expatriados concertar lealdades e articular estratégias.

Entrecruzando-se com estas interdependências jornais como *A Verdade*, *Vida Nova*, *O Combate*, *A Pátria*, *O Oriente Português*, *A Colónia* alinhavam-se

no debate das principais questões políticas locais e das clivagens entre os partidários da República e da Monarquia, designadamente à volta da implementação dos decretos da 1.^a República que determinavam a expulsão dos jesuítas e de todas as ordens religiosas de território português, a separação do Estado da Igreja e a nacionalização dos bens desta.

Neste combate pelos “corações e almas” dos cidadãos da elite portuguesa colonial é difícil concluir quem terá efectivamente vencido. Talvez seja melhor conceder um resultado nulo, com a Igreja a manter o essencial das suas posições (e bens) e o Estado secular a tratar do governo das centenas de cidadãos lusos residentes. Os chineses, com nula participação no governo local, ecoariam timidamente as suas preocupações através dos seus representantes no Conselho do Governo já no mandato do governador Rodrigo Rodrigues ia a República já bem avançada.

A LOJA CAMÕES

Papel importante neste jogo político foi desempenhado pela Loja Camões, espécie de célula organizacional que estava subordinada ao Grande Oriente Lusitano, a principal Obediência Maçónica portuguesa ao longo de todo o século XIX e três primeiros quartéis do século XX. ImproPRIAMENTE fala-se numa Loja, quando foram exactamente duas. Uma que tem existência entre 1909 e 1915 e uma outra que “ergue colunas”¹ em 1915 e subsiste até 1930.

A primeira Loja Camões surge de um Triângulo formado em 1906² e ligado à Loja *Pro Veritate* de Coimbra, sendo crível que tenha sido formada por militares e funcionários públicos colocados em serviço na colónia. Esta Loja teve o número 309 no registo

* Consultor, é assessor jurídico do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais de Macau (IACM). Está a preparar o seu doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Católica, Portugal.

Legal consultant, he's currently senior legal advisor to the Macao Civic and Municipal Affairs Bureau (IACM) and a Ph.D. student of Political Science and International Relations in the Catholic University of Portugal.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

no Grande Oriente Lusitano e “abateu colunas”³ em 1914, sendo dissolvida por decreto do grão-mestre de 2 de Março de 1915. As razões para esta situação não se conhecem. É possível que tenham surgido diferenças de opinião irreconciliáveis entre os “irmãos” que levaram a esse desfecho. A Loja deixava de existir numa data e reerguia-se sem os elementos indesejados algum tempo depois.⁴

Em boa verdade, o surgimento da Maçonaria em Macau e na China é muito anterior a 1907. Segundo vários historiadores maçónicos data de 1759, um século e meio antes, quando um navio de nome *Prince Carl* pertencente à Companhia Sueca das Índias Ocidentais aportou a Macau trazendo a bordo maçons, com carta patente para desenvolverem a sua actividade nos portos a que acostassem.⁵ Estes maçons e outros que terão sido entretanto iniciados terão constituído uma Loja no território, integrando figuras relevantes da aristocracia, da burguesia mercantil e das profissões liberais. Terá sido uma Loja independente ou subordinada a algum Oriente? Não se sabe, mas é de presumir que a Loja funcionasse em português, que era a língua franca usada nesta parte do mundo, ao longo de todo o século XVIII e grande parte do século XIX, por mercadores, militares e embarcadiços. É plausível que a partir deste núcleo, a Maçonaria se tenha espreado por toda a China e consolidado nos entrepostos comerciais de Cantão e Xangai, antes assim dos confrontos da Guerra do Ópio e da criação de Hong Kong.⁶

Como lugar de reunião das principais figuras intelectuais da época presume-se que tenham pertencido ao núcleo maçónico de Macau e depois à Loja personalidades como António Alexandrino de Melo, o barão do Cercal, Adrião Acácio Silveira Pinto, Francisco Hermenegildo Fernandes, Telo Azevedo Gomes ou José Vicente Jorge Silva, secretário da embaixada portuguesa em Pequim.⁷ De Alexandrino de Melo não restam grandes dúvidas quanto à sua qualidade de membro da Ordem.⁸ Segundo barão do Cercal, viveu entre 1837 e 1885, sendo formado em engenharia e projectista de vários edifícios públicos de Macau como o Palácio do Governo, o Palácio de Santa Sancha, o Hospital de São Januário (depois demolido), a capela do Cemitério de S. Miguel e o Grémio Militar (hoje, Clube Militar).⁹ Alguns destes edifícios conservam inequívocos traços simbólicos maçónicos e esotéricos, não passando despercebida a inspiração templária do seu brasão de armas. De Hermenegildo

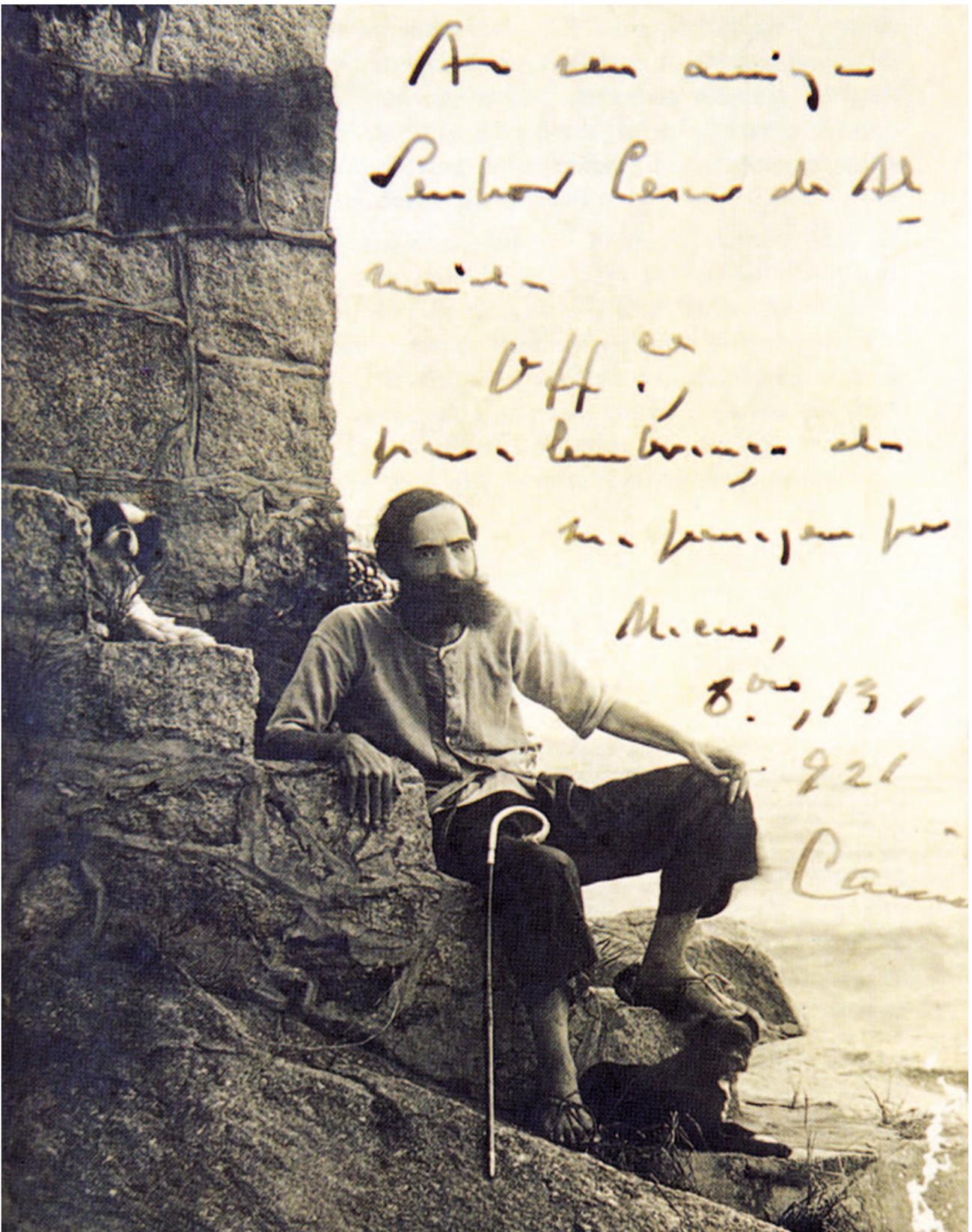
Fernandes, proprietário da Tipografia Mercantil e intérprete no Tribunal de Hong Kong, é conhecida a sua ligação próxima a Sun Yat Sen 孫逸仙, o primeiro Presidente da República chinesa, a quem socorreu mais do que uma vez nas fugas do revolucionário chinês para Macau. Investigadores atribuem-lhe a qualidade de maçom, o que estará de acordo com a facilidade com que se movia nos círculos de poder de então.¹⁰ De José Vicente Jorge Silva não restam dúvidas quanto à sua filiação maçónica quer por documentos existentes na colecção de papéis e correspondência particular na posse do seu biógrafo e neto, Dr. Pedro Barreiros, quer por testemunhos deste.¹¹

A Loja Camões n.º 309 alargou-se durante o mandato do governador Carlos da Maia (1914-1916), oficial da marinha portuguesa muito activo na Revolução Republicana. Ardente e destacado republicano, Carlos da Maia foi deputado à Assembleia Constituinte de 1911 e à Câmara de Deputados do Congresso da República, antes de desempenhar funções em Macau.¹² Conceptor da ideia da Avenida Almeida Ribeiro que uniu a cidade cristã e a cidade chinesa, deixou, segundo vários reportes, uma imagem de competência, rigor e dinâmica, acorrendo na defesa dos republicanos chineses que se refugiavam em Macau no período dos “senhores da guerra” que se seguiu à proclamação da República chinesa.¹³ Próximo do Presidente Bernardino Machado, que havia sido grão-mestre da maçonaria portuguesa,¹⁴ não escondia as suas predilecções maçónicas, sendo de admitir que tenha mantido relações próximas com a Loja e os seus membros, embora não se possa dizer que tenha sido seu membro.¹⁵ A sua posição institucional provavelmente não lho permitiria. Manteve uma relação conciliatória com a Igreja Católica e as forças conservadoras locais, o que facilitou a aprovação do Estatuto Orgânico da Missão do Padroado, uma velha aspiração do bispo de Macau.¹⁶

Personagem incontornável da cultura e da história de Macau durante o primeiro quartel do século XX foi o poeta Camilo Pessanha, autor da *Clepsidra*. Camilo Pessanha foi iniciado aprendiz na Loja Camões, em 29 de Novembro de 1910, tendo na mesma data passado a companheiro e mestre, os graus seguintes da progressão maçónica.¹⁷ Era venerável mestre da referida Loja Camões Constâncio José da Silva, proprietário

Camilo Pessanha na “chácara do Leitão” com o seu fiel Arminho, 1921.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

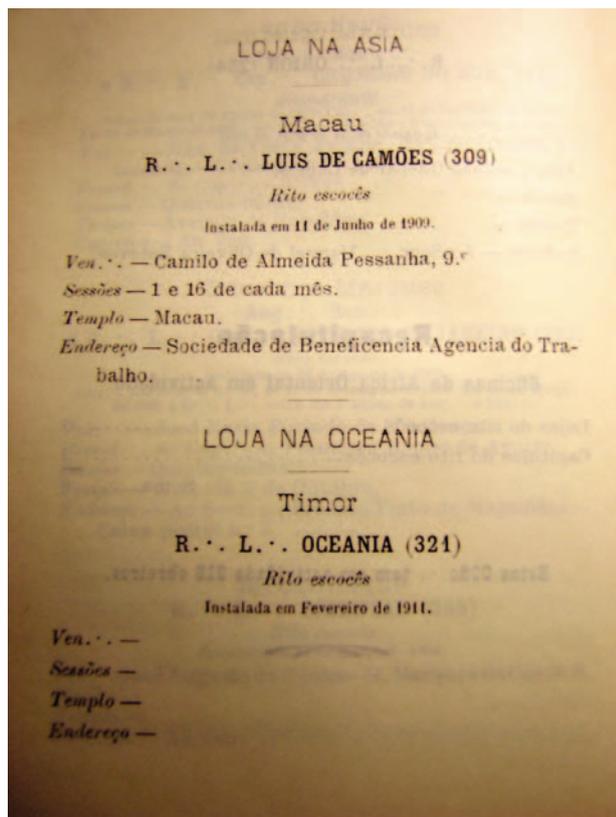


PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

e director do jornal *A Verdade*, advogado e político local.¹⁸ Pessanha ascendeu aos altos graus do seu rito, o Rito Escocês Antigo e Aceite, em Fevereiro de 1911 (4.º grau, mestre secreto), seguindo-se o 5.º grau em Fevereiro de 1913 e o 6.º grau em Junho de 1916, integrando cumulativamente uma Loja de Perfeição cujo nome se desconhece.¹⁹ O 6.º grau (secretário íntimo) foi-lhe conferido, atenta a data, já no quadro da segunda Loja Camões que levantou colunas em 1915.²⁰ Subiu ao 20.º grau (soberano príncipe da Maçonaria) em Setembro de 1917 e progrediu até receber o grau 30.º (cavaleiro Kadosh) em 3 de Julho de 1917.²¹ Esta célere progressão nos altos graus revela um enorme reconhecimento, em Macau e na Metrópole, pela sua figura de intelectual, jurista, educador e cidadão. O que diverge do epíteto de marginal e excêntrico que lhe foi colado por historiadores de Macau ligados à Igreja.²²

A segunda Loja Camões teve o n.º 383 e foi criada pelo Decreto n.º 13, de 8 de Abril de 1915, do grão-mestre Sebastião Magalhães de Lima, sendo dela seu primeiro venerável mestre o Dr. Constâncio José da Silva, que transitou da primeira Loja. Esta Loja

Anuário do Grande Oriente Lusitano para o ano de 1913.



dissolveu-se em 1930, na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926 que derrubou a República e instituiu o Estado Novo.²³ A Lei n.º 1901, de “ilegalização e dissolução das sociedades secretas”, que daria o golpe fatal na maçonaria portuguesa, foi aprovada pela Assembleia Nacional em 21 de Maio de 1935, sendo presidente um antigo maçom, José Alberto dos Reis.

Outros membros destacados da Loja n.º 383 foram o capitão Domingos Gregório Rosa Duque,²⁴ Elísio Tavares (farmacêutico), Mário de Campos Nery, António Afonso de Carvalho, Adão Antunes, João Silva, Rodrigo Marim Chaves (sargento, director do jornal *A Colónia*), Carlos Borges Delgado (professor do Liceu de Macau) e António Antillos.²⁵ Foi muito provavelmente membro da Loja Camões Alfredo Rodrigues dos Santos, então secretário do Governo, que foi governador interino de Macau entre Janeiro e Julho de 1923. Não se sabe se Luís Nolasco da Silva, editor do jornal *O Progresso* e vogal do Leal Senado, terá sido maçom, mas o seu pai, Gustavo Nolasco da Silva, foi-o. Os artigos publicados por investigadores da história de Macau, como a Prof.ª Célia Reis Gomes, não dissipam esta dúvida.²⁶ Foram seguramente membros da Loja, Francisco Xavier Anacleto da Silva, intérprete-tradutor, presidente do Leal Senado (1916) e Henrique Lapa Travassos Valdez, bisneto do conde do Bonfim, oficial da marinha, aceso republicano e agitador em Macau e, logo a seguir, senador da República pelo Partido da Reconstituição.²⁷ Travassos Valdez foi o fundador do Centro Republicano Eleitoral em 1919 que participou nas eleições camarárias em 1923, dissolvendo-se logo a seguir. Centro de propaganda republicana e de aglutinação dos simpatizantes do novo regime, a Loja Camões terá, segundo o parecer da Câmara Corporativa que fundamentou a Lei de Extinção das Sociedades Secretas, chegado aos 102 membros.²⁸

OS ECOS DA REPÚBLICA E A IMPRENSA DE MACAU

O período de vida desta segunda Loja Camões cobre um tempo de incerteza política na administração colonial de Macau ditada pela sucessão de governadores e por enorme resistência à publicação (e implementação)

Diploma da Maçonaria atribuindo a Camilo Pessanha o 15.º grau, de cavaleiro do Oriente ou da espada.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I



PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

da controversa legislação anticlerical da 1.^a República. Tal legislação determinava, entre outras coisas, a expulsão das ordens missionárias e dos Jesuítas do território nacional, a separação do Estado da Igreja na educação e na assistência e a expropriação de bens da Igreja.²⁹ Numa sociedade naturalmente conservadora e devota como a de Macau estas medidas soaram a declaração de guerra aos poderes instalados e aos equilíbrios concertados dentro da sociedade colonial e na relação com as autoridades chinesas. A Loja era um ponto de convergência para os republicanos mas também um centro de ressocialização para oficiais do exército e da marinha que vinham fazer a sua comissão de serviço em Macau. Estes incluíam membros de Lojas da metrópole que aqui estabeleciam laços da solidariedade maçónica na pessoa dos membros da Loja Camões. Sendo um dos princípios difundidos por esta organização a não discussão de questões políticas em Loja é provável que a Loja Camões tenha conseguido manter a sua isenção nas polémicas que dividiam a comunidade, sendo as posições assumidas pelos seus membros a título individual. Isso explica porque vários directores de jornais da colónia mantivessem o seu assento na Loja embora se embrenhassem em acalorada troca de opiniões sobre as questões que animavam a comunidade.

No período que vai de 1916 a 1930, Macau teve oito governadores: Manuel Ferreira da Rocha (1916-1918), Artur Tamagnini Barbosa (1918-1919), Henrique Correia da Silva, conde de Paço d'Arcos (1919-1922), Rodrigo Rodrigues (1923-1925), Joaquim Tomé dos Santos, Manuel Firmino Magalhães (1925-1926), Hugo Castelo Branco e Artur Tamagnini Barbosa (1926-1931). Destes sabe-se que três foram maçons: Manuel Ferreira da Rocha, oficial de Marinha, membro do Conselho do Governo, Henrique Correia da Silva e Rodrigo Rodrigues. O primeiro terá ingressado no funcionalismo ultramarino pela mão do seu “irmão” Carlos da Maia logo na sequência da revolução republicana, liderando o partido da União Republicana.³⁰ Henrique Correia da Silva foi capitão-de-mar-e-guerra e ministro do Ultramar.³¹ Rodrigo Rodrigues foi médico militar, ministro de Interior da República, tendo sido nomeado governador de Macau em 5 de Janeiro de 1923. Analistas consideram que este governador conseguiu fazer o pleno das várias sensibilidades, mostrando-se aberto a receber os portugueses que quisessem apresentar questões



Henrique Correia da Silva, governador de Macau (1919-1922).

e reclamações e fazendo sentar pela primeira vez os representantes da comunidade chinesa no Conselho do Governo.³² Uma medida que foi mal considerada por forças conservadoras locais, designadamente entre os macaenses, que entenderam isso uma traição à sua relevância local. A enorme sensibilidade com a questão religiosa³³ e a necessidade de evitar fissuras levou a que convidasse o bispo de Macau, D. José da Costa Nunes, a fazer parte do mesmo Conselho. Será que a provável condição de maçom deste último terá facilitado essa convergência de boas vontades? Nunca o saberemos.

O poder político encontrava-se concentrado no governador, que era nomeado por Lisboa, sendo as atribuições do Leal Senado limitadas pelo poder daquele. Na Taipa, o poder estava nas mãos do comandante militar. A dissolução da base ideológica da monarquia e a expansão das ideias da República fez-se de forma faseada e sem tropeções, apesar do tradicionalismo favorável à Igreja Católica.³⁴ O decreto, de 8 de Outubro de 1910, de expulsão dos jesuítas e das ordens religiosas do território português só foi publicado no jornal oficial da colónia em Novembro desse ano, permitindo-se que os Jesuítas (e as ordens

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

dos Salesianos, das Franciscanas missionárias de Maria e das Canossianas) saíssem do enclave de forma tranquila. Já em Junho de 1911, as Franciscanas regressaram retomando as obras de assistência que administravam até aí. A Lei de Separação do Estado e da Igreja nunca foi publicada no jornal oficial e os Jesuítas regressariam a Macau no final da década de 20.

A articulação com os partidos nacionais era incerta e apenas se fazia sentir aquando das eleições para senador e deputado, por exemplo em 1918, quando Anacleto da Silva e Henrique Valdez foram eleitos senadores ao Congresso Nacional pelo Partido Reconstituente. Só no ano seguinte Macau viu surgir uma organização política, o Centro Republicano Eleitoral, fundado por Henrique Valdez e pelos seus correligionários. Este centro foi o ponto de convergência entre maçons e republicanos, tendo como objectivo principal a participação nas eleições camarárias de 1923, mas dissolver-se-ia em 1925 com a saída de Macau de Henrique de Valdez. Saída decorrente da vitória da lista de Henrique Nolasco da Silva e, ao que se insinua, por insistência do governador Rodrigo Rodrigues.³⁵

A propaganda republicana fazia-se sentir nos editoriais de *A Colónia*, *A Verdade* e *O Combate*, jornais associados à Maçonaria e o tom variava consoante a proximidade ou apartamento da revolução republicana. Constâncio José da Silva deixava em tons vincados na edição de *A Verdade* de 18 de Fevereiro de 1911

“incessantemente e sem tréguas se acentua de um modo tristemente edificante o rancor que o elemento clerical vota à República, seus adeptos e funcionários e a todos os que exteriorizam o seu entusiasmo pela implantação do actual regime, único de que os portugueses devem esperar a salvação do País. Tristemente edificante, fica dito, e é verdade: pois essa má vontade, essa aversão bem manifesta quase sempre, e, por vezes, hipocritamente dissimulada, é a rigorosa e exacta medida de quanto a atmosfera nacional está saturada de facciosismo e de quanto os espíritos se acham eivados da submissão a ideias e princípios, que na história têm o seu papel findo e que há muito deviam ceder o lugar à evolução política.”

E continuava

“não visa o que foi dito atacar o credo religioso, mas sim ao entranhado amor que o clero, em geral, revela pela monarquia, que prestes esteve



Rodrigo José Rodrigues, governador de Macau (1923-1925).

a ser o plano inclinado da desgraça da nossa Pátria. Não há dúvida que alguns membros do clero aceitaram e aceitam o novo regime, reconhecendo-lhe os benefícios que dele se esperam, mas esses constituem uma minoria, que passa despercebida e fica absorvida pela acção reaccionária”.

E a finalizar

“se a Igreja Católica sacudisse a influência jesuítica e se amoldasse às instituições avançadas, como aconselhava Leão XIII, a luta entre o pensamento católico e as reivindicações sociais tornar-se-ia mais suave e menos perturbadora”.³⁶

Um ano antes, em editorial de 4 de Novembro de 1909, Constâncio José da Silva colocara a questão da convivência entre religião e liberdade nos seguintes termos:

“A aliança entre estas duas ideias (Liberdade e Religião) a que o espírito através dos séculos tem prestado homenagem, uma como alavanca potente e gigantesca coluna de progresso e outra como explicação do ignoto, como foco de consoladoras esperanças dos que anseiam pelo

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

infinito; essa aliança traduz-se em linguagem brilhante no imorredoiro sermão do padre Maia que na cidade do Porto e por ocasião das exéquias do Rei libertador, electrizou a multidão que o escutava e veio em ondas de patriotismo fora das portas do templo comover e fazer vibrar o coração dos portugueses o salutar pensamento de que: a Religião não é incompatível com a Liberdade”.³⁷

A Loja era um ponto de convergência para os republicanos mas também um centro de ressocialização para oficiais do exército e da marinha que vinham fazer a sua comissão de serviço em Macau.

Já em edição do mesmo jornal de 20 de Outubro de 1927, propriedade agora de Rosa Duque e pela pena da directora Sofia Agrebom, se disparava:

“por mais de uma vez na tribuna de imprensa temos combatido os manejos dos jesuítas nesta colónia e temos chamado a atenção das autoridades para a permanência dos mesmos em Macau, permanência que se faz em desobediência às leis da nação, leis que a todos cabe respeitar e defender, muito principalmente e especialmente essas autoridades que têm o dever de velar que a sua execução se cumpra integralmente, sem subterfúgios nem quebrantamentos ou considerações sentimentalistas de qualquer espécie, mas pelo que se observa, os protestos da imprensa republicana e liberal perdem-se neste maré magnum de nefastas influências e de considerações dos mais variados matizes”.³⁸

Na edição da semana anterior, sob o pseudónimo de Vagro, um articulista glorificava a liberdade, dizendo

“Liberdade, Igualdade, Fraternidade, a suprema trilogia, eis a Luz que guia o maçom através dos caminhos arrepiados de paixões, ora sobre os

abrolhos que lhe ensanguentam os pés, ora sob abóbadas que lhe ferem a cabeça! Liberdade, Igualdade, Fraternidade, eis a Vida de que ele tira energia, para não ficar cansado a meio da jornada e o levará ao triunfo do bem e à conquista da paz universal”.³⁹

Já sem tanta eloquência republicana mas com indisfarçável tom patriótico, Luís Nolasco no seu jornal *O Progresso* exaltava os heróis nacionais Ferreira do Amaral e Coronel Mesquita nos seguintes termos:

“Foi há 66 anos... Foi há 66 anos, ao entardecer do dia 22 de Agosto de 1849, que perto da Porta do Cerco, subúrbios da cidade, sicários assalariados – nove ou dez seriam eles – assassinaram cobardemente o heróico governador que foi desta colónia, Ferreira do Amaral. Os miseráveis carneiros, ébrios de sangue, deceparam-lhe a cabeça leonina e o único braço que possuía, o braço esquerdo levando – infames magarefes!... excremento de almas vis!... levando em apoteótico triunfo, pelo território chinês, esses sangrentos membros ainda palpitantes! A canalha ganhou conscienciosamente o salário da infâmia!”

E acrescentava

“foi há 66 anos que o capitão de mar e guerra João Maria Ferreira do Amaral, alma de patriota, carácter de bronze, modelo de estadistas, e nobre campeão de heróicas, legendárias façanhas, sucumbiu exangue, vítima da sua fé patriótica e em holocausto à honra da Pátria, que bem serviu, emancipando esta colónia, que tão patrioticamente governou e consolidando o domínio português no Extremo Oriente.”⁴⁰

Já antes em editorial, sob o título “Eleições. Eleitores e Candidatos pelo Círculo de Macau, afirmava:

“a nenhum português é lícito desconhecer ou ignorar os perigos da situação presente. Perigos internos e perigos externos. [...] os nossos destinos e os destinos das nossas colónias, jogam-se nos campos de batalha da Europa, aonde de um momento para o outro podemos ser chamados, quer seja a honrar os compromissos internacionais, quer seja para defender os nossos interesses de nação livre na posse de vastos domínios. Internamente, a luta dos partidos políticos, disputando o poder, sem escrúpulos, tem dado lugar a uma constante agitação, que nos

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

faz descer no conceito de nações civilizadas e nos deprime aos olhos dos próprios aliados e amigos. Se não mudarmos de processos, a tempo, dir-se-á de nós portugueses, que não compreendemos a liberdade, nem somos dignos dela”.⁴¹

Tal era o tom da imprensa republicana de Macau nos anos que se seguiram à Revolução Republicana. A questão religiosa e a animosidade entre Maçonaria e Igreja não se dissiparia. Regressaria por via do “integrismo lusitano” na perseguição dos liberais e na campanha desencadeada contra a Maçonaria que conduziria à sua ilegalização pela Ditadura Nacional.

CONCLUSÃO

Integrados numa sociedade profundamente conservadora e crente, os Maçons republicanos ocuparam posições de destaque que lhes impuseram um grande sentido de realismo e a necessidade de construir um *modus vivendi* com as forças sociais dominantes. Nesse sentido, fora os despiques entre os jornais alinhados ou opositores às ideias republicanas e liberais, a relação entre liberais e conservadores fez-se sóbria com a salvaguarda, no essencial, da cordialidade dentro da elite colonial portuguesa. Em Novembro de 1911, o historiador macaense Montalto de Jesus dava uma conferência na Sociedade de Geografia em Lisboa em que colocava bem este tom compromissório

“ao passo que o regime republicano inaugura uma época esperançosa para as colónias, também a China evolutiva de hoje cria condições de muita significação para Macau. Tanto do ponto de vista português como chinês, pois, é este o momento psicológico de se tratar séria e francamente da situação em que o regime monárquico deixou essa

colónia. Urge pois encarar sem reboço os erros fatais que, com o andar do tempo, se tornam quase convencionais.”⁴²

O período que medeia entre o curto mandato do governador Carlos Correia da Silva e a chegada de governadores conservadores alinhados com a “Revolução Nacional” de 28 de Maio de 1926 (Artur Tamagnini Barbosa) é marcado pela acção do médico Dr. Rodrigo Rodrigues. O seu mandato como governador, cargo para que estivera indigitado em 1917, é assinalado por uma efectiva descompressão com a diocese e as ordens missionárias e com a criação de uma relação de grande cordialidade com o bispo D. José da Costa Nunes. Também com a tentativa, gorada, de iniciar as obras do Porto (decorrentes de acordo com a China firmado no tempo do governador Correia da Silva) com capitais não portugueses, o que lhe valeu a animosidade do governo de Lisboa liderado por Álvaro de Castro que lhe imporia a demissão.⁴³ Rodrigo Rodrigues deixou, por isso, uma forte impressão em meios conservadores como se depreende dos rasgados elogios que o padre Manuel Teixeira lhe dirige em vários dos seus escritos. Este terá sido o último governador maçom de Macau.

Vitoriosa a *Ditadura Nacional* com a ascensão de Salazar a incontestado chefe do Governo e afastados quaisquer concorrentes entre militares e aparelho de Estado, a aprovação da Carta Orgânica de Macau de 1926 validou o modelo de predominância do executivo centrado no governador, secundado por um Conselho do Governo com atribuições meramente consultivas e formado por vogais nomeados e eleitos, incluindo um delegado da comunidade chinesa eleito pela Associação Comercial, modelo que prevaleceria nos anos adiante. **RC**

NOTAS

- 1 “Erguer colunas” significa iniciar actividade, o que dependia de um decreto da principal autoridade maçónica, o grão-mestre. A maçonaria é uma ordem iniciática hierarquizada formada por Lojas autónomas mas que obedecem a um “presidente”, o grão-mestre, que exerce a sua autoridade como órgão singular sobre toda a organização. A legitimidade do poder é vertical, de cima para baixo, através de directrizes e instruções.
- 2 Triângulo n.º 90 constituído por Decreto n.º 7, de 23 de Janeiro de 1906, do grão-mestre Francisco Gomes da Silva.

- 3 Ao invés “deixou de existir”.
- 4 Informação recolhida na Biblioteca do Palácio Maçónico em Janeiro de 2011.
- 5 Albert MacKey, H. L. Haywood, *Encyclopedia of Freemasonry, Part I*. Whitefish, Mass: Kessinger Publisher, 2002, p. 199 e A. H. de Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, 2.ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 109.
- 6 A criação da Maçonaria na China tem sido atribuída à Inglaterra, o que não é verdade.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

- 7 Não há actas escritas das actividades desta Loja, as quais se terão perdido.
- 8 Nesse sentido, João Guedes in *Subsídio para História da Maçonaria em Macau*, disponível in <http://aescadadejacob.blogspot.com>. Alexandrino de Melo não pertenceu à Loja Camões porque morreu em Marselha em 1885, antes da criação do Triângulo que lhe deu origem. Cf. http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=40003
- 9 Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*. Macau: Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau, 1996, vol. 2, pp. 645-650; Manuel Teixeira, “Barão do Cercal e família”, in *A Voz das Pedras de Macau*. Macau: Imprensa Nacional, 1980, pp. 181-186.
- 10 João Guedes, “A Maçonaria e a República Chinesa”, in *Macau* n.º 54, Outubro de 1996, p. 87. Hermenegildo era proprietário do semanário *Echo Macaense* que deu grande cobertura noticiosa a Sun Yat Sen e aos revolucionários republicanos chineses.
- 11 Jornal *Hoje Macau*, “Pedro Barreiros prepara fotobiografia sobre José Vicente Jorge e Danilo Barreiros”, entrevista publicada a 6.5.2009. Também Paço d’Arcos, *Memórias da Minha Vida e do Meu Tempo*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1973, 1976 e 1979. Confirmado em conversa pessoal com Pedro Barreiros ocorrida em sua casa em Janeiro de 2011.
- 12 Carlos Gomes Bessa, *Macau e a Implantação da República na China. Uma carta de Sun Yat-Sen para o Governador José Carlos da Maia*. Macau: Fundação de Macau, 1999, pp. 25-28.
- 13 Margarida Saraiva, “Um jovem romântico”, jornal *Hoje Macau*, 1.9.2010.
- 14 Pedro Ramos Brandão e António Chaves Fidalgo, *A Maçonaria e a Implantação da República em Portugal*. Lisboa: Casa das Letras, 2010, p. 74.
- 15 Fotografias do tempo mostram-nos nos saraus do Clube Militar rodeado por republicanos e maçons.
- 16 Célia Reis, “Conjuntura e vida política”, in A. H. Oliveira Marques, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente, 2003, vol. 4, pp. 15-37.
- 17 A proclamação da República Portuguesa teve lugar em 5 de Outubro de 1910, um mês antes da iniciação de Pessanha. A atribuição dos três graus não era tão pouco comum quanto possa parecer dada a distância de Macau da metrópole.
- 18 Dados recolhidos na Biblioteca do Palácio Maçónico em Janeiro de 2011. Constância José da Silva foi ainda director da Imprensa Oficial. Vide <http://bo.io.gov.mo/galeria/pt/histio/directores.asp>
- 19 A Loja de Perfeição comporta os graus 6.º a 14.º do Rito Escocês, de acordo com o sistema de graus criado por Albert Pike, durante o século XVIII nos Estados Unidos e que se expandiu para a Europa continental e para a América Latina. O sistema não entrou nas Ilhas Britânicas.
- 20 Daniel Pires anota que Camilo Pessanha foi venerável da Loja, o que não está por forma alguma confirmado. Vide Daniel Pires, “Cronologia da vida e da obra de Camilo Pessanha”, in Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), <http://purl.pt/14369/cronologia1909.html>.
- 21 Um exemplar do seu diploma de cavaleiro do Oriente e da espada (grau 15.º), assinado pelo grão-mestre António Maria da Silva e com data de 15 de Novembro de 1916, pode ser visto no catálogo da exposição bio-bibliográfica organizada por ocasião do 70.º aniversário da primeira edição de *Clepsidra*, por Daniel Pires. Macau: Instituto Português do Oriente, 1991.
- 22 José Carvalho Rego, *Macau. Figuras de Relevo do Passado*. Macau: edição do autor, 2007, pp. 63-68 e Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*. Macau: Imprensa Nacional, 1979, vol. 2, pp. 251-261.
- 23 Era grão-mestre José Mendes Ribeiro Norton de Matos, candidato a Presidente da República nas eleições de 1949.
- 24 Iniciado a 16 de Novembro de 1916, passou a companheiro e mestre em Fevereiro de 1917. Foi membro da Loja de Perfeição do Rito Escocês que funcionou ao lado da Loja Azul, recebendo o 4.º grau em 5 de Outubro de 1918 e o 5.º grau um ano depois. Ascenderia ao 20.º grau do mesmo Rito a 30 de Novembro de 1921. Informação recolhida na biblioteca do Palácio Maçónico. Rosa Duque é assinalado como ponto de contacto da Loja Camões em Macau in A. H. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, pp. 109, 25 Informação recolhida na biblioteca do Palácio Maçónico.
- 26 Vide, Célia Reis, “Conjuntura e vida política”, cit. e ainda idem, “Um novo regime em Macau: a passagem à República”, in Fernando António Baptista Pereira, coord., *Os Fundamentos da Amizade. Cinco Séculos de Relações Culturais e Artísticas Luso-Chinesas*. Lisboa: Centro Científico e Cultural, 2000 (catálogo de exposição patente em Lisboa, 1999/2000), pp. 178-187. Dado adicional é o facto de ter Luís Nolasco sido o notário que lavrou o testamento de Camilo Pessanha, facto esse que pelo menos revela uma grande confiança entre ambos. Vide Daniel Pires, “Cronologia da vida e da obra de Camilo Pessanha”, cit.
- 27 Valdez era marinheiro da canhoeira *Macau* e prestava serviços nas Obras dos Portos. Ver A. H. de Oliveira Marques (coord.), Paulo Guinote, Pedro Teixeira Mesquita, João José Alves Dias, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000, p. 446.
- 28 Parecer da Câmara Corporativa (1935) subscrito por Domingos Fezas Vital, Afonso de Melo, Gustavo Cordeiro dos Santos, José Gabriel Pinto Coelho e Abel de Andrade (relator), in A. H. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa...*, p. 311.
- 29 Afonso Costa é autor de um conjunto de legislação que vai dar estrutura à República em matéria religiosa, designadamente a Lei de Abolição do Juramento Religioso, a Lei do Divórcio, a Lei da Família, a Lei do Registo Civil obrigatório e a Lei de Separação do Estado das Igrejas. Vide Pedro Ramos Brandão e António Chaves Fidalgo, *A Maçonaria...*, pp. 128-130.
- 30 João Guedes, “Intriga política e dissidências republicanas em Macau” no blog Tempos d’ Oriente in <http://temposdoriente.wordpress.com/2011/03/17/>
- 31 Foi pai do romancista Joaquim Paço d’ Arcos
- 32 José de Carvalho e Rêgo, *Figuras d’Outros Tempos*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1994, p. 388.
- 33 Célia Reis, “Conjuntura e vida política”, in A. H. Oliveira Marques, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 4, pp. 13-176.
- 34 Célia Reis, “Conjuntura e vida política”, cit.
- 35 *Ibidem*.
- 36 Jornal *A Verdade*, 3.º ano, n.º 114, 18/2/1911, “Ódio à República”.
- 37 Jornal *A Verdade*, 1.º ano, n.º 51, 4/11/1909, “Liberdade e Religião”. As referências maçónicas inclusas no texto - “alavanca”, “coluna”, “templo” - são inconfundíveis.
- 38 Jornal *A Verdade*, n.º 26, 20/10/1927, “Estendendo as garras”.
- 39 Jornal *A Verdade*, n.º 25, 13/10/1927, “Liberdade”. As referências maçónicas são evidentes.
- 40 Jornal *O Progresso*, n.º 51, 22/8/1915, “Comemorando 1849-22-25 de Agosto - 1915, Amaral e Mesquita”.
- 41 Jornal *O Progresso*, n.º 41, 13/16/1915, “Eleições - Eleitores e candidatos pelo Círculo de Macau”.
- 42 C. A. Montalto de Jesus, “Portugal e Macau. Problemas económicos e políticos”, *Boletim da Sociedade de Geografia*, 29.ª Série, n.º 12, Dezembro de 1911, p. 437.
- 43 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. 11. Lisboa: Editora Verbo, 1989, pp. 461-462.
- 44 Pe. Manuel Teixeira, *Bispos e Governadores de Macau*. Macau: Imprensa Nacional, 1940; idem, *A Voz das Pedras de Macau*; idem, *Pagodes de Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.

Portugal e a China Os Anos da República (1908-1928)

Portugal and China The Years of the Republic (1908-1928)

ALFREDO GOMES DIAS

No dia 8 de Fevereiro de 1908, na Praça do Comércio em Lisboa, o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro Luís Filipe sucumbiram às balas de Manuel Buiça e Alfredo Costa. Do outro lado do mundo, em Pequim, nesse mesmo ano, o Império Celestial vê morrer a imperatriz Dowager Cixi 慈禧太后 e subir ao trono Pu Yi 溥儀 com apenas dois anos de idade. Este foi o último imperador da China, deposto quatro anos depois, com a implantação da República em 1912. D. Manuel II, à semelhança de Pu Yi, depois de assumir a coroa portuguesa em 1908 apenas a conservou por dois anos e meio: a 5 de Outubro de 1910, o regime republicano era implantado em Portugal. Em Macau, Eduardo Augusto Marques tomou posse como governador, em Setembro de 1908. Este foi um ano marcado pelo incidente com o navio japonês *Datsu Maru*, aprisionado pela marinha chinesa sob a acusação de que estaria envolvido no tráfico ilegal de armas. Abriu-se, então, um conflito diplomático entre aqueles dois países asiáticos que foi aproveitado pela governação portuguesa para afirmar, junto das autoridades chinesas, os seus direitos marítimos, numa altura em que se tentavam definir os limites marítimos e terrestres do Território.

Podemos assim considerar que o ano de 1908 ilustra bem como Portugal e a China viveram, num período marcado por diversas simultaneidades, os

*On 8 February 1908, in Praça do Comércio in Lisbon, King Carlos and the crown prince, Luís Filipe, were assassinated by Manuel Buiça and Alfredo Costa. In that same year, on the other side of the world, in Peking, the Celestial Empire saw the death of Empress Cixi 太后 and the ascension of Pu Yi 溥儀 to the throne, at the tender age of two. He was the last emperor of China, deposed four years later on the establishment of the Republic in 1912. Like Pu Yi, King Manuel II, after taking the Portuguese crown in 1908, kept it for only two -and-a-half years: on 5 October 1910 the republican regime was established in Portugal. In Macao, Eduardo Augusto Marques took office as governor in September 1908. That year was marked by an incident with the Japanese ship *Datsu Maru*, held by the Chinese navy on the accusation of being involved in illegal arms trafficking. This caused a diplomatic conflict between those two Asian countries and the Portuguese government took the opportunity to assert its maritime rights to the Chinese authorities, at a time when attempts were being made to define the land and sea borders of the territory.*

It can therefore be taken that 1908 is a good illustration of how, in a period marked by various coincidences, Portugal and China experienced their processes of transition from monarchical and imperial regimes to republican regimes. Two distant countries, one at the edge of Europe, the other in the far east of the

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

seus respectivos processos de transição dos regimes monárquico e imperial para o regime republicano. Dois países distantes, um a finisterra europeia, o outro localizado no extremo oriental do continente asiático, cada um possuidor de uma história de diferentes dimensões temporais, unidos por uma relação secular construída, em grande parte, em torno da cidade de Macau.

Não obstante tratem-se de duas realidades civilizacionais muito distintas, a implantação do regime republicano português e chinês, assim como os acontecimentos políticos que se prolongaram por cerca de vinte anos, apresentam semelhanças embora em escalas distintas. E, em Macau, foram-se sentindo alguns dos ventos republicanos com origem em Pequim, Cantão e Nanquim, outros mais ténues, como se fossem perdendo alento no espaço percorrido, provenientes de Lisboa.

Entre 1908 e 1928 viveram-se anos de profundas transformações políticas na China e em Portugal, podendo ser divididos três fases distintas. Os anos da implantação da República (1908-1913) foram marcados pela substituição da monarquia portuguesa e do regime imperial chinês pelo regime republicano. São os anos das revoluções que conduziram às mudanças políticas e institucionais que deram o novo rosto a estes dois países. Seguem-se os anos da guerra (1914-1919), vividos por Portugal e pela China do mesmo lado das trincheiras, mas em cenários do conflito distintos: Portugal, dividido entre o continente africano e europeu; a China no continente asiático. Ao longo ano de 1919, os dois países ensaiaram o seu regresso, o regresso possível, à sua realidade interna, mas sempre sob a pressão de uma nova ordem mundial muito castigadora para com os países vencidos e pouco generosa para com as potências secundárias. Nesta última categoria atrevemo-nos a colocar a China e Portugal. Finalmente, a terceira fase (1920-1928) refere-se aos anos das conspirações e revoltas que marcaram o quotidiano da República Portuguesa e da República Chinesa. Divergências e ingovernabilidades dos poderes centrais, fragmentações políticas e sociais, interferências militares constantes, agitação social e movimentos políticos revolucionários influenciados pela nova fase do movimento comunista internacional, aberta pela revolução bolchevique de 1917. Anos de crise da democracia parlamentar, de conspirações monárquicas e imperiais, tentando regressar a um

Asian continent, each with a history of different temporal dimensions, were united by a secular relationship built largely around the city of Macao.

Despite having two very distinct civilisations, the establishment of the Portuguese and Chinese republican regimes, as well as the political events which continued for around twenty years, show similarities, albeit different in scale. And in Macao, some of the republican winds were felt, coming from Peking, Canton and Nanking, and others were more tenuously felt, as if they had dissipated over the distance travelled, coming from Lisbon.

The years between 1908 and 1928 were years of profound political transformation in China and in Portugal and can be divided into three distinct phases. The years of the establishment of the Republic (1908-1913) were marked by the replacement of the Portuguese monarchy and the Chinese imperial regime by the republican regime. They were years of revolutions which led to the political and institutional changes which would be the new face of these two countries. These were followed by the war years (1914-1919), experienced by Portugal and by China on the same side of the trenches, although in different conflicts: Portugal, divided between Africa and Europe; China on the Asian continent. During 1919, the two countries rehearsed their return—their possible return—to their internal reality, but always under the pressure of a new world order, very harsh on the losing countries and rather careless of secondary powers. We dare to put China and Portugal into this last category. Finally, the third phase, from 1920 to 1928, refers to the years of conspiracies and revolts which marked day-to-day life in the Portuguese Republic and in the Chinese Republic: divergences and ungovernability in the central powers, political and social fragmentation, constant military interference, and social upheaval and revolutionary political movements influenced by the new phase of the international communist movement, brought about by the Bolshevik revolution in 1917. They were years of parliamentary democracy crisis, of monarchical and imperial conspiracies, trying to return to a past which was still felt as present, and of ephemeral totalitarian experiences, announcing more lasting military dictatorships.

Between 1908 and 1928, these two countries underwent their first republican period, then diverged along very different political and ideological paths, (re) encountering each other on a daily basis in a city called Macao, which continued to be the stage for and the witness

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

passado que ainda era vivido como presente, e de experiências totalitárias efémeras que anunciaram ditaduras militares mais duradouras.

Entre 1908 e 1928, estes dois países viveram o seu primeiro período republicano, divergindo depois por caminhos políticos e ideológicos muito distintos, (re)encontrando-se, diariamente, numa cidade chamada Macau, a qual continuou a ser palco e testemunha do diálogo que foram mantendo entre si, mesmo nos períodos dominados pelo signo da separação. Ainda no ano de 1928, Portugal e China assinaram um novo tratado de amizade e comércio.

OS ANOS DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA (1908-1913)

PORTUGAL

Depois do regicídio, em 8 de Fevereiro de 1908, o Partido Republicano Português (PRP) e a Carbonária continuaram a sua actividade política, entre congressos e conspirações. José de Castro (grã-mestre-adjunto da Maçonaria), Miguel Bombarda, Machado dos Santos e Francisco Grandela, aos quais se juntaram o almirante Cândido dos Reis e António José de Almeida, foram os homens que prepararam a Revolução na madrugada de 4 para 5 de Outubro de 1910. A morte de Miguel Bombarda, assassinado por um doente no dia 3, fez vacilar os conspiradores que, apesar desta baixa de vulto, decidiram avançar. O suicídio de Cândido dos Reis, na madrugada de 5 de Outubro, convencido que a revolta tinha fracassado, espelha as fragilidades da organização da revolta. Em Lisboa, a resistência monárquica caiu sob os bombardeamentos do Rossio e do Palácio das Necessidades, a partir do *São Rafael* e do *Adamastor*, acompanhados pela neutralidade do *D. Carlos*. O rei fugiu para Mafra, partindo depois para Gibraltar. Seguiu-se o exílio na Grã-Bretanha. Na província, a monarquia desvaneceu-se ao ritmo das mensagens que chegavam pelo telégrafo.

A morte de Cândido dos Reis e o afastamento de Basílio Teles fez recair em Teófilo Braga a escolha do Presidente da República provisório. Afonso Costa assumiu a organização do primeiro governo republicano, o que suscita, desde logo, a oposição da Carbonária, a quem não foi entregue nenhuma das pastas criadas. Com um governo que pretendia conciliar as diferentes sensibilidades do PRP e um Presidente da República que exercia uma fraca

to the dialogue which they maintained, even in times dominated by the sign of separation. As early as 1928, Portugal and China signed a new treaty of friendship and trade.

THE YEARS OF THE ESTABLISHMENT OF THE REPUBLIC (1908-1913)

PORTUGAL

After the assassination of the king on 8 February 1908, the Portuguese Republican Party (PRP) and the Carbonária continued their political activity, in congresses and conspiracies. José de Castro (deputy grand master of the freemasons), Miguel Bombarda, Machado dos Santos e Francisco Grandela, joined by Admiral Cândido dos Reis and António José de Almeida, were the men who prepared the Revolution in the early hours of 4 to 5 October 1910. The death of Miguel Bombarda, murdered by a patient two days before, gave pause to the conspirators but, despite this heavy blow, they decided to go ahead. The suicide of Cândido dos Reis, on the morning of 5 October, confirmed that the revolution had failed, and mirrored the weaknesses of the revolutionary organisation. In Lisbon, resistance from the monarchy fell under the bombing of Rossio and the Palácio das Necessidades, from São Rafael and Adamastor, accompanied by the neutrality of D. Carlos. The king fled to Mafra and later went on to Gibraltar. This was followed by exile in Great Britain. In the country, the monarchy faded away as the messages arrived by telegraph.

The death of Cândido dos Reis and the resignation of Basílio Teles caused the choice for president of the provisional government of the republic to fall on Teófilo Braga. Afonso Costa took over the organisation of the first republican government, bringing immediate opposition from the Carbonária, which was not given any of the ministries created. With a government that intended to reconcile the different sensibilities of the PRP and a president of the republic who had little influence in the new regime, it was easy for Afonso Costa to gain a role which he maintained throughout the years of the first republic.

Apart from the legislative initiatives of the first provisional government in social areas and education, the violent separation between church and state left marks that would grow deeper in the coming years. Social discontentment began to be seen as soon as November, with the Carris public transport company going on strike; the

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

influência no novo regime, foi fácil a Afonso Costa começar a ganhar um protagonismo que se manteve vivo ao longo dos anos da I República.

Para além das iniciativas legislativas do primeiro governo provisório nas áreas sociais e da educação, a separação violenta entre as Igrejas e o Estado deixou marcas que se aprofundaram nos anos seguintes. O descontentamento social começou a manifestar-se logo em Novembro com a greve da companhia Carris: estava dado o mote da agitação social que caracterizou os últimos anos da monarquia e que não desapareceu com o 5 de Outubro. A conspiração monárquica em Vila Nova de Gaia, em Setembro de 1911, e a incursão militar liderada por Paiva Couceiro em Bragança demonstraram que a monarquia não estava erradicada da sociedade portuguesa.

A eleição do primeiro Presidente da República constitucional tornou claras as diferentes facções que existiam dentro do movimento republicano. Foi eleito Bernardino Machado, com o apoio de Afonso Costa, apresentando um programa assente em três grandes pilares: garantir a unidade do Partido Republicano; manter a legislação do governo provisório, nomeadamente a separação entre as Igrejas e o Estado; combater os inimigos do novo regime. Em Novembro de 1911, o PRP dividiu-se entre o Partido Democrático e a União Nacional Republicana (UNR). Em Fevereiro de 1912, a UNR fez nascer o Partido Evolucionista, liderado por António José de Almeida, e a União Republicana, fundada por Brito Camacho.

Salvaram-se as iniciativas diplomáticas: a República Portuguesa, apenas acompanhada na Europa pela França e Suíça, obteve o reconhecimento da Grã-Bretanha. Estava implantada a República Portuguesa e a dinastia de Bragança chegava ao fim, depois de ter governado 270 anos.

CHINA

A morte de Cixi, uma regência que substituiu um imperador de três anos e a cedência do governo imperial aos consórcios estrangeiros, quando se pretendia construir as infra-estruturas que anunciavam a modernização do império, nomeadamente o caminho-de-ferro Sichuan-Henan, provocaram uma onda nacionalista que abalou as províncias centrais do Império, Hunan, Hubei e Sichuan, às quais se juntou ainda a província de Guangdong, mais a sul. Entre Maio e Junho de 1911, a província de

way was paved for the social agitation which characterised the last years of the monarchy and which did not disappear on 5 October. The monarchical conspiracy in Vila Nova de Gaia in September 1911 and the military incursion led by Paiva Couceiro in Bragança showed that the monarchy had not been eradicated from Portuguese society.

The election of the first president of the constitutional republic clearly showed the different factions within the republican movement. Bernardino Machado was elected, with the support of Afonso Costa, presenting a programme based on three main pillars: guaranteeing the unity of the Republican Party; maintaining the legislation of the provisional government, in particular the separation of church and state; and fighting the enemies of the new regime. In November 1911, the PRP split into the Democratic Party and the National Republican Union (UNR). In February 1912, the UNR gave rise to the Evolutionist Party, led by António José de Almeida, and the Republican Union, founded by Brito Camacho.

There were also the diplomatic initiatives; the Portuguese Republic, accompanied only by France and Switzerland in Europe, was recognised by Great Britain. The Portuguese Republic was established and the Bragança dynasty came to an end, having ruled for 270 years

CHINA

The death of Cixi, a regency for a three-year-old emperor and the yielding of the imperial government to foreign consortiums, when it had been intended to build the infrastructures heralding the modernisation of the empire, in particular the Sichuan-Henan railway, provoked a nationalist wave which swept the central provinces of the empire, Hunan, Hubei and Sichuan, joined by Guangdong, further south. Between May and June 1911, Sichuan Province and its capital, Chengdu, were on the brink of a veritable insurrection. There was now a definitive split between the central government in Peking and the interests of each province, under a new, more nationalist guise

In October 1911, in Wuchang (Wuchang, Hankou and Haniang gave rise to the present city of Wuhan) the insurrection gained new proportions with the mutinying troops taking the city in a few hours. The man chosen to lead the revolutionaries was the brigade commander, Li Yuanhong 黎元洪. Twelve days later, the insurrection spread to Hunan province. At the end of October 1911, the revolution had reached seven provinces, with the United Revolutionary League, led by Sun Yat Sen 孙逸

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

Sichuan e a sua capital, Chengdu, ficaram à beira de uma verdadeira insurreição. Estava definitivamente cavado o fosso entre o governo central de Pequim e os interesses de cada província, agora com uma nova roupagem, de carácter mais nacionalista.

Em Outubro de 1911, em Wuchang, a insurreição ganhou novas proporções, com as tropas amotinadas a tomarem conta da cidade em poucas horas. O homem escolhido para liderar os revoltosos foi o comandante de brigada Li Yuanhong 黎元洪. Doze dias depois, a insurreição alastrou à província de Hunan. No fim deste mês de Outubro de 1911, a revolta estava instalada em sete províncias, com a Liga Unida Revolucionária, liderada por Sun Yat Sen 孙逸仙 (Sun Zhongshan 孙中山), a desempenhar um papel importante em duas cidades que eram, em grande medida, a China aos olhos dos estrangeiros: Xangai, com Chen Qimei 陈其美 a assumir-se como governador militar e a beneficiar das suas ligações com os homens de negócio e com as sociedades secretas, e Chiang-Kai-shek (Jiang Jieshi 蒋介石), enviado por Sun Yat Sen para ajudar a impor a revolta na cidade; Cantão, onde Hu Hanmin 胡汉民, companheiro de Sun Yat Sen, assumiu o controlo da província após a fuga do governador imperial quando os mercadores de Cantão se revoltaram contra o regime imperial.

Como reacção, a corte Qing chamou aquele que foi considerado como o único militar capaz de conduzir uma ofensiva com êxito contra os rebeldes: Yuan Shikai 袁世凯. Ao mesmo tempo que provocava a morte de 28 000 revoltosos em Wuhan, Yuan Shikai já negociava com Li Yuanhong a queda da dinastia. A escolha de Sun para presidente provisório, no dia 29 de Dezembro, desagradou a Yuan que rompe as negociações com o movimento revolucionário. No dia 1 de Janeiro de 1912, em Nanquim, era proclamada a República Chinesa e, no mês seguinte, Sun cedeu a presidência a Yuan, por ser considerado o homem mais bem colocado para conseguir que a dinastia abdicasse do poder e para evitar que a China caísse numa prolongada guerra civil. No dia 12 de Fevereiro, o último imperador Pu Yi abdicou do trono, pondo fim à dinastia manchu que ocupou o poder imperial durante 268 anos.

仙 (Sun Zhongshan 孙中山), playing an important role in two cities that, generally speaking, represented China in the eyes of foreigners: Shanghai, with Chen Qimei 陈其美 taking on the role of military governor and taking advantage of his connections with businessmen and secret societies, and Chiang-Kai-shek (Jiang Jieshi 蒋介石), sent by Sun Yat Sen to help impose revolution in the city; and Canton, where Hu Hanmin 胡汉民, companion of Sun Yat Sen, took control of the province after the flight of the imperial governor when the Canton merchants had revolted against the imperial regime.

In reaction, the Qing court called on the man who was considered to be the only military leader capable of leading a successful offensive against the rebels: Yuan Shikai. At the same time as he was causing the death of 28,000 revolutionaries in Wuhan, Yuan Shikai 袁世凯 was already negotiating the fall of the dynasty with Li Yuanhong. The choice of Sun as provisional president, on 29 December, was displeasing to Yuan and he ended negotiations with the revolutionary movement. The Chinese Republic was proclaimed on 1 January 1912 in Nanking and the following month Sun surrendered the presidency to Yuan, as he was considered to be in the best position to make the dynasty abdicate power and to prevent China from entering into a prolonged civil war. On 12 February, the last emperor, Pu Yi, abdicated the throne, ending the Manchu dynasty which had been on the imperial throne for 268 years.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

	PORTUGAL	CHINA
1908		
Fevereiro/ <i>February</i>	Regicídio: morte do rei D. Carlos e do príncipe herdeiro. D. Manuel II, o último rei de Portugal, assume o trono <i>Assassination of the king: death of King Carlos and the crown prince. Manuel II, the last King of Portugal, accedes to the throne</i>	
Novembro/ <i>November</i>	Nas eleições municipais, os republicanos ganham a Câmara de Lisboa <i>The republicans win the Lisbon Council in the municipal elections</i>	Morte da imperatriz Cixi. Pu Yi, o último imperador, assume o trono <i>Death of Empress Cixi. Pu Yi, the last emperor, accedes to the throne</i>
1910		
Outubro/ <i>October</i>	Proclamação da República Portuguesa. Governo Provisório Republicano presidido por Teófilo Braga. Família real exilada-se na Inglaterra. Expulsão das ordens religiosas <i>Proclamation of the Portuguese Republic Provisional Government of the Republic, led by Teófilo Braga. Portuguese royal family goes into exile in England. Expulsion of religious orders</i>	
Novembro/ <i>November</i>	Inglaterra reconhece a República Portuguesa. Greve dos trabalhadores ferroviários e da Companhia do Gás e da Electricidade <i>England recognises the Portuguese Republic. Strike by railway workers and the Gas and Electricity Company</i>	
1911		
Abril/ <i>April</i>	Lei da separação das Igrejas do Estado <i>Law of separation of church and state</i>	
Maiio/ <i>May</i>	Substituição do real pelo escudo <i>Substitution of the real for the escudo</i>	Decreto imperial entregando a um consórcio estrangeiro (britânico, americano, francês e alemão) a construção do caminho-de-ferro Sichuan–Henan <i>Imperial decree handing the construction of the Sichuan–Henan railway over to a foreign consortium (British, American, French and German)</i>
Agosto/ <i>August</i>	Primeira Constituição da República Portuguesa. É eleito o primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga <i>First Constitution of the Portuguese Republic. The first President of the Republic is elected: Manuel de Arriaga</i>	Greve geral em Sichuan <i>General strike in Sichuan</i>

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

	PORTUGAL	CHINA
1911		
Setembro/ <i>September</i>	Conspiração monárquica em Vila Nova de Gaia <i>Monarchical conspiracy in Vila Nova de Gaia</i>	
Outubro/ <i>October</i>	Incursão monárquica em Bragança liderada por Paiva Couceiro <i>Monarchical incursion in Bragança led by Paiva Couceiro</i>	Insurreição de Wuchang. Li Yuanhong assume a liderança da revolta <i>Wuchang insurrection. Li Yuanhong takes over leadership of the revolution</i>
Dezembro/ <i>December</i>		Regente abdica em nome da dinastia Qing. Em Nanjing, Sun Yat Sen é eleito Presidente provisório da República da China <i>Regent abdicates in the name of the Qing Dynasty. In Nanjing, Sun Yat Sen is elected provisional president of the Republic of China</i>
1912		
Janeiro/ <i>January</i>	Greve geral. Governo decreta o estado de sítio na capital <i>General strike. Govern declares state of siege in the capital</i>	Proclamação da República Chinesa <i>Proclamation of the Chinese Republic</i>
Fevereiro/ <i>February</i>	António José de Almeida funda o Partido Evolucionista. Brito Camacho funda o Partido Unionista <i>António José de Almeida founds the Evolutionist Party. Brito Camacho founds the Unionist Party</i>	Pu Yi, o último imperador da China abdica do trono. Sun Yat Sen resigna e Yuan Shikai assume o cargo de Presidente da República da China <i>Pu Yi, the last emperor of China abdicates the throne. Sun Yat Sen resigns and Yuan Shikai takes over as President of the Republic of China</i>
Abril/ <i>April</i>	Tentativa de derrube do governo liderado por Afonso Costa. Movimentos insurreccionais que recorreram a atentados bombistas <i>Attempt to topple the government led by Afonso Costa Insurrection movements resorting to bomb attacks</i>	
Julho	Tentativa revolucionária monárquica <i>Monarchical revolutionary attempt</i>	Segunda revolução (falhada) <i>Second revolution (failed)</i>

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

OS ANOS DA GUERRA (1914-1919)

PORTUGAL

Em 28 de Julho de 1914, o estudante sérvio Gavrilo Princip assassinou o arquiduque Francisco Ferdinando de Habsburgo-Lorena, em Sarajevo. No dia 5 de Agosto a Europa estava em guerra.

À vaga declaração ao Congresso do governo de Bernardino Machado sobre a guerra, em concordância com o *Foreign Office*, seguiu-se o envio imediato de uma expedição militar para Angola e Moçambique. Portugal preparava-se para defender as suas principais colónias africanas, há muito cobiçadas pela Grã-Bretanha e Alemanha, como demonstrava o tratado que ambas assinaram em 30 de Agosto de 1898. E a guerra deixava as colónias portuguesas africanas mais expostas do que nunca.

Os republicanos dividiram-se. A política de “neutralidade condicional” foi vingando, mais por imposição da monarquia inglesa do que por convencimento dos republicanos portugueses. Em Agosto de 1914, o *Foreign Office* esclareceu que se Portugal entrasse na guerra por sua iniciativa, a Grã-Bretanha não garantiria a sua defesa, nem na Europa, nem em África.

O Partido Democrático foi, entretanto, aproveitando todas as oportunidades para tentar impor a presença portuguesa no conflito. Na sua opinião estava em causa a afirmação da autonomia de Portugal e o reconhecimento internacional do novo regime. A instabilidade governativa dos últimos meses de 1914 prolongou-se pelo ano de 1915, mas não impediu Portugal de se aproximar de uma guerra que alastrava pelo mundo. Só faltava o pretexto, que acabou por ser oferecido pela própria Grã-Bretanha quando esta, no dia 30 de Novembro, solicitou ao governo português que requisitasse todos os navios mercantes alemães que se encontrassem fundeados nos seus portos. Afonso Costa tentou convencer os britânicos, sem êxito, para que a requisição fosse precedida de uma declaração de guerra à Alemanha. Só no dia 23 de Fevereiro de 1916, os 35 navios mercantes alemães estacionados no porto de Lisboa foram apreendidos, aos quais se seguiram os que se encontravam nos restantes portos portugueses. No dia 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal.

Afonso Costa abriu as portas do governo a António José de Almeida e ao seu Partido Evolucionista. Ficaram de fora da “União Sagrada”, os unionistas e os

THE WAR YEARS (1914-1919)

PORTUGAL

On 28 July 1914, the Serbian student, Gavrilo Princip, assassinated Archduke Franz Ferdinand of Hapsburg-Lorraine, in Sarajevo. On 5 August, Europe was at war.

The vague declaration about the war from Bernardino Machado's government to the congress, in consonance with the Foreign Office, was followed by the immediate dispatch of a military expedition to Angola and Mozambique. Portugal was preparing to defend its main African colonies, long coveted by Great Britain and Germany, as seen in the treaty signed by both on 30 August 1898. And the war would leave Portuguese colonies more exposed than ever.

The republicans were divided. The 'conditional neutrality' policy gained ground, but due more to imposition by the English monarchy than to the conviction of the Portuguese republicans. In August 1914, the Foreign Office made it clear that if Portugal joined the war on its own initiative, Great Britain would not guarantee its defence, either in Europe or in Africa.

Meanwhile, the Democratic Party took advantage of every opportunity to try to impose Portuguese presence in the conflict. In their opinion, the affirmation of Portugal's independence and international recognition of the new regime were at stake. Government instability in the last months of 1914 extended into 1915, but this did not stop Portugal from coming closer to a war that was spreading all over the world. All that was lacking was a pretext, which was finally given by Great Britain itself when, on 30 November, it asked the Portuguese government to requisition all German merchant ships that were anchored in its ports. Afonso Costa unsuccessfully tried to convince the British that this requisitioning should be preceded by a declaration of war on Germany. Only on 23 February 1916 were the 35 German merchantships anchored in the Port of Lisbon requisitioned, followed by those in the other Portuguese ports. On 9 March 1916, Germany declared war on Portugal.

Afonso Costa opened the doors of the government to António José de Almeida and his Evolutionist Party. The unionists and the socialists were kept out of the 'Sacred Union' and continued to oppose the government's war policy. Despite all of the signs of social discontent and political opposition, even in the heart of the military, the first Portuguese contingent left for one of the European war fronts on 26 January 1917. That same year, around

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

socialistas que se mantiveram na oposição à política de guerra do governo. Apesar de todos os sinais de descontentamento social e de oposição política, mesmo no seio dos quartéis, o primeiro contingente português partiu para uma das frentes de guerra na Europa no dia 26 de Janeiro de 1917. Nesse mesmo ano, cerca de 100 mil homens estavam divididos por dois cenários de guerra: 55 mil na Flandres, 45 mil em África.

A política de guerra desencadeou movimentos sociais de contestação, particularmente em Lisboa. O isolamento do governo de Afonso Costa era crescente. O sidonismo saiu vitorioso do golpe de 5 de Dezembro de 1917, iniciando-se uma “República Nova”, sebastiânica e populista. Durou apenas um ano. Em Dezembro de 1918, Sidónio Pais foi assassinado na estação do Rossio.

O fim da guerra não significou o apaziguamento social e político em Portugal. Os partidários da monarquia encontram um clima favorável para regressar. Em Janeiro de 1919 foi proclamada a monarquia no Porto e em Lisboa. Na capital seguiram-se manifestações populares a favor da República. Em Abril acentuaram-se os conflitos laborais.

CHINA

Yuan Shikai, encarregado pela corte imperial de sufocar os revoltosos, optou por ajudá-los a derrubar a dinastia Qing. Uma vez eleito Presidente da República chinesa, o seu governo rapidamente assumiu tons ditatoriais, acabando por tentar restaurar o poder imperial. Em Janeiro de 1914 dissolveu o parlamento e, em Maio, proclamou uma Constituição que concentrava o poder nas suas mãos. No dia 1 de Janeiro de 1916 anunciou a restauração do Império, mas em Junho, no dia 6, o seu falecimento pôe fim aos seus desejos imperiais.

Em Agosto de 1914, a China anunciava a sua posição neutral face ao conflito mundial e, no mês seguinte, o Japão ocupou as explorações alemãs de Shandong e a cidade de Qingdao. Esta potência asiática passou então a dominar os territórios da Manchúria, da Mongólia e, agora, de Shandong. A pressão japonesa continuou, através das “Vinte e uma exigências” apresentadas em Janeiro de 1915 a Yuan Shikai, e por este aceites. Inesperadamente foi assinado um tratado com o Japão em 25 de Maio. Sem que nada o fizesse prever, a reacção a estas ingerências japonesas, principalmente entre os estudantes, desencadeou uma onda nacionalista que provocou o regresso dos jovens chineses que estudavam no Japão, enquanto os comerciantes decidiram boicotar a venda dos produtos japoneses na China.

100,000 men were divided over two war zones: 55,000 in Flanders, 45,000 in Africa.

The war policy triggered social opposition movements, particularly in Lisbon. Afonso Costa's government was becoming increasingly isolated. Sidonismo was the victor in the coup on 5 December 1917, beginning a 'New Republic', Sebastianic and populist. It lasted only a year. In December 1918, Sidónio Pais was assassinated in Rossio station.

The end of the war did not bring social and political appeasement in Portugal. Supporters of the monarchy found the climate favourable for making their return. In January 1919, the monarchy was proclaimed in Oporto and in Lisbon. This was followed by popular demonstrations in favour of the republic. In April, labour disputes became worse.

CHINA

Yuan Shikai, ordered by the imperial court to smother the revolutionaries, chose instead to overthrow the Qing dynasty. Once elected president of the Chinese republic, his government quickly took on dictatorial overtones, and ended up trying to restore imperial power. In January 1914, he dissolved the parliament and in May he proclaimed a constitution which would concentrate power in his hands. On 1 January 1916, he announced the restoration of the empire but his death on 6 June put an end to his imperial desires.

In August 1914, China announced its neutral position in the world conflict and, the following month, Japan occupied the German possessions in Shandong and Qingdao City. This Asian power was in control of Manchuria, Mongolia and now Shandong. Japanese pressure continued through the 'Twenty-one Demands' presented in January 1915 to Yuan Shikai, and which he accepted; unexpectedly, a treaty was signed with Japan on 25 May. With nothing to hint at it, the reaction to this Japanese interference, mainly among students, triggered a wave of nationalism which caused the return of young Chinese studying in Japan while merchants decided to boycott the sale of Japanese products in China.

The participation of China in World War I, from February 1917, contributed to showing the country's increasing weakness on the international scene. Although its participation in the conflict was largely due to a synchronisation of positions with the USA, this did not stop the Shandong 'treason' from being committed. The Treaty of Versailles did not live up to Peking's expectations of seeing this strategic territory, which had been a German

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

A participação da China na I Guerra Mundial, a partir de Fevereiro de 1917, contribuiu para revelar a crescente fragilidade do país na cena internacional. Se a sua participação no conflito se ficou a dever, em grande medida, a uma sintonia de posições com os EUA, tal facto não impediu que se consumasse a “traição” de Shandong. A paz de Versalhes defraudou as expectativas de Pequim de ver regressar ao domínio da China este estratégico território, que estava sob o protectorado alemão. O Japão reclamou de imediato o cumprimento do tratado secreto assinado com a Grã-Bretanha, a França e a Itália onde lhe eram concedidos os direitos sobre Shandong em troca do seu apoio militar contra os Impérios Centrais. Depois de algumas hesitações, o presidente norte-americano, Woodrow Wilson, juntou-se a David Lloyd George e a Georges Clemenceau no dia 30 de Abril de 1919 e aceitou o reconhecimento dos direitos do Japão sobre Shandong. As reacções não se fizeram esperar, não só na China como em todas as comunidades chinesas espalhadas pelo mundo.

Em Pequim, o movimento de oposição à “traição” de Shandong assumiu um forte significado político. A 4 de Maio de 1919, milhares de estudantes saíram à rua e, graças ao espontâneo apoio popular, deram início a um forte movimento que se transformou num ponto de viragem do processo revolucionário chinês. Este passou a ter duas vertentes ideológicas que se complementaram numa primeira fase e confrontaram numa fase seguinte: uma, de carácter nacionalista, conduziu à reorganização do Kuomintang (KMT); outra, de contornos socialistas, deu origem à criação do Partido Comunista Chinês (PCC) em 1921. A partir de 1922, a aproximação de Sun Yat Sen à União Soviética consumou a fusão destas duas vertentes ideológicas, a qual se esfumou logo após a morte do líder republicano chinês e a sua substituição por Chiang-Kai-shek. Foi no Sul da China que o “Movimento 4 de Maio” (*Wusi Yundong* 五四运动) teve maiores repercussões. Uma onda de agitação social abalou o quotidiano das principais cidades daquela região, com particular destaque para Xangai, Cantão, Hong Kong e também Macau.

O regime republicano e o “Movimento 4 de Maio” deram à China um novo fôlego para a sua acção política contra as constantes ingerências das potências estrangeiras no seu território. Esta ideologia, nacionalista e revolucionária, traduziu-se num forte movimento social com repercussões na história da China ao longo do século xx.

protectorate, returning to Chinese dominion. Japan immediately sued for compliance with the secret treaty signed with Great Britain, France and Italy, giving it rights on Shandong in exchange for its military support against the Central Empires. After some hesitation, the American president, Woodrow Wilson, joined David Lloyd George and Georges Clemenceau on 30 April 1919 and Japan's rights on Shandong were recognised. Reactions came quickly, not only in China but also in all of the Chinese communities spread around the world.

*In Peking, the movement opposing the Shandong 'treason' took on strong political significance. On 4 May 1919, thousands of students took to the streets and, thanks to spontaneous popular support, this was the beginning of a strong movement which became a turning point in the Chinese revolutionary process. It would have two ideological standpoints, at first complementary and then confrontational: one, of nationalist nature, led to the reorganisation of the Kuomintang (KMT); another, with socialist features, gave rise to the creation of the Chinese Communist Party (CCP) in 1921. From 1922, the approximation of Sun Yat Sen with the Soviet Union cemented the link between these two ideological standpoints. This link evaporated after the death of the Chinese republican leader and his substitution by Chiang-Kai-shek. It was in the south of China that the 'May 4th Movement' (*Wusi Yundong* 五四运动) had most repercussions. A wave of social agitation swept the day-to-day life of the main cities in the region, with particular emphasis on Shanghai, Canton, Hong Kong and also Macao.*

The republican regime and the 'May 4th Movement' gave China new impetus for its political action against the constant interference of foreign powers on its territory.

This nationalist and revolutionary ideology signified a strong social movement with repercussions on the history of China throughout the 20th century.

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

	PORTUGAL	CHINA
1914		
Janeiro/ <i>January</i>		Yuan Shikai dissolve o Parlamento <i>Yuan Shikai dissolves parliament</i>
Março/ <i>March</i>	Congresso operário em Tomar. Criação da União Operária Nacional <i>Workers' congress in Tomar. Setup of the National Workers' Union</i>	
Maio/ <i>May</i>		Concentração de poderes nas mãos de Yuan Shikai <i>Concentration of powers in the hands of Yuan Shikai</i>
Agosto/ <i>August</i>	Declaração ao Congresso do governo de Bernardino Machado sobre a guerra, em concordância com o <i>Foreign Office</i> . Primeiro incidente de guerra em território português (Moçambique) <i>Declaration on the war from the government of Bernardino Machado to the Congress, in consonance with the Foreign Office. First incident of war on Portuguese territory (Mozambique)</i>	China declara-se neutral em relação à I Guerra Mundial <i>China declares its neutrality with regard to World War I</i>
Setembro/ <i>September</i>		Japão ocupa as explorações alemãs de Shandong e a sua maior cidade, Qingdao <i>Japan occupies the German possessions in Shandong and its largest city, Qingdao</i>
1915		
Janeiro/ <i>January</i>	Ditadura de Pimenta de Castro <i>Dictatorship of Pimenta de Castro</i>	Japão apresenta à China as “Vinte e uma exigências”, aceites por Yuan Shikai <i>Japan presents China with the 'Twenty-one Demands', accepted by Yuan Shikai</i>
Maio/ <i>May</i>	Manifestações em Lisboa, com assaltos a armazéns e padarias em busca de comida <i>Demonstrations in Lisbon, with attacks on warehouse and bakeries in search of food</i>	
Agosto/ <i>August</i>	Bernardino Machado é eleito Presidente da República <i>Bernardino Machado is elected President of the Republic</i>	
Outubro/ <i>October</i>		Yuan Shikai revela as suas aspirações imperiais <i>Yuan Shikai reveals his imperial aspirations</i>

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

	PORTUGAL	CHINA
1914		
Novembro/ <i>November</i>	Pedido da Grã-Bretanha para que Portugal requisitasse os navios alemães em portos portugueses <i>Request from Great Britain for Portugal to requisition German ships in Portuguese ports</i>	
Dezembro/ <i>December</i>		Tang Jiyao 唐继尧, governador de Yunnan, proclama a sua independência: inicia-se o período dos “Senhores da Guerra” <i>Tang Jiyao 唐继尧, Governor of Yunnan proclaims its independence: the period of the ‘Warlords’ begins</i>
1916		
Fevereiro/ <i>February</i>	Requisição dos navios alemães surtos em águas portuguesas <i>Requisitioning of German ships in Portuguese waters</i>	
Março/ <i>March</i>	Alemanha declara guerra a Portugal. Governo da “União Sagrada” <i>German declares war on Portugal. The ‘Sacred Union’ government</i>	Início do movimento contra Yuan Shikai (<i>huguo zhanzheng</i> 护国战争) <i>Beginnig of the movement against Yuan Shikai (huguo zhanzheng 护国战争)</i>
Junho/ <i>June</i>		Yuan Shikai abandona as suas aspirações imperiais, morrendo pouco depois. Li Yuanhong assume a presidência e Duan Qirui assume-se como Primeiro-Ministro <i>Yuan Shikai abandons his imperial aspirations and dies shortly afterwards. Li Yuanhong takes over the presidency and Duan Qirui becomes prime minister</i>
Julho/ <i>July</i>	Constituição do Corpo Expedicionário Português, com 30 mil homens, sob o comando de Norton de Matos <i>Setup of the Portuguese Expeditionary Corps, with 30,000 men, under the command of Norton de Matos</i>	
Dezembro/ <i>December</i>	Revolta militar liderada por Machado dos Santos com a colaboração de tropas de Tomar <i>Military uprising led by Machado dos Santos with the cooperation of troops from Tomar</i>	

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

	PORTUGAL	CHINA
1917		
Janeiro/ January	Partida do primeiro contingente português para a frente de batalha em França <i>Departure of the first Portuguese contingent to the battlefield in France</i>	
Março/ March	Morte de Manuel de Arriaga, primeiro presidente constitucional da República Portuguesa <i>Death of Manuel de Arriaga, the first constitutional president of the Portuguese Republic</i>	
Maió/May	Greves e motins em Lisboa e no Porto, com vítimas mortais <i>Strikes and riots in Lisbon and in Oporto, with fatalities</i>	
Junho/ June	Greve geral <i>General strike</i>	Tentativa de restauração da dinastia Qing pela acção de Zhang Xun <i>Attempt to restore the Qing dynasty by Zhang Xun</i>
Agosto/ August		China declara guerra à Alemanha e entra na I Guerra Mundial <i>China declares war on Germany and enters World War I</i>
Setembro/ September	União Operária Nacional convoca uma greve geral. Governo responde com a mobilização dos grevistas <i>The National Workers' Union calls a general strike. The government responds with the mobilisation of the strikers</i>	Sun Yat Sen assume o governo de Cantão <i>Sun Yat Sen takes over the government of Canton</i>
Novembro/ November		Duan Qirui resigna do cargo de Primeiro-Ministro <i>Duan Qirui resigns as prime minister</i>
Dezembro/ December	Golpe militar vitorioso de Sidónio Pais <i>Successful military coup by Sidónio Pais</i>	
1918		
Janeiro/ January		Início do movimento de protecção da Constituição (hufa yundong 护法运动) <i>Beginning of the movement for protection of the constitution (hufa yundong 护法运动)</i>
Março/ March		Duan Qirui retoma a governação <i>Duan Qirui resumes government</i>

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

	PORTUGAL	CHINA
1918		
Abril/ <i>April</i>	A presença portuguesa na Batalha de La Lys salda-se por um desastre. Sidónio Pais, único candidato, é eleito Presidente da República <i>Portuguese participation at the Battle of La Lys is disastrous. Sidónio Pais, the only candidate, is elected President of the Republic</i>	
Outubro/ <i>October</i>		Xu Shichang 徐世昌 assume a presidência <i>Xu Shichang 徐世昌 becomes president</i>
Dezembro/ <i>December</i>	Sidónio Pais é assassinado no Rossio. É substituído por Canto e Castro, eleito pelas duas câmaras do parlamento <i>Sidónio Pais is assassinated in Rossio. He is substituted by Canto e Castro, elected by both houses of parliament.</i>	
1919		
Janeiro/ <i>January</i>	É proclamada a “Monarquia do Norte”. Na capital realizam-se grandes manifestações a favor da república. Conflitos por todo o país com combates. “Revolta de Monsanto”. Revolta republicana em Santarém: tentativa de repor a Constituição de 1911 <i>The ‘Monarchy of the North’ is proclaimed. Major demonstrations are held in the capital in favour of the republic. Conflicts and fighting all over the country. Monsanto uprising. Republican uprising in Santarém: attempt to restore the 1911 constitution</i>	
Fevereiro/ <i>February</i>	Derrube da “Monarquia do Norte” <i>Overthrow of the ‘Monarchy of the North’</i>	
Abril/ <i>April</i>	Inicia-se um período de grande instabilidade laboral <i>Beginning of a period of major labour instability</i>	
Maio/ <i>May</i>		“Movimento 4 de Maio”: estudantes chineses manifestam-se em Pequim contra o Tratado de Versalhes <i>‘May 4th Movement’: Chinese students demonstrate against the Treaty of Versailles in Peking</i>
Julho/ <i>July</i>		Declaração de Kharakhan <i>Karakhan Declaration</i>

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

OS ANOS DE CONSPIRAÇÕES E REVOLTAS
(1920-1928)

PORTUGAL

Com a morte de Sidónio Pais, o país aproximou-se de uma situação de guerra civil: uma sociedade profundamente dividida, opondo-se a uma guerra, cansada das discordâncias ideológicas e da agitação social agravadas pelas dificuldades resultantes da participação de Portugal no conflito mundial.

Seguiu-se a “Revolta de Monsanto”, em Janeiro de 1919, resolvida pela intervenção do general Tomás Garcia Rosado, comandante do Corpo Expedicionário Português. Entre 10 e 15 de Janeiro eclodiram revoltas em Lisboa, Covilhã e Santarém. No norte também surgiram desentendimentos no meio militar. No dia 19, a Junta Militar do Norte proclamou a Monarquia e Paiva Couceiro foi investido das funções de regente. A “Monarquia do Norte” resistiu até 13 de Fevereiro.

A guerra enfraqueceu os regimes parlamentares europeus. Uma realidade que se sentiu também em Portugal, talvez com uma dimensão acrescida pelo facto do país experimentar um novo regime que estava ainda a dar os seus primeiros passos, muito longe ainda de se encontrar consolidado. Instalou-se a desconfiança para com o regime, os partidos republicanos e as suas elites. Entre 1919 e 1925, Portugal conheceu 28 governos – uma média de um governo por trimestre – e três Presidentes da República.

À instabilidade governativa juntava-se a agitação operária, a conspiração monárquica e as contínuas dissidências entre as diferentes facções republicanas. O ano de 1921 representou bem este clima de instabilidade que nunca abandonou a I República: neste ano formaram-se seis governos, incapazes de encontrarem soluções para os problemas políticos, sociais e económicos que Portugal conhecia; a agitação social manteve-se activa e conheceu um novo impulso com o nascimento do Partido Comunista Português (PCP) no mês de Março; a conflitualidade envolvendo os líderes republicanos conheceu aquele que foi um dos seus episódios mais negros com a “Noite Sangrenta”.

Com origem no movimento sindical revolucionário e no anarco-sindicalismo, o PCP nasceu num ambiente de fortes combates sociais e políticos, que caracterizaram estes primeiros anos da república, e no contexto social do movimento comunista internacional, influenciado pela revolução bolchevique

THE YEARS OF CONSPIRACIES
AND UPRISINGS (1920-1928)

PORTUGAL

With the death of Sidónio Pais, the country came closer to a civil war situation: a deeply divided society, opposing the war, tired of ideological disagreements and of the social agitation aggravated by the difficulties arising from Portugal's participation in the world conflict.

This was followed by the ‘Monsanto Uprising’ in January 1919, settled by the intervention of General Tomás Garcia Rosado, commander of the Portuguese Expeditionary Corps. Between 10 and 15 January, there were uprisings in Lisbon, Covilhã and Santarém. There were also disagreements among the military in the north. On 19 January, the North Military Junta declared a monarchy and Paiva Couceiro was appointed as regent. The ‘Monarchy of the North’ lasted until 13 February.

The war had weakened European parliamentary regimes. This reality was also felt in Portugal, perhaps even more so given the fact that the country was experimenting with a new regime which was still in its infancy, very far from being consolidated. There was a generalised distrust of the regime, the republican parties and their elite. Between 1919 and 1925, Portugal had 28 governments—an average of one government per quarter—and three presidents of the Republic.

In addition to government instability, there was labour agitation, the monarchical conspiracy and constant dissidence between the republican factions. 1921 was a good representation of this climate of instability, which was always present in the first republic. That year, six governments were formed, incapable of finding solutions to the political, social and economic problems that Portugal faced at that time. The social agitation remained active and was given new impetus with the birth of the Portuguese Communist Party (PCP) in March; the conflict between the republican leaders underwent one of its darkest episodes—the ‘bloody night’.

Originating in the revolutionary union movements and in anarcho-syndicalism, the PCP was born in a time of heavy social and political fighting, which characterised these first years of the republic, and in the social context of the international communist movement, influenced by the 1917 Bolshevik Revolution. As to the ‘bloody night’, the revolutionary impetus of the National Republican Guard (GNR) and the navy opposed the appointment of António Granjo as prime minister, following the results of

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

de 1917. Quanto à “Noite Sangrenta”, os ímpetus revolucionários da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da marinha opuseram-se à nomeação de António Granja para primeiro-ministro na sequência do resultado das eleições de 10 de Julho. Na noite de 19 para 20 de Outubro foram assassinados António Granja, Carlos da Maia, Machado dos Santos, Freitas da Silva e o coronel Botelho de Vasconcelos.

Nos anos de 1924-25 aumentou a dificuldade em formar governos. A direita não republicana e os monárquicos foram-se reorganizando: Centro Católico Português, Integralismo Lusitano, Causa Monárquica, Acção Realista Portuguesa. O exército assumiu um protagonismo crescente na vida política portuguesa: após o governo de Sidónio Pais aumentou significativamente a presença de militares nos governos da República. Depois do movimento de 18 de Abril de 1925, que pode ser considerado como um ensaio, a I República conheceu o seu epílogo com a “Revolução Nacional” (28 de Maio de 1926): Óscar Carmona, Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa instauraram a ditadura militar.

CHINA

Com a morte de Yuan Shikai abriu-se então um período, de 1916 a 1926, que assistiu ao renascer dos desejos de autonomia das províncias, particularmente as do Sul da China, em contraposição com as do Norte, normalmente fiéis ao poder instalado em Pequim. Foi o período dominado pelos “senhores da guerra” que conduziu a China a um período de profunda instabilidade.

Após o afastamento de Duan Qirui 段祺瑞, Li Yuanhong pediu o apoio do general Zhang Xun 张勋. Este, nos finais do mês de Junho, dirigiu-se a Pequim à frente do seu exército, animado da intenção de restaurar a dinastia Qing, colocando Pu Yi no trono. Duan Qirui sai de Tianjin e avança sobre Pequim, obrigando Zhang Xun a render-se e aprisionando o imperador.

Nas diferentes províncias, os primeiros senhores da guerra são os governantes que se impõem através do poder militar. Em poucos anos, a China fragmenta-se: Zhang Zuolin 张作霖 (grupo de Fengtian 奉天) governa a região da Manchúria; Duan Qirui e Xu Shuzheng 徐树铮 (grupo de Anfu 安福) controlavam a China Central e Fujian; o vale de Yangzi estava nas mãos do grupo de Zhili 直隶 (Cao Kun 曹錕 e Wu Peifu 吴佩孚). Seguem-se anos de lutas entre estes

the elections on 10 July. On the night of 19-20 October, António Granja, Carlos da Maia, Machado dos Santos, Freitas da Silva and Colonel Botelho de Vasconcelos were assassinated.

In 1924-1925, it became more difficult to form governments. The non-republic right and the monarchists were reorganising: Portuguese Catholic Centre, Lusitanian Integralism, Monarchical Cause, Portuguese Royal Action. The army was playing an increasingly important part in Portuguese political life; after the government of Sidónio Pais, the presence of military personnel in governments of the republic increased significantly. After the movement of 18 April 1925, which can be considered as a rehearsal, the first republic saw its epilogue with the ‘National Revolution’ (28 May 1926); Óscar Carmona, Mendes Cabeçadas and Gomes da Costa established a military dictatorship.

CHINA

After the death of Yuan Shikai, there came a period, from 1916 to 1926, which saw the rebirth of desires for provincial autonomy, in particular in the south of China, as opposed to the north, normally faithful to the power in Peking. This was the period dominated by the ‘warlords’, which led China to a period of profound instability

After the resignation of Duan Qirui 段祺瑞, Li Yuanhong asked General Zhang Xun 张勋 for support. Towards the end of June, he went to Peking at the head of his army, with the intention of restoring the Qing dynasty and placing Pu Yi on the throne. Duan Qirui left Tianjin and advanced on Peking, forcing Zhang Xun to surrender and imprisoning the emperor.

In the different provinces, the first warlords were the governors that imposed themselves through military power. In a few short years, China was broken up: Zhang Zuolin 张作霖 (Fengtien 奉天 group) governed the Manchuria region; Duan Qirui and Xu Shuzheng 徐树铮 (Anfu 安福 group) controlled Central China and Fujian; the Yangtze valley was in the hands of the Zhili 直隶 group (Cao Kun 曹錕 and Wu Peifu 吴佩孚). This was followed by years of fighting between these warlords, wars where foreign powers also took a hand; Japan’s interests were defended by Zhang Zuolin, while Wu Peifu was an ally of Great Britain. This period of war would only really end in 1949 with the establishment of the People’s Republic of China.

After 1919, while Sun Yat Sen was busy rebuilding the KMT, again taking up the three objectives of the

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

diferentes senhores, guerras a que também não são estranhas as potências estrangeiras: o Japão via os seus interesses defendidos Zhang Zuolin, enquanto que Wu Peifu era um aliado da Grã-Bretanha. Um período de guerra que verdadeiramente só termina em 1949 com a implantação da República Popular da China.

Depois de 1919, enquanto Sun Yat Sen se ocupava em reerguer o KMT, retomando os três objectivos da revolução republicana (nação, democracia e reforma social), Chen Duxiu 陈独秀 (um dos homens fortes do “Movimento 4 de Maio”), Mao Zedong 毛泽东 e outros revolucionários, num total de doze elementos, fundam em Xangai o Partido Comunista Chinês. A aliança entre nacionalistas e comunistas foi a saída possível para Sun Yat Sen conseguir acabar, em poucos anos, com os “senhores da guerra” e trazer de volta à China a sua unidade e a sua independência.

Cruzam-se aqui os interesses imediatos do nacionalismo chinês com os interesses estratégicos do governo soviético, o que se traduz numa real aproximação entre russos e chineses. A diplomacia soviética pressionou o jovem PCC a aceitar a aliança com o KMT e exigiu a Sun Yat Sen a ocupação da Mongólia. Em Outubro de 1923, o diplomata Borodin deslocou-se à China para concretizar o apoio técnico e militar dos soviéticos, particularmente no capítulo da formação de quadros, entre os quais irá aparecer o nome de Chiang-Kai-shek.

Sendo uma aliança táctica, o acordo entre nacionalistas e comunistas vê o seu fim precipitar-se com o falecimento de Sun Yat Sen em 1925. O seu sucessor, Chiang-Kai-shek, entrou em ruptura com o Partido Comunista, quer porque precisava de contrariar o movimento revolucionário de 1925-1926 em Xangai, Cantão e Hong Kong, quer porque, entre 1926 e 1927, conseguiu pacificar o norte do país e reunificar a China. Seguiu-se então o corte com o Partido Comunista que foi ilegalizado, as movimentações operárias foram combatidas e a ocupação de Cantão pelos comunistas durante três dias, em Dezembro de 1927, foi ferozmente reprimida. Neste mesmo mês Chiang-Kai-shek estabeleceu em Nanquim a capital da China.

republican revolution (nation, democracy and social reform), Chen Duxiu 陈独秀 (one of the strong men in the ‘May 4th Movement’), Mao Zedong 毛泽东 and other revolutionaries, a total of twelve, founded the Chinese Communist Party in Shanghai. The alliance between nationalists and communists was the only way for Sun Yat Sen to put an end, in a few short years, to the ‘warlords’ and to give China back its unity and its independence.

Here, the immediate interests of Chinese nationalism met the strategic interests of the soviet government, which brought about a real approximation between the Russians and the Chinese. Soviet diplomats put pressure on the young CCP to accept the alliance with the KMT and demanded that Sun Yat Sen occupy Mongolia. In October 1923, the diplomat, Borodin, visited China to arrange for technical and military support from the soviets, in particular with regard to training soldiers, who would include Chiang-Kai-shek.

Being a tactical alliance, the agreement between nationalists and communists came to an early end with the death of Sun Yat Sen in 1925. His successor, Chiang-Kai-shek clashed with the Communist Party, both because he needed to oppose the 1925-1926 revolutionary movement in Shanghai, Canton and Hong Kong, and because between 1926 and 1927 he managed to pacify the north of the country and reunify China. This was followed by a break with the Communist Party, which was made illegal. Workers’ movements were fought and the occupation of Canton by the communists for three days, in December 1927, was fiercely put down. In the same month Chiang-Kai-shek established the capital of China in Nanking.

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

DATA	PORTUGAL	CHINA
1920		Guerra Anfu-Zhili <i>Anfu-Zhili war</i>
Janeiro/ <i>January</i>	Greve geral <i>General strike</i>	
Março/ <i>March</i>	Conflitualidade laboral. Governo manda invadir a sede da Confederação Geral dos Trabalhadores <i>Labour conflicts. The government orders a raid on the headquarters of the General Workers' Confederation</i>	
Julho/ <i>July</i>		Resignação de Duan Qirui <i>Resignation of Duan Qirui</i>
1921		
Março/ <i>March</i>	Fundação do Partido Comunista Português (PCP) <i>Foundation of the Portuguese Communist Party (PCP)</i>	
Julho/ <i>July</i>		Fundação do Partido Comunista Chinês (PCC) em Xangai <i>Foundation of the Chinese Communist Party (CCP) in Shanghai</i>
Outubro/ <i>October</i>	Revolução com o apoio de forças navais e da GNR. “Noite Sangrenta”: perderam a vida Machado Santos, Carlos da Maia (governador de Macau) e António Granjo <i>Revolution supported by the navy and the GNR. ‘Bloody Night’: Machado Santos, Carlos da Maia (Governor of Macao) and António Granjo lost their lives</i>	
1922		Guerra Zhili-Fengtian. O Japão devolve Qingdao às autoridades chinesas <i>Zhili-Fengtian war. Japan returns Qingdao to the Chinese authorities</i>
Janeiro/ <i>January</i>	Greve da Carris <i>Carris strike</i>	
Fevereiro/ <i>February</i>	Greves em Lisboa. Tropas concentram-se à volta da capital <i>Strikes in Lisbon. Troops gather around the capital</i>	Sun Yat Sen lança, sem êxito, uma campanha a Norte <i>Sun Yat Sen launches an unsuccessful campaign in the north</i>
Junho/ <i>June</i>		Li Yuanhong retoma a presidência <i>Li Yuanhong resumes the presidency</i>
Agosto/ <i>August</i>	Greve geral. É declarado o estado de sítio <i>General strike. A state of siege is declared.</i>	

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

DATA	PORTUGAL	CHINA
1923		Greve do caminho-de-ferro Pequim-Hankou <i>Peking-Hankou railway strike</i>
Março/ <i>March</i>	Bombas rebentam em Lisboa. As greves prolongam-se pelo mês seguinte <i>Bombs explode in Lisbon. Strikes continue to the next month</i>	
Outubro/ <i>October</i>		Conselheiros soviéticos chegam a Cantão. Cao Kun assume a presidência <i>Soviet advisers arrive in Canton. Cao Kun becomes president</i>
Novembro/ <i>November</i>	I Congresso do PCP <i>1st PCP congress</i>	
1924		A segunda guerra Zhili-Fengtian. Sun Yat Sen inicia a aliança do Kuomintang (KMT) com o PCC <i>The second Zhili-Fengtian war. Sun Yat Sen begins the alliance between the Kuomintang (KMT) and the CCP</i>
Julho/ <i>July</i>	Morte de Teófilo Braga <i>Death of Teófilo Braga</i>	
Novembro/ <i>November</i>	A polícia dissolve as manifestações comemorativas do aniversário da revolução bolchevique <i>The police break up demonstrations celebrating the anniversary of the Bolshevik revolution</i>	
1925		Manifestações pacíficas dos operários de Xangai <i>Peaceful workers' demonstrations in Shanghai</i>
Março/ <i>March</i>		Morte de Sun Yat Sen. Chiang-Kai-shek assume a liderança dos nacionalistas chineses <i>Death of Sun Yat Sen. Chiang-Kai-shek takes over the leadership of Chinese nationalists</i>
Abril/ <i>April</i>	Golpe militar liderado por Sinel de Cordes <i>Military coup led by Sinel de Cordes</i>	
Junho		Início das greves de Hong Kong <i>Beginning of strikes in Hong Kong</i>

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

	PORTUGAL	CHINA
1925		
Julho	Golpe militar liderado por Mendes Cabeçadas <i>Military coup led by Mendes Cabeçadas</i>	Criação de um governo do KMT em Cantão <i>Setup of a KMT government in Canton</i>
Novembro/ <i>November</i>		Revolta de Guo Songlin 郭松林, na Manchúria <i>Uprising by Guo Songlin 郭松林, in Manchuria</i>
Dezembro	Bernardino Machado substitui Teixeira Gomes na presidência da república <i>Bernardino Machado replaces Teixeira Gomes as president of the republic</i>	Sun Chuanfang 孙传芳 proclama a sua autonomia em relação a Pequim <i>Sun Chuanfang 孙传芳 proclaims independence from Peking</i>
1926		
Abril/ <i>April</i>		Feng Yuxiang 冯玉祥 é cercado em Nankou <i>Feng Yuxiang 冯玉祥 is surrounded in Nankou</i>
Maio	Revolta militar, chefiada por Gomes da Costa. Instauração da ditadura militar que conduzirá o país ao Estado Novo <i>Military uprising, led by Gomes da Costa. Establishment of the military dictatorship which would lead the country to the Estado Novo (the new state)</i>	
Junho		Inicia-se a Expedição ao Norte. <i>The expedition to the north begins.</i>
Setembro		Expedição ao Norte ocupa Wuhan <i>The expedition to the north occupies Wuhan</i>
Novembro/ <i>November</i>		Expedição ao Norte ocupa Nanchang <i>The expedition to the north occupies Nanchang</i>
1927		Depois da repressão de 1927 (Xangai, Nanquim e Cantão), os comunistas retiram-se para a região montanhosa de Jiangxi <i>After the 1927 repression (Shanghai, Nanjing and Canton), the communists retreated to the mountainous region of Jiangxi</i>

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

DATA	PORTUGAL	CHINA
1927		
Março		Expedição ao Norte ocupa Nanquim e Xangai <i>The expedition to the north occupies Nanking and Shanghai</i>
Abril/ <i>April</i>		KMT inicia a luta contra o PC Chinês <i>The KMT begins fighting against the Chinese Communist Party</i>
Junho		Feng Yuxiang e Yan Xishan 阎锡山 levantam-se contra o KMT <i>Feng Yuxiang and Yan Xishan 阎锡山 rise against the KMT</i>
Dezembro		Insurreição comunista em Cantão <i>Communist insurrection in Canton</i>
1928		
Maio		Tropas japonesas atacam Jinan (Shandong) <i>Japanese troops attack Jinan (Shandong)</i>
Junho		Zhang Zuolin é assassinado. As tropas do KMT chegam a Pequim. Entre 1926 e 1928, as tropas chinesas nacionalistas controlam a maior parte do território chinês <i>Zhang Zuolin is assassinated. KMT troops arrive in Peking. Between 1926 and 1928, Chinese nationalist troops control most of Chinese territory</i>

OS ANOS DAS REPÚBLICAS EM MACAU (1910-1928)

A implantação do regime republicano em Portugal e na China não podia deixar de ter um forte impacto na vida política e social de Macau.

Após o 5 de Outubro, Eduardo Augusto Marques (1908-1910) manteve-se no cargo de governador por ordem do ministro de Lisboa, mas a República tardou a chegar a Macau. Atrasou-se a sua proclamação, que só ocorreu no dia 11, mas, não obstante esta tentativa para retardar a mudança de regime, os efeitos foram-se sentindo, ilustrados pela expulsão das ordens religiosas e pelo incidente de 29 de Novembro, envolvendo os marinheiros da canhoneira *Pátria*.

THE YEARS OF THE REPUBLICS IN MACAO (1910-1928)

The establishment of the republican regimes in Portugal and in China could not but have a strong impact on political and social life in Macao.

*After 5 October, Eduardo Augusto Marques (1908-1910) remained in his position as governor by order of the minister in Lisbon, but the republic came late to Macao. The proclamation was delayed, only being made on 11 October, but despite this attempt to slow down the change of regime, the effects were being felt, seen in the expulsion of the religious orders and the incident of 29 November, involving sailors on the gunship *Pátria*.*

PORTUGAL E CHINA: DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS – I

Foi então nomeado para governador interino o juiz Marques Vidal, aguardando-se a chegada do primeiro governador nomeado pela República: Álvaro de Melo Machado (1910-1912). Até 1928, Macau conheceu dezoito governadores. Quando o golpe militar de 28 de Maio iniciou a sua marcha, partindo de Braga, o governo de Macau estava entregue Manuel Firmino Maia Magalhães (1925-1926). Macau parecia querer reproduzir a instabilidade governativa da metrópole europeia. O nome mais significativo da ligação entre a República Portuguesa e a governação de Macau é o de José Carlos da Maia (1914-1916), um republicano envolvido no 5 de Outubro e que viria a ser assassinado na “Noite Sangrenta” de Outubro de 1919.

A República Chinesa também se manifestou em Macau, nos anos de preparação e implantação do novo regime, através da passagem de Sun Yat Sen pelo Território, mantendo contactos com autoridades governativas locais, e da criação da filial da Liga Unida Revolucionária, em 1909.

Entre duas repúblicas, Macau viveu, entre 1922 e 1927, enredado numa complexa teia de múltiplas influências, com origem nos novos regimes políticos, mas também nos diferentes movimentos sociais e revolucionários que atravessaram Portugal e a China. Os acontecimentos de 28 e 29 de Maio de 1922 e as greves que se lhes seguiram, o surto grevista que assolou Hong Kong, Cantão e Xangai, assim como os constantes incidentes que a governação da cidade teve de enfrentar nas águas do seu porto e nas Portas do Cerco, devem ser devidamente analisados à luz da evolução da história política e social portuguesa e chinesa, neste último caso, em particular, como uma continuação das movimentações sociais que surgiram com o “Movimento 4 de Maio”.

Em Hong Kong, a agitação social nos primeiros três meses de 1922 agravou-se diariamente, tendência que nem mesmo as cedências do governo colonial britânico conseguiram contrariar. E a “felicidade” registada pelo governador Correia da Silva, a 8 de Março, congratulando-se pela neutralidade dos trabalhadores de Macau vai durar apenas mais algumas breves semanas. Greves e conflitualidades que, segundo Correia da Silva, já se verificavam há dois anos e que, não obstante a situação miserável em que vivia a classe trabalhadora chinesa, tinham fundamentalmente motivações de carácter político sob a influência das forças bolchevistas e anti-estrangeiras.

Judge Marques Vidal was then appointed acting governor, to await the arrival of the first governor appointed by the republic, Álvaro de Melo Machado (1910-1912). Macao had had 18 governors by 1928. When the military coup of 28 May began, leaving from Braga, the government of Macao was in the hands of Manuel Firmino Maia Magalhães (1925-1926). Macao seemed to want to reproduce the government instability in the European metropolis. The most significant name linking the Portuguese Republic and the government of Macao is that of José Carlos da Maia (1914-1916), a republican involved on 5 October and who would be assassinated on that ‘bloody night’ in October 1919.

The Chinese Republic was also seen in Macao, in the years of the preparation and establishment of the new regime, through the visit by Sun Yat Sen to the territory, maintaining contacts with local government authorities and the creation of the branch of the United Revolutionary League in 1909.

Between two republics during the years 1922 and 1927 Macao was caught in a complex web of multiple influences, originating in the new political regimes, but also in the different social and revolutionary movements sweeping Portugal and China. The events of 28 and 29 May 1922 and the strikes which followed, the outbreak of strikes that swept Hong Kong, Canton and Shanghai, as well as the constant incidents the government of the city had to deal with in its port and at Portas do Cerco, should be duly analysed in the light of the evolution of Portuguese and Chinese political and social history, in the latter case in particular as a continuation of the social movement that came with the ‘May 4th Movement’.

In Hong Kong, the social agitation in the first three months of 1922 worsened daily, a trend not even the concessions of the British colonial government were able to assuage. And the ‘happiness’ reported by the governor, Correia da Silva, on 8 March, congratulating himself on the neutrality of the workers in Macao, would only last a few more short weeks. Strikes and conflicts which, according to Correia da Silva, had already been seen for two years and which, despite the miserable situation in which the Chinese working class lived, were fundamentally politically motivated, under the influence of the Bolshevik and anti-foreigner forces.

As to Macao, the incidents of 28 and 29 May definitively confronted the government of the territory with the reality that they were not isolated from what was happening in China. The proximate cause of these events,

PORTUGAL AND CHINA: TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES – I

Quanto a Macau, os incidentes de 28 e 29 de Maio confrontaram definitivamente a governação do Território com a realidade de não se encontrarem isolados do que se passava na China. A causa próxima destes acontecimentos, protagonizada por um soldado africano e uma chinesa, não teria dado origem à onda de agitação social que se registou posteriormente se não fosse o contexto sociopolítico daquele período, avivado com o processo de afirmação do regime republicano.

Por outro lado, a análise dos acontecimentos que marcaram os anos 20 não se esgota a nível social e político. É importante verificar que este período de agitação social não fez esquecer os principais problemas que afectavam as relações diplomáticas entre Portugal e a China em torno da questão de Macau. Entre estes sobressaía o problema da definição dos limites, pendente desde o tratado luso-chinês de 1887. O caso *Datsu Maru*, em 1908, foi aproveitado para tentar provar os direitos que vinham há muito sendo reclamados pelas autoridades portuguesas. Repetiram-se os incidentes fronteiriços, quer nas águas que envolviam a cidade, que na Porta do Cerco, como aconteceu em Abril de 1926. As particulares dificuldades deste período, marcadas pela profunda instabilidade social e política em que a China se encontrava mergulhada, sem uma unidade política consistente, acabaram por fazer arrastar, mais uma vez, o processo negocial que Portugal desejava concluir. Continuou adiado o fim dos constantes conflitos que surgiam devidos à indefinição dos limites do Território, que se mantinham há mais de três décadas. **RC**

where the main players were an African soldier and a Chinese woman, would not have given rise to the wave of social agitation which was seen afterwards if it were not for the socio-political context of that period, fuelled by the process of affirmation of the republican regime.

*On the other hand, analysis of the events that marked the 1920s is not limited to social and political levels. It is important to note that this period of social agitation did not erase the main problems affecting diplomatic relations between Portugal and China regarding Macao. Of these, the problem of the definition of borders stands out, pending since the Luso-Chinese treaty of 1887. The Datsu Maru case in 1908 was used to try to prove the rights which the Portuguese authorities had been claiming for a long time. Border incidents were repeated, both in the waters around the city and at Porta do Cerco, as happened in April 1926. The particular difficulties of this period, marked by the profound social and political instability in which China was embroiled, without consistent political unity, would, once again, drag out the process of negotiations which Portugal wanted to conclude. The end of the constant conflicts arising due to the non-definition of the borders of the territory continued to be delayed, having continued for over three decades. **RC***

Translated by PHILOS - Comunicação Global, Lda.

BIBLIOGRAFIA / BIBLIOGRAPHY

- Chow, Tse-Tsung. *The May Fourth Movement. Intellectual Revolution in Modern China*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1960.
- Dias, Alfredo. *Documentos Relativos às Greves de Hong Kong e Cantão e a sua Influência em Macau (1922-1927)*. Macau: Fundação Macau/Universidade de Macau, 2000.
- Fenby, Jonathan. *History of Modern China. The Fall and Rise of a Great Power (1850-2008)*. Londres: Penguin, 2008.
- Ferro, Marc. *História da I Guerra Mundial. 1914-1918*. Trad. Stella Lourenço. Lisboa: Ed. 70, 1992.
- Hsü, Immanuel. *The Rise of Modern China*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- Keay, John. *China. A History*. Londres: Harper Press, 2008.
- Mattoso, José (dir.). *História de Portugal*, vol. 6. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- Oliveira Marques, A. H. *História de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Presença, 1998.
- . *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. 4. Lisboa: Fundação Oriente, 2003.
- Ramos, Rui (coord.); Sousa, Bernardo Vasconcelos e; Monteiro, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- Reis, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. 3. Lisboa: Alfa, 1990.
- Rodrigues, António Simões (coord.). *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda (coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 2009.

Revisitando o Estado da Índia nos Anos de 1571 a 1577

NUNO LUÍS VILA-SANTA*



“pela confiança que tenho na sua experiencia [de D. Luís de Ataíde] q não só há de restaurar o perdido, mas tambem melhorar o estado das cousas na Índia por seu esforço e prudencia”
Carta de D. Sebastião à Câmara de Goa em 1577¹

INTRODUÇÃO: OS ANOS 1571-1575 NA HISTÓRIA DO ESTADO DA ÍNDIA

A década de 1570, no que ao Estado da Índia se refere, permanece ainda em boa parte por estudar. Se exceptuarmos os anos de 1570 e 1571, amplamente conhecidos por se relacionarem directamente com a acção do vice-rei D. Luís de Ataíde nos cercos de Chaul e Goa, após o fim do seu governo, apenas os traços gerais desta década são conhecidos. Quase tudo o que se conhece deve-se a Diogo do Couto e à sua *Década IX*. Provavelmente a versão que até hoje nos chegou seria a primeira parte desta *Década*. Esta trataria da história do Estado da Índia de 1571 a 1575,

enquanto a segunda parte, até hoje desconhecida, focaria os anos de 1575 a 1580. Assim, aquilo que melhor se conhece do período aqui analisado não só termina em 1575, como está totalmente dependente do que o cronista quis relatar. Impõe-se, assim, realçar a especificidade desta década, pois Couto empenha-se, desde o seu início, em defender a injustiça da deposição do vice-rei D. António de Noronha (1571-1573), face às alegadas más pretensões do governador António Moniz Barreto (1573-1577). Tal justifica-se pela ligação de Couto a este vice-rei, de quem fora companheiro de estudos, pois com ele regressou à Índia em 1571, após ter obtido despacho dos seus serviços no Reino. Já na Índia, foi incumbido da organização e gestão do armazém dos mantimentos de Goa, o que explica que o tempo de D. António tenha sido para Couto “um mar de rosas”.²

Na pena do cronista, o relato dos acontecimentos orientais de 1571 a 1575 ficou marcado por três factos principais: a perda de Chale (1571), a deposição do

* Mestre em História. Investigador do Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa.

M.A. in History. Researcher at the Centre for Overseas History at Lisbon's Universidade Nova.

vice-rei (1573) e a perda de Ternate (1575). Para a historiografia, que passou por este período ancorada na leitura de Couto, um outro facto amplamente referido mereceu mais atenção: a alegada tripartição do Estado da Índia em 1571.³ Se alguns séculos mais tarde a tripartição tendeu a ser percebida como um sintoma da decadência do Império,⁴ mais recentemente tendeu a ser vista como uma tentativa de contenção da indisciplina⁵ e ainda como resultado da crescente autonomização de Malaca, a partir do início do reinado de D. Sebastião.⁶ Por outro lado, no âmbito da crise de 1565-1575, foi salientado o seu relativo abrandamento, a partir de 1572, com a expansão mogol para o Guzerate e Bengala,⁷ bem como a relativa insignificância da perda de Chale quando comparada com a de Ternate.⁸ O facto de se apontar a data de 1575 como término da crise estaria assim mais relacionado com a perda de Ternate, pouco depois compensada com a construção de uma fortaleza em Tidore (1578), e com o fim dos cercos a Malaca também naquele ano. Nenhuma prospecção foi ainda efectuada aos anos que se seguiram ao término da crise, nem tão pouco uma reflexão sobre aquela que consideramos ser a sua segunda fase.⁹ Quanto à polémica sobre a deposição do vice-rei e o não envio do governador António Moniz Barreto para Malaca, apenas foi defendido que Noronha não o deixara partir intencionalmente,¹⁰ enquanto num outro ângulo a deposição foi retratada como uma cedência da Coroa aos interesses privados.¹¹ Uma outra perspectiva de análise encarou a forma como António Moniz Barreto alcançou o governo como mais um dos muitos sintomas e exemplos em que o reinado do *Desejado* foi frutífero de oposição da nobreza, por motivos pessoais, às políticas de renovação da Coroa.¹² Como afirmou João Paulo Oliveira e Costa, “neste caso para António Moniz Barreto foi muito mais vantajoso tornar-se governador do Estado da Índia do que mero capitão-geral de Malaca”.¹³

Deste modo, recorrendo à pouca documentação manuscrita que se conhece para este período¹⁴ e, sobretudo, à riqueza da correspondência jesuíta, procurar-se-á neste trabalho, analisar a evolução do Estado da Índia no período de 1571 a 1577, olhando para tal à segunda fase da crise de 1565-1575 e questionando como e em que contexto esta terminou. Para compreender essa segunda fase importará desde logo reflectir sobre o que levou o rei a dividir o Estado da Índia.



Retrato de D. Sebastião por Cristóvão de Morais, 1572.

APONTAMENTOS SOBRE A DIVISÃO DO ESTADO DA ÍNDIA EM 1571: ORDENS E HIERARQUIAS

Segundo Couto, D. Sebastião decidira dividir a Ásia Portuguesa porque aquele Estado “estava mui dilatado, e espalhado” e um vice-rei apenas não conseguia acudir a todas as partes.¹⁵ Porém, como é sabido, o monarca não tomou esta decisão sem ouvir o Conselho de Estado. É, aliás, sabido que o provincial jesuíta de Portugal, Pe. Jorge Serrão, aprovava a ideia,¹⁶ por considerar que a autonomização de Malaca ajudaria, a partir do colégio jesuíta a criar na cidade, a melhor prover na evangelização do Extremo Oriente.¹⁷ À pressão jesuíta para dividir o Estado da Índia acrescentaram-se as energias próprias de um rei que certamente tomara conhecimento das diversas sugestões de reformulação do Estado da Índia articuladas durante a década de 1560¹⁸ e se decidira a depurar a Ásia Portuguesa dos seus vícios administrativos e políticos. Todavia e, ao contrário do que seria de esperar, já depois de separado o governo da Índia do de Malaca, a carta de nomeação do vice-rei D. António de Noronha não apresenta qualquer diferença face às cartas de anteriores vice-reis.¹⁹ Por seu lado, a nomeação de António Moniz Barreto concretizou-se por um alvará apenas assinado a 6 de Março de 1571,²⁰ isto é, duas semanas antes da armada partir. A circunstância de Moniz Barreto não deter uma carta de governador e de a sua nomeação ter sido feita pouco antes da partida parece, assim,

HISTORIOGRAFIA

apontar para uma decisão de última hora do rei e do seu conselho e não para algo há muito previsto. Aliás, convém aqui relembrar que, para a sucessão a D. Luís de Ataíde, D. Sebastião sondara D. Constantino de Bragança, propondo-lhe o cargo vitalício e um título especial. A ideia foi recusada pelo próprio.²¹

D. António de Noronha já anteriormente estivera na Índia entre 1554 e 1561, tal como António Moniz Barreto.²² Apesar deste último apresentar uma carreira de serviços que se iniciou com a sua presença no primeiro cerco de Diu, em 1538, D. António de Noronha provinha de linhagem ilustre: descendente, pelo lado paterno, do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha (1379-1452) e, pelo lado materno, da família de Afonso de Albuquerque.²³ O facto de Moniz Barreto deter uma carreira mais longa que Noronha, conjugado com a circunstância de ter sido ao segundo que foi entregue o vice-reinado da Índia, deverá ter pesado na disputa que posteriormente opôs ambos. Além disso, sabe-se que o cunhado de D. António de Noronha, D. Fernão Álvares de Noronha, sumilher de D. Sebastião, procurara convencer o monarca a deixar regressar D. António um ano antes pois já então se sentia doente e pretendia encarregar D. António do governo da sua Casa.²⁴ O vice-rei apenas aceitara partir por se encontrar pobre e com filhos para sustentar.²⁵

Quanto ao governo da África Oriental, Francisco Barreto fora enviado para a região em Abril de 1569,²⁶ não sem pretender escusar-se à nomeação. D. Sebastião só o convencera a partir prometendo-lhe o pagamento das suas dívidas bem como igual tratamento no Índico caso se encontrasse com o vice-rei da Índia.²⁷ À data da partida, Barreto levava o título de capitão-mor da empresa do Monomotapa, poderes de superintendência na fazenda e jurisdição sobre os capitães de Moçambique e Sofala.²⁸ Desta forma, em 1571, apenas se operou a divisão do Estado da Índia em duas partes uma vez que formalmente a África Oriental já detinha autonomia própria. Porém, em 1571, D. Sebastião mudara de ideias e, para compensar Barreto da promessa que lhe fizera, enviou na armada da Índia o título de governador de Sofala, Moçambique e Monomotapa,²⁹ embora por documento do mesmo ano o colocasse sob a alçada do vice-rei D. António de Noronha.³⁰

Na armada da Índia de 1571, composta por seis navios sob comando do vice-rei D. António, seguiram 4000 homens bem como diversas ordens. Desta armada sabe-se que pelo menos três dos navios tinham sido

armados pela sociedade liderada por Lucas Giraldo, a quem o rei adjudicara o contrato de armação de navios na Carreira até 1575.³¹ Desconhecem-se os regimentos dados ao vice-rei e ao governador, embora se conheçam algumas das ordens que o rei terá dado graças a uma lista de provimentos em favor da Cristandade Oriental de 1571.³² D. Sebastião ordenara a Moniz Barreto a abertura imediata de um Colégio jesuíta em Malaca³³ e ainda escrevera aos reis do Malabar incentivando-os à expansão do credo cristão,³⁴ passando para tal diversas provisões em favor de novos conversos.³⁵ O zelo religioso do rei determinou que não autorizasse a partida de clérigos sem que fossem aprovados pela Mesa de Consciência e Ordens e que cada um dos oito jesuítas enviados a bordo levasse 1000 cruzados para seu sustento.³⁶ A Moniz Barreto, o monarca dera ainda provisão para favorecer os Dominicanos em Malaca.³⁷ Quanto ao vice-rei, D. Sebastião adoptou uma atitude ambígua: por um lado, concedeu-lhe o direito a passar cartas de emancipação e legitimação,³⁸ a mercê de prover feitores e escrivães³⁹ e ainda o direito idêntico ao de D. Luís de Ataíde quanto ao valor anual a conceder em mesas e mercês à fidalguia.⁴⁰ Mas, por outro lado, criou a alçada da Índia, cuja presidência atribuiu a Duarte Carneiro Rangel, encarregado de vigiar a governação do vice-rei e tirar devassa de todos os governadores, desde 1557.⁴¹

A viagem não decorreu da melhor forma, pois a armada levava a bordo a peste lisboeta do ano anterior, o que explica a morte de 2000 homens. Durante a viagem, o vice-rei foi obrigado a adoptar diversos cuidados para atalhar o desânimo geral. Quando, por fim, a armada ancorou em Moçambique, a 18 de Julho de 1571, estava o vice-rei “muyto no cabo, que pareceo que nunca escapasse”.⁴² Pouco depois, o vice-rei teve de enfrentar Francisco Barreto, com quem se encontrava desavindo desde os tempos do seu governo. Em 1570, Barreto recebera uma carta régia que o autorizava a socorrer a Índia caso necessário.⁴³ No ano seguinte, quando D. Luís de Ataíde lhe escreveu que tencionava participar na conquista do Monomotapa, Noronha encontrou Barreto em preparativos para partir em socorro de Chaul.⁴⁴ A tensão entre ambos deve então ter sido bastante evidente, com a doença de D. António a reflectir uma menor aptidão para o governo da Índia. Apenas um Conselho, reunido em Moçambique, impôs a Barreto a decisão de não partir,⁴⁵ enquanto a armada do vice-rei se deveria dirigir para

Goa e não para Chaul.⁴⁶ Este episódio é elucidativo das incongruências e ambivalências da política régia que marcaram a indigitação de 1571 e também dos conflitos de jurisdição que viriam a ditar o fracasso do projecto régio. Sendo certo que já antes de chegar à Índia a tensão era evidente devido à duplicidade das ordens régias, o mesmo sucedeu nos anos seguintes.

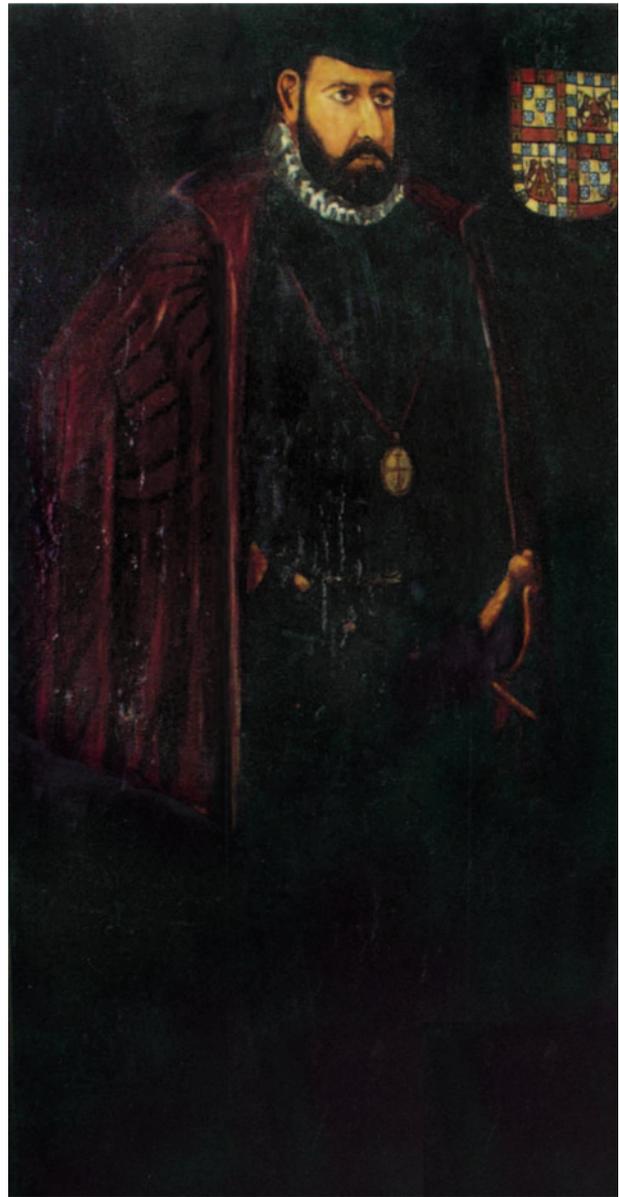
O VICE-REINADO DE D. ANTÓNIO DE NORONHA (1571-1573)

I. A SITUAÇÃO DA ÁSIA PORTUGUESA EM SETEMBRO DE 1571

Chegado a Goa na noite de 5 para 6 de Setembro de 1571,⁴⁷ o vice-rei Noronha encontrou a cidade livre de cerco bem como notícias do cerco de Chale. Começou por recusar a ideia de D. Luís de Ataíde de se oferecer para seu soldado, mas ainda concedeu ao vice-rei cessante dois jantares.⁴⁸ Logo que entrou em Goa, D. António realizou uma visita aos armazéns de mantimentos e munições, encarregando Diogo do Couto dos primeiros.⁴⁹ Segundo o cronista, o vice-rei encontrou muita fome, tendo o próprio vice-rei sido alimentado secretamente com comida enviada pelo cronista.⁵⁰ Porém, a descrição de Couto não se coaduna com o relato coevo de tudo quanto Noronha recebeu de Ataíde. Segundo este documento, D. Luís deixara em Goa 400 candis de arroz e outros 400 de trigo, entre outros alimentos.⁵¹ A casa da pólvora estava bem provida⁵² e D. Luís deixara pagos 200 mil pardaus de dívidas, tendo D. António possibilidade de arrecadar logo para a fazenda real 40 mil pardaus.⁵³ O vice-rei cessante deixara ainda 243 navios armados, 120 dos quais só em Goa.⁵⁴

As perspectivas contraditórias são tanto mais confusas quanto se sabe que todo o governo de D. António de Noronha foi marcado pela falta de fundos, o que impediu não só o envio de Moniz Barreto para Malaca, como explica que não fosse organizada uma expedição de punição contra o samorim após a perda de Chale. De facto, se a situação oriental fosse a descrita pela relação de 1571, como explicar que logo em Novembro de 1571, pouco depois do vice-rei ter remetido diversos socorros para Chale e de ter enviado armadas para o Canará, já estivesse a executar certidões de dívidas do Estado?⁵⁵

Como já foi realçado, o rol das armadas que D. Luís armou durante o seu governo tem um claro intuito



D. António de Noronha, vice-rei (1571-1573). Reproduzido, tal como os retratos seguintes, de Francisco Xavier Valeriano de Sá, *Vice-Reis e Governadores da Índia Portuguesa*. Macau: Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

panegírico,⁵⁶ assim como parece ter o rol do dinheiro que D. Luís de Ataíde recebeu em 1568 e entregou em 1571. Este último, inicialmente com um intuito meramente económico, inclui uma breve descrição dos feitos militares de D. Luís. Apesar de remeter para certidões apresentadas ao novo vice-rei,⁵⁷ é possível que em alguns aspectos a informação possa ter sido manipulada para enaltecer D. Luís, nomeadamente na questão financeira. Ambos os orçamentos de 1571⁵⁸ e

HISTORIOGRAFIA

1574⁵⁹ apresentam saldos positivos, mas nenhum deles apresenta as despesas feitas com o envio de armadas e outros socorros, o que poderia ajudar a entender qual das fontes mais se aproxima da verdade histórica.

2. O DECLÍNIO DO MALABAR: A PERDA DE CHALE E AS TENTATIVAS DE RECUPERAÇÃO

A rendição de D. Jorge de Castro, a 4 de Novembro de 1571,⁶⁰ em Chale foi, sem dúvida, a questão que mais marcou o governo de D. António de Noronha. Como veremos adiante, foi aquela que mais directamente contribuiu para que caísse em desgraça junto do rei. Apesar da capitulação da fortaleza marcar o início de um período de maiores ataques por parte dos piratas malabares, tal não significa que não se tenham verificado tentativas de contenção desse problema, ainda que nem sempre bem sucedidas. Quando o vice-rei chegou a Goa, D. Diogo de Meneses havia partido para Chale numa armada preparada por D. Luís de Ataíde.⁶¹ Porém, uma vez chegado à praça, D. Diogo, que levava abastecimentos para trinta e cinco dias, apenas pôde introduzir na fortaleza mantimentos para oito. O cerco, que se havia iniciado a 19 de Julho de 1571,⁶² contou, a partir de Setembro, com a presença do próprio samorim à testa das operações.⁶³ As ligações de D. Jorge de Castro ao rei de Tanor e ao próprio samorim originaram encontros secretos os quais, no entanto, se revelaram infrutíferos para a parte portuguesa.⁶⁴ O samorim rejeitou todas as propostas endereçadas por Castro.⁶⁵ A avançada idade de D. Jorge e a sua incapacidade militar relembram o que sucedera em 1564-1565, quando o vice-rei D. António de Noronha foi obrigado, em processo conturbado, a afastar D. Paio de Noronha da capitania de Cananor, na altura cercada.⁶⁶

Entretanto, em Goa, D. António despachou a 27 de Setembro a armada de Francisco de Sousa Tavares para socorrer a cidade.⁶⁷ Após a partida deste, estava a preparar a armada de D. Fernando de Monroy quando D. Diogo de Meneses regressou a Goa, a 12 de Outubro. No caminho, Tavares havia encontrado Meneses que lhe ordenou que fosse carregar arroz ao Canará, aparentemente contra as instruções do vice-rei.⁶⁸ Com a chegada de D. Diogo, o vice-rei, depois de lidas as cartas de D. Jorge, planeou o envio de um socorro maior, despachando Monroy para o Norte, concentrando-se na armada a atribuir a D. Diogo. Noronha, temendo pela fortaleza de Chale, ainda tentou que este partisse mais cedo sem mantimentos, mas este

não partiu senão a 4 de Novembro.⁶⁹ O rei de Tanor recolheu os portugueses na sua cidade, onde D. Diogo os encontrou e trouxe para Cochim. Segundo uma fonte algo duvidosa, Goa ficara em pânico com a forma como Chale capitulara e pressionara o vice-rei a partir, o que este fizera sem obter qualquer sucesso.⁷⁰

As notícias seguintes que se conhecem sobre a posterior evolução apontam para provimentos do vice-rei na região e para o progressivo agravamento da pirataria malabar um pouco por todo o Malabar. Todavia, a situação estava ainda longe de se encontrar descontrolada, pois D. Diogo de Meneses, nomeado capitão-mor do Malabar apesar dos desentendimentos com o vice-rei, conseguira acalmar a região em finais de 1572.⁷¹ Quando, em 1573, soaram ameaças de cerco a Cranganor por parte do samorim, o vice-rei despachou prontamente Vicente Dias de Villalobos.⁷² Mais tarde, ainda em 1573, aquando do cerco de Barcelor, D. António de Noronha enviou os socorros atempadamente,⁷³ em especial D. Jorge de Meneses que puniu exemplarmente o naique de Sanguicer, apoiante dos piratas.⁷⁴

A focalização de D. António de Noronha na região deverá ter sido reforçada após receber as reprimendas e recriminações régias, apesar de só serem conhecidas as do ano de 1573, e mesmo que o rei lhe exigisse a reconstrução da fortaleza, o vice-rei tinha as atenções concentradas também noutras regiões. Contudo, tal não impediu que, no contexto de um Malabar desinteressante para as prioridades de Goa, o vice-rei não apoiasse expedições locais de punição, uma das quais desembarcou mesmo em Chale, em 1573, pois, como denota o cronista islâmico, a fúria portuguesa com a perda da praça abateu-se na região de forma implacável durante os anos seguintes.⁷⁵ A perda de Chale, tal como a de Ternate, ficou assim a dever-se mais às dificuldades em socorrer atempadamente a fortaleza do que à incapacidade de D. Jorge de Castro ou ao desleixo do vice-rei. No plano vice-real não se conhece nenhuma punição para D. Jorge, cuja sentença de morte só viria na armada da Índia de 1574.

3. ENTRE A CORTE E A GUERRA: A DIPLOMACIA VICE-REAL NAS RELAÇÕES COM BIJAPUR E O IMPÉRIO MOGOL E O IMPULSO LEGISLATIVO

A importância das relações do Estado da Índia com Bijapur mereceria por si só um estudo. Na sua impossibilidade, saliente-se que, durante a década de 1570, as relações com este sultanato registaram um

HISTORIOGRAPHY

forte incremento com uma troca de embaixadas, sem precedentes em toda a segunda metade do século XVI. Se bem que tal tenha ocorrido devido ao contexto da crise de 1565-1575, a verdade é que nem o fim da mesma pôs cobro a essa teia de contactos. Com o início das primeiras ligações diplomáticas com o Império Mogol, as relações com Bijapur foram reaquiacionadas por Goa. Coube ao vice-rei Noronha enfrentar o novo contexto político emergente e gizar uma nova estratégia.

Aquando da chegada do vice-rei a Goa, as forças de Bijapur tinham retirado há 14 dias.⁷⁶ A simples presença da armada de D. António de Noronha motivou o soberano de Bijapur a despachar de imediato um emissário para tratar das pazes,⁷⁷ mas os socorros a preparar para Chale, apenas permitiram ao vice-rei entrar no despacho deste assunto em Novembro de 1571, após ouvir o Conselho e a Câmara de Goa.⁷⁸ Só depois, o vice-rei contactou o governador-geral de Bijapur⁷⁹ que enviou dois emissários a Goa para assinar as pazes.⁸⁰ Estas foram celebradas a 13 de Dezembro de 1571. O tratado era igual ao que fora assinado por Francisco Barreto em 1557, sendo-lhe acrescentadas algumas cláusulas. Além do Idalcão reconhecer que Bardês e Salsete pertenciam à Coroa de Portugal, o vice-rei negociou cláusulas novas, designadamente: o sultão de Bijapur teria direito a importar, a partir de Goa, mais dez cavalos anuais, saldando-se a cifra em vinte e cinco; teria direito a retirar de Goa mais 3000 pardaus anuais em diversas mercadorias a acrescentar a outros 3000 que já detinha; teria direito a ser abastecido de gengibre em quantias a definir anualmente e, mais importante, teria direito a que lhe fossem passados mais dois cartazes anuais, além dos quatro que já tinha.⁸¹ Estes últimos tinham de ser pedidos ao vice-rei ou ao capitão de Goa, na ausência do vice-rei, por carta endereçada pelo soberano de Bijapur. Segundo Couto, testemunha presencial deste acontecimento, ficou ainda estabelecido o envio de uma embaixada a Lisboa para ratificação das pazes,⁸² embora esta só viesse a partir mais tarde. A cláusula mais polémica foi, sem dúvida, a do aumento dos cartazes, em especial, nos anos seguintes. Porém, e como se verá, nem com o aumento do número de cartazes os incidentes marítimos e, por conseguinte, diplomáticos, entre ambos os Estados ficaram resolvidos.

De facto, se, em Abril de 1572, o Idalcão enviou novo embaixador a Goa para ratificar o acordo assinado

e se, em seguida, o vice-rei enviou uma embaixada com presentes àquele soberano,⁸³ tal não significou que o vice-rei não permanecesse vigilante em relação a Bijapur. Tendo notícia, em Agosto de 1573, que navios do Idalcão navegavam de Meca para os seus portos sem cartaz, D. António de Noronha despachou D. Henrique de Meneses com ordem de capturar as naus sem cartaz.⁸⁴ D. Henrique capturou algumas, mas acabou prisioneiro do Idalcão na sequência de uma derrota naval. Fernão Teles de Meneses enviado ao Norte pelo vice-rei, em Outubro de 1573, para procurar os portugueses feitos cativos, não teve qualquer sucesso.⁸⁵ D. António escreveu então uma carta ao sultão, pedindo desculpa pelo sucedido, mas este não aceitou as desculpas e prendeu o língua Cristóvão do Couto, encarregado da missão pelo vice-rei. Ainda antes de ser deposto, o vice-rei deu ordem a Fernão Teles para apresar qualquer navio do Idalcão que encontrasse para poder negociar directamente em pé de igualdade.⁸⁶ O risco de uma guerra aberta entre o Estado da Índia e Bijapur era, pois, e uma vez mais, uma realidade, tal como sucedera em 1563 quando D. Filipe de Meneses apresara navios de Ahmadnagar, acicatando o ressentimento islâmico que espoletou o início de alianças contra o Estado da Índia.⁸⁷ O risco de repetição deste caso deve ter estado bem presente na mente do sucessor de D. António, que inverteu a política diplomática.

Face ao Império Mogol, entidade política e diplomática mal conhecida por Goa até aos finais da década de 1560,⁸⁸ o vice-rei teve uma política bem mais consistente. Jogando com as ambivalências de uma guerra não desejada por ambas partes, por um lado, e com o indiscutível prestígio da instituição vice-real e da sua corte, por outro, D. António de Noronha gizou uma bem sucedida estratégia político-diplomática que produziu frutos bastante positivos nos anos subsequentes. Finda a conquista mogol do sultanato guzerate por Akbar (1556-1604), em Novembro de 1572, um primeiro encontro entre o imperador mogol e mercadores portugueses estantes em Cambaia deverá ter ocorrido.⁸⁹ Este encontro é descrito por Diogo do Couto como tendo corrido bastante bem, com Akbar quase a aceitar a ideia de isenção de taxas no comércio com o seu império.⁹⁰ Entretanto, em Goa, o vice-rei mantinha-se informado das movimentações militares do soberano e, a 17 de Agosto de 1572, despachou Jorge de Moura para o Norte para vigiar Damão, pois a praça encontrava-se sem defesas, como o capitão D. Luís de

HISTORIOGRAFIA

Almeida alertou. Ainda preocupado com a situação, o vice-rei enviou D. Jorge de Meneses já em Outubro de 1572.⁹¹

Quando Akbar foi convencido a reclamar a posse das fortalezas portuguesas no Guzerate remeteu uma carta, a 13 de Dezembro de 1572, para o capitão de Diu, Aires Teles, na qual pedia a amizade dos portugueses, solicitando ainda que a *khutba* fosse lida nas mesquitas de Diu em seu nome e que a sua moeda pudesse correr na cidade.⁹² Na altura, Teles recebeu ainda outra carta de Akbar, pedindo-lhe a captura de navios inimigos. As cartas foram enviadas para o vice-rei e, apesar de nelas Akbar não reclamar oficialmente as fortalezas portuguesas,⁹³ D. António de Noronha estava informado dos dez mil cavaleiros e do emissário mogol que se preparava para chegar a Damão, quando partiu de Goa em inícios de Dezembro de 1572. Levando uma poderosa armada, possivelmente a reunida por D. Luís de Ataíde no ano anterior para a defesa de Goa, e 3000 homens de armas, o vice-rei pôde iludir o emissário mogol, fazendo-o pensar que dispunha de 6000 homens. Quando este entrou em Damão, até conseguir chegar à tenda onde se encontrava D. António teve de passar por uma armada que não cessou de fazer demonstrações do seu poder durante duas horas.⁹⁴ Já na presença do vice-rei, o emissário deparou-se com a curiosidade deste sobre Akbar, chegando a afirmar que gostaria de estar na presença do imperador mogol. Depois de revelada a proposta de paz, o vice-rei nomeou António Cabral para, da sua parte, visitar pessoalmente Akbar com uma provisão para que este pudesse ir livremente a Meca caso o desejasse.⁹⁵ O encontro de Cabral com Akbar decorreu a 4 de Março de 1573 em Surrate,⁹⁶ tendo Akbar emitido um documento em que estabelecia o não ataque aos portugueses e o combate aos piratas malabares seus inimigos de 18 de Março.⁹⁷ A continuidade das relações políticas e comerciais com os mogores confirma que a estratégia antoniana surtiu os efeitos esperados. Se D. Sebastião não chegou a trocar cartas com Akbar, o mesmo já não viria a suceder com D. Filipe I, pois durante o seu reinado uma missão jesuíta estabelecer-se-ia em Fatehpur Sikri.

Em tempo de crise, o vice-rei procurou ainda centralizar o despacho de vários assuntos através de um impulso legislativo forte, bem semelhante ao de D. Sebastião no Reino. De facto, tal como já sucedera com D. Luís de Ataíde, a multiplicação dos

diplomas legislativos denota um grande esforço de contenção dos problemas administrativos do Estado.⁹⁸ Dando cumprimento a ordens régias, D. António passou provisão para os capitães de fortaleza não se intrometerem na fazenda régia,⁹⁹ procurou controlar o assentamento das mercês,¹⁰⁰ embora não viesse a ter tempo para confirmar a provisão régia relativa à confirmação dos providos pelo rei nas capitánias, impedindo-os de partir sem antes as exercerem.¹⁰¹ Que se saiba D. António foi ainda o primeiro vice-rei a apelar à Mesa de Consciência e Ordens, criada para o Oriente em 1570, a fim de resolver contenciosos com os gancares de Goa.¹⁰² Todos estes diplomas apontam para o reforço dos poderes institucionais do vice-rei, apesar de a alçada da Índia se ter afirmado como uma instituição concorrente ao vice-rei.¹⁰³

4. A QUESTÃO DO GOVERNO DO SUL

A crescente importância dos mares do Sul do ponto de vista económico, mas também político,¹⁰⁴ a par com as motivações missionárias do rei, motivara D. Sebastião a separar o governo de Malaca do vice-reinado da Índia. Já no Oriente, D. António de Noronha, apercebendo-se da crise político-militar pela qual passava a presença lusa no Índico, foi, por opção própria e por pressão exterior, adiando o envio de António Moniz Barreto. Este adiamento, mais do que um veto ao projecto régio como já foi sugerido,¹⁰⁵ permitiu o agravamento da situação político-militar em Malaca e Ternate, sobretudo tendo em conta que por estes anos os socorros enviados por D. António de Noronha às Molucas na sua maioria não chegaram à região.

Para Couto, o motivo da divisão do governo de Malaca em 1571, foi que, tendo o rei “informação das grandes inquietações, que o Achém deva á nossa Fortaleza de Malaca, praticando o remedio disto com os de seu Conselho, assentaram que era necessario haver em Malaca Governador separado do Viso-Rey da India, por não estar dependente do seu socorro e provimento”.¹⁰⁶ Por sua vez, ao encetar a divisão, o rei não estaria informado do assassinato do sultão Hairun de Ternate e do agravamento local da situação desde o ano anterior. Como referido, quisera separar o Estado de Malaca para prover mais facilmente às necessidades missionárias do Extremo Oriente com base num colégio jesuíta a criar em Malaca.¹⁰⁷ Por sua vez, na região, havia quem considerasse que aquele Estado “esta já diviso da

HISTORIOGRAPHY

Índia e absoluto”,¹⁰⁸ sabendo das ordens régias, logo em 1571, e ainda antes de se saber que Moniz Barreto não iria naquela monção a Malaca. A chegada de Moniz era aguardada com impaciência para se destruir de vez o Achém¹⁰⁹ e socorrer devidamente Gonçalo Pereira em Ternate.¹¹⁰

O monarca ordenara ao vice-rei que Moniz Barreto deveria dispor de 2000 homens e dos rendimentos provenientes das taxas cobradas às naus vindas da China e Japão para sustentação do governo de Malaca. No entanto, mesmo antes de partir, e como refere o cronista, Noronha estava convencido que, oferecendo uma boa mercê a Moniz, este desistiria da empresa “e o mesmo Antonio Moniz Barreto conhecia muito bem, que o Viso-Rey D. Antonio de Noronha não podia cumprir o que lhe promettera, de maneira que ambos se enganaram, ou os enganou a necessidade em que se viam”.¹¹¹ Dos 4000 homens que seguiram na armada da Índia de 1571, metade morreu na viagem, não podendo D. António aviar Moniz Barreto assim que chegou a Goa, o que o levou, em cumprimento das ordens régias, a passar uma provisão, logo em Setembro de 1571,¹¹² a favor dos Dominicanos de Malaca, por Moniz não ir naquela monção a Malaca. Este aproveitou a assinatura das pazes com Bijapur para pedir a armada a D. António na presença de toda a fidalguia e oficiais da Índia, tendo o vice-rei respondido que não dispunha de homens para lhe dar, pois tinha as fortalezas cercadas e a fazenda real empenhada, embora tivesse prometido que iria colocar o assunto em Conselho.¹¹³ Argumentou ainda que, quando D. Sebastião fizera a divisão, não tinha conhecimento das guerras da Índia.¹¹⁴ O Conselho decidiu, tal como D. António decidira com o socorro de D. Diogo de Meneses a Chale, em Outubro de 1571, que Moniz Barreto deveria ser enviado em três galeões, com 400 a 500 homens, sendo o restante contingente enviado mais tarde.¹¹⁵

Barreto não aceitou, pois, alegadamente, não queria desonrar-se pelo que, aproveitando a carga das naus, escreveu ao rei, segundo Couto,¹¹⁶ e também aos seus validos, segundo outra versão.¹¹⁷ Na carta daria a entender que D. António não o despachara apenas porque não quisera, pois a situação oriental permitia o seu envio¹¹⁸ ou apontaria mesmo para o despotismo governativo do vice-rei, segundo outra versão.¹¹⁹ A estes argumentos terá ainda acrescentado notícias relativas ao agravamento da situação em Ternate e à eminência de um cerco a Malaca. Alegadamente, D. António teria

prometido enviar Moniz Barreto em 1572¹²⁰ mas, como tal não sucedeu devido à questão mogol, Moniz Barreto escreveu de novo ao rei, mas desta vez por via da armada que então partia para o golfo Pérsico.¹²¹

Tudo parece apontar para que, mais do que uma oposição pessoal do vice-rei à partida de Moniz Barreto, tenha sido o Conselho de capitães a obstruir o processo. À oposição deste facilmente se pode juntar a dos oficiais da Coroa, que não veriam qualquer vantagem na separação de Malaca com a qual Goa perderia 300 mil pardaus anuais¹²² e, claro, a da restante fidalguia apoiante do vice-rei. Sabe-se ainda que D. António de Noronha não se poupou a esforços para enviar socorros, sobretudo para Ternate, regressando apressadamente de Damão para Goa assim que foi informado do falecimento de Gonçalo Pereira.¹²³ Na busca por um capitão para enviar à região, o vice-rei, em 1573, quis despachar Jorge de Moura, mas este negou-se a partir sem levar 1000 homens por considerar que, se Gonçalo Pereira falecera com tão grande armada, não podia arriscar a partir com poucos homens. “O visio-rey lhe respondeo que não estava o Estado da Índia pera isso”, acabando por enviar António de Lacerda.¹²⁴ Por estes anos, os únicos socorros que Ternate foi recebendo foram os de Malaca, visto que a armada de Fernão Ortiz de Távora chegou à região bastante amputada e apenas carregou cravo para Goa.¹²⁵

No âmago de toda esta problemática encontram-se não só as dificuldades financeiras mas também a falta de homens. Parece-nos que o vice-rei inicialmente estaria disposto a enviar Moniz Barreto, embora o Conselho, oficiais e fidalguia o possam ter convencido a não o fazer. Sobretudo em 1573, após o fim do caso de Damão, a crer que ali teriam estado 3000 homens como Couto afiança, o vice-rei poderia ter aviado Moniz Barreto, apesar de ainda ter que fazer face às ameaças de guerra do samorim e ao cerco de Barcelor nesse ano. Estaria então D. António a preparar a punição exemplar ao samorim pela perda de Chale que o rei lhe exigia ao invés de despachar Moniz Barreto durante o segundo semestre de 1573?

5. HESITAÇÕES RÉGIAS E INFLUÊNCIAS CORTESÁS:

A DEPOSIÇÃO DO VICE-REI

O processo que originou a deposição de D. António de Noronha foi tudo menos linear e unívoco. Tal como nas circunstâncias da sua nomeação se encontram inconsistências e contradições, o mesmo

HISTORIOGRAFIA

sucede com a sua deposição. Relembre-se que nenhum governador anterior fora deposto oficialmente antes de terminar o seu mandato, embora alguns tenham visto os seus mandatos interrompidos.¹²⁶ Por esta razão, Couto considerou esta situação como “o mais novo, e escandaloso caso que na Índia aconteceu”,¹²⁷ independentemente das suas conhecidas simpatias por D. António de Noronha.

Na sua versão, D. Sebastião enviara pelo capitão-mor da armada da Índia de 1573, D. Francisco de Sousa, uma carta para o arcebispo de Goa, D. Gaspar Leão Pereira, pela qual o encarregava de depor D. António de Noronha caso este ainda não tivesse despachado Moniz Barreto ou estivesse para o aviar. D. Gaspar, sem falar com D. António, depôs o fidalgo contra a vontade da maioria da fidalguia, que apoiava o vice-rei.¹²⁸ A carta que depõe o vice-rei é transcrita por Couto e tem a data de 12 de Março de 1573, realçando por diversas vezes a confiança depositada pelo monarca em António Moniz Barreto.¹²⁹ Na ocasião, D. António recebeu ainda uma carta pessoal do rei, que se desconhece, na qual o soberano lhe ordenava a entrega de todas as ordens e alvarás e o mandava embarcar-se para o Reino. Uma outra versão narra que D. Sebastião encarregara a deposição, através de uma carta de 8 de Março a D. Gaspar, ao presidente da alçada e ao Pe. António de Quadros, provincial jesuíta. Nesta relação é afirmado que, dada a ligação do vice-rei a Quadros, se aquele fosse vivo quando a carta chegou, Quadros jamais teria permitido a deposição do vice-rei nos termos em que depois ocorreu.¹³⁰ É também conhecido o episódio da morte de D. António de Noronha e de D. Fernão Álvares de Noronha, seu cunhado, uma vez regressados ao Reino na armada que trazia a notícia das mortes de Gonçalo Pereira e Francisco Barreto,¹³¹ perante a situação de isolamento familiar e desonra em que D. António se encontrava.¹³² O facto de Couto colocar pela primeira vez o juramento de um governador da Índia na boca de António Moniz Barreto denota bem a sua antipatia pela figura,¹³³ a quem não hesita em responsabilizar por “matarem hum Fidalgo tão honrado, e benemerito, como foi D. Antonio de Noronha, hum dos mais puros, e verdadeiros Viso-Reys”.¹³⁴

O arcebispo D. Gaspar já em 1571 apoiara as queixas de Moniz Barreto ao rei¹³⁵ e é provável que o inquisidor-geral, Bartolomeu da Fonseca, tenha feito o mesmo.¹³⁶ Se bem que a reacção de D. António à sua deposição em Couto seja calma,¹³⁷ segundo Jozé

Pereira Bayão, foi outra, apesar de D. António ter previsto o acontecimento.¹³⁸ Segundo este cronista, o vice-rei teria respondido que, se quisesse manter-se no governo, bastaria enviar Moniz Barreto com os efectivos destinados à armada do Malabar, mas decidira não o fazer para ver como ele despacharia o próximo governador de Malaca.¹³⁹ Veja-se o relato do que sucedera no Reino antes da deposição:

“D. Fernando Alvarez de Noronha, tanto que soube do que ElRey mandàra, e da sorte como se vinha D. Antonio, se queixou a ElRey de lhe não conceder a vinda, que elle requerera, e mandar occultamente tirarlhe o governo por modo tão afrontoso, a que ElRey deu frivola desculpa, attribuhindo-o a alguns do Concelho, e pedindo-lhe elle licença para lhes perguntar o fundamento, ElRey lhe disse que o não fizesse, e que elle lhe faria mercès, e honras a D. Antonio, com que remediasse esta quebra, e disgosto, que se lhe dera, com que ficasse authorisado; e o principal seria o castigo de quem mal o enfermàra. O conde da Calheta jurou que não tinha culpa no caso e que já era morto quem a tivera; por onde se ficou entendendo que a culpa fora de Lourenço Pires de Tavora, que neste anno faleceo a 15 de Fevereiro”.¹⁴⁰

Uma outra versão desta mesma história afirma que D. Sebastião, vendo-se compelido a dar explicações a D. Fernão Álvares de Noronha, lhe teria dito que tinha sido Martim Gonçalves da Câmara, o seu todopoderoso escrivão da puridade, caído em desgraça pouco depois, quem o teria convencido a demitir D. António. Este facto explicaria, assim, a visita do conde da Calheta, parente de Martim Gonçalves, a D. António, assim que chegou a Lisboa, como forma de mostrar que a Casa da Calheta não interferira na questão.¹⁴¹ No dia 8 de Março de 1573, D. Sebastião escreveu um conjunto de cartas a D. António de Noronha, das quais apenas se conhece parte.¹⁴² Em nenhuma delas demite o vice-rei, o que só foi feito pela carta de dia 12. A hesitação de D. Sebastião na decisão a tomar é patente nas suas próprias palavras: “estive este anno para dar nisto outra ordem e escrever-vos uma só carta ainda mais breve do que esta”.¹⁴³ Todavia, o monarca escreveu mais cartas. Na primeira, a mesma em que anuncia a sua hesitação, o soberano manifesta o seu desapontamento para com D. António, acusando-o de não cumprir as ordens do seu regimento e alertando-o que “as novas chegam a mim

primeiro que as Nãos”,¹⁴⁴ numa clara referência às cartas de Moniz Barreto. Apesar disso, não deixa de reiterar a confiança em D. António de Noronha para prosseguir o seu governo desde que “entendei que me não satisfazem cartas largas e rasões, senão obras e conquistas”.¹⁴⁵

A obstinação régia com as conquistas e o crédito do Estado surge ainda mais clara na carta de repreensão a D. António sobre a perda de Chale, na qual lhe ordena que apresse o plano de reconstrução da fortaleza em Chale.¹⁴⁶ Ainda no mesmo dia, e para obrigar D. António a concentrar-se no que considerava essencial para o bom governo oriental, isto é, a guerra, D. Sebastião, após insinuar a incompetência do vice-rei (“sem vos divertirdes e occupardes em outras cousas”¹⁴⁷), retirou a D. António os poderes que lhe concedera em 1571, nomeadamente na fazenda. O novo vedor da fazenda então nomeado, Aleixo Dias Falcão, passaria a actuar de forma independente do vice-rei,¹⁴⁸ o mesmo sucedendo com os assuntos de justiça que passariam a ser cometidos aos ministros da alçada da Índia, ficando o vice-rei livre para se concentrar na guerra¹⁴⁹ e no cumprimento das ordens de embarque aos cristãos-novos estantes na Índia.¹⁵⁰ Significa isto que, até 8 de Março de 1573, D. Sebastião não previra afastar D. António de Noronha e que tencionava mantê-lo no cargo, apesar de lhe restringir drasticamente os seus poderes. Para o rei, o motivo de maior insatisfação nem sequer fora a questão do governo de Malaca, a qual nunca surge referida, mas sim a perda de Chale. O monarca desconhecia ainda que parte da inoperância de que o vice-rei fora então acusado podia também estar relacionada com a prolongada doença que o afectou desde que chegara a Goa¹⁵¹ e que se arrastou, pelo menos, até à sua estadia em Damão.¹⁵² É, aliás, conhecido que D. Sebastião se arrependeu da decisão, embora isso não significasse uma deposição imediata do governador António Moniz Barreto.

O GOVERNO DE ANTÓNIO MONIZ BARRETO (1573-1577)

1. O FALHANÇO DOS SOCORROS AO SUL: OS CERCOS DE MALACA E A PERDA DE TERNATE

Durante o consulado de António Moniz Barreto, a questão dos socorros a enviar a Malaca, pelo menos até 1575, foi a mais polémica e a que mais preocupou o governador. Afinal, este alegara junto do rei para depor D. António que ele próprio aviaria o próximo



António Moniz Barreto, governador (1573-1577).

governador de Malaca. Tal como já sucedera com o vice-rei, o adiamento constante do despacho do governador de Malaca, uma vez mais obstruído pelo Conselho em Goa, significa, agora sim, o total falhanço do projecto régio. Na conjuntura dos anos de 1573-1575, o não envio do governador a Malaca era bem menos aceitável e justificável do que nos anos imediatamente anteriores devido aos assédios que a fortaleza sofria. Contudo, e ao contrário do que sucedera com o vice-rei, Moniz

HISTORIOGRAFIA

Barreto não se escudou apenas no Conselho para impedir a partida do novo governador de Malaca, acabando por se opor pessoalmente à ideia, como os factos demonstram.

Após ser empossado do governo da Índia, Moniz Barreto começou por despachar António de Meneses Cantanhede para ir carregar arroz ao Canará,¹⁵³ enfrentou as queixas dos rendeiros de Goa¹⁵⁴ e deu as primeiras ordens diplomáticas relativas a Bijapur. Apesar de logo no dia em que foi empossado terem sido abertas as sucessões do governo de Malaca em que começou por sair Gonçalo Pereira e só depois D. Leoniz Pereira,¹⁵⁵ o governador nada fez nos primeiros meses de 1574 relativamente ao assunto. Apenas após chegarem a Goa, em Fevereiro de 1574, as notícias do cerco de Malaca pelas forças achéns nos finais de 1573,¹⁵⁶ o governador se sentiu na obrigação, a 4 de Março, de colocar o assunto em Conselho pois D. Leoniz pedira-lhe a armada.¹⁵⁷ As cartas de D. Francisco Henriques, capitão da cidade, e Tristão Vaz da Veiga dirigidas também ao rei,¹⁵⁸ mencionavam a coligação Achém-Japarâ e a elevada probabilidade de um cerco javanês na imediata sequência do primeiro cerco achém. Pereira oferecera-se para partir com os mesmos contingentes da armada do Malabar que o vice-rei poderia ter disponibilizado a Moniz Barreto, em Dezembro de 1573, mas o Conselho votou que D. Leoniz só poderia partir com dois navios de alto bordo ou, então, em Setembro com melhores condições.¹⁵⁹

Porém, na mesma altura, Barreto despachava Belchior Botelho para as Molucas bem como o novo capitão de Ternate, Nuno Pereira de Lacerda, enquanto nomeava D. António da Costa para socorrer Malaca e Martim Ferreira para a vedoria da praça.¹⁶⁰ Ou seja, preferiu enviar homens por si nomeados a ter de despachar o fidalgo nomeado pelo rei. Quando, em finais de 1574, D. Leoniz voltou a pedir a armada, Moniz recusou e Pereira embarcou-se na armada do capitão-mor Ambrósio de Aguiar, a qual trouxera a ordem de execução de D. Jorge de Castro, prometendo relatar ao monarca o sucedido.¹⁶¹ Já em finais de 1573, o Achém tinha aproveitado as discordâncias em Goa sobre o governo de Malaca, recebendo efectivos do sultanato de Golconda para cercar a praça,¹⁶² sendo, pois, provável que as disputas em Goa fossem também conhecidas aquando dos cercos de 1574 e 1575. Ainda antes de se iniciar o cerco de 1574 pelas forças javanesas, a morte do capitão de Malaca originou uma disputa

pela capitania.¹⁶³ Assim que venceu a disputa, Tristão Vaz da Veiga escreveu de novo cartas a Barreto sobre a proximidade do cerco javanês,¹⁶⁴ dado Barreto até então se ter limitado a enviar cartas para o Coromandel e praças do Norte pedindo auxílio para Malaca.¹⁶⁵

Desta forma, só em Fevereiro de 1575, quando recebeu as cartas de Veiga noticiando o cerco javanês e a proximidade do novo cerco achém, o governador decidiu actuar energicamente “porque se lhe sucedesse algum desastre naquela Fortaleza, se lhe acrescentava a culpa de não aviar o governador de Malaca, como ElRey lhe mandava”.¹⁶⁶ Após a primeira derrota naval lusa perante forças asiáticas, a 1 de Fevereiro de 1575 na barra de Malaca,¹⁶⁷ só um milagre poderia salvar a fortaleza. Consciente disso mesmo, Veiga dirigiu uma carta ao governador, noticiando aquela derrota e pedindo-lhe socorro que sabia não chegaria a tempo para, caso perdesse a praça, esta pudesse ser reconquistada a partir de uma expedição vinda de Goa.¹⁶⁸ Sabendo apenas do cerco javanês de finais de 1574, Moniz Barreto pediu um empréstimo de vinte mil pardaus à Câmara de Goa, argumentando que ela financiara o socorro a D. João de Castro e que ele não lhe ficava atrás no currículo militar, com acções nos dois cercos de Diu, em 1538 e 1546, e em Mazagão, em 1561, merecendo por isso aquele empréstimo.¹⁶⁹ Perante a reticência dos vereadores da Câmara em conceder o empréstimo, o governador ofereceu o filho Duarte Moniz em penhor da sua palavra, prometendo ainda informar o rei de tudo e pagar o empréstimo com as rendas de Salsete.¹⁷⁰

O expediente usual de escrever ao Coromandel, que Barreto antes usara, não foi suficiente e quando os socorros partiram de Goa, a 20 de Abril de 1575, sob o comando de D. Francisco de Meneses, já o cerco achém tinha terminado e com ele terminava um ciclo na história daquela região.¹⁷¹ Porém, se o cerco terminara tal não se ficara a dever aos auxílios enviados por Goa, mas antes à manipulação pelos portugueses das constantes desavenças entre o sultão achém e a rainha de Japarâ.¹⁷² Face às Molucas, a tese do abandono de Ternate por Goa confirma-se plenamente,¹⁷³ uma vez que do socorro enviado pelo governador, e tal como já sucedera com D. António de Noronha, apenas uma parte chegou à região. Os mantimentos e as munições enviados eram insuficientes e a superioridade naval do sultanato ternatense impediu Sancho de Vasconcelos, capitão de Amboíno, de socorrer directamente Ternate,

HISTORIOGRAPHY

devido às guerras em que então se via envolvido.¹⁷⁴ Por outro lado, durante esses anos, o sultão de Tidore foi incapaz de abastecer os portugueses devido às armadas de Ternate. Tal como em Chale, Ternate rendeu-se por falta de abastecimentos a dois dias de chegar um socorro de Malaca que poderia ter sido decisivo.

Os fracassos acumulados do governador em Malaca e em Ternate não deverão ter chegado ao conhecimento do rei antes de 1577, mas eram tanto mais graves quanto Barreto falhara duplamente perante o soberano na missão de socorrer Malaca enquanto seu governador e depois de ter invocado esse argumento para depor D. António. As hipóteses de conquista do sultanato achém, em desagregação durante os anos de 1571 a 1579,¹⁷⁵ não eram esquecidas pela fidalguia que apontava para a facilidade e diversas vantagens que poderiam decorrer da sua conquista.¹⁷⁶ Entre estas contava-se a facilidade de financiamento da conquista de África com a ocupação da região.¹⁷⁷ Porém, o fim dos cercos de Malaca não significou que a cidade não deixasse de estar vigiada pelo Achém até à derrota naval de Janeiro de 1577, infligida por Matias de Albuquerque.¹⁷⁸ Mas, uma vez mais, a ocorrência desta batalha em nada dependeu de Moniz Barreto, mas antes e somente de D. Sebastião.

2. UMA NOVA ESTRATÉGIA DIPLOMÁTICA:

MONIZ BARRETO, O IDALCÃO E O GRÃO-MOGOR

Desde o início do seu governo que António Moniz Barreto se empenhou a fundo em estabelecer a concórdia nas relações do Estado da Índia com o sultanato de Bijapur. O esforço prolongado durante todo o seu governo nem sempre surtiu os efeitos desejados. Genericamente, pode afirmar-se que teve mais sucesso nesta área que o seu antecessor. No que diz respeito às relações com os mogóis, Barreto limitou-se a prosseguir as directrizes diplomáticas traçadas anteriormente pelo vice-rei.

No dia em que tomou posse, Moniz Barreto, apercebendo-se do fracasso da estratégia diplomática e militar com Bijapur e querendo evitar novo confronto aberto com aquele sultanato, ordenou a Fernão Teles de Meneses, enviado ao Norte por D. António de Noronha para capturar naus do Idalcão, o regresso imediato a Goa sem apresiar qualquer navio.¹⁷⁹ A 14 de Dezembro de 1573 organizou um Conselho em Goa do qual saiu a decisão de colocar o secretário da Índia, Rodrigo Eanes Lucas, a escrever a Cristóvão do

Couto, cativo na corte de Bijapur, as novas da deposição do vice-rei e de como o novo governador alterara as ordens relativamente aos navios de Bijapur.¹⁸⁰ Uma vez conhecida a carta pelo Idalcão, este enviou a Goa um embaixador, pedindo a entrega das naus apresadas por D. Henrique de Meneses. Novamente reunido o Conselho, Moniz optou por fazê-las pagar à custa do antecessor, decretando o seu regresso imediato a Goa, numa manobra de diversão que impressionou suficientemente o embaixador do sultão. O governador juntou ainda uma carta, de 16 de Fevereiro de 1574, endereçada directamente ao sultão de Bijapur na qual o informava da inversão política que protagonizara, logo após ter passado mais cartazes para Ormuz, ter aumentado o número de cavalos importados naquele ano para Bijapur e de ter baixado o valor das taxas pagas em Goa pelos mercadores do sultanato.¹⁸¹

Por sua vez, o sultão, em Junho de 1574, despachou novo embaixador para Goa, informando que acederia à libertação dos portugueses desde que lhe fosse enviada nova embaixada com esse pedido. Com a enviatura de Manuel de Moraes, em Setembro, Cristóvão do Couto e D. Henrique de Meneses foram libertados.¹⁸² Provavelmente em finais de 1574, o Idalcão remeteu novo embaixador para Goa com o intuito de confirmar as pazes assinadas em 1571 e pedindo para acrescentar duas cláusulas: a manutenção do abastecimento de salitre pelos portugueses a Bijapur e a obrigatoriedade de aviso de ambas as partes caso atacassem um aliado do parceiro.¹⁸³ Assinadas as pazes a 21 de Janeiro de 1575, o embaixador Zaerbeque embarcou para Lisboa a 23 de Janeiro.¹⁸⁴ Enquanto viajava, na Índia, o rodopio de embaixadas parecia não surtir os efeitos desejados uma vez que, a 30 de Maio de 1575, foi celebrado novo acordo de pazes provisórias com Bijapur. Neste estabelecia-se que os pequenos desentendimentos não deveriam degenerar em guerra e que, caso tal acontecesse, ambas as partes teriam direito a ressarcirem-se dos danos causados pela outra, recorrendo à fazenda adversária.¹⁸⁵ Todavia, no final desse ano, a guerra parecia de novo eminente.¹⁸⁶

A situação só ficou totalmente resolvida após o regresso do embaixador Zaerbeque.¹⁸⁷ Este fora muito bem recebido na corte, regressando à Índia com o vice-rei Rui Lourenço de Távora em Março de 1576, sendo portador de prendas do rei e da infanta D. Maria para o sultão de Bijapur¹⁸⁸ e provavelmente dos dois cavalos napolitanos que Martim Gonçalves

HISTORIOGRAFIA

da Câmara encomendara a D. Duarte de Castelo Branco, embaixador em Castela.¹⁸⁹ A 22 de Outubro de 1576, o novo acordo de paz entre o Estado da Índia e Bijapur, aparentava beneficiar de melhores condições de durabilidade. Retomando os artigos do Tratado de 1571, nele ficou ainda estabelecido, como Moniz, embora contrariado, o prometera, que os mercadores de Bijapur só pagariam 1% de taxas em Goa. Ficou igualmente acordado um perdão de dívidas mútuas e, talvez ainda mais importante, a obrigação de residência de um embaixador permanente de ambas partes em cada Estado. Foram ainda elaborados três traslados do Tratado (para Bijapur, para Goa e para Lisboa), além do soberano de Bijapur alcançar o direito de julgar os capitães lusos que capturassem navios seus com cartaz.¹⁹⁰ Não obstante, nos anos subsequentes as relações com o sultanato conheceriam novos desenvolvimentos, nem sempre pacíficos.

Aquando do regresso de Fernão Teles de Meneses a Goa, em Dezembro de 1573 um embaixador mogol enviado por Akbar entrou, pela primeira vez, em Goa.¹⁹¹ De origem persa, nela permaneceria até 1575, levando consigo diversos objectos da Índia e bastante dinheiro com o qual compraria as tão desejadas raridades que Akbar desejava possuir.¹⁹² Porém, o imperador mogol não estava apenas interessado em raridades e pretendia obter dois cartazes e madeira do Norte para poder enviar membros da sua família à cidade santa do Islão. Colocado o assunto em Conselho, o pedido foi aceite¹⁹³ e Moniz Barreto despachou Cristóvão do Couto em embaixada a Akbar mas, uma vez mais, este acabou cativo, desta vez do governador mogol do Guzerate.¹⁹⁴

3. UM PONTO DE VIRAGEM EM 1574: A CHEGADA DO VISITADOR VALLIGNANO

A arribada da armada da Índia de 1574 a Moçambique, na qual seguia o visitador Alexandre Vallignano, marcou não só para o governo de António Moniz Barreto, mas também para a história do Estado da Índia nas décadas subsequentes, um ponto de viragem inequívoco. Sendo sobejamente conhecida a acção de Vallignano no Extremo Oriente no período filipino, a sua acção nos anos em que militou na Índia durante o reinado sebástico permanece desconhecida. Porém, a acção do visitador, além de fundamental para o estudo das dinâmicas da missão no seu tempo, foi também propulsora de dinâmicas políticas

consideráveis.¹⁹⁵ Todavia, para compreender o exacto contexto da chegada de Vallignano é necessário recuar aos anos da governação do vice-rei.

Já foi anotado como, em 1571, D. Sebastião emitira diversas ordens a favor dos Jesuítas,¹⁹⁶ levando a que no ano seguinte enviasse à Índia provisão, assinada por Martim Gonçalves da Câmara, de confirmação de todas as mercês joaninas à Companhia.¹⁹⁷ Nesse mesmo ano remetera ainda os primeiros Agostinhos para a Índia, os quais, a despeito do apoio inicial do vice-rei, só a partir da década de 1580 consolidaram a sua presença no Oriente.¹⁹⁸ Em 1573, D. Sebastião não chegara a enviar mais padres, apesar de despachar ordens a D. António para socorrer o Preste.¹⁹⁹ Na própria Índia, a organização do Segundo Concílio Provincial, prevista para Damão por D. Luís de Ataíde, merecera uma reprovação vice-real no ano de 1573,²⁰⁰ apesar da proximidade de D. António aos Jesuítas.²⁰¹

Os problemas de organização da Companhia de Jesus na Índia também conheceram um agravamento nesta fase com o falecimento do provincial António de Quadros, a 21 de Novembro de 1572, e com a eleição, não aprovada pelo visitador Gonçalo Álvares, de um novo provincial, o Pe. Francisco Rodrigues.²⁰² Conhecida a morte de Quadros em Lisboa, logo se tratou de informar Roma do sucedido e de solicitar auxílio para a nomeação do novo provincial.²⁰³ Embora a questão fosse discutida²⁰⁴ ainda antes de se saber do falecimento de Quadros, a verdade é que a chegada de Alexandre Vallignano à corte lusa veio alterar a cadência dos acontecimentos. A excelente recepção do monarca a Vallignano, quando conjugada com a iniciativa régia de relançar o projecto de fundação de um colégio jesuíta em Malaca, levaram a que o jesuíta italiano alcançasse a mercê régia de 3500 ducados de sustento para cada irmão que seguiria na armada da Índia de 1574 enquanto permanecessem em São Roque.²⁰⁵ Numa altura em que também se debatia o nome do próximo visitador do Oriente, Vallignano encontrara em Luís Gonçalves da Câmara um importante aliado para convencer o cardeal D. Henrique que a ambição do jesuíta italiano, ao comparar-se a Francisco Xavier,²⁰⁶ o levaria mais longe que o ex-provincial lusitano e confessor do cardeal-infante Pe. Leão Henriques.²⁰⁷ Tendo Roma decidido que o vice-reitor do Colégio de Coimbra, Pe. Manuel Rodrigues, deveria ocupar o cargo de provincial do Oriente, e não o reitor do Colégio do

Porto, Pe. Rui Vicente, o primeiro acabou por desistir do projecto pois em breve foi nomeado provincial de Portugal,²⁰⁸ sucedendo ao Pe. Jorge Serrão. Assim, foi sob a alçada do visitador Alexandre Vallignano que o provincial Rui Vicente partiu na armada da Índia de 1574.²⁰⁹

Chegado a Moçambique, Vallignano escreveu uma carta denunciando o total falhanço da expedição do Monomotapa.²¹⁰ Por sua própria decisão, posteriormente aprovada pelo cardeal D. Henrique que se dispôs a apoiá-lo em tudo o que necessitasse,²¹¹ Vallignano decidiu levar todos os Jesuítas estantes na África Oriental para a Índia. Entre estes contava-se o polémico Pe. Francisco de Monclaros, como o próprio relata.²¹² Apercebendo-se das intervenções nem sempre positivas dos religiosos no governo político em Moçambique e em Goa, ocasionadas pelo reforço do espírito da Contra-Reforma, o visitador lançou uma verdadeira campanha destinada a afastar os Jesuítas dos meios políticos da governação por considerar que por este motivo eram acusados de tomarem decisões erradas que não eram da sua autoria.²¹³ Ironicamente para o visitador, a campanha não fez mais do que o transformar num alvo apetecido por um poder político em plena degenerescência.

4. A CRISE POLÍTICA DE 1576-1577:

A. Antecedentes militares e financeiros

Contrariamente ao que seria de esperar das promessas feitas por Barreto, e apesar de alguns o considerarem um bom governador,²¹⁴ todos os testemunhos da época são unívocos em retratar um quadro negro dos anos de 1574-1577. A crise política de 1576-1577, espoletada com a morte do vice-rei Rui Lourenço de Távora, em Moçambique, durante o ano de 1576, não pode, todavia, ser enquadrada sem se olhar aos anos anteriores da governação de Moniz Barreto. Na verdade, esta crise apenas ocorreu porque Moniz Barreto nunca obtivera a confiança dos oficiais e fidalguia do Estado da Índia nos anos seguintes à deposição do vice-rei. A isso, acresceram os problemas financeiros herdados da administração de D. António de Noronha, agravados pela lentidão de reacção, nuns casos, ou pela inoperância do governador, noutros.

Na verdade, se bem que a partir de 1575, com o fim dos cercos de Malaca e a perda de Ternate, a situação a Sul tenha conhecido uma acalmia, o mesmo não se passou no subcontinente. Logo em

1574, as referências à insegurança dos mares devido à pirataria malabar multiplicam-se,²¹⁵ enfrentando os portugueses uma renovada guerra com o samorim, que decidira cercar Cranganor. Apesar do capitão de Cochim, João da Fonseca, ter conseguido colocar em debandada o exército de cem mil homens de Calecute, não pôde evitar que a guerra alastrasse também ao cabo Camorim.²¹⁶ Numa fase em que as dívidas em Goa eram elevadas e as armadas eram despachadas tardiamente,²¹⁷ o governador sofreu ainda desentendimentos com os Jesuítas.²¹⁸ Mantendo-se a pirataria malabar em crescendo de força,²¹⁹ Moniz Barreto foi solicitado para socorrer o bispo D. André de Oviedo, prisioneiro na Etiópia, primeiro pelo provincial Rui Vicente e depois por Vallignano. Porém, não deu uma resposta imediata.²²⁰

Na conjuntura dos anos de 1573-1575, o não envio do governador a Malaca era bem menos aceitável e justificável do que nos anos imediatamente anteriores devido aos assédios que a fortaleza sofria.

No último dia de 1575, de Goa o visitador jesuíta endereçou uma longa carta a Manuel Rodrigues, o provincial de Portugal, alertando para o que considerava ser o estado crítico e decadente em que se encontrava o Estado da Índia.²²¹ A sua carta pode bem ser comparada à chamada “literatura da crise”, pois apresenta uma estrutura muito semelhante à carta de Belchior Nunes Barreto, em 1566,²²² e às Relações de 1568 e 1569,²²³ identificando primeiro os problemas e procurando depois apontar caminhos e soluções. Inicialmente o visitador pensara dirigir aquela missiva a D. Sebastião, ao cardeal D. Henrique e ao Pe. Luís Gonçalves da Câmara, mas, temendo as leituras que estes poderiam fazer da situação, preferiu confiá-la ao provincial jesuíta, encarregando-o de comunicar ao monarca as partes que considerasse mais importantes.²²⁴

HISTORIOGRAFIA

A relação de Vallignano traça um quadro sombrio do Estado da Índia numa época em que, segundo a historiografia, a crise de 1565-1575 conheceria o seu fim. Segundo o visitador, em Goa não eram conhecidas notícias de Malaca desde Maio de 1575, temendo-se o pior.²²⁵ Couirão, que estivera cercada durante quatro meses, não havia recebido qualquer socorro do governador, sendo o seu salvador novamente João da Fonseca.²²⁶ A guerra com o samorim estava prestes a estalar assim que a armada partisse para Portugal,²²⁷ o sultão de Bijapur ameaçara de guerra Moniz Barreto²²⁸ e o próprio Akbar já pensaria em cercar de novo Damão.²²⁹

D. Diogo de Meneses, governador (1576-1578).



Segundo Vallignano, o governador, de quem nunca menciona o nome numa estratégia de não o criticar aberta e directamente,²³⁰ continuava a despachar as armadas tardiamente e não se preocupava com a ribeira de Goa, totalmente desprovida.²³¹ O milhão de dívidas do Estado continuava por pagar e o Conselho era totalmente manipulado pelo governador,²³² a quem não faltava também cobiça. Os socorros para as Molucas, pedidos três vezes durante o ano de 1575, haviam sido todos rejeitados²³³ e até o cabedal recebia mau uso.

Procurando identificar as causas do que considerava como a decadência da Índia, Vallignano refere como primeira a inexistência de um governo.²³⁴ Entre as diversas sugestões que apresenta contavam-se: a permanência de governadores por dez anos²³⁵; a vigia constante destes, que deveriam ser obrigados a despachar as armadas a tempo²³⁶ e a corrigir as injustiças cometidas; a retoma da capitania-mor do mar da Índia e da entrega do dinheiro aos vedores da fazenda e não aos vice-reis, como forma de melhor os controlar.²³⁷ A situação era de tal forma grave que, em Janeiro de 1576, o Pe. Martim da Silva, aquando do seu envio a Roma, fora encarregado de falar com Luís Gonçalves da Câmara e com D. Sebastião para os informar do estado em que se encontrava a Índia e de alertar o rei que Moniz Barreto persistia na ideia de não socorrer a Etiópia.²³⁸ Porém, e uma vez mais, o assunto não deveria ser apresentado directamente ao rei, mas sim a Luís Gonçalves da Câmara que o deveria encaminhar como melhor entendesse.²³⁹

Na verdade, o socorro ao Império Abissíneo voltou a ser negado por Moniz Barreto em 1576, contra o voto esmagador do Conselho e mesmo após Moniz ter recebido uma carta de um governador provincial etíope,²⁴⁰ porque alegadamente o governador era avarento e queria mais dinheiro.²⁴¹ Barreto apenas autorizou o envio de algum dinheiro por via de mercadores mouros.²⁴² Segundo o inquisidor Bartolomeu da Fonseca, Moniz Barreto não se coibira de, nesse ano, despachar um mancebo para a armada do Norte, ultrapassando as ordens régias que nomeavam o sobrinho daquele.²⁴³ Já durante o ano de 1577, as medidas tomadas pelo governador contra os gentios da ilha de Goa, em 1575,²⁴⁴ prosseguindo as do vice-rei, tinham originado revoltas em Salsete instigadas pelo embaixador Zaerbeque.²⁴⁵ Assim, quando em Setembro de 1576, chegaram a Goa as notícias do falecimento do vice-rei Rui Lourenço de Távora, à crise militar juntou-se uma crise política como o Estado da Índia já não sofria há mais de 50 anos.

B. *A disputa político-jurídica e o fim do governo de Moniz Barreto*

Tal como já se tinha verificado anteriormente, Moniz Barreto não manifestava tendência para cumprir as ordens régias, facto este que se tornou ainda mais palpável quando, em 1576, teve a nova da vinda do seu sucessor. Por sua própria iniciativa, recusou-se a abrir as sucessões e manteve-se mais um ano na governação da Índia, aproximando a sua atitude à de um usurpador, como aliás, foi mais tarde retratado. Segundo as fontes consultadas, a manutenção de Barreto no governo da Índia, apesar do apoio que lhe foi concedido em 1576, aponta para que os restantes agentes do Estado tenham pretendido evitar uma disputa como a que sucedera em 1526 entre Pêro Mascarenhas e Lopo Vaz de Sampaio. Tal deveu-se, muito provavelmente, ao estado, ainda preocupante, em que a Índia se encontraria.

Diogo do Couto afirma que, ainda antes de D. Leoniz Pereira embarcar para o Reino para informar pessoalmente D. Sebastião da negativa do governador à sua partida para Malaca já “por terra se mandarão correys com estas novas e avizos ao Reyno, por cuja causa lhe houvera ElRey de mandar cortar se não fora a rota de Africa, em cuja empreza já andava neste tempo todo embebido”.²⁴⁶ Sabe-se ainda que D. Leoniz embarcou em Janeiro de 1575, sendo provável que tenha chegado nesse ano a Lisboa e informado o rei da situação. Deve, pois, ter sido neste contexto que D. Sebastião decidiu nomear um novo vice-rei em finais de 1575, ou mesmo antes, embora se desconheçam mais dados. O rei começara por pensar em ordenar a entrega do governo a D. Diogo de Meneses,²⁴⁷ mas depois decidiu-se a indigitar Rui Lourenço de Távora a 5 de Março de 1576,²⁴⁸ o qual foi bastante eligiado pelo confessor do monarca.²⁴⁹ Também nesse ano, o rei, provavelmente ainda não resignado com o falhanço do projecto do governo de Malaca, decidiu enviar uma armada directa à cidade com ordem para defender a costa malaia e o comércio do Extremo Oriente das investidas do Achém.²⁵⁰ Também aqui pensara nomear D. Diogo de Meneses mas, como provavelmente colocara o seu nome na primeira sucessão de Távora em 1576, acabou por indigitar Matias de Albuquerque.²⁵¹

Significa isto que, no ano de 1576, a Coroa enviou para o Oriente 2500 homens, cinco naus e cem mil cruzados.²⁵² Metade desta quantia foi fornecida pelos novos contratadores alemães da Carreira e os restantes foram pedidos na forma de empréstimo ao

embaixador português em Castela.²⁵³ Claramente obcecado, como afirma Couto e como é conhecido, com a guerra de África, D. Sebastião encarregara secretamente o vice-rei Távora de, assim que chegasse à Índia, obter um empréstimo dos Estados amigos a fim de o remeter para Lisboa para assim poder ajudar a financiar a preparação da jornada a Marrocos.²⁵⁴ Contudo, o falecimento de Távora gorou as intenções régias. Além de não ser recebido o dinheiro desejado, o monarca ver-se-ia forçado a nomear novo vice-rei, D. Luís de Ataíde.

No momento em que a notícia do falecimento de Távora chegou a Goa, Barreto que “não era bemquisto nem da fidalguia, nem da plebe”²⁵⁵ e que só recuperara algum crédito com o discurso na Câmara de Goa em 1575,²⁵⁶ negou-se a abrir as sucessões de Rui Lourenço. Argumentava que, nas cartas que o rei remetera ao defunto arcebispo D. Gaspar,²⁵⁷ em nenhuma parte estava escrito que deveriam ser abertas as sucessões caso o vice-rei falecesse e, como este não havia chegado a tomar posse do governo das suas mãos,²⁵⁸ defendia não haver obrigação jurídica de abrir as sucessões. No entanto, “ouve tanta diversidade de pareceres e se alvorotou de maneira toda a cidade [de Goa], e se hião encruando em tal modo os animos dos fidalgos, que já se cuidava que este negoceo se avia mais de acabar por armas que por razões”.²⁵⁹ Para resolver a disputa, a fidalguia, oficiais e António Moniz Barreto viram-se na contingência de nomear alguém imparcial. O eleito foi Alexandre Vallignano a quem foram por todos dirigidas diversas cartas. Este procurou eximir-se a sair do seu exílio em Chorão, para intervir na questão.²⁶⁰ Porém, como relembra o Pe. Gomes Vaz “não era necessário menos credito e respeito pera poder concluyr hum negoceo tam grande, da conclusão do qual dependia a quietação ou huma grande perturbação deste Estado”²⁶¹ e, contemporizador como até então sempre se mostrara, Vallignano acabou por aceder. O provincial organizou um Conselho, composto por doze juristas, doze teólogos e apenas um clérigo,²⁶² que decidiria o que seria feito. Acabou por ser forçado a tomar assento no mesmo e votou a manutenção de Barreto.²⁶³

Todavia, e como já se mencionou anteriormente, o governador continuou a enfrentar problemas em Goa durante o ano de 1577 e, ainda antes da disputa, apoderou-se das instruções de Rui Lourenço de Távora, o que gerou nova guerra com Bijapur²⁶⁴ pois aquele sultão continuava a instigar os gentios de Goa contra

HISTORIOGRAFIA

Moniz Barreto.²⁶⁵ A guerra ainda prosseguia quando D. Diogo de Meneses foi empossado da governação da Índia em Novembro de 1577, e a capital viria mesmo a estar cercada, sendo apenas D. Luís de Ataíde a resolver a questão já em 1579.²⁶⁶ As condições em que Meneses herdou o Estado não foram de facto as melhores do ponto de vista financeiro e militar, mas ainda havia quem confiasse que viria a repor a ordem melhor do que Barreto.²⁶⁷

O governo de António Moniz Barreto só conheceu, assim, o seu final quando na armada da Índia de 1577 veio ordem régia para se abrirem as sucessões de Rui Lourenço de Távora.²⁶⁸ O nomeado, D. Diogo de Meneses, ainda teve de vir de Ormuz, onde era capitão, razão pela qual só entrou na governança em Novembro. Nesta armada o rei fizera seguir ainda os alvarás de sucessão de Fernão Teles de Meneses²⁶⁹ e de Aires de Saldanha.²⁷⁰ Porém, existem algumas incongruências régias neste processo. A crer em Couto, que afirma taxativamente que D. Sebastião se arrependera do que fizera com D. António de Noronha, porque razão não decidira depor antes Moniz Barreto que o enganara e que, como relembra o mesmo autor, apenas foi salvo pela morte do rei?²⁷¹ Na verdade, a primeira ordem de prisão ao fidalgo só seguiu na armada do vice-rei Rui Lourenço de Távora, mas o falecimento deste impediu a sua execução, acabando por ser D. Luís de Ataíde, nomeado em Agosto de 1577,²⁷² a executá-la. Moniz Barreto foi remetido para Lisboa em inícios de 1578,²⁷³ levando consigo correspondência do inquisidor geral²⁷⁴ o qual, a despeito de todas as críticas que lhe fizera anteriormente, o apoiara em 1576.²⁷⁵ Chegado ao Reino, depois de Alcácer-Quibir, o cardeal D. Henrique deu-lhe ordem de prisão para a Torre de Belém, onde permaneceu até ao falecimento do rei, sendo depois libertado e apoiante da causa de D. António.²⁷⁶

O FRACASSO A OCIDENTE: O DOSSIER MONOMOTAPA

Não é intenção abordar aqui extensivamente a expedição ao Monomotapa, mas tão-só realçar alguns pontos de contacto com o que, por estes anos, se passou na restante Ásia Portuguesa. Tal como acabou de se ver, a relação entre o poder político e a esfera religiosa foi um elemento fundamental para os governos de D. António de Noronha e de António Moniz Barreto. O mesmo sucedeu a Ocidente, isto é, quer as motivações régias

para a organização da expedição em si quer o fracasso da mesma não são desconectáveis da relação e influência dos Jesuítas.

Na verdade, D. Sebastião só optara por organizar a expedição à África Oriental após ter pedido parecer à Mesa de Consciência e Ordens. O parecer contava, entre outras assinaturas, com as de Martim Gonçalves da Câmara e do Pe. Leão Henriques, anterior provincial jesuíta de Portugal.²⁷⁷ Este parecer apontava para que, a organizar-se a expedição, a grande motivação deveria ser a missão e, sobretudo, o apuramento do que acontecera ao Pe. D. Gonçalo da Silveira,²⁷⁸ enviado à região durante a década de 1560 e ali martirizado. Por esta mesma razão, o monarca ordenara que Francisco Barreto nada deveria fazer sem ouvir o jesuíta Pe. Francisco de Monclaros. Porém, a relação entre Monclaros e Francisco Barreto, bem à semelhança do que se verificava com Alexandre Vallignano e António Moniz Barreto, foi atribulada e plena de consequências políticas. Se bem que no segundo caso, a intervenção religiosa na esfera política se tenha revelado positiva, já no primeiro se constata o inverso. O facto de Francisco Barreto ter optado pelo itinerário mais adverso, unicamente se deveu a Monclaros que o ameaçou de embarcar-se para o Reino caso a sua vontade não fosse cumprida, aproveitando-se assim do “temor que o governador Francisco Barreto tinha aos padres da Companhia, e ao mestre de ElRey D. Sebastião”.²⁷⁹ Barreto perdeu, assim, a oportunidade de seguir pelo caminho mais apropriado, perdendo vários homens na jornada e enfrentando contextos bastante adversos.

O próprio Vasco Fernandes Homem, em 1573-1574, não quisera prosseguir com a empresa pois Monclaros convencerá-o a não o fazer.²⁸⁰ Apenas avançou quando o seu primo co-irmão Francisco Pinto Pimentel, regressado da Índia, lhe relatou o caso de D. Jorge de Castro e o exortou a prosseguir a jornada, mas, lembre-se, já quando Monclaros tinha sido levado para a Índia.²⁸¹ Desta, Monclaros dirigiu uma carta ao geral de Roma, justificando as suas acções e reconhecendo os erros que cometera, pelos quais pedia desculpa.²⁸² Importa assim lembrar que uma vez mais D. Sebastião fora incongruente ao enviar para o Monomotapa aquele que era um dos mais declarados opositores ao projecto de tripartição da Ásia Portuguesa como, aliás, está patente na carta de desculpas escrita por Monclaros. Nesta presente-se que encarava essa

HISTORIOGRAPHY

tripartição como um sinal de decadência: “não sei com que direito e com que prudencia o Padre Luiz Gonçalvez e o Padre Mauricio se meterão em aconselhar Ell-Rey, contra parecer de todo o Reino e homens tão bons christãos, a que se deramase com tantas conquistas e totalmente com isso o distrahiem da Índia, onde na conservação dela e nas mesmas conquistas á tanto que fazer”.²⁸³

CONCLUSÃO

Durante a década de 1570, o debate que se realizava no Reino sobre as prioridades do Império, mormemente face a um Brasil emergente do ponto de vista económico,²⁸⁴ afectou o interesse de D. Sebastião ao equacionar o governo do Estado da Índia. Mesmo após o falhanço do projecto de divisão do Estado da Índia, na corte existiam ainda vozes junto do rei que defendiam a rentabilidade económica do trato pimenteiro, imediatamente após o rei o ter parcialmente privatizado, realçando-lhe que poderia enriquecer suficientemente com este de forma a financiar qualquer projecto.²⁸⁵ Mercê das influências cortesãs e dos seus próprios impulsos, o jovem rei foi assim incapaz de gizar uma política consistente para os seus domínios orientais. Ao acumulado de incongruências régias detectadas para a deposição do vice-rei, para o caso de António Moniz Barreto, para a própria nomeação de D. Luís de Ataíde, feita fora do tempo, haverá ainda que acrescentar a de D. Jorge de Castro. Ao idoso fidalgo, a quem dera ordem de execução no ano de 1574, enviava o monarca no ano seguinte uma carta pedindo-lhe que regressasse ao Reino e concedendo-lhe diversas mercês.²⁸⁶ A partir do momento em que D. Sebastião desistira de se embarcar para a Índia e se concentrara na guerra de África, sensivelmente a partir do ano de 1573, isto é, o ano em que mandara depor D. António de Noronha, a acumulação das incongruências régias traduziu-se num verdadeiro abandono do Oriente a si próprio e à fidalguia, tal como alguns autores já o haviam defendido para o período das regências.²⁸⁷

Esta mesma ideia encontra-se em Vallignano que afirma que se o rei investisse a “*voluntad y affición que tiene en la conquista de Affrica, que es más dificultosa, la pusiessse en la conquista de la India, lo qual sería más facil, sería el mayor rey y señor que nunca uvo en Portugal*”,²⁸⁸ embora fosse importante evitar que “*no sea la affición*

tal que lo mueva a venir a la India, como algunos dixeron que lo desseava el año passado, porque esto sería mucho contra el servicio de Dios y de su reino”.²⁸⁹

Para o Estado da Índia, as inconsistências da política sebástica não tiveram outro efeito senão o de prolongar a crise, seguramente pelo menos, até 1577. Somente estudos sobre os governos de D. Diogo de Meneses (1577-1578) e de D. Luís de Ataíde (1578-1581) poderão revelar como terminou a crise.²⁹⁰ Porém, tudo aponta para que apenas a União Dinástica e em específico, a nomeação do vice-rei D. Francisco Mascarenhas, com as diversas ordens e poderes em que foi provido por D. Filipe I, tenha posto termo à mesma. Contudo, ao nomear D. Luís de Ataíde para um segundo governo, em 1578, a despeito de se sentir agravado por este ter rejeitado o comando da jornada de Marrocos e de o querer afastar da corte, D. Sebastião parecia estar consciente dos erros em que incorrera durante a década de 1570 ao nomear aquele vice-rei na esperança de restaurar a ordem.²⁹¹

Na segunda fase da crise de 1565-1575, o relacionamento do poder político com os Jesuítas foi, mais acentuadamente do que nos anos 1565-1570, um elemento pleno de consequências políticas. Desta forma, a crise política, aberta em 1573 com a deposição de D. António, só ficou definitivamente resolvida quatro anos mais tarde. Provavelmente por isso, a memória do conflito entre D. António de Noronha e António Moniz Barreto perdurava ainda no século XVII.²⁹² Sob um outro prisma, um traço que parece distintivo desta década prende-se com a sofisticação do aparelho diplomático do Estado da Índia, aparentemente sem precedentes noutras décadas. Ao que tudo indica, essa sofisticação brotou da própria crise como resposta às situações de aperto militar. Se tal for o caso, estar-se-á em presença de mais uma confirmação de que a crise não determinou uma decadência global e inexorável do Estado da Índia, mas antes uma intensificação de tendências anteriores,²⁹³ as quais se encontravam em maturação desde os meados da centúria quinhentista. **RC**



Nota do Autor: Agradeço à Professora Doutora Alexandra Pelúcia uma primeira leitura e sugestões relativas a este trabalho.

HISTORIOGRAFIA

Cartas de D. Sebastião ao vice-rei D. António de Noronha (BNP, cód. 8058, fl. 112-115v²⁹⁴)

8 de Março de 1573

Viso-Rey, amigo, Eu ElRey vos envio muito saudar. Vendo as largas cartas que cada anno escrevo aos Viso-Reis desse Estado, assim em resposta das suas que tambem são muito compridas, como porque se offerecem coisas de que os mando investir para prover o melhor digo ser melhor serviço delles e de quam pareceo effeito he toda esta escritura porque a obra das cousas, que por ellas pretendo que se façam não responde ao que deve ser: estive este anno para dar nisto outra ordem e escrever-vos uma só carta ainda mais breve do que esta será, porque entendo e sei muito bem que o remedio que se pode dar a esse Estado, e tudo o que delle soube esperar está ou consiste na pessoa que o governar, sendo que os deveres de todos os que tiverem esse Governo e Cargo de meu Viso-Rey em que me serveys, e considerando na grande obrigação delle, e de que tambem por suas pessoas tem a meu serviço, e se lhes deve bastar por Regimento, ao desejo de acertar nesta partye encomendado a Deus pelos que governão com que elle tem especial conta, pode suprir em todas as faltas de Instruções, quanto mais que são ellas tão longas, e tão claras as cousas principaes que mando fazer na India [fl. 112] que se não haja duvidas de minha vontade nellas pelo que quero que entendeis, que esta he a carta que este anno vos escrevo, e que quanto a mim que vimda que outra vos não que esta bastara para não haverdes que hião as Naos sem vias, nem eu haver que as trazem de lá se não no que me disseram antes as ver porque não me há de constar que me servijs como espero pelas rasões que me destes das cousas se não pelas obras e effeitos que nellas fizerdes de que as novas chegão a mim primeiro que as Náos em que vem e isto prasendo a Deos será, e da minha parte para comvosco não posso, nem devo mais fazer que ter esta tão grande confiança de vós e com ella vos mandar a essas partes escolhendo-vos para esse tamanho Cargo, em que espero me sirvais de modo que não somente mereceis fazer vos muita honra e merce, mas que comprais com a vossa em tal maneira que será justiça fazer-vo-la e tamto o será por outro modo com aquelles que não comprirem com sua obrigação, e este he o meu Regimento e as vias deste anno, e não he necessario serem mais compridas, e haver que esta he de minha mão, pois por ella vos significo tanto minha vontade e por [fl. 112v.] isso entendi que me não satisfazem cartas largas e rasões, senão obras e conquista. Escrita em Evora a 8 de Março de 1573. [fl. 113]

8 de Março de 1573²⁹⁵

O caso de Challe em que vos já comecei a fallar por duas vezes nesta carta houvera de ser a primeira e derradeira cousa que vos nella escrevera: o que sobre isso me escrevejs em huma de vossas cartas, e inconvenientes que vos forão apontados, que vendo vos logo provedes na guerra contra o Camorim para deixardes então de fazer, e sendo este caso tao espantoso e vergonhoso quanto pode ser e nunca visto em Portuguezes, nem esperado delles não podia deixar de haver nisto muitas culpas e demeritos, e posto que algumas serião mores que outras, mal se poderia recuperar a honra e reputação desse Estado se não deseis logo hum grande castigo e esta extraordinario ao Camorim, e não no tendo vos posto em effeito em tal maneira de que me eu deva satisfazer, o que [fl. 113] Eu não posso cuidar que em tal materia houvera tamanho descuido, e grande abatimento da opiniao Portugueza he tardar tanto, pelo que vos encomendo muito e mando que nisto vos desveleis e em cousas tão vista não ha para que seja necessario conselho se não no modo de as fazer, e quanto ao fazer da Fortaleza de Challe e lugar della fazeis o que for mais meu serviço. [fl. 113v.]

8 de Março de 1575

Viso-Rey Amigo, Eu ElRey vos envio muito saudar. Porque desejo como por outras cartas vos escrevo que de todo vos empregueis na causa da guerra de que ainda pelo estado em que esta tera tanta necessidade, como de ca estou vendo sem vos divertirdes e occupardes em outras cousas, que podem ter outra ordem me pareceo dever de a dar aos negocios de minha fazenda nessas partes e coemetellos ao Veador della, que apontei que somente houvesse nella, porque escusando-vos deste trabalho da fazenda e tambem da justiça [fl. 113v.] com a alçada podereis melhor entender nas Conquistas que espero que façaes, que como em cousa tão principal e importante desejo, que somente nisso vos occupeis, pelo que tenho assentado que o dito Veador da fazenda que agora he e pelo tempo for em diante tenha todo o govewrno della, e seja independente do meu Viso-Rei, ou Governador desse Estado para que livremente faça o seu officio sem o Viso-Rey, fazer quitas, nem esperas, nem por modo algum entender em alguma cousa de minha fazenda salvo nas despesas que nella se houverem de fazer por seu mandado para as quaes o dito Veador da fazenda lhe dará todo o dinheiro que elle mandar do que houver de minhas rendas sem ter a isso duvida alguma, e querendo mandar nessas Náos huma pessoa de tanta confiança e esperiencia para este Cargo como requeria e não podendo isto ser logo e vendo as partes que concorrem no Licenciado Aleixo Dias Falcão, Desembargador da Casa da Supplicação, que ora está nessas partes, houve por meu serviço [fl. 114] encarregallo do dito Officio de Veador da Fazenda para que elle somente o seja nessas partes, porque ho hei por bem que daqui em diante não haja mais nellas que hum só Veador da Fazenda, como antigamente havia, e lhe mandei passar Provisão para servir o dito Cargo na forma que atrás hé dito, pelo que vos encomendo muito e mando que o deixeis servir o dito Officio de Veador de minha fazenda no modo sobre dito sem a isso pordes duvida alguma por nenhum caso, nem via que seja, porque assim o hei por muito meu serviço, e assim vos encomendo que seja o dito meu Veador da fazenda assim favorecido e tratado de vós que entendão todos como o devem tractar e ser ter lhe respeito, e tendo-o dvos nisto somente a meu serviço como eu devo de ter por certo tudo se fará de maneira que possa Eu ser servido bem desta ordem que dou em minha fazenda, em que outra vez vos torno a mandar que não ponhais duvida alguma. Escrita em Evora a 8 de Março de 1575.²⁹⁶ [fl. 114v.]

Alguns capítulos de uma outra carta também de 1573

Vendo eu quam necessario he para entenderdes na causa da guerra, a que tendes tão principal obrigação desocupando-vos de outras menos necessarias a vós, e que se podem prover sem vossa assistencia a ellas como são as da Justiça e de minha Fazenda, hei por meu serviço, que para este effeito da guerra, que he o que agora somente haveis de aprender e em que vos deveis de desvelar, sem vos divertir em outra alguma cousa, não vades tantas vezes à Relação, e deixeis as cousas ordinarias da Justiça aos ministros della e as outras maiores à Alçada, e que tambem vos não occupeis nos negocios da Fazenda e os deixeis ao Veador della como por outra carta volo escrevo, e da Guerra tratareis como causa que principalmente vos toca, e que he propria de vossa profissão, e nas outras materias basta terdes a superintendencia segundo a forma do que na Justiça tenho ordenado e ora ordeno na Fazenda, e já o anno passado vos escrevi tambem nesta materia. [l. 115] Vi o que me escreveis sobre as notificações, que dizeis que se fizerão aos Christãos novos, que mandei que fizesseis vir para o Reino, e porque elles não vierão nas Naos do anno passado, nem nisto se cumprio o que tenho mandado em todo, nem em parte, não posso deixar de volo estranhar e receber disso muito desprazer, especialmente de passadas Provisões, que cá se virão, porque escusaste alguns Christãos novos contra a forma de minha Provisão, e não he necessario dizer vos sobre isto mais para o que ao diante se deve fazer pois vedes que me hei por deservido do passado até aqui, e não consentireis que Christãos novos sirvão Cargos alguns assim de Justiça como de minha Fazenda ainda que já sejam delles providos, porque assim o hei por bem como o anno passado volo escrevi, e tendo de cá alguns Christãos novos com officios lhes fareis dar dos rendimentos delles o que vos parecer e todavia os fareis embarcar. [fl. 115v.]

HISTORIOGRAFIA

NOTAS

- 1 Cit. Carlos Renato Pereira, *História da Administração da Justiça no Estado da Índia: Século XVI*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, vol. 1, p. 144. O autor não refere de onde retirou esta frase mas provavelmente deverá tê-la coligido da correspondência régia para a Câmara de Goa do Arquivo Histórico do Estado da Índia em Goa.
- 2 Cf. Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, edição de António Coimbra Martins. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), 2001, p. 239.
- 3 Como se verá no ponto seguinte, em 1571 não existiu qualquer tripartição mas, antes, uma divisão.
- 4 Cf. Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, tradução de Manuel Burquets. Porto, Livraria Civilização: 1945, vol. 4, parte 1, cap. 12 e na sua esteira boa parte dos cronistas sebásticos do século XVIII e em consonância com alguns leituras de Quinhentos como adiante se verá.
- 5 Cf. João Paulo Oliveira e Costa, Vitor Rodrigues, *Portugal y Oriente: el proyecto indiano del rey Juan*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992, p. 312.
- 6 Cf. Catarina Madeira Santos, “Goa é a Chave de Toda a Índia”: *Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999, pp. 327 e seguintes.
- 7 Cf. Vitor Rodrigues, *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, trabalho apresentado para efeitos de prestação de provas de acesso à categoria de Investigador Auxiliar, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1998, t. 2 p. 286. Este autor considera ainda que o pano de fundo da crise de 1565-1575 é a luta de influências na Ásia, travada entre Otomanos e Safávidas.
- 8 Cf. Luís Filipe Thomaz, “A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia”, in *Mare Liberum*, n.º 9, 1995, p. 508.
- 9 Defendemos esta ideia em artigo entregue para publicação na revista *Anais de História de Além-Mar*, pois, no período de 1565-1571, o foco principal dos acontecimentos é o Índico Ocidental, por oposição a este período cujo principal foco dos acontecimentos não se encontra a Ocidente e a dinâmica política é já outra. Cf. Nuno Vila-Santa, “O vice-reinado de D. Antão de Noronha (1564-1568) no contexto da crise do Estado da Índia de 1565-1575”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. 11, 2010, pp. 63-101.
- 10 Cf. Catarina Madeira Santos, “Goa é a Chave de Toda a Índia...”, p. 52; Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma História Política e Económica*. Lisboa: Difel, [s.d.], p. 173.
- 11 Cf. João Paulo Oliveira e Costa, Vitor Rodrigues, *Portugal y Oriente...*, p. 313.
- 12 Entre as políticas reformistas da Coroa para este período, destacam-se a divisão do Brasil em dois governos, a tentativa de organização de um exército moderno, bem como um forte impulso legislativo. A oposição da nobreza a estas tentativas de renovação teria tido o seu esponente máximo em Alcácer-Quibir. Para mais pormenores sobre esta interpretação, cf. João Paulo Oliveira e Costa, “D. Sebastião, o homem para lá do mito”, in *A Monarquia Portuguesa. Reis e Rainhas na História de um Povo*, direcção de João Aguiar e Bento de Moraes Sarmiento: Lisboa: Selecções do Reader’s Digest, 1999, pp. 308-319.
- 13 Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “D. Sebastião...”, p. 314.
- 14 Relembre-se que as colecções do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Corpo Cronológico e Colecção de São Vicente sobretudo – não conservam nenhum documento de interesse para este período, com uma única excepção a apontar adiante. Por outro lado, na Biblioteca da Ajuda (BA) e na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) foi possível encontrar alguma documentação de interesse.
- 15 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*. Fac-símile da edição de 1778-1788. Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973-1975, cap. 1, p. 2.
- 16 Cf. carta do Pe. Jorge Serrão ao Pe. Everardo Mercuriano, Lisboa, 22.9.1573, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*. Roma: Monumenta Historica Societatis Iesu, 1948-, vol. 8, doc. 99, p. 671.
- 17 Cf. carta do Pe. Jorge Serrão ao Pe. Francisco de Borja, Coimbra, 9.10.1572, in *ibidem*, doc. 83, pp. 564-564.
- 18 Entre estas destacamos as relações de 1568 e 1569, publicadas por Wicki, e que foram ambas escritas por altos representantes da Coroa e endereçadas aos meios próximos do rei. Cf. Joseph Wicki, S. J., *Dois Relações sobre a Situação da Índia Portuguesa nos Anos de 1568 e 1569*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1961, pp. 133-220.
- 19 Cf. ANTT, Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique, liv. 27, fls. 189-190v., Almeirim, 22.1.1571.
- 20 *Ibidem*, liv. 29, fl. 69v., Lisboa, 6.3.1571. Moniz levava ainda a mercê de 20 pipas anuais de vinho enquanto se encontrasse em Malaca (Cf. *ibidem*).
- 21 Cf. D. Manoel Menezes, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido príncipe D. Sebastião, décimo sexto rey de Portugal*. Lisboa Occidental: na Officina Ferreyriana, 1730, p. 147.
- 22 Cf. Nuno Vila-Santa, “António Moniz Barreto” in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa* (<http://www.cham.fcsh.unl.pt/eve>).
- 23 Cf. idem, “D. António de Noronha” in *ibidem*.
- 24 Cf. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida e perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o Desejado de saudosa memoria...* Lisboa: Officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1737, liv. 2, p. 221.
- 25 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 11, p. 50; Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol. 4, p. 134.
- 26 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 20, p. 153.
- 27 Cf. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado...*, liv. 2, p. 232.
- 28 Cf. *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos/ National Archives of Rhodesia and Nyasaland, 1962-, vol. 8, docs. 16, 18 e 19, Almeirim, 18-19, 3.1569.
- 29 Cf. *ibidem*, doc. 21, Almeirim, 21.2.1571.
- 30 Cf. *ibidem*.
- 31 Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, vol. 3, p. 55.
- 32 “Lista das cousas que D. Sebastião mandou prover no ano de 1571 em favor dos Jesuítas e da Cristandade Oriental”, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 8, doc. 53.
- 33 Cf. *ibidem*, pp. 405-406.
- 34 Cf. *ibidem*, p. 411.
- 35 Cf. *ibidem*, p. 406.
- 36 Cf. *ibidem*, p. 411.
- 37 Cf. J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo Portuguez Oriental*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1857-1877, fasc. 5, parte 2, doc. 700, Lisboa, 6.3.1571.
- 38 Cf. *ibidem*, doc. 699, Almeirim, 6.2.1571.
- 39 Cf. *ibidem*, doc. 720, Lisboa, 9.3.1571.
- 40 Cf. *ibidem*, doc. 721, Lisboa, 10.3.1571.
- 41 Cf. Catarina Madeira Santos, “Goa é a Chave de Toda a Índia...”, pp. 185-188 e 320-321.
- 42 Cf. carta de Fr. Baltasar Lopes, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 8, doc. 57, p. 436/Cópia da Relação do Pe. Francisco Monclaros, in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique...*, vol. 8, doc. 26, p. 356.
- 43 Cf. carta de D. Sebastião a Francisco Barreto, [s.l.], 1570?, in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique...*, vol. 8, doc. 20.
- 44 Cf. Cópia da Relação do Pe. Francisco Monclaros, in *ibidem*, vol. 8, doc. 26, p. 356.
- 45 Cf. Cópia da carta de Vasco Fernandes Homem a Luís da Silva, Sena, 15.2.1576, in *ibidem*, doc. 28, p. 446; Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 20, pp. 156-161.

HISTORIOGRAPHY

- 46 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 20, p. 161.
- 47 Cf. António Pinto Pereira, *História da Índia no Tempo em que a Governou o Visorrei Dom Luís de Ataíde*. Introdução de Manuel Marques Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 628.
- 48 Cf. *ibidem*, pp. 628-629.
- 49 Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 1, p. 3.
- 50 Cf. *ibidem*, p. 4.
- 51 Cf. BNP, Códice Alcobacense 308, fl. 143.
- 52 Cf. *ibidem*, fl. 145.
- 53 Cf. *ibidem*, fl. 145v.-146.
- 54 Cf. Vitor Rodrigues, *A Evolução da Arte da Guerra...*, t. 2, p. 296.
- 55 Cf. J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 5, parte 2, docs. 735-739.
- 56 Cf. Vitor Rodrigues, *A Evolução da Arte da Guerra*, t. 2, p. 298.
- 57 Cf. BNP, Códice Alcobacense 308, fl. 148v.
- 58 Cf. Artur Teodoro de Matos, *O Orçamento do Estado da Índia 1571*. Lisboa: CNCDP, 1999.
- 59 Cf. *Orçamento do Estado da Índia (1574) feito por mandado de Diogo Velho, vedor da fazenda da Índia*. Edição de Águedo de Oliveira. Lisboa: Bertrand, 1960.
- 60 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 3, p. 9. Segundo Zinadím, a rendição ocorreu a 5 de Novembro (Cf. Zinadím, *História dos Portugueses no Malabar*. Edição de David Lopes. Lisboa: Antígona, 1998, p. 101).
- 61 Cf. António Pinto Pereira, *História da Índia...*, p. 628.
- 62 Cf. Zinadím, *História dos Portugueses...*, p. 100.
- 63 Cf. *ibidem*, p. 101.
- 64 Estes encontros são descritos por Couto que salienta ainda que D. Jorge só entregou a fortaleza depois de colocar o assunto em conselho de capitães e de obrigar a que os votos e pareceres fossem todos escritos. Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 2, pp. 7-8.
- 65 Cf. Zinadím, *História dos Portugueses...*, p. 101.
- 66 Cf. Nuno Vila-Santa, “Preparação e resposta...”, p. 33.
- 67 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 1, p. 4.
- 68 Cf. *ibidem*, p. 5.
- 69 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 3, p. 10.
- 70 Cf. Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal que Compreendem o Governo delrey D. Sebastião*. Lisboa: Regia Offcina Syliviana, 1737, t. 3, p. 395. Machado confunde o vice-rei com um homónimo que participou no cerco de Chale e que, desde o início da década de 1560, andava na região.
- 71 Cf. carta de Fr. Álvaro do Rego aos irmãos europeus, Coulão, 7.1.1573, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 8, doc. 91, pp. 621-629.
- 72 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 13, p. 89.
- 73 Sobre o socorro então enviado veja-se a certidão que D. António passou a Rodrigo Homem da Silva, filho de Vasco Fernandes Homem, que ali foi enviado por sua ordem. Cf. Bertha Leite, *D. Gonçalo da Silveira*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946, pp. 392-395.
- 74 Cf. *ibidem*, pp. 92-93.
- 75 Cf. Zinadím, *História dos Portugueses...*, p. 102.
- 76 Cf. António Pinto Pereira, *História da Índia...*, p. 628.
- 77 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 1, p. 2. Nas fontes lusas, o emissário nomeado pelo Idalcão para tratar das pazes era Melique Xaramir.
- 78 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 3, p. 16.
- 79 Cf. *ibidem*. Trata-se de Mojatecão.
- 80 Cf. *ibidem*. Os emissários eram Melique Xaramir e Xamerado segundo Couto.
- 81 Cf. Julio Biker (ed.), *Colecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portuguesa fez nas partes da Asia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, t. 1, pp. 161-166.
- 82 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 4, p. 17.
- 83 Cf. *ibidem*, cap. 7, pp. 25-26.
- 84 Cf. *ibidem*, cap. 14, p. 95.
- 85 Cf. *ibidem*, pp. 100-101.
- 86 Cf. *ibidem*, pp. 102-103.
- 87 Cf. Nuno Vila-Santa, “Preparação e resposta...”, pp. 14-15.
- 88 Cf. Jorge Flores, *Firangistan e Hindustan. O Estado da Índia e os Confins Meridionais do Império Mogol (1572-1636)*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004, p. 65.
- 89 Cf. *ibidem*, p. 74.
- 90 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 13, p. 66. Segundo Couto, apenas a opinião de um cortesão impedira Akbar de o fazer.
- 91 Cf. *ibidem*, p. 68. Já em Novembro de 1571, Luís Freire de Andrade, capitão de Chaul durante o cerco de 1570-1571, naquela que é a única carta conservada no Corpo Cronológico (I-109-75) respeitante à Índia na década de 1570, tinha alertado para a necessidade de fortificar Damão. Cf. carta de Luís Freire de Andrade a D. Sebastião, Goa, 30.XI.1571, in R. O. W. Goertz, “Attack and defense techniques in the siege of Chaul, 1570-1571”, in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical/Centro de Estudos e Cartografia Antiga 1985, p. 287.
- 92 A carta encontra-se publicada. Cf. carta de Akbar a Aires Teles, Ahmaddabad, 13.12.1572, in António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Flores (eds.), *Os Firangis na Chancelaria Mogol. Cópias Portuguesas de Documentos de Akbar (1572-1604)*. Nova Deli:Embaixada de Portugal, 2003, doc. 1, pp. 63-63.
- 93 Cf. Jorge Flores, *Firangistan e Hindustan...*, pp. 78-79. Foi então que o vice-rei decidiu partir para o Norte, como refere a carta do embaixador Miguel Abreu de Lima, estante em Simancas, que acabou por não partir em embaixada à Pérsia devido ao caso.
- 94 Veja-se a descrição de Couto (Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 13, pp. 75-76) que conclui que “estava a Armada tanto pera temer, como pera se folgar de ver”.
- 95 Cf. *ibidem*, p. 80.
- 96 Cf. Jorge Flores, *Firangistan e Hindustan...*, p. 77.
- 97 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 13, pp. 82-84.
- 98 Cf. Luís Filipe Thomaz, “A crise de 1565-1575...”, p. 501.
- 99 Cf. J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 5, parte 2, doc. 732, Goa, 10.X.1571.
- 100 Cf. *ibidem*, docs. 733 e 740, Goa, 13.10.1571 e 3.12.1571.
- 101 Cf. *ibidem*, doc. 761, Lisboa, 27.2.1573.
- 102 Cf. Catarina Madeira Santos, “Goa é a Chave de Toda a Índia...”, pp. 188-190.
- 103 Cf. *ibidem*, p. 320.
- 104 Cf. Nuno Vila-Santa, “Preparação e resposta...”, p. 16 e seguintes.
- 105 Cf. Catarina Madeira Santos, “Goa é a Chave de Toda a Índia...”, p. 332; Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português...*, p. 173.
- 106 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 11, p. 49.
- 107 Cf. carta do Pe. Jorge Serrão ao Pe. Francisco de Borja, Coimbra, 9.10.1572, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 8, doc. 83, pp. 564-565.
- 108 Cf. carta do Pe. Cristóvão da Fonseca ao Pe. Francisco Borja, Malaca, 11.12.1571, in *ibidem*, doc. 59, p. 461.
- 109 Cf. *ibidem*.
- 110 Cf. carta de Fr. Eduardo Leitão ao Pe. Francisco de Borja, Goa, 5.11.1572, in *ibidem*, doc. 86, pp. 580-581.
- 111 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 11, p. 50.
- 112 Cf. J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 5, parte 2, doc. 730, Goa, 15.9.1571.

HISTORIOGRAFIA

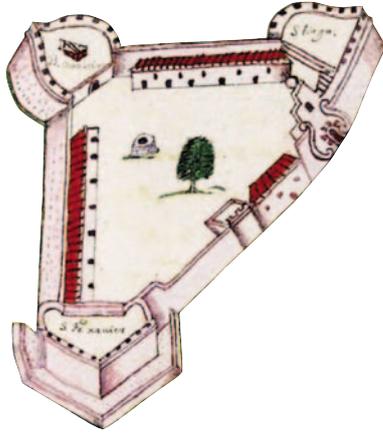
- 113 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 11, pp. 51-52.
- 114 Cf. *ibidem*.
- 115 Cf. *ibidem*, p. 53.
- 116 Cf. *ibidem*.
- 117 Cf. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado...*, liv. 2, cap. 20, pp. 220-221. Este cronista sebástico trata com detalhe a nomeação e deposição de D. António de Noronha, corroborando em muitos passos Couto e, noutros, acrescentando informações que ele não transmite.
- 118 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 11, p. 53.
- 119 Cf. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado...*, pp. 220-221.
- 120 Cf. *ibidem*.
- 121 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 11, p. 56.
- 122 Havia ainda quem argumentasse que Goa ainda teria de enviar mais dinheiro para sustentar o governo de Malaca pois este não conseguiria sobreviver apenas com as taxas cobradas do comércio do Extremo Oriente. Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 16, p. 116.
- 123 Cf. *ibidem*, cap. 13, p. 87.
- 124 Cf. Artur Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956, vol. 4, pp. 251-252. Trata-se da História de Maluco no tempo de Gonçalo Pereira e de Sancho de Vasconcelos, composta no século XVII e dedicada a D. Filipe III de Portugal.
- 125 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 12, p. 57.
- 126 O caso mais conhecido é o de D. Estêvão da Gama (1540-1542) cujo mandato foi intencionalmente interrompido devido à nomeação por D. João III de Martim Afonso de Sousa (Cf. Cf. Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a Sua Linhagem: Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*. Lisboa: CHAM, 2009, pp. 196-203). Um processo semelhante ocorreu quando o vice-rei D. Afonso de Noronha foi enviado à Índia, em 1550, pois nessa época sabia-se que já tinha sucedido Garcia de Sá e o Piedoso mesmo assim decidira-se a nomear aquele fidalgo (Cf. Nuno Vila-Santa, *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia: Perspectivas do Reino e do Império em Meados de Quinhentos* a publicar na Coleção Teses do CHAM, p. 62).
- 127 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 16, p. 113.
- 128 Cf. *ibidem*. O vice-rei chegara a exortar a fidalguia a seguir Moniz Barreto para não evitar problemas, segundo Couto.
- 129 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 15, pp. 105-108.
- 130 Cf. Padre Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1978, pp. 874-875. É possível que esta versão, a ser verdade, seja datada do dia 12 e não do dia 8 como o cronista afirma.
- 131 Cf. carta de Miguel de Moura a D. Duarte de Castelo Branco, Lisboa, 14.10.1574, BA, Códice 49-X-5, fls. 22-22v.
- 132 Esta situação fora propiciada pelas mortes da esposa e do filho do fidalgo, as quais teriam levado D. António a proferir a célebre frase: "Sem mulher, sem filho, e sem honra, não há quem possa viver". Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 16, p. 121.
- 133 Cf. Maria Celeste Moniz, *Glória e Miséria nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto*. Lisboa: Edições Colibri, 1994, pp. 41 e 153.
- 134 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 26, p. 223.
- 135 Cf. Luís Filipe Thomaz, *Os Portugueses em Malaca (1511-1580)*, dissertação de licenciatura apresenta à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. 1, Lisboa, 1964, p. 147.
- 136 Em carta de 1574, o inquisidor pedia ao cardeal-infante D. Henrique mercês por ter acudido às "diferenças" entre o vice-rei e o governador. Cf. carta de Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, s.l., 20.11.1574, in António Baião (ed.), *A Inquisição de Goa. Correspondência dos Inquisidores da Índia (1569-1630)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, vol. 2, doc. 3, p. 16.
- 137 "soffreo este golpe com grande constancia de animo, sem turbação alguma". Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 16, p. 112.
- 138 Refere Couto que em Agosto de 1573, D. António de Noronha lhe terá perguntado o que se dizia dele pois achava que os fidalgos preparavam um novo vice-rei, ao que o cronista reagiu "me ri, porque aos dous annos de seu governo não podia imaginar tal cousa". Cf. *ibidem*, pp. 117-118.
- 139 Cf. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado...*, p. 224.
- 140 Cf. *ibidem*. Couto corrobora que o valido que sugerira ao rei a deposição do vice-rei também falecera naquele ano.
- 141 Cf. BA, 49-XI-77, fls. 190v.-192.
- 142 Cf. BNP, Códice 8058, fls. 112-115v. Trata-se de cópias do original transcritas no final deste trabalho.
- 143 Cf. carta de D. Sebastião a D. António de Noronha, Évora, 8.3.1573, BNP, Códice 8058, fl. 112.
- 144 Cf. *ibidem*, fl. 112v.
- 145 Cf. *ibidem*, fl. 113.
- 146 Cf. carta de D. Sebastião a D. António de Noronha, Évora, 8.3.1573, BNP, Códice 8058, fl. 113v. Esta carta encontra-se publicada por Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal...*, t. 3, liv. 2, p. 553. Provavelmente, já no ano anterior o rei ordenara ao vice-rei a reconstrução de uma fortaleza de Chale, apesar de não se conhecer essa carta.
- 147 Cf. carta de D. Sebastião a D. António de Noronha, Évora, 8.3.1573, BNP, Códice 8058, fl. 113v.
- 148 Cf. *ibidem*, fls. 114-144v.
- 149 Cf. Cópia de uns capítulos do rei ao vice-rei, Évora?, 8.3.1573?, BNP, Códice 8058, fl. 115.
- 150 Cf. *ibidem*, fl. 115v.
- 151 D. António andava "muito enfermo de terecia que parecia hum homem morto". Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 3, p. 11.
- 152 Cf. carta de Fr. Gonçalo Fernandes aos irmãos lusitanos, Baçaim, 10.12.1573, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 8, doc. 61, p. 289.
- 153 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 18, p. 131.
- 154 Cf. Carlos Renato Pereira, *História da Administração da Justiça...*, vol. 1, p. 139.
- 155 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 16, p. 111.
- 156 Cf. *ibidem*, cap. 19, p. 131; Jorge de Lemos, "História dos cercos de Malaca que em tempo de António Moniz Barreto, Governador que foi dos Estados da Índia, os Achéns e Jaos puseram à fortaleza de Malaca, sendo Tristão Vaz da Veiga capitão dela", in Luís de Albuquerque (dir.), *Textos sobre o Estado da Índia*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 92.
- 157 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 19, p. 146.
- 158 Cf. Jorge de Lemos, "História dos cercos de Malaca...", p. 92.
- 159 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 19, pp. 147-148.
- 160 Cf. *ibidem*, pp. 145-150.
- 161 Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 26, pp. 223-224.
- 162 Cf. Jorge de Lemos, "História dos cercos de Malaca...", p. 85.
- 163 Cf. *ibidem*, p. 98.
- 164 Cf. *ibidem*, p. 99.
- 165 Cf. *ibidem*, p. 99.
- 166 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 26, p. 222.
- 167 Cf. Vitor Rodrigues, *A Evolução da Arte da Guerra...*, t. 2, p. 303.
- 168 Cf. Jorge de Lemos, "História dos cercos de Malaca...", pp. 117-119.
- 169 Veja-se o discurso em Luís Filipe Thomaz, *Os Portugueses em Malaca...*, t. 2, p. 455.
- 170 Cf. Jorge de Lemos, "História dos cercos de Malaca...", pp. 99-100; Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 29, pp. 251-252.
- 171 Cf. Paulo Pinto, *Portugueses e Malaicos. Malaca e os Sultanatos de Jobor e Achém 1575-1619*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1997, pp. 100-101.
- 172 Cf. Jorge de Lemos, "História dos cercos de Malaca...", p. 84. Começaram ainda antes do primeiro cerco em 1573.
- 173 Cf. Manuel Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1999, p. 119.

HISTORIOGRAPHY

- 174 Descritas na História de Maluco publicada em Artur Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões...* Cf. nota 118.
- 175 Cf. Jorge Alves, *O Domínio do Norte de Samatra. A História dos Sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das Suas Relações com os Portugueses (1500-1580)*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, p. 169.
- 176 Veja-se o exemplo de Jorge de Lemos, “História dos cercos de Malaca...”, pp. 123-126.
- 177 Cf. *ibidem*, p. 126.
- 178 Cf. Paulo Pinto, *Portugueses e Malaios...*, pp. 100-101.
- 179 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 18, p. 134.
- 180 Cf. *ibidem*, c2ap. 19, pp. 134-137.
- 181 Cf. *ibidem*, pp. 137-143.
- 182 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 26, p. 215.
- 183 Cf. *ibidem*, cap. 27, pp. 225-226.
- 184 Cf. *ibidem*.
- 185 Cf. Julio Biker (ed.), *Colecção de tratados...*, t. 1, pp. 167-170.
- 186 Cf. carta de A. Vallignano ao Pe. Manuel Rodrigues, Goa, 31.1.1575, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 10, doc. 19, p. 391.
- 187 Nome do embaixador nas fontes lusas.
- 188 Cf. Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal...*, t. 4, liv. 1, cap. 1, p. 10.
- 189 Cf. carta de Martim Gonçalves da Câmara a D. Duarte de Castelo Branco, Lisboa, 22.1.1576, BA, Códice 49-X-4, fl. 127.
- 190 Cf. António da Silva Rego (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente/Índia*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1947, vol. 12, doc. 29.
- 191 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 19, pp. 137-138.
- 192 Cf. Jorge Flores, *Firangistan e Hindustan...*, pp. 80-81.
- 193 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 28, pp. 246-249.
- 194 Cf. *ibidem*, cap. 32, pp. 290-291.
- 195 Saliente-se ainda que as extensas cartas de Vallignano constituem um excelente contraponto informativo à falta de fontes que pauta toda a década de 1570, em especial, o período posterior a 1575.
- 196 Para mais pormenores veja-se a lista dos movimentos em favor da Cristandade Oriental em 1571, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 8, doc. 53.
- 197 Cf. Provisão de D. Sebastião em confirmação das doações joaninas, Almeirim, 23.2.1573, in *ibidem*, doc. 74.
- 198 É esta impressão que fica da leitura da história da sua congregação publicada em António da Silva Rego (ed.), *Documentação para a História das Missões...Índia*, vol. 9, pp. 229-230.
- 199 Cf. carta do Pe. Jorge Serrão ao Pe. João de Polanco, Évora, 28.2.1572, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 8, doc. 96, pp. 659-661.
- 200 Cf. carta de Fr. Gonçalo Fernandes aos irmãos lusitanos, Baçaim, 10.12.1573, in *ibidem*, vol. 9, doc. 61, pp. 289-292.
- 201 Em Moçambique, D. António só aceitara confessar-se com o jesuíta Francisco de Monclaros após serem-lhe oferecidos os serviços de outros jesuítas que rejeitara (Cf. carta de Fr. Baltasar Lopes, in *ibidem*, vol. 8, doc. 57, pp. 435-436).
- 202 Cf. carta do Pe. Emanuel Teixeira ao Pe. Francisco de Borja, Cochim, 15.1.1573, in *ibidem*, doc. 95, p. 658.
- 203 Cf. carta do Pe. Luís Gonçalves da Câmara ao Pe. Everardo Mercuriano, Coimbra, 8.10.1573, in *ibidem*, doc. 98.
- 204 Cf. carta do Pe. Luís Gonçalves da Câmara ao Pe. Jerónimo Nadal, Coimbra, 11.10.1572, in *ibidem*, doc. 85, p. 569 em que sugere o Pe. Francisco Adorno para provincial do Oriente.
- 205 Cf. carta do Pe. Jerónimo Cota ao Pe. Everardo Mercuriano, Almeirim, 31.12.1573, in *ibidem*, vol. 9, doc. 15, p. 48.
- 206 Cf. carta do Pe. Jorge Serrão ao Pe. Everardo Mercuriano, s.l., 31.12.1573, in *ibidem*, doc. 17, pp. 71-74.
- 207 Cf. carta do Pe. Luís Gonçalves da Câmara ao Pe. Everardo Mercuriano, Setúbal, 20.2.1574, in *ibidem*, doc. 32, pp. 186-187.
- 208 A primeira carta em que assina enquanto tal data de 21 de Junho de 1575. Cf. *ibidem*, doc. 122.
- 209 Cf. carta do Pe. Rui Vicente ao Pe. Everardo Mercuriano, Lisboa, 4.3.1574, in *ibidem*, doc. 37.
- 210 Cf. carta de A. Vallignano ao Pe. João de Polanco, Moçambique, 27.7.1574, in *ibidem*, doc. 84, pp. 428-429.
- 211 Cf. carta do cardeal D. Henrique ao Pe. A. Vallignano, Évora, 28.2.1576, in *ibidem*, vol. 10, doc. 29.
- 212 Cf. carta do Pe. Francisco de Monclaros ao Pe. Everardo Mercuriano, Baçaim, 5.11.1574, in *ibidem*, vol. 9, doc. 90, p. 448.
- 213 Começou por defender que os Jesuítas não deviam ter assento no conselho (Cf. carta de A. Vallignano ao Pe. Manuel Rodrigues, Goa, 31.12.1575, in *ibidem*, vol. 10, doc. 19, p. 448), pedindo pouco depois que o assunto fosse levado à própria discussão com o rei (Cf. Instrução de A. Vallignano e de Rui Vicente para o Pe. Martim da Silva que ia a Roma, Goa, 1.1576, in *ibidem*, doc. 20, p. 416) até decretar o afastamento obrigatório (Cf. carta de 13 pontos do visitador A. Vallignano para os superiores da Índia, Goa, IV.1576, in *ibidem*, doc. 31a, p. 523).
- 214 “Foi António Moniz Barreto varão benemérito do cargo que teve, ainda que não o conseguisse dignamente, e um por fim dos melhores governadores que teve a Índia” (Cf. Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol. 4, parte 1, cap. 14, p. 162). Também o cronista Francisco de Sousa assim o considera pelas medidas tomadas por Moniz contra os gentios (Cf. Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo...*, p. 900).
- 215 Cf. carta do Pe. Diogo da Cunha aos irmãos lusitanos, Punical, 10.1.1574, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 9, doc. 269, pp. 328-329; carta do Pe. Henrique Henriques ao Pe. João Bravo, Manar, 19.1.1574, in *ibidem*, doc. 70, pp. 331-332.
- 216 Cf. carta do Pe. Cristóvão Leitão ao geral de Roma, Cochim, 9.2.1574, in *ibidem*, doc. 73, pp. 351-358.
- 217 Cf. carta de Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, s.l., 20.11.1574, in António Baião (ed.), *A Inquisição de Goa...*, vol. 2, doc. 3, pp. 14-15.
- 218 Em torno do envio a Madagáscar a que se recusavam, ameaçando Moniz enviar os Dominicanos e escrever ao rei. Cf. Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 10, doc. 16, pp. 269-270. O documento em questão é uma acta de uma reunião organizada em Chorão.
- 219 “Há muito trabalho neste Estado de cosarios malabares”. Cf. carta do Pe. Domingos da Silva ao Pe. João de Polanco, Baçaim, 28.11.1575, in *ibidem*, doc. 11, p. 133.
- 220 Cf. carta do Pe. Rui Vicente ao Pe. Everardo Mercuriano, Cochim, 12.1.1575, in *ibidem*, vol. 9, doc. 107, p. 583.
- 221 Cf. carta de A. Vallignano ao Pe. Manuel Rodrigues, Goa, 31.12.1575, in *ibidem*, vol. 10, doc. 19.
- 222 Cf. carta do Pe. Belchior Nunes Barreto a Jaime Mirón, Cochim, 20.1.1566, in *ibidem*, vol. 6, doc. 108.
- 223 Cf. Joseph Wicki, S. J., *Duas Relações sobre a Situação da Índia...* pp. 133-220.
- 224 Cf. carta de A. Vallignano ao Pe. Manuel Rodrigues, Goa, 31.12.1575, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 10, doc. 19, p. 411.
- 225 Cf. *ibidem*, vol. 10, p. 390.
- 226 Cf. *ibidem*, vol. 10, p. 391-394.
- 227 Cf. *ibidem*, vol. 10, p. 391.
- 228 Cf. *ibidem*.
- 229 Cf. *ibidem* e carta do Pe. Domingo da Silva ao Pe. João de Polanco, Baçaim, 28.11.1575, in *ibidem*, vol. 10, doc. 11, p. 136 na qual refere que Damão estava cercada embora não identifique por quem.
- 230 Também esta estratégia fora seguida pelo autor da Relação de 1568. Cf. Nuno Vila-Santa, “Preparação e resposta.”, pp. 31-35.
- 231 Cf. carta de A. Vallignano ao Pe. Manuel Rodrigues, Goa, 31.12.1575, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 10, doc. 19, pp. 391.

HISTORIOGRAFIA

- 232 Cf. *ibidem*, p. 398.
- 233 Cf. *ibidem*, p. 394.
- 234 Cf. *ibidem*, p. 392.
- 235 Cf. *ibidem*, p. 403.
- 236 Cf. *ibidem*, pp. 405-406.
- 237 Cf. *ibidem*, pp. 408-410.
- 238 Cf. Instrução de A. Vallignano e Rui Vicente para o Pe. Martim da Silva que ia a Roma, Goa, 1.1576, in *ibidem*, doc. 20, p. 417.
- 239 Cf. *ibidem*, pp. 416 e 420.
- 240 Cf. carta do Pe. Gomes Vaz ao Pe. Everardo Mercuriano, Goa, 14.11.1576, in *ibidem*, doc. 45, pp. 774-775.
- 241 Cf. carta de A. Vallignano ao Pe. Everardo Mercuriano, Goa, 10.11.1576, in *ibidem*, doc. 43, p. 686.
- 242 Cf. carta do Pe. Gomes Vaz ao Pe. Everardo Mercuriano, Goa, 20.1.1576, in *ibidem*, doc. 25, p. 495.
- 243 Cf. carta de Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, s.l., 13.11.1576, in António Baião (ed.), *A Inquisição de Goa...*, vol. 2, doc. 6, pp. 31-32.
- 244 Cf. António da Silva Rego (ed.), *Documentação para a História das Missões...Índia*, vol. 12, docs. 18-21 e 23.
- 245 Cf. Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo...*, p. 900.
- 246 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 21, p. 225.
- 247 Cf. BA, 49-XI-77, fls. 190v.-192.
- 248 No ANTT não se conserva a carta de nomeação. Cf. Luciano Ribeiro (ed.), *Registo da Casa da Índia*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954, vol. 1, p. 195.
- 249 Cf. carta do Pe. Maurício Serpe ao Pe. A. Vallignano, Almeirim, 29.1.1576, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 10, doc. 31, pp. 516-518.
- 250 Cf. Luís Filipe Thomaz, *Os Portugueses em Malaca...*, vol. 1, p. 153.
- 251 Cf. “Vida e acções de Mathias de Albuquerque capitão e Viso-Rey do Estado da Índia. Primeira e segunda parte em que se contam todas as suas acções, e as dos insígnies feitos que se obraram na memorável tomada do Morro de Chaul. Tresladado no anno de 1749”, in *Mare Liberum*, n.º 15, 1998, pp. 172-173.
- 252 Cf. carta de Martim Gonçalves da Câmara a D. Duarte de Castelo Branco, Lisboa, 16.2.1576, BA, Códice 49-X-4, fls. 130-131.
- 253 Cf. *ibidem*.
- 254 Sabemo-lo por carta que D. Sebastião escreveu a Távora, a 3 de Março de 1577, relembrando a questão. A carta encontra-se publicada em Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a Historia de Portugal...*, t. 4, pp. 99-100.
- 255 Cf. Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo...*, p. 898.
- 256 Cf. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado...*, p. 226.
- 257 Note-se como D. Sebastião optara novamente por encarregar o arcebispo D. Gaspar da missão de afastar um governador da Índia, apesar das críticas que lhe foram feitas aquando da deposição de D. António de Noronha.
- 258 Cf. Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo...*, p. 898.
- 259 Cf. carta do Pe. Gomes Vaz ao Pe. Everardo Mercuriano, Goa, 14.11.1577, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 10, doc. 45, p. 728.
- 260 Cf. Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo...*, p. 899.
- 261 Cf. carta do Pe. Gomes Vaz ao Pe. Everardo Mercuriano, Goa, 14.11.1577, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 10, doc. 45, p. 728.
- 262 Cf. Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo...*, p. 899.
- 263 Cf. carta do Pe. Francisco Dionísio ao Pe. Everardo Mercuriano, Cochim, 25.1.1577, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 11, doc. 86, p. 625. Só o fizera depois de muito instado. Possivelmente, votara a sua manutenção, apesar de não simpatizar com o Governador, como se viu, pois este permitira a organização do II Concílio Provincial e nunca cedia aos gentios em Goa.
- 264 Cf. carta ánuva da província oriental para os irmãos lusitanos, Goa, 11.1577, in *ibidem*, vol. 10, doc. 79, p. 942.
- 265 Através do embaixador Zaerbeque, como anteriormente foi referido.
- 266 Cf. Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo...*, p. 919.
- 267 Cf. carta de Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, s.l., 25.11.1578 in António Baião (ed.), *A Inquisição de Goa...*, vol. 2, doc. 12, p. 58.
- 268 Cf. Pe. Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado a Jesus Cristo...*, p. 917.
- 269 Cf. Alvará de sucessão a Fernão Teles de Meneses, 1.3.1577 – ANTT, CC I-111-21.
- 270 Cf. Alvará de sucessão a Aires de Saldanha, 1.3.1577 – ANTT, CC I-111-22.
- 271 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 19, p. 146.
- 272 Cf. ANTT, Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique, liv. 38, fl. 144v.-146, s.l., 26.8.1577.
- 273 Cf. carta do Pe. Sebastião Sabino ao Pe. Everardo Mercuriano, Lisboa, 30.9.1579, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 11, doc. 86, p. 625.
- 274 Cf. carta de Bartolomeu da Fonseca ao cardeal D. Henrique, s.l., 1.1.1579 in António Baião (ed.), *A Inquisição de Goa...*, vol. 2, doc. 12, p. 74.
- 275 Cf. carta de Bartolomeu da Fonseca a D. Sebastião, Goa, 2.1.1577, in *ibidem*, doc. 3, pp. 14-15.
- 276 Cf. José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso, e lastimado...*, p. 226.
- 277 Cf. *ibidem*, liv. 2, cap. 22, p. 232. Veja-se o parecer completo em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique...*, vol. 8, doc. 26.
- 278 Cf. *ibidem*, cap. 23, p. 242. Para pormenores biográficos da figura veja-se: Bertha Leite, *D. Gonçalo da Silveira*.
- 279 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 20, p. 162.
- 280 Cf. *ibidem*, cap. 24, pp. 204-206.
- 281 Cf. *ibidem*.
- 282 Cf. carta do Pe. Francisco de Monclaros ao Pe. Everardo Mercuriano, Baçaim, 5.11.1574, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 9, doc. 90, p. 442.
- 283 Cf. *ibidem*, p. 447.
- 284 Para a necessidade de defender a Índia, no contexto do Império, alertava o próprio Monclaros. Cf. *ibidem*, p. 448.
- 285 Cf. Lembrança de Jorge da Silva a D. Sebastião acerca das possessões da Mina e Índia, Lisboa, 22.8.1573, BNP, Códice 8058, fl. 110-111.
- 286 Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 26, pp. 217-218.
- 287 Cf. João Paulo Oliveira e Costa, Vitor Rodrigues, *Portugal y Oriente...*, p. 304.
- 288 Cf. carta de A. Vallignano ao Pe. Manuel Rodrigues, Goa, 31.12.1575, in Joseph Wicki, S. J. (ed.), *Documenta Indica*, vol. 10, doc. 19, p. 410.
- 289 Cf. *ibidem*.
- 290 Este estudo será feito no âmbito da tese de Doutoramento que temos em preparação subordinada ao título “No trilho de uma vida e carreira singulares: D. Luís de Ataíde, 3.º conde de Atouguia e vice-rei da Índia,” sob a orientação da Professora Doutora Alexandra Pelúcia.
- 291 Veja-se a frase de entrada deste trabalho.
- 292 Quando por volta de 1608, Diogo do Couto começou a redigir a década nona ainda os retratos de D. António de Noronha e de António Moniz Barreto na galeria dos vice-reis em Goa, se encontravam frente-a-frente para relembrar a todos os que ocupassem aquele cargo a importância histórica daquela disputa. Cf. Diogo do Couto, *Da Ásia: Década IX*, cap. 16, p. 120.
- 293 Cf. Luís Filipe Thomaz, “A crise de 1565-1575...”, p. 508.
- 294 Todas as cartas são possíveis de datar de 8 de Março de 1573. O documento em questão é uma cópia do original em letra setecentista.
- 295 Como referido na nota 137, esta carta encontra-se publicada por Barbosa Machado e também apresenta a data de dia 8 de Março de 1573.



Portuguese Daman under Pressure The Mughal Threat (1572-1605)

VITOR LUÍS GASPAR RODRIGUES*

Ceded by the sovereign of Gujarat, the fortress of Daman, possessed by the Abyssinian forces which were settled there, was conquered by Portuguese troops in 1559, commanded by Constantino de Bragança. Aggregated with its surroundings to the *Estado da Índia*, it would be part of the territory later known as *Província do Norte* (Northern Province).

Placed at the entrance of the Gulf of Cambay, its importance arose not only from the fact that its territories were rather rich in timber and provisions, but also for serving as a means of protection to the rich land of Bassein, which was economically much more important than Daman. This fortress had an important and strategic role controlling the maritime trade networks of the region. For these reasons, and from the very beginning, it was a strategic area from the military point of view, and that is why the Portuguese paid special attention to the military organisation of this fortress as well as to the improvement of its defensive systems.

After the fortress of Daman was conquered, and due to the great instability caused by the constant attacks launched by Abexin forces, the Portuguese fortified Daman with a significant contingent of

troops composed of 500 infantry soldiers (many of them musketeers) and 150 cavalry soldiers. Because of their high price, the horses were bought by the Crown, locally or in Ormuz, and delivered to noblemen with delayed pays who had the economic capacity to keep them.¹ In the beginning, and due to the great danger then weighing on the lands of Daman, only a few of those Portuguese noblemen accepted to rent their villages under the regime of *prazos*.² Then the Governor had to rent the greatest part of those lands and villages to the *casados*,³ these having the obligation of possessing horses to fight. He also rented some lands to Christian Abexins, but then only under the obligation of owning muskets.⁴ In addition to these forces, the Portuguese also created small military contingents that were mostly filled with local soldiers, some of them being natives from Goa, in order to provide the garrisons of forts and 'fences of stakes' (*tranqueiras*) of the *tanadarias*.⁵

Simultaneously, the fortification of Daman was done by surrounding it with 'large and deep moats, and with palisades or fences of stakes made of wood and shrubs with thorns and also poisonous.'⁶ In the *tanadarias* the existing forts were reinforced with scaffolding and watch-boxes and, as well as in Tarapore, of wild palm trees stuck in the ground very close together and lined inside with bamboo mats.⁷ These were the means used to resist both the attacks from Ahmadnagar forces and the incursions and

* Ph.D. in History from the University of the Azores. Director of the Center for History, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisbon.

Doutorado em História pela Universidade dos Açores. Director do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.

HISTORIOGRAFIA

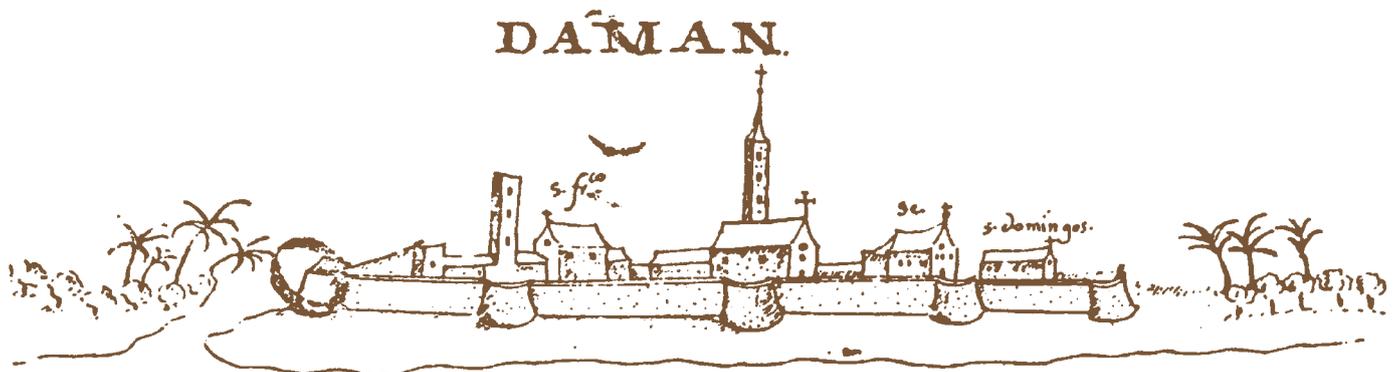
plunderings of, among others, the Abexins, Chouteas and Coles. They were also meant to defend themselves from the attacks of pirates, who were very dangerous to the population and its sea trade. That is why all those forts and fences of stakes were built near the main rivers very close to the coast and even in their mouths. Furthermore, such a location enabled help to be sent by sea to their garrisons much faster and more efficiently in case of attack. This is the main reason why the fort of Balsar, north of Daman, which had been conquered and garrisoned, had to be abandoned: being placed too much to the interior of Daman's lands, any support was difficult to provide.⁸

Some years later, as a result of some quietness in that area (there were only a few incursions of Cambay captains after Sultan Mahamud's death), the military structure of Daman tended to become similar to that of Bassein. Its lands were rented to Portuguese *prazeiros* who were obliged to live in the fortress and own a certain number of horses and weapons which should vary according to the profits of their lands. Of the 226 men, 150 of them were bound to sustain Arabian horses, 37 to sustain native horses, and 39 were bound 'to serve with their muskets.'⁹ The fortress garrison of Daman totalled about one hundred men, a number which would remain almost unchanged during the whole period, testifying to its efficiency.¹⁰ In the composition of these military forces, the corps of bombardiers, formed by a commander (*condestável*) and twelve artillery men who manoeuvred the artillery, stood out for its importance. The garrison also had a corps of the captain's guard with thirty soldiers, and a corps of men of arms directly depending on him, forty in number, mainly from his lineage or close to him. The small crew of the *galveta*¹¹ was also important; this

boat with small oars was permanently stationed there and had the mission of giving support to the fortress and of keeping it connected to the neighbouring fortresses.¹²

Concerning the garrisons of the small forts and fences of stakes of the *tanadarias* of Sangens, Tarapor, Danu and Quelme-Maim, their structure was patterned, each of them consisting of twenty-seven men, seven of whom were Portuguese (one captain and six soldiers). Those military forces, given their small dimensions, were supported by four hundred soldiers, with the obligation to guard and defend the forts and the lands of Daman.¹³

The defence of Daman depended on the joint action of a series of quite different military structures, composed of Portuguese soldiers, *prazeiros*, who formed the main branch of the cavalry, and Indian soldiers, mainly in charge of keeping vigilance on the *passos*¹⁴ and inland. Besides those military corps, Daman was supported by the fleets operating in the area or sent by other fortresses, namely Bassein, Chaul and Goa. That fact enabled a considerable increase in the number of soldiers in action, thus avoiding the rising of conflicts. Therefore, in August 1572, when it became known in Goa that the conquest of the kingdom of Cambay by the Akbar army was eminent, is not surprising that Viceroy D. António de Noronha sent a strong fleet to Daman. Knowing 'it was necessary to secure the fortresses of the *Província do Norte*,' he quickly sent Jorge de Moura as captain of a fleet of seven oar ships, with instructions 'not to antagonise the Akbar into warfare, but only to show him the strength of the Portuguese naval power. At the same time, Jorge de Moura should secretly prevent the passage of supplies to Cambay.'¹⁵



HISTORIOGRAPHY



The fortress of Daman. From *O Livro de Plantaforma das Fortalezas da Índia da Biblioteca da Fortaleza de S. Julião da Barra*. Facsimile of the original, previously unpublished 17th century manuscript, edited by Rui Carita. Lisbon: Ministério da Defesa Nacional/Edições Inapa, 1999.

Two months later, since the captain of Daman had asked for reinforcements, alleging that 'the city was without walls and it was necessary to help it, so that the Mughals could not cause any harm if they were tempted to do so,' a new fleet of two galleys and seven *fustas*¹⁶ was sent from Goa. This new fleet had on board military reinforcements and workers, namely carpenters and masons, for the beginning of the construction of the walls.¹⁷ According to Couto, in order to face the imminent attack by the Akbar army, Daman's captain, D. Luís de Almeida, hastened to fortify the city the best and fastest he could.¹⁸ According to Friar João dos Santos, the author of the sketched plan of the fortress may have been the nephew of the Archbishop of Braga, Friar D. Bartolomeu dos Mártires, who had learnt the arts of fortification in Flanders.¹⁹ These data reinforce the idea previously asserted by Walter Rossa

and reported in *Livro das Cidades e Fortalezas*²⁰ that the sketch of the plan and the starting of the works could not have been assigned to João Baptista Cairato, the Italian architect who would later perform the functions of chief engineer (*engenheiro-mór*) in India between 1583 and 1596. According to Walter Rossa, the works in Daman's wall fortress started at the beginning of 1570.²¹

Since the situation became worse due to the threats of the Mughals, whose military commanders had ordered that Daman should be emptied, the Governor D. António de Noronha armed a very strong fleet composed of five galleons, eight small galleys and seventy-six *fustas*, with 3000 soldiers on board. After his arrival in Bassein, knowing that the Mughal troops were near Daman, Noronha went quickly to its defence, sending some military corps by land.²² After landing

HISTORIOGRAFIA

in Daman and realising that the defensive perimeter of the fortress was totally unprotected, 'because the city walls were no more than some refuse stuck entangled with trees and poisonous bushes, and the bulwarks were made in the same fashion,' the Governor ordered some artillery guns to be placed so as to sweep the fields ahead. This measure resulted in a considerable reinforcement of the fortress.²³

Considering the correlation of forces, and the fact that Akbar was not interested in opening a new front of conflict just at the moment when Muzzaffar Shah III abdicated power, leaving the situation of the Sultanate of Guzerate somewhat uncertain, the emperor preferred to open friendly negotiations with the Portuguese. Thus, he sent an ambassador to negotiate a truce with D. António de Noronha. From these negotiations resulted an imperial edict (*farman*) to the officers of the Empire, dated 18 March 1573, which imposed the rules for good neighbourly relations with the Portuguese and also recognised their ownership of Daman.²⁴ In exchange, the Portuguese should allow, in a pragmatic way, the sermon (*khutbah*) to be read in the name of Akbar in all the mosques of Diu, and his currency could be freely used.²⁵ They also granted the Emperor the right of sending, yearly, to Mecca a ship free of duties.²⁶

Therefore, the establishment of commercial and diplomatic relationships resulted from bilateral interests. The Mughals were interested in letting Surratt continue to be supplied with silver coinage and with merchandise, and the traffic of the pilgrimage (*Hajj*) to be normally processed. For their part, the Portuguese were interested in imposing the policy of *cartazes*²⁷ on the navigation in that eastern area and in continuing to export Gujarati textiles through Goa. This procedure allowed them to keep the sea trade to and from the Gulf of Cambay and to collect in their customs taxes the profits from that commerce.

However, in spite of these approaches, strengthened by the presence of the Jesuits in the Mughal Court, the relationships between the two sides was marked by a permanent sense of conflict and fear on the Portuguese side caused by the presence of such a powerful sovereign so close to the borders of Daman. In fact, occasional eruptions of violence, such as the one that occurred in 1581-1582 mainly as a consequence of problems related with freedom of navigation, contributed to the acceleration of the

fortification of Daman. By this time, the authorities had destined the amount of 80,000 *pardaus*²⁸ yearly to the fortification works of the fortress. Those conflicts gave rise to some changes in its military organisation, mainly in what concerned the corps of soldiers responsible for the defence of the whole area surrounding the fortress. These men, numbering four hundred,²⁹ would be substituted by local infantry troops (*peões da terra*), commanded by their *naiques*³⁰—this situation being kept through the years. These troops were not only much less costly, since the *prazeiros* were obliged to pay half of the cost, but also they ensured a more effective defence of the lands.³¹

Yet the attacks of 1582 on Daman (caused by the ceding of Bulsar to the Portuguese by the aunt of Akbar, on the eve of her departure to *Hajj*) made by the Mughal forces of Qutb ud-Din Khan, Shihab ud-Din Khan and Qilij Khan Andijani, would prove that the Portuguese forces, in combination with the reinforcing fleets sent by other fortresses of the *Estado da Índia*, were able to hold back the most serious military offensive action against the city in spite of the great weakness of the fortress, whose walls were opened in several places.³² For this achievement the Portuguese artillery made a decisive contribution that forced the Mughal captains to turn their attacks on the *tanadarias* of Daman, especially the one of Tarapor, which was plundered because of its riches.³³

Notwithstanding the fact that for the following years no significant attacks were registered from the Mughal forces against the fortress of Daman or its *tanadarias*, it is a fact that the permanent pressure by the armies of Akbar on the Sultanate of Ahmadnagar and other local kingdoms, such as the Sarcetas or the Coles, caused the political and military situation all around Daman to be marked by great instability. In fact, not only did the military forces of those neighbouring kingdoms frequently invade and plunder Daman's *tanadarias*, but also the Mughal cavalry itself chased those forces and attacked them in their own territories.³⁴

It is easy to understand the growing concern of the Portuguese authorities to send contingents of soldiers to winter there³⁵ and to force the *prazeiros* of Daman to fulfil their military duties and to remain in the fortress under the legal penalty of losing 'their rents and all the revenues they owned in those lands and villages.'³⁶ Similarly, they made a significant effort to

HISTORIOGRAPHY

accelerate the works of the fortification of Daman and its *tanadarias*, as they had done in Tarapor. The latter, having been one of the most sacrificed throughout the years, was surrounded by defensive walls and bulwarks. This was an expensive work paid for by the Portuguese Crown and the residents.

In the case of Daman, the procedure of its fortification was, from the very beginning, a matter of Crown concern. As previously stated, the payment for the works was the responsibility of the Crown and the Municipality, each of them contributing 80,000 *pardaus*, to which a turnover tax of 1% was added while the works were underway. However, as it was a crucial work involving very high costs, the Portuguese Crown would further grant the city of Daman the incomes of a voyage to China, which resulted in enormous profits. However, the use of these profits caused a lot of conflicts between the Municipality and the Jesuits, who were, from 1590, in charge of the administration of the building of the fortress.³⁷ These disputes were probably one of the main reasons why, in 1605, the wall was not yet finished.³⁸

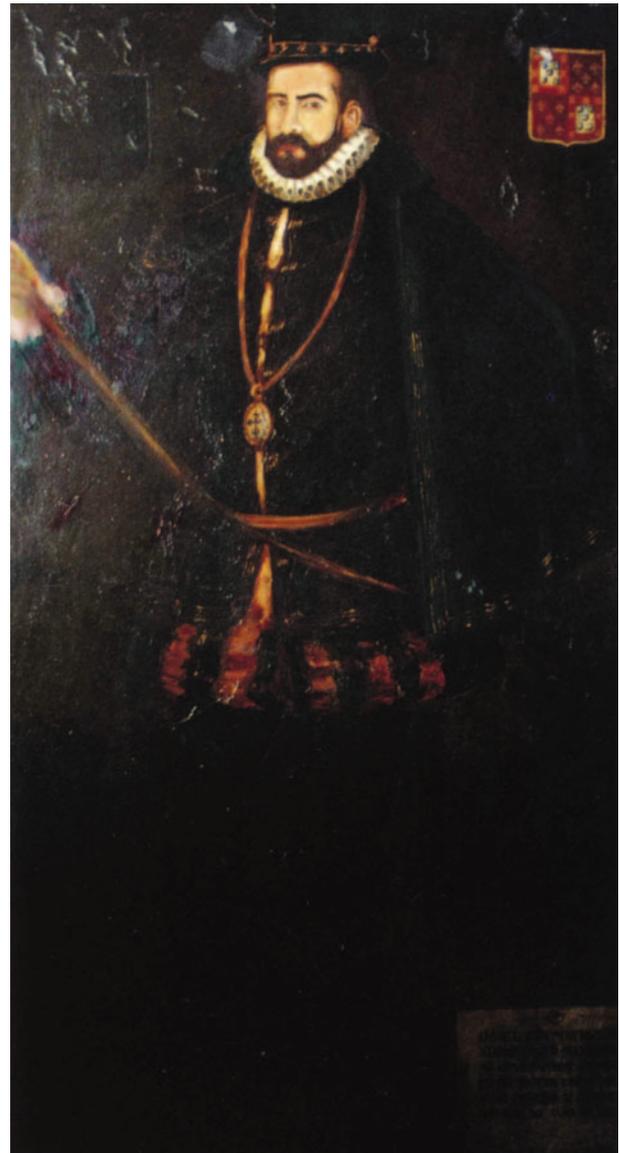
As a matter of fact, at that time the city's attorney informed the viceroy that Daman continued to be a fortress in great danger from the Mughals even though 'closed around with stones, in some places being very low which should be raised as soon as possible.'³⁹ The fear of an eventual attack from the 'concealed enemy' was then greater than ever before because, once having definitively suffocated resistance in Gujarat and conquered Sind in the decade 1590, the West was not any more a preoccupation to Akbar. This fact gave him the opportunity to concentrate on the Deccan, where he had been leading a war of attrition against the Sultanate of Ahmadnagar, which ended in 1600 by the conquest of the fort of Ahmadnagar followed in January 1601 by Asirgah, having met only the opposition of the Abexin Malik Ambar.⁴⁰

The defence of Daman from the Mughal enemy did not rely exclusively on military means. The authorities of the *Estado da Índia* developed, mainly from the decade of 1580, an important diplomatic activity which worked based on data provided by an extensive network of secret agents and of individuals living either in the areas under Akbar's domination, or in the sultanates of Ahmadnagar and Bijapur, or even in the small neighbouring kingdoms. In fact, from the intense correspondence between the Portuguese Crown

and the Municipality of Goa, one can understand how important this activity was in trying to throw those sovereigns against the Mughals and to attract them to the Portuguese orbit in order to avoid dispersing Portuguese troops on several fronts.⁴¹

The conduct of these matters was always made with maximum prudence by the Portuguese authorities so that the troops of Akbar would not turn against them, which, if it happened, would be disastrous for the Portuguese fortresses bordering Akbar's dominions, especially Daman. The King of Portugal instructed Viceroy Matias de Albuquerque at all costs and with

Viceroy Matias de Albuquerque (1591-1597).



HISTORIOGRAFIA

a maximum of discretion to promote the coalition of the principal kingdoms of Deccan, Ahmadnagar and Bijapur against the Mughals, thus allowing a decrease of the pressure on Daman. He also instructed him to continue to make efforts to approach Akbar, chiefly through the presence of Jesuits in the Mughal Court, even though by that time it was surely known by the Portuguese authorities that 'the hopes taken on his conversion are faked and uncertain.'⁴²

Referring to the action developed by Matias de Albuquerque, we know that during his term he

Viceroy D. Francisco da Gama (1597-1600 and 1622-1628).



sent several ambassadors to the kings neighbouring Daman to urge them to form 'an alliance against the Mughals.'⁴³ These possibly contributed to the coalition of the forces of Ahmadnagar, Golconda and Bijapur, which in January 1597 fought against the Mughals in Sonapat. However, the defeat of the coalition at the hands of Akbar's armies and the destruction of a strong contingent of troops from Bijapur commanded by Suhail Khan Habashi led to the start of negotiations between Sultan Ibrahim of Bijapur and the Mughals and put an end to any chances for a future alliance.

Even so, such happenings did not discourage his successor, D. Francisco da Gama, from trying to foment and feed any and all type of opposition to the forces of Akbar. This was done with all precautions, and he also paid special attention to maritime affairs in consequence of the rumours circulating from the end of 1597 mentioning that Akbar was preparing to build five hundred oar ships.⁴⁴ These rumours, which surged after the sending of a Mughal embassy to the Shah of Persia that had not succeed as expected, alarmed the Portuguese authorities, who immediately tried to enquire into its veracity. D. Francisco da Gama hastened to inform the Portuguese monarch that the rumours had no foundation, this being the reason why he would fear only 'the land enterprises of Akbar.'⁴⁵

One can conclude by saying that the fortress of Daman and the territories under its jurisdiction were, during the period under analysis, submitted to pressure resulting from the Mughal threat manifested in some cases by the direct military interventions on the fortress and its *tanadarias* and in other cases by indirect actions deriving from the expansion of the Empire of Akbar, which culminated with the conquest of Ahmadnagar. With Daman being situated in a broad area under permanent threat, it seems clear that the efficiency of the Portuguese answer to these problems was based on multiple factors: in the successive transformations and adaptations of their military structures; in the combination of their activities with those of successive fleets of assistance; and, no less important, as a result of diplomatic actions undertaken most ably in all those interventions. **RC**

HISTORIOGRAPHY

NOTES

- 1 Diogo do Couto, *Da Ásia de [...], dos feitos, que os Portuguezes fizeram no descobrimento e conquista dos mares, e terras do Oriente. Década VII*, book VI, chapter VI. Lisbon: Livraria S. Carlos, 1975, pp. 51-52.
- 2 Set of villages and agricultural land donated by the Portuguese Crown to a *prazeiro*, usually for a period of three generation lifetime. From those lands the *prazeiro* collected an income tax and he was obliged to fight with a variable number of horses according to the value of the *prazo*. The *prazos* system appears to combine the portuguese law and the Indo-Muslim institutions. About this subject see Luís Filipe dos Reis Thomaz, 'Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI'. In *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, edited by Luís de Albuquerque and Inácio Guerreiro. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos e Cartografia Antiga, 1985, pp. 513-540.
- 3 Former Portuguese soldiers who married local women leaving the army.
- 4 Diogo do Couto, *Década VII*, book VI, chapter VI, pp. 42-43.
- 5 Military and administrative district for collection of taxes.
- 6 *Ibid.*, p. 40.
- 7 *Ibid.*, book VIII, chapter VI, p. 208.
- 8 That was, in fact, the reason evoked by the Capitão of Daman, D. Diogo de Noronha to oppose to its occupation. However, his opinion was dismissed by the viceroy D. Constantino. *Ibid.*, book VI, chapter VII, p. 46.
- 9 *Regimentos das Fortalezas da Índia*, edited by Panduronga Sacarama Sinai Pissurlencar. Bastorá-Goa: Tipografia Rangel, 1951, p. 407.
- 10 The only change was at the level of the number of criados and parentes that could accompany the captain in the fortress. This number changed from 40 to 50 in 1588.
- 11 Small rowing and sailing vessel common in Daman.
- 12 See Table 1.
- 13 See Table 2.
- 14 Border areas of easier access to foreign armies.
- 15 Diogo do Couto, *Década IX*, chapter XIII, p. 67.
- 16 Ship long, narrow, shallow draft, right edge and bow with spur. It had a mast and a highly variable number of oars.
- 17 *Ibid.*, pp. 67-69.
- 18 *Ibid.*
- 19 According Friar João dos Santos that portuguese architect reached Índia in 1558 with the Viceroy D. Constantino de Bragança. In *Etiópia Oriental e Vária História das Coisas Notáveis do Oriente*, edited by Manuel Lobato and Maria do Carmo Guerreiro Vieira. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP), 1999, book III, chapter IV, p. 254.
- 20 See *Livro das Cidades, e Fortalezas, que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das Capitánias, e mais Cargos, que nelas ha, e da Importância delles*, edited by Francisco Mendes da Luz, *Stvdia*, no. 6. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 41-42.
- 21 Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas. Contribuição para o Estudo do Urbanismo Português no Hindustão Ocidental*. Lisbon: CNCDP, 1997, pp. 77-80.
- 22 Diogo do Couto, *Década IX*, chapter XIII, pp. 72-74.
- 23 *Ibid.*, pp. 74-75.
- 24 The entire text was recently published by Jorge Manuel Flores and António de Saldanha, *The Firangis in the Mughal Chancellery (1572-1604)*. New Delhi: Portuguese Embassy, 2003, pp. 65-66.
- 25 *Ibid.*, pp. 20 and 61-64.
- 26 Diogo do Couto, *Década IX*, chapter XIII, pp. 79-82.
- 27 Laissez-passer issued by the Portuguese to control the navigation of eastern ships in the Indian Ocean.
- 28 Ancient coin of Portuguese India, worth about 300 réis. See *Livro do Orçamento do rendimento de todas as fortalezas do Estado da Índia... Anno de 1581*. In Artur Teodoro de Matos, *O Estado da Índia nos Anos de 1581-1588. Estrutura Administrativa e Económica. Alguns Elementos para o Seu Estudo*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982, pp. 93-95.
- 29 See Table 1.
- 30 Captains of local foot soldiers.
- 31 Artur Teodoro de Matos, 'O Orçamento do Estado da Índia de 1588'. *Povos e Culturas*, no. 8, Lisbon, 2003, pp. 316-317.
- 32 M. N. Pearson, Merchants and Rulers in Gujarat: The Response to the Portuguese in the Sixteenth Century. New Delhi: Munshiram Manoharlal, 1976, pp. 57-60; Sanjay Subrahmanyam, 'O "Inimigo encuberto": A expansão mogol no Decão e o Estado da Índia, c. 1600'. *Povos e Culturas*, no. 5, Lisbon, 1996, pp. 132-134.
- 33 Diogo do Couto, *Década X*, book II, chapter VI, p. 194.
- 34 See *Arquivo Portuguez Oriental*, edited by Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1857, fasc. 3, doc. 239, XIII, p. 672.
- 35 See *ibid.*, fasc. 3, doc. 206, XVI, p. 589.
- 36 The early known permit (*alvará*) on this subject is dated from 16 October. See *Regimentos das Fortalezas da Índia...*, p. 423.
- 37 See the letter of the King of Portugal to the Viceroy, 27 December 1598. *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 3, doc. 368, I, p. 936.
- 38 See Sabine Choukroun, 'Damão. A fortaleza e o seu distrito'. In *Os Espaços de um Império. Estudos*. Porto: CNCDP, 1999, pp. 125-137.
- 39 See the missive of Goan Municipality to the King of Portugal, sent in the beginning of 1605. *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 1, parte 2, doc. 13, XIV, p. 151.
- 40 Sanjay Subrahmanyam, 'O "Inimigo encuberto": A expansão mogol no Decão e o Estado da Índia, c. 1600', pp. 135-137.
- 41 See the letter of the portuguese King to the Viceroy, 1 March 1594. *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 3, doc. 140, XXIX, pp. 429-430. Diogo do Couto mentions that on the occasion of the Mogul attack on Daman in 1582, the city's captain agreed with the King of the Sarcetas to move all its people and cradle into his lands. Such an agreement did actually caused a major conflict between the Portuguese and that King, which refused to return all their belongings to the people of Daman, once the war with the Moguls was over. See *Década X*, chapter XV, pp. 248-249.
- 42 See the letter of the Portuguese King to the Viceroy, 30 January 1597. *Arquivo Portuguez Oriental*, fasc. 3, doc. 239, XIII, p. 672.
- 43 *Ibid.*, fasc. 3, doc. 304, II, pp. 800 e 801.
- 44 *Ibid.*, fasc. 3, doc. 307, VI, pp. 814-815.
- 45 *Ibid.*, fasc. 3, doc. 364, VIII, p. 915.

HISTORIOGRAFIA

TABLE 1: THE MILITARY STRUCTURE OF DAMAN'S FORT (1564 -1607)

Fortress	Military Post	1564-1570 ¹		1574 ²		1581 ³		1588-1590 ⁴		1607 ⁵	
		no.	Pay	no.	Pay	no.	Pay	no.	Pay	no.	Pay
Daman (1559)	Captain	1	600,000	1	600,000	1	600,000	1	600,000	1	600,000
	Alcayde (major)	1	200,000	1	200,000	1	200,000	1	200,000	1	200,000
	Alcayde	1	18,000			1	18,000	1	18,000	1	
	Inspector of rounds (<i>sobrerrolada</i>)	1	18,000	1	18,000	1	18,000	1	18,000		
	Head of gunners	1	38,920	1	38,920	1	38,920	1	38,920	1	
	Gunners	12	14,400	12	14,400	12	14,400	12	14,400	12	
	Captain body of men	30		30	7,200	30		30		30	
	Relatives and dependents of the Captain	40		40		40		50		50	
	Trumpeters							4			
	Porter	1	15,600	1	15,600	1	15,600	1	15,600	1	15,600

HISTORIOGRAFIA

TABLE 2: THE MILITARY STRUCTURE OF DAMAN'S TANADARIAS (1564 -1607).

<i>Tanadarias</i>	Military Post	1564-1570 ¹		1574 ²		1581 ³		1588-1590 ⁴		1607 ⁶⁵	
		no.	Pay	no.	Pay	no.	Pay	no.	Pay	no.	Pay
Sangens	Captain and <i>Tanadar</i>	1	100,000	1	100,000	1	100,000	1	100,000		
	Portuguese soldiers	6		6		6		12			
	Foot soldiers	14		14		14		14			
	<i>Naiques</i>	1		1		1		1			
	Others	5		5		5		5			
	Total	27		27		27		33			553,500
Tarapur	Captain and <i>Tanadar</i>	1	100,000	1	100,000	1	100,000	1	100,000		
	Portuguese soldiers	6		6		6		6			
	Foot soldiers	14		14		14		14			
	<i>Naiques</i>	1		1		1		1			
	Others	5		5		5		5			
	Total	27		27		27		27			370,000
Quelme-Mahim	Captain and <i>Tanadar</i>	1	100,000	1	100,000	1	100,000	1			

HISTORIOGRAPHY

	Portuguese soldiers	6		6		6		6			
	Foot soldiers	14		14		14		14			
	<i>Naiques</i>	1		1		1		1			
	Others	5		5		5		5			
	Total	27		27		27		27		370,000	
Danum	Captain and <i>Tanadar</i>			1	Leased	1	Leased	1	Leased	1	Leased
	Portuguese soldiers			6				10		4	
	Foot soldiers			14							
	<i>Naiques</i>			1							
	Others	4		5							
	Total	4		27				1		11	
	Total <i>Tanadarias</i>	85		108				82		98	?
	Total of Daman	985		822				782		1,211	?

- 1 *Regimentos das Fortalezas da Índia*, edited by Panduronga Sacarama Sinai Pissurlencar. Bastorá-Goa: Tipografia Rangel, 1951.
- 2 Antónimo de Abreu, *Orçamento do Estado da Índia - 1574*, published by Jean Aubin, *Svédia*, no. 4, Lisbon, 1959, pp. 169-289.
- 3 Simão do Rego Fialho, *Orçamento de 1581, de Simão do Rego Fialho e ordenado por D. Francisco de Mascarenhas Conde de Vila d'Orta, Vice-Rei da Índia*. In *O Estado da Índia nos Anos de 1581-1588. Estrutura Administrativa e Económica. Alguns Elementos para o seu Estudo*, edited by Artur Teodoro de Matos. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982.
- 4 *Orçamento do Estado da Índia, entre 1588 e 1590*, Bristish Library. Add. 28433, ff. 75-157.
- 5 Luiz de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contém toda a Fazenda e Real patrimônio dos Reis de Portugal, Índia e Ilhas adjacentes e outras particularidades*, 1607, 2nd ed. Lisbon: Imprensa Nacional, 1859, pp. 75-116; Biblioteca da Ajuda, 51-VI-54, ff. 271V-293, published by José-Gentil da Silva, 'Une image de l'Estado da Índia au début du XVII siècle et ses enseignements', *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. 2. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, pp. 242-287.





Os Primeiros Bloqueios Neerlandeses de Goa

Expedições da VOC contra
a Carreira da Índia no Índico
Ocidental, 1604-1623

ANDRÉ MURTEIRA*

Em 1595, Cornelis de Houtman partiu com quatro navios neerlandeses para a Ásia, donde voltou em 1597 com três velas, depois de uma estadia demorada e acidentada em Java e arredores. O êxito desta viagem pioneira gerou um grande entusiasmo nas Províncias Unidas, donde, logo no ano seguinte, 1598, partiram cinco frotas para o Oriente, três pela Rota do Cabo da Boa Esperança – a rota seguida por Houtman em 1595-1597 –, duas pelo estreito de Magalhães.¹ Cada uma foi equipada por uma companhia diferente, mostrando a forte vontade que havia na jovem república neerlandesa de investir no novo comércio das Índias Orientais. Pode dizer-se que só neste ano de 1598 –

um século depois de Vasco da Gama chegar à Índia – é que os portugueses perderam irremediavelmente o exclusivo da Rota do Cabo, pois só então é que ela começou a ser navegada regularmente por outros. De 1598 em diante, não houve ano em que não seguissem vários navios neerlandeses para a Ásia e os ingleses não tardaram em imitá-los.

A expedição de Houtman foi assim decisiva, pela “corrida às especiarias” que desencadeou e que, entre outras coisas, expôs a Carreira da Índia – nome dado então à navegação portuguesa entre a Europa e a Ásia – a riscos novos. Ao contrário do que por vezes se pensa, os primeiros neerlandeses a irem à Ásia estavam a princípio proibidos de atacar sem mais os portugueses e espanhóis que encontrassem, sendo autorizados a utilizar a violência apenas em legítima defesa.² A proibição não bastou, no entanto, para evitar conflitos, alguns deles com navios da Carreira da Índia, como a captura, em Santa Helena, do galeão *Santiago* por dois navios zelandeses, em 1602.³ No mesmo ano, todas as companhias neerlandesas que comerciavam com a Ásia por via marítima fundiram-se numa companhia única, à qual foi outorgado pelo estado o monopólio do comércio marítimo com o Oriente.⁴ Nasceu assim a conhecida VOC, ou *Verenigde Oost-Indische Compagnie* (Companhia Unida das Índias Orientais).



A fusão fora já precedida por fusões regionais entre algumas companhias na Zelândia e em Amesterdão, mas só a intervenção do estado permitiu criar uma companhia única, depois de negociações bastante difíceis. A motivação inicial para o estado intervir foi económica: havia que acabar com a concorrência fratricida entre as diferentes companhias, que aumentava o preço de compra das especiarias na Ásia e fazia descer o de venda na Europa, pondo em causa a viabilidade do novo comércio que os neerlandeses começavam a explorar. Mas o poder político apercebeu-se rapidamente de que os largos recursos militares ao alcance de uma companhia única podiam também fazer dela uma arma na guerra contra Filipe III⁵: pô-la

* Investigador do Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Researcher in the Centre for Overseas History, Faculty of Social and Human Sciences in Lisbon's Universidade Nova. Ph.D. scholarship from the Portuguese Foundation for Science and Technology.

Batalha naval entre Portugueses e Holandeses. In Philip Baldeus, *Naauwkeurige Beschryvinge van Malabar en Coromandel, der Zelfer Aangrenzende Ryken...*, Amesterdão, 1672.

HISTORIOGRAFIA

a atacar ibéricos no Oriente permitiria aumentar as despesas militares do rei de Espanha longe dos Países Baixos, cortando-lhe, ao mesmo tempo, receitas, tudo sem envolvimento directo do estado neerlandês, sem meios para atacar ele próprio o inimigo tão longe de casa. Depois de um curto período de indefinição, a recém-fundada companhia mostrou que se podia contar com ela para este propósito e a guerra entre os neerlandeses e a Monarquia Hispânica foi exportada definitivamente para paragens orientais.

Em 1602, pouco antes de seguir para a Ásia a primeira frota da VOC, os Estados Gerais das Províncias Unidas recomendaram à companhia que enviasse menos navios ao Oriente do que até então se enviara, mas integrados em frotas maiores, bem armadas e providas de gente, de maneira a que pudessem não só comerciar livremente, como também infligir danos a inimigos ibéricos e proteger parceiros comerciais.⁶ Foi exactamente o que aconteceu nos anos seguintes: entre 1598 e 1601 tinham largado para a Ásia sessenta e dois navios, à média de 15,5 por ano; entre 1602 e 1609 – um período de oito anos – partiram sessenta e oito, à média de 8,5 por ano, um decréscimo de quase metade em relação à fase anterior.⁷ Destes, a maior parte – cinquenta e sete – seguiram em cinco grandes frotas partidas entre 1602 e 1607, cujos comandantes foram todos investidos do título de *Admiraal*, ou almirante⁸: Tirando a primeira, todas elas largaram com o objectivo declarado de ir fazer a guerra a portugueses e espanhóis na Ásia.

A EXPEDIÇÃO DE VAN DER HAGEN (1604)¹⁰

A primeira das frotas da VOC, partida em 1602, era comandada por Wijbrand van Warwijck. Não fora aprestada de início pela nova companhia e, como todas as frotas neerlandesas anteriores, seguia, formalmente, para uma simples expedição comercial (o que não a impediu de praticar depois actos de corso, como já acontecera com algumas das suas predecessoras¹⁰). Os estatutos da VOC, redigidos também em 1602, não faziam ainda adivinhar a viragem belicista que viria pouco depois.¹¹ A mudança de política só se tornou clara com a primeira frota aprestada na íntegra pela companhia, que largou para a Ásia no fim de 1603 sob o comando de Steven van der Hagen e que, aos propósitos comerciais das expedições precedentes, juntava já objectivos declaradamente militares.

As instruções escritas que van der Hagen levava eram precedidas de uma introdução em que se anunciava e fundamentava a decisão de tomar a ofensiva na Ásia contra espanhóis, portugueses e seus aliados.¹² Invocava-se, para tal, a oposição violenta dos portugueses ao comércio que os neerlandeses haviam começado a praticar em boa amizade com povos orientais, citando-se expressamente casos de ataques lusos a Bantem, em Java, e a Amboíno e a outras ilhas das Molucas, na Indonésia Oriental, em represália pelos contactos estabelecidos pelos locais com os neerlandeses. Referia-se também a execução injusta em Macau de quinze ou dezasseis neerlandeses, que procuravam somente reabastecer-se em terra, e homicídios semelhantes em Tidore, nas Molucas, e noutros sítios não nomeados. Mencionava-se, por fim, o incitamento e o suborno de autoridades locais por portugueses para actuarem contra neerlandeses, de que teria resultado a execução e o cativo de muitos deles, como em Bantem e no Achém, em Samatra. Por tudo isto, a VOC, para sua protecção, dos povos orientais seus amigos e do comércio mantido com eles, declarava a sua intenção de atacar espanhóis, portugueses e aliados, para o que fora já autorizada pelos Estados Gerais.

Em conformidade com tal intenção, nas instruções propriamente ditas mandava-se van der Hagen ir, em primeiro lugar, ao canal de Moçambique, entre Madagáscar e a costa oriental africana, esperar e atacar as naus da Carreira da Índia na sua viagem para o Oriente.¹³ Deveria em seguida rumar à costa ocidental indiana, onde, além de procurar estabelecer alianças com príncipes locais e destruir todos os navios portugueses que encontrasse, desfraldaria a bandeira das Províncias Unidas defronte de Goa, a capital das possessões portuguesas na Ásia. Só depois se dirigiria ao estreito de Malaca e ao arquipélago indonésio, onde, primeiro, tentaria encorajar e ajudar o sultanato malaio de Johor contra a posição portuguesa de Malaca na península malaia, que a companhia ambicionava tomar, prosseguindo subsequentemente para as Molucas, donde tinha ordens para expulsar portugueses e espanhóis.

Estas instruções continham duas novidades importantes: as ordens para atacar ibéricos e aliados e o desvio que era prescrito à esquadra pelo Índico Ocidental durante a viagem até à Ásia do Sueste. Até então, os navios neerlandeses não se tinham quase

HISTORIOGRAPHY



Navio da VOC ao largo do cabo da Boa Esperança.

nunca aventurado a oeste de Ceilão, de certeza porque se sabia que o grosso do poder português na Ásia estava na costa ocidental indiana. Agora que se decidira passar à ofensiva contra os ibéricos no Oriente, começava-se logo por mandar uma esquadra desafiar o Estado da Índia defronte de Goa, a sua capital. Para além deste acto simbólico, tencionava-se também, com o desvio pelo Índico Ocidental, atingir a Carreira da Índia e a navegação portuguesa em geral na região, onde se desejava ainda estabelecer alianças anti-portuguesas com os reinos locais.

No entanto, as motivações para a primeira ida de navios da VOC à costa ocidental indiana não foram exclusivamente militares. Os neerlandeses tinham ido à Ásia em busca das especiarias da Insulíndia (a pimenta de Java e de Samatra, o cravo das Molucas e a noz-moscada e a maçã de Banda), mas, uma vez lá chegados, perceberam rapidamente a importância dos têxteis indianos como moeda de troca no comércio

da região. Mais cedo ou mais tarde, era inevitável que comesçassem a frequentar eles próprios os dois principais centros produtores daqueles têxteis: o Coromandel, na costa oriental indiana, e o Guzerate, na ocidental. Van der Hagen foi encarregado de estabelecer relações comerciais com a última zona, mas, antes dele, já haviam lá ido dois feitores neerlandeses a partir do Achém, em Samatra, num navio asiático.¹⁴

Era assim uma questão de tempo até os neerlandeses entrarem no Índico Ocidental, atraídos pelos têxteis do Guzerate. Mas van der Hagen ia ao Índico Ocidental incumbido, entre outras coisas, de atacar expressamente as naus da Carreira da Índia, o que era bastante pior. Ataques organizados longe das águas próximas da Europa eram uma ameaça nova para a Carreira. Quase desde o princípio da sua existência que tivera de lidar com os perigos da pirataria e do corso junto de Portugal e dos Açores, no Atlântico, mas, nos portos portugueses, contara quase sempre com as forças

HISTORIOGRAFIA

navais da Coroa para saírem em sua defesa, melhor ou pior. Durante a viagem, pelo contrário, os navios estavam entregues a si próprios, um risco agravado pela sua aversão a viajarem em conjunto. E os próximos anos iriam mostrar que também não podiam contar em Goa com uma força naval de alto bordo capaz de os defender à chegada à Índia.

A passagem de van der Hagen pelo Índico Ocidental pode resumir-se em poucas linhas: depois de partir das Províncias Unidas em Dezembro de 1603 como comandante designado de doze navios,¹⁵ dobrou o cabo da Boa Esperança em Junho, chegando à ilha de Moçambique a 27 de Julho.¹⁶ Permaneceu lá até 15 de Agosto, esperando pela armada aguardada de Portugal, que o seu regimento lhe mandara emboscar no canal de Moçambique, como vimos. Largou da ilha sem a armada aparecer e, depois de atravessar o Índico Ocidental, chegou a 26 de Setembro a Goa, onde se ficou quase um mês.¹⁷ Em Goa, esperou novamente em vão pela armada de Portugal, que continuou sem aparecer. Largou em seguida para sul, para o Malabar, no Sudoeste da Índia, onde visitou os reinos locais de Cananor e de Calecute.

Vimos que van der Hagen levava instruções expressas para firmar tratados de aliança com soberanos da costa ocidental indiana. Contactou, para tal, o *ali raja* de Cananor e o samorim de Calecute, que responderam de maneira diferente. O *ali raja* escreveu ao almirante uma carta, comunicando-lhe a antiguidade dos laços que ligavam a sua família aos portugueses e que não pretendia agora quebrar. Embora tivesse o cuidado de não hostilizar os neerlandeses, pediu-lhes que se retirassem, o que foi satisfeito.¹⁸ Já o samorim recebeu van der Hagen em pessoa e os neerlandeses encontraram nele o aliado local que procuravam, como se viu pelo tratado escrito que resultou das conversações, onde ficou firmada – no papel – uma aliança indissolúvel contra os portugueses e os seus associados para os expulsar da terra do samorim e de toda a Índia.¹⁹ Acordou-se que a VOC enviaria, na próxima oportunidade, navios e gente ao Malabar, assim como feitores para residirem em Calecute, onde deveria ser construída uma fortaleza que ficaria na posse e jurisdição da companhia. Estabeleceu-se também que ninguém poderia navegar sem salvo-condutos do samorim entre Goa e o cabo Comorim, na ponta sul da Índia, sendo considerado boa presa quem fosse apanhado sem um. Nenhuma das duas

partes poderia negociar a paz com os portugueses sem o consentimento da outra.

Convém notar que embora Calecute fosse, historicamente, o inimigo por excelência dos portugueses no Malabar, se encontrava então em paz com o Estado da Índia. Residia na cidade um feitor da Coroa portuguesa, que tentou impedir que os neerlandeses lá negociassem. E um padre jesuíta protestou junto do samorim pelo bom acolhimento dado a van der Hagen, achando-o, na aparência, “dezejozo de conversar a paz” e recebendo garantias de que “que inteiramente cumpreria co nossa amizade, o que assy fes no publico”.²⁰ Veremos que o soberano de Calecute soube manter a mesma prudente duplicidade durante as duas passagens seguintes de esquadras da VOC pelo Índico Ocidental, em 1607 e 1608.

Depois de despedir-se do samorim, van der Hagen dividiu a esquadra, enviando dois navios ao norte sondar os mercados do Guzerate – como constava, como vimos, das suas instruções – e seguindo com os restantes para Bantem, em Java, não realizando mais nada digno de nota no Índico Ocidental. Quanto à jornada dos dois navios enviados ao norte resultou na fundação de uma feitoria da VOC em Surate, no Guzerate, a qual durou, porém, pouco tempo, devido ao rápido falecimento de todos os seus poucos funcionários.

Apesar de, na sua primeira expedição de curso ao Índico Ocidental, os neerlandeses terem capturado alguns navios portugueses, há que dizer que, no tocante aos navios da Carreira da Índia propriamente ditos, não conseguiram nada. A razão – pouco lisonjeira para os portugueses – foi que a armada partida de Lisboa para a Índia em 1604 teve uma viagem desastrosa: os cinco navios que a compunham largaram a 30 de Abril, uma data muito tardia, e, por conseguinte, três voltaram a Lisboa, um perdeu-se no canal de Moçambique e o quinto teve de invernar em Moçambique (onde chegou fora de época, quando os navios que van der Hagen lá deixara já haviam seguido para a Índia).²¹ Ou seja, num ano em que a VOC tinha envidado um esforço considerável para perturbar o funcionamento da Carreira, não foi precisa, afinal, a sua intervenção para garantir que nenhum navio português chegasse em tempo útil à Ásia. Parecia que não era preciso a navegação da Carreira ser atacada para apresentar maus resultados. Veremos que não foi a última vez que tal aconteceu.

A EXPEDIÇÃO DE VAN CAERDEN (1607)

A terceira grande frota da VOC, depois das de Warwijck e de van der Hagen, foi a de Cornelis Matelieff. Partiu em 1605 para o Oriente e, ao contrário da sua antecessora e das duas esquadras seguintes, passou ao largo do Índico Ocidental na viagem, seguindo directamente para a Ásia do Sueste. Originalmente, planeava-se enviar dois dos seus onze navios ao Guzerate, mas, numa escala nas Maurícias, Matelieff encontrou van der Hagen, que retornava à Europa e o informou que os portugueses estavam a reunir forças em Malaca. Preocupado com a notícia, o almirante optou por seguir com todas as suas velas para o estreito de Malaca, poupando assim a costa ocidental indiana a uma nova visita de navios neerlandeses.²²

A VOC só regressou em 1607 ao Índico Ocidental, com a esquadra de Paulus van Caerden, que largou da ilha de Wight no princípio de Junho de 1606 com oito navios²³ e chegou a Moçambique apenas a 29 de Março de 1607.²⁴ Desta vez, os neerlandeses não se contentaram somente com uma surtida simbólica a terra, como van der Hagen três anos antes, mas montaram cerco à fortaleza portuguesa na ilha. Note-se, porém, que a esquadra não trazia ordens para a conquistar. A decisão de tentar cercá-la foi tomada no local.²⁵ Contudo, depois de cerca de um mês de operações, o comando neerlandês levantou o cerco, largando depois a 29 de Maio para as ilhas Comoros, fugindo provavelmente do ambiente doentio da ilha.

A estadia no pequeno arquipélago das Comoros, a norte de Moçambique, foi de certeza retemperadora, mas, enquanto decorria, as primeiras naus vindas em 1607 de Portugal puderam aportar a Moçambique imperturbadas. A esquadra de van Caerden só reapareceu na ilha a 4 de Agosto. Refeitos pela escala nas Comoros, os neerlandeses tinham decidido voltar, calculando que, agora, já conseguiriam encontrar navios vindos de Portugal. Não se enganaram, mas acharam as naus fundeadas no porto demasiado bem defendidas para as atacarem, pelo que largaram a 26 de Agosto para a costa ocidental indiana,²⁶ perto da qual capturaram, a 11 de Outubro, uma nau vinda de Portugal, a *Loreto*, prosseguindo depois para Goa. Aí, encontraram outros navios acabados de chegar de Portugal, mas escolheram não os atacar, achando-os demasiado bem defendidos pelas fortalezas da costa e pelas galés e fustas que os rodeavam. Assim, tal

como em 1604, os neerlandeses foram inofensivos em Goa, donde, ao fim de pouco tempo, partiram para o Malabar.

No Malabar, van Caerden, ao contrário de van der Hagen, não parou em Cananor, seguindo directamente para Calecute. A entrevista programada com o samorim acabou, contudo, por não se realizar. O almirante não gostou de ser pressionado pelos enviados de Calecute a obsequiá-los a eles e ao seu senhor com presentes, no que revelou pouca flexibilidade para se adaptar aos costumes diplomáticos locais. Causaram também má impressão as promessas não cumpridas de abastecer a esquadra de mantimentos. O que, porém, indispsôs mais os neerlandeses contra os seus anfitriões foi o que viram como a atitude cúmplice deles para com os portugueses. Enquanto a esquadra aguardava, fundeada, pela entrevista em preparação com o samorim, apareceu uma armada de navios de remo mandada de Goa, que se interpôs entre a costa e os navios da VOC. A bordo destes estranhou-se que os enviados do samorim passassem entre as fustas portuguesas sem serem molestados e não se gostou de ver o seu desagrado quando as mesmas fustas foram alvejadas pelos canhões neerlandeses. O facto de o samorim ter pedido a libertação do capitão cativo da *Loreto* avolumou as suspeitas. No fim, desconfiado, van Caerden escusou-se de ir a terra, limitando-se a confirmar por escrito o pacto celebrado previamente com Calecute por van der Hagen.

A esquadra prosseguiu assim a sua viagem para a Ásia do Sueste, não fazendo mais nada de importante no Índico Ocidental.²⁷ O balanço da sua incursão na região é ambíguo. Por um lado, os neerlandeses arrasaram a ilha de Moçambique e tomaram a *Loreto*, perto de Goa. Por outro, fracassaram no cerco à fortaleza, o produto do saque da povoação foi irrisório e o da *Loreto* insatisfatório. Acresce que, tendo partido sete navios portugueses para a Índia nesse ano, conseguiram apenas capturar um. E, diplomaticamente, a desconfiança de van Caerden impediu a realização de autênticas conversações com Calecute.

Como em 1604, contudo, os resultados mais ou menos frustrantes da expedição não garantiram bons resultados para a Carreira. Van Caerden pode ter tomado apenas um dos sete navios partidos para a Índia em 1607, mas houve mais três que não concluíram a viagem nesse ano, nenhum dos quais devido aos neerlandeses.²⁸

HISTORIOGRAFIA

A EXPEDIÇÃO DE VERHOEFF (1608)

A última grande esquadra da VOC a largar para a Ásia antes da trégua hispano-neerlandesa de 1609-1621 foi a de Pieter Willemsz. Verhoeff, partida no fim de 1607.²⁹ Compunha-se de treze navios³⁰ e as instruções escritas de Verhoeff mandavam-lhe fazer no Índico Ocidental o mesmo que van der Hagen e van Caerden: procurar e atacar a armada da Carreira no canal de Moçambique e em Goa e contactar o samorim em Calecute. Não havia quaisquer indicações para tentar tomar Moçambique. Ordenava-se inclusive que se evitasse a ilha, enviando só um navio ligeiro ver se a armada já lá estaria e fundeando entretanto nas Comoros.³¹ Verhoeff e o seu conselho decidiram, porém, que seria inconveniente esperar pelas naus nas Comoros, optando antes por ir procurá-las a Moçambique; caso não houvessem ainda chegado, esperariam por elas, e, para não desperdiçar o tempo da espera, tentariam entretanto tomar a fortaleza.

A esquadra fundeou a 28 de Julho de 1608 em Moçambique, onde não encontrou nenhuma das naus partidas de Portugal esse ano.³² Assim, em conformidade com o decidido, optou-se por tentar conquistar a fortaleza, no que, como van Caerden no ano passado, se voltou a falhar. No entanto, Verhoeff encontrou e tomou também em Moçambique uma nau da Carreira, a *Consolação*, invernada na ilha desde o ano anterior. E, quando se preparava já para largar para a Índia, surgiu na ilha outra embarcação da Carreira, o galeão *Bom Jesus*, prontamente tomado pelos navios da VOC em 18 de Agosto. A esquadra partiu em seguida para a Índia,³³ onde provocou a perda do único navio da armada partida em Portugal desse ano que chegou em época normal à Índia, a nau *Oliveira*, evacuada e queimada pelos portugueses perto de Goa para evitar a captura.

Para além da *Oliveira*, mais navio nenhum da armada desse ano chegou na época habitual à Índia. Assim, Verhoeff, depois de rondar Goa por um tempo, seguiu, como van der Hagen e van Caerden antes dele, para o Malabar para visitar o samorim. Em Calecute, onde chegou a 8 de Outubro Verhoeff, ao contrário de van Caerden no ano anterior, foi de facto a terra e avistou-se com o samorim. Quatro anos depois da entrevista com van der Hagen, em 1604, o soberano de Calecute conseguia finalmente voltar a encontrar-se



com uma figura de vulto da VOC. Pelo teor das conversações tidas, o almirante não achou o belicismo anti-português do aliado da Companhia diminuído em nada. Mas ficaram também claros o ressentimento e as dúvidas geradas pelo que fora, até ao momento, a inconsequência da aliança firmada em 1604. Os representantes do samorim – que não esteve presente nas conversações propriamente ditas – queixaram-se de a VOC não lhes ter mandado ainda nem gente nem navios para combater os portugueses, expressando o desejo de que aquela esquadra viria finalmente fazê-lo. Avançaram mesmo com propostas concretas de ataques conjuntos ao principal protectorado português no Malabar, Cochim, e também a Goa, mas Verhoeff desenganou-os: tal como em 1604 e em 1607, os navios e os homens que trazia eram necessários na Insulíndia. Era nas Molucas que, afirmou, a Companhia precisava de derrotar primeiro os portugueses – o Malabar teria, por isso, de esperar.

Em Calecute, Verhoeff tinha apenas instruções para preparar a fundação de uma feitoria e para garantir o envio de navios de Bantem para ir carregar lá pimenta.³⁴ Comprometeu-se perante os seus anfitriões a fazer as duas coisas assim que pudesse, não lhes prometendo mais nada de concreto. Significativamente, refreou-se de pedir os privilégios exigidos para a feitoria pelos directores da Companhia, ciente de que esta não dera o suficiente a Calecute para poder exigir tratamento especial. Os representantes do samorim tiveram de resignar-se, mas frisaram que, sem uma força naval neerlandesa no Malabar, os mercadores muçulmanos do mar Vermelho, da Pérsia e do Guzerate continuariam a ser compelidos pelos portugueses a levar os seus produtos a Goa e a Cochim. Assim, os neerlandeses não deveriam aspirar a realizar grandes lucros com a sua feitoria.

Apesar da indisponibilidade neerlandesa para atender aos pedidos dos seus anfitriões, não se pode dizer que as conversações tenham corrido propriamente mal. Assinou-se um novo tratado entre a Companhia e Calecut, que confirmou e ampliou o de 1604.³⁵ E o samorim, ao despedir-se do almirante, disse-lhe que queria tanto como ele que as coisas lhe corressem bem nas Molucas e por isso se contentava desta vez com os navios e feitores que lhe prometiam mandar de Bantem.³⁶ Ficaram ainda no porto malabar o punhado de cativos do *Bom Jesus* trazido de Moçambique, que se comprometeram em Calecute a tentar trocar por um

HISTORIOGRAPHY

neerlandês preso em Goa. A libertação dos cativos correspondeu a uma solicitação do próprio samorim, que já em 1607 pedira sem sucesso a van Caerden para lhe entregar o capitão da *Loreto* e que encontrou agora interlocutores mais compreensivos.

Verhoeff deixou Calecute a 16 de Outubro, rumo ao estreito de Malaca, não realizando mais nada de notável no Índico Ocidental. No tocante à Carreira, foi mais bem sucedido do que van der Hagen e van Caerden, pois conseguiu provocar a perda de três naus da Índia, onde van der Hagen não vira sequer nenhuma e van Caerden se ficara pela tomada da *Loreto*. No entanto, o grosso dos catorze navios enviados de Portugal à Ásia em 1608 escapou aos neerlandeses, que apenas encontraram dois (a *Conceição* não conta, pois partira no ano anterior, em 1607). Mesmo assim, todos eles tiveram péssimas viagens, pois alguns naufragaram e nenhum sucedeu em chegar à Índia nesse ano.³⁷ Mais uma vez, constatamos que, num ano em que os neerlandeses lançaram um ataque organizado à Carreira, os reveses que lhe infligiram foram minoritários em relação aos que ela sofreu independentemente deles.

Descritas que estão as três expedições da VOC ao Índico Ocidental na primeira década de Seiscentos, vale a pena analisá-las brevemente em conjunto. As três visavam, no essencial, o mesmo: capturar navios da Carreira ou outras embarcações portuguesas no canal de Moçambique e na costa ocidental indiana e estabelecer alianças anti-portuguesas com os inimigos do Estado da Índia na região, sobretudo com Calecute, no Malabar. Os cercos de Moçambique em 1607 e 1608 foram ambos decididos pelo comando das esquadras durante a viagem, não resultando de ordens trazidas das Províncias Unidas

Mesmo que os neerlandeses tivessem conseguido tomar Moçambique, não é de crer que a mantivessem. Vimos que nas três vezes em que visitaram o Malabar – onde tinham instruções expressas para cultivar a aliança com Calecute – nunca deixaram lá um navio ou um homem que fosse. A passagem destas



André Furtado de Mendonça,
gravura do século XVII.

poderosas esquadras pelo Índico Ocidental constituiu, sem dúvida, uma exibição de força considerável, mas a VOC não tinha ainda meios para se instalar permanentemente na região, ocupada como estava em estabelecer-se no arquipélago indonésio. Só em 1604 van der Hagen deixou um punhado de homens em Surate, na feitoria que lá se fundou e que fechou quatro anos depois, devido ao falecimento de todos os seus poucos funcionários.³⁸

Neste quadro, não parece possível que van Caerden ou Verhoeff pudessem deixar em Moçambique uma guarnição e uma força naval para a missão ingrata de defender dos portugueses uma ilha dependente em

tudo do exterior. Sobretudo uma ilha que era, em si, desinteressante para a VOC, a qual, ao contrário dos portugueses, não precisava de nenhum porto de escala no canal de Moçambique para a sua navegação euro-asiática, que se fazia preferencialmente pelo leste de Madagáscar. Se a fortaleza tivesse caído, teria sido decerto saqueada e demolida, mas Moçambique permaneceria, provavelmente, na posse do Estado da Índia.

Em Goa, depois de 1604, com a construção do Forte de Aguada, os navios fundeados encontravam-se bem defendidos. E, em terra, as defesas dos portugueses bastaram em 1604, 1607 e 1608 para dissuadir qualquer tentativa de desembarque. Mas, das três vezes, as esquadras neerlandesas puderam também postar-se imperturbadas defronte da barra, sem que ninguém sáisse a dar-lhes batalha. Ou seja, na própria capital da talassocracia portuguesa na Ásia não havia, humilhanamente, uma armada de alto bordo para patrulhar as águas vizinhas. Em 1606 e 1607, o facto teve, em parte, uma explicação conjuntural: o envio da grande armada de Martim Afonso de Castro a Malaca em 1606, que deixou a costa ocidental indiana desprotegida.³⁹ É possível que, em 1604, algo de semelhante tenha acontecido, pois, em 1601, André Furtado de Mendonça partira já para o Arquipélago com uma armada de alto bordo que permaneceu por lá nos anos seguintes e à qual foram enviados de Goa

HISTORIOGRAFIA

dois galeões com provisões ainda em 1604, antes da chegada da esquadra de van der Hagen.⁴⁰ Mas, apesar destas razões conjunturais, a verdade é que havia também razões estruturais para a carência de embarcações de alto bordo. Os trabalhos recentes de Vítor Rodrigues mostram como, ao longo do século XVI, foi aumentando a tendência para a secundarização dos navios de alto bordo em favor dos navios de remo nas armadas do Estado da Índia.⁴¹ O processo resultou da necessidade de adaptação aos contextos locais predominantes, pois era sobretudo em águas costeiras e fluviais que os portugueses tinham de enfrentar as forças navais dos seus inimigos asiáticos, compostas de embarcações de remo. O aumento do número de fortalezas – concorrentes de peso das naus e galeões na repartição do orçamento do Estado – favoreceu também a tendência. Ora, os neerlandeses e os ingleses só podiam ser enfrentados com navios de alto bordo. E, quando eles chegaram à Ásia, os portugueses não só tinham lá poucos, como os que tinham eram, muitas vezes, inúteis militarmente. Empregues de preferência como vasos de carga, valiam pouco em combate e sofriam de falta de artilharia, pois a expansão da rede de fortalezas e das armadas de remo no século XVI viera diminuir não apenas a quantidade de naus e galeões, como o número de peças ao seu dispor.

Ora, a ausência de uma armada de alto bordo, capaz de ir escoltar os navios da Carreira à chegada de Portugal, fazia da fase final da sua viagem um momento muito arriscado, como o provaram as perdas da *Loreto* e da *Oliveira* em 1607 e 1608. A situação diferia do que sucedia na Europa, pois quase desde o princípio da história da Carreira que existiam armadas de escolta que largavam anualmente para ir proteger os navios vindos da Índia na parte final da viagem.⁴² É verdade que as percas para o curso isabelino inglês durante a guerra anglo-espanhola de 1585-1604 evidenciaram a vulnerabilidade do sistema. Convém notar, porém, que se tratou de um período em que as águas açorianas e da costa portuguesa estiveram, quase sempre, excepcionalmente bem defendidas. Depois da derrota da *Invencível Armada*, em 1588, Filipe II investiu quantias enormes na reconstrução dos seus efectivos navais, que não apenas se refizeram rapidamente, como adquiriram dimensões que nunca



havam tido antes.⁴³ Foi só na década de 90 do século XVI que a Coroa castelhana se dotou de uma verdadeira marinha de guerra estatal e, com contingentes baseados muitas vezes em Lisboa, esta formidável força começou a operar contra os ingleses em conjunto com as armadas portuguesas, que nunca haviam contado com um

Fortalezas de Aguada, Bardês, Divar e Chorão, in António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*. Lisboa: IN-CM, 1992.



aliado comparável. Mesmo assim, entre 1587 e 1602, sete navios da Carreira perderam-se em consequência de ataques ingleses, cinco nos Açores e dois junto à costa portuguesa.⁴⁴ Mas, podemos dizer que, sem as fortes defesas navais luso-castelhanas, teriam sido de certeza mais.

Temos, portanto, em resumo, que as expedições de van der Hagen, van Caerden e Verhoeff expuseram a preocupante vulnerabilidade dos navios da Carreira ao curso no Índico Ocidental, fosse na escala em Moçambique, fosse à chegada à Índia. No entanto, há que reconhecer que os resultados destes ataques

HISTORIOGRAFIA

neerlandeses não foram muito satisfatórios – três expedições em três anos conseguiram provocar apenas a perda de quatro navios da Carreira, quando, nesses mesmos três anos, partiram vinte e seis navios portugueses para a Índia.⁴⁵ Acresce que, pelo que se sabe, os saques conseguidos estiveram longe de ser espectaculares, ficando muito longe do milhão e meio de florins que rendera a tomada do galeão *Santiago* em 1602 por dois navios zelandeses em Santa Helena, resultante de um encontro acidental.⁴⁶ Por outras palavras, uma captura fortuita de um navio da Carreira da Índia na sequência de um encontro casual no Atlântico Sul rendeu mais que as incursões no Índico Ocidental de três esquadras lá mandadas para atacar os navios da Carreira.

Em 1607, van Caerden teve alguma razão para se queixar da sorte. Mas, em 1604 e 1608, os desencontros de portugueses e neerlandeses não tiveram que ver com a sorte, mas com as arribadas,⁴⁷ invernadas⁴⁸ e perdas da maior parte dos navios portugueses, que não conseguiram chegar ou chegaram tarde aos locais onde os seus inimigos os esperavam. Entre 1604 e 1609, perderam-se ou ficaram inutilizados onze navios da Carreira, por razões a que os neerlandeses foram estranhos, como o foram às onze invernadas e às seis arribadas a Lisboa também ocorridas então.⁴⁹ Os navios que se perderam em resultado de ataques corsários foram menos do que os que se perderam por outras causas. E, sobretudo, os neerlandeses não contribuíram em nada para as altas percentagens de invernadas e arribadas sofridas pela Carreira nestes anos.

Resta falar brevemente da efémera aliança da VOC com o Calecute, que tão perigosa podia ter sido para o Estado da Índia. Em 1604, van der Hagen acordara com o samorim que a VOC voltaria a Calecute a breve prazo para fundar uma feitoria e uma fortaleza. Na verdade, regressou apenas três anos depois e nem van Caerden nem Verhoeff lá deixaram um navio ou um feitor que fosse. Verhoeff ainda solicitou aos responsáveis da Companhia em Bantem, em Java, que enviassem navios ao Malabar, como prometera ao samorim, mas o pedido foi recusado por ser julgado economicamente desinteressante – o que o Malabar tinha para oferecer, a pimenta, já os neerlandeses tinham disponível em abundância na própria Bantem.⁵⁰

As novas promessas falhadas dos seus aliados já não devem ter surpreendido excessivamente o soberano de Calecute, que desde 1604 que esperava em vão pelo

cumprimento do acordado com van der Hagen. Por alguma razão tivera o cuidado de não hostilizar Goa enquanto negociava com a VOC. Fora isso que suscitara a desconfiança de van Caerden, quando vira os enviados de Calecute reprovarem os neerlandeses por dispararem sobre navios portugueses e pedirem-lhes, sem sucesso, a libertação do capitão cativo da *Loreto*. Em 1608, o samorim pediu também a Verhoeff que lhe entregasse o capitão e outros cativos do *Bom Jesus*, o que foi feito. Encarregou-se depois de enviá-los aos portugueses.

Sabemos igualmente que as conversações com os neerlandeses decorreram na maior discrição, por causa da facção pró-portuguesa na corte.⁵¹ O sigilo deu resultados, porque se conseguiu convencer Goa de que se tinha recebido os neerlandeses apenas devido ao receio do seu poder naval, mas que se lhe recusara a concessão de uma feitoria.⁵² Esta duplicidade era mais que justificada, pois, sem ter a certeza do futuro da aliança com a VOC, havia que não envolver Calecute numa guerra imprudente com o Estado da Índia, com o qual se estava então em paz.

O INTERREGNO DE 1608-1621

Entre 1608 e 1622, não se repetiram as grandes operações de corso neerlandesas no Índico Ocidental montadas contra a Carreira da Índia entre 1604 e 1608. A chamada Trégua dos Doze Anos – que vigorou entre a Espanha e as Províncias Unidas entre 1609 e 1621 – não basta para explicar esta acalmia. Nos mares vizinhos de Espanha e Portugal, assim como dos seus arquipélagos mais próximos – Açores, Madeira e Canárias –, a trégua veio de facto repor alguma paz. Longe da Europa, porém, as coisas não se passaram assim.

Já durante as negociações de paz falhara-se a assinatura de uma paz definitiva – em vez de uma mera trégua – devido sobretudo à “questão ultramarina”, isto é, à recusa dos neerlandeses em cederem às pressões espanholas e retirarem-se das regiões não europeias que começaram a frequentar em força desde o fim do século XVI, sobretudo das então chamadas Índias Orientais.⁵³ Isto sugeria que a aplicação efectiva da trégua a Oriente não ia ser fácil, como de facto não foi.

Semanas depois da proclamação da trégua na Ásia, em 1610, navios neerlandeses foram atacados perto das Filipinas por espanhóis e as hostilidades entre os dois lados foram rapidamente retomadas nas Molucas, onde coexistiam a pouca distância.⁵⁴ O sítio

HISTORIOGRAPHY

onde os portugueses e a VOC, por seu turno, coexistiam mais de perto era o Coromandel, no Sudeste da Índia, onde os primeiros assaltaram a feitoria da segunda, em Paleacate, em 1612.⁵⁵ Em contrapartida, viram a sua última posição fortificada no arquipélago indonésio, em Solor, perto de Timor, tomada pelos neerlandeses em 1613.⁵⁶ Esta série de incidentes inaugurou uma década continuada de conflitos entre neerlandeses e ibéricos, não apenas na Ásia, mas também na costa da África Ocidental e na América, que provou a impossibilidade de fazer cumprir a trégua longe da Europa. Provisoriamente em paz com a Espanha no continente europeu, a república neerlandesa manteve-se em guerra com ela fora dele.

A inconsequência da trégua longe da Europa leva a que se pergunte por que não sofreu então a Carreira mais ataques neerlandeses no período. No contexto da continuação da guerra na Ásia, nada impedia a VOC de voltar a enviar esquadras a Moçambique, Goa ou ao Malabar para tentar interceptar as naus da Índia. De 1614 em diante, aliás, montou quase todos os anos bloqueios a Manila, em parte com o objectivo – nunca conseguido – de tomar os galeões vindos do México e as suas cargas de prata.⁵⁷

Que os portugueses temeram durante quase toda a trégua a repetição dos ataques de 1604-1608 mostra-o a série de alertas enviados da Europa a Goa durante o período. De 1611 em diante, os vice-reis da Índia foram repetidamente prevenidos para a possibilidade de incursões neerlandesas a Goa, Cochim e sobretudo Moçambique.⁵⁸ O facto, porém, é que todos estes receios se revelaram sem fundamento, pois a VOC deixou em paz os navios da Carreira e os seus portos durante todo o período. Em parte decerto porque, depois de 1608, não se mandaram mais grandes armadas de Portugal para a Índia que os neerlandeses pudessem sentir que os ameaçavam.⁵⁹ Mas tão ou mais importante terá sido a reorganização e redefinição de políticas experimentada então pela Companhia.

Durante a primeira década de Seiscentos, a VOC vivera o que se pode chamar uma época de reconhecimento e experimentação. Em 1610, porém, dotou-se pela primeira vez de um governador-geral, Pieter Both, e a sua política passou a reger-se por objectivos mais bem definidos, muito por influência das ideias de Cornelis Matelieff, almirante da terceira frota armada pela Companhia e mentor principal da política por ela adoptada depois de 1609. Nesta, as

regiões produtoras de especiarias da Insulíndia eram prioritárias, assim como a aquisição de um porto na mesma Insulíndia que funcionasse como ponto único de chegada e partida para Europa e também centro de uma rede de comércio inter-asiático (um fito alcançado em 1619 com a tomada em Java de Jacarta, logo rebaptizada Batávia). Basicamente, a VOC, perseguida por dificuldades financeiras, precisava de concentrar recursos limitados na zona que fora desde o início o centro das suas actividades no Oriente e se apresentava claramente como a mais importante para a sua sobrevivência.⁶⁰

Enviar esquadras para esperarem as naus da Carreira em Moçambique ou na costa da Índia significava para a Companhia despender recursos consideráveis e preciosos numa região onde não tinha ainda verdadeiramente interesses que o justificassem. Aliás, já as passagens de van der Hagen, van Caerden e Verhoeff pelo Índico Ocidental tinham sido apenas isso mesmo, passagens, de caminho para a Insulíndia. De certeza que impressionaram enquanto exibição de poder naval, mas pecaram as três por não deixarem nenhum desse poder naval na zona, o que mostrava até que ponto ela já então não era prioritária para a VOC no imediato. É verdade que firmou uma ambiciosa aliança anti-portuguesa com Calecute, mas sem um comprometimento efectivo de forças. E quando concluiu pelo desinteresse económico da pimenta do Malabar, deixou-a definitivamente cair. A esquadra de Verhoeff foi, por conseguinte, a última a desviar-se temporariamente da rota para a Ásia do Sueste para ir praticar o corso no Índico Ocidental.

Acresce que, como já vimos, as grandes esquadras de 1604-1608 foram um produto da peculiar organização da navegação euro-asiática neerlandesa nos primeiros anos depois de 1602, com a concentração de quase todos os navios então partidos para Oriente nas esquadras dos almirantes. A seguir a 1610, a tendência para a concentração dos navios durante a viagem de ida diminuiu, consagrando-se a prática de fazê-los seguir em contingentes separados, partidos em alturas diferentes do ano (uma diferença essencial da Carreira, com a sua época anual única de partida, em Março ou Abril). Como resultado disto, até 1619, só seguiram para a Ásia frotas de dimensão comparável às de 1604-1608 em 1610 e em 1612, o que deve ter desincentivado a repetição das expedições da década anterior.⁶¹

HISTORIOGRAFIA

Importa notar, no entanto, que a VOC, desistindo embora das grandes operações de corso no Índico Ocidental, não desistiu do Índico Ocidental em si. Pelo contrário, foi durante esta década que se estabeleceu definitivamente na região, depois do fim da malograda feitoria de Surate, cerca de 1608. De 1614 a 1620, quatro expedições navais, todas comandadas por Pieter van den Broecke, lançaram os alicerces da presença neerlandesa na zona, que se considera consolidada em 1620, quando van den Broecke se instalou em Surate, assumindo o cargo de director do que se viria a chamar os *Westerkwartieren* da Companhia, isto é a sua rede de feitorias no Guzerate, golfo Pérsico e na entrada do mar Vermelho.⁶²

O contraste entre estas expedições “fundadoras” e os raids na região das grandes esquadras dos almirantes na década anterior é esclarecedor. Na primeira, em 1614, em que visitou apenas a Arábia, van den Broecke dispôs somente de um *jacht*, destacado de uma frota que seguia da Europa para o arquipélago indonésio e que fizera escala nas Comoros. Na segunda, em 1615-1616, feita já a partir de Bantem, voltou a contar com um único *jacht*, com o qual passou por Ceilão, pela Arábia, por Surate e por Calecute. Na terceira, em 1617, para além do *jacht* usual, levou também um navio grande, tendo os dois dado à costa perto de Damão, no Noroeste da Índia (forçando-o a seguir com as suas tripulações até ao Coromandel a pé). Na quarta, em 1620, partiu só com um navio grande para a Arábia e para Surate, onde ficou. Ou seja, todos somados, os navios enviados pela VOC ao Índico Ocidental nestes seis anos são menos do que aqueles que compunham a mais pequena das esquadras que lá foram em 1604-1608 (a de van Caerden, de oito navios).

No entanto, onde as grandes esquadras, a médio prazo, tinham sido inconsequentes, as expedições de van den Broecke estabeleceram firmemente a Companhia no Índico Ocidental. Em relação ao Guzerate, pelo menos, foi já estabelecido que as duas principais motivações por trás do regresso dos neerlandeses à região foram, por um lado, o fim, por essa época, da feitoria da VOC no Achem – com o que ela perdeu o acesso aos têxteis guzerates, que se viu assim compelida a ir procurar à fonte – e, por outro, o exemplo da instalação dos ingleses em Surate em 1612-1613 – que mostrou como se podia criar uma posição lá contra a vontade de portugueses.⁶³ Ou seja, não houve, como antes, a ideia de se instalar na Índia Ocidental para

levar a cabo uma guerra ofensiva contra o Estado da Índia na região, como a que se acordara com Calecute fazer na década anterior. Prova-o o facto de não terem lá construído lá fortalezas, como na Insulíndia e mesmo no Coromandel (em Paleacate), nem mantido forças navais permanentes. Nos próximos anos, os contingentes fixos da Companhia na zona iriam limitar-se a umas poucas dezenas de homens dispersos por meia dúzia de feitorias, esperando a chegada sazonal dos navios de Batávia ou da Europa.⁶⁴

É significativo que as visitas de van den Broecke, na segunda expedição, a Ceilão e a Calecute, para se avistar com o rei de Kandy e o samorim, não tenham tido seguimento. Ambos estes soberanos estavam interessados nos neerlandeses sobretudo como aliados para a guerra com os portugueses. Tinha, no entanto, de passar ainda uns anos até os neerlandeses estarem em condições de lançarem uma guerra ofensiva efectiva e continuada contra os portugueses no Índico Ocidental.

A EXPEDIÇÃO DE DEDEL (1621-1623)⁶⁵

Em 1621-1623, deu-se a expedição anglo-neerlandesa ao Índico Ocidental comandada por Jacob Dedel, que representou um regresso momentâneo às operações de corso da VOC contra a Carreira da Índia na Ásia. A sua origem remonta à aliança anti-ibérica firmada entre a VOC e a *East India Company* (EIC) inglesa em Junho de 1619 – um acordo forjado na Europa, completamente à revelia dos representantes das duas companhias na Ásia.⁶⁶ Aliás, quando lá chegaram as ordens para aplicá-lo, na Primavera de 1620, as ditas companhias, pouco propiciamente, guerreavam-se com fervor, pois havia já algum tempo que as pretensões monopolísticas neerlandesas sobre o comércio com os arquipélagos indonésios de Molucas e Banda eram fonte de tensões que, em 1618, tinham degenerado em guerra aberta. O acordo desagradou muito às autoridades neerlandesas no Oriente, pois obrigava-as a ceder à EIC um terço das especiarias das Molucas e de Banda e a partilhar a meias com ela a pimenta de Java.⁶⁷ Viam-se, assim, coagidas a abrir mão da sua tradicional política monopolizante nas ilhas das Especiarias justamente quando a guerra contra os seus concorrentes norte-europeus lhes estava até a correr bastante bem.⁶⁸

Apesar do descontentamento neerlandês com a aliança, realizaram-se duas expedições navais conjuntas contra alvos ibéricos. O acordo anglo-neerlandês de

HISTORIOGRAPHY

1619 previa a constituição de duas esquadras conjuntas, uma para atacar o comércio português e espanhol na Ásia Oriental, outra para atingir o comércio português na Índia, devendo ambas ser armadas a meias pelas duas companhias.⁶⁹ A primeira foi aprestada logo em 1620 e compunha-se de dez navios de alto bordo, cinco neerlandeses e cinco ingleses. Começou a operar em Junho desse ano, dando caça à navegação portuguesa entre Macau e o Japão. Manteve-se em actividade no Extremo Oriente até ao Verão de 1622.⁷⁰

Quanto à outra esquadra, sofreu desde o início com as dificuldades da companhia inglesa em manter a paridade naval acordada. Em Julho de 1621, o Conselho da Índias ou *Hoge Regering*, o órgão dirigente supremo da VOC na Ásia, aprovou a recomendação recebida da Europa para mandar uma esquadra ao Malabar e a Goa, na costa ocidental indiana, de preferência em conjunto com os ingleses, mas, se preciso, sem eles.⁷¹ A EIC, a princípio, não gostou da ideia, mas acabou por anuir, embora não tivesse meios para fornecer o mesmo número de navios que a VOC. Assim, a esquadra que partiu de Batávia a 18 de Outubro de 1621, sob o comando do neerlandês Jacob Dedel, compunha-se de onze navios, sete neerlandeses e quatro ingleses.⁷²

De acordo com as suas instruções escritas, o destino inicial desta expedição era a costa ocidental da Índia, para onde se seguiria com o propósito prioritário de destruir todas as naus e galeões portugueses que se encontrasse, primeiro no Malabar e depois em Goa.⁷³ No caso de, ao chegar a Goa, se verificasse que as naus estavam demasiado bem defendidas pela fortaleza local, dever-se-ia pelo menos manter a barra sob bloqueio até ao fim de Março de 1622, para impedi-las de seguirem para Portugal na época habitual.

Findo o bloqueio, estava decidido que a esquadra iria invernar perto da ilha de Moçambique ou no arquipélago das Comoros, mais a norte (antes da invernada, avaliar-se-ia a hipótese de ir ainda ao golfo Pérsico em busca dos galeões que os portugueses lá tinham). Quando a monção o permitisse, voltaria à costa ocidental indiana, desta vez para esperar a armada da Carreira partida de Portugal em 1622, que deveria lá chegar a partir de Setembro do mesmo ano. Deixava-se ao critério dos comandantes se antes valeria a pena fazer uma primeira espera a esta armada junto de Moçambique, por onde se achava que ela passaria em Agosto. Batávia encarregar-se-ia entretanto de mandar ordens sobre o que fazer a seguir.

Depois da partida de Batávia, percebeu-se rapidamente que a monção já não permitia seguir até à Índia como previsto. Na impossibilidade de ir a Goa barrar a partida das naus que deveriam seguir para Portugal no princípio de 1622, optou-se por ir tentar esperá-las ao sul do Índico, a leste de Madagáscar. Coursou-se a área até Fevereiro de 1622, quando o mau tempo e o alto número de doentes a bordo convenceu Dedel a desistir da espera e a ir invernar às Comoros, donde partiu em 15 de Junho para Moçambique.⁷⁴

Ao largar de Batávia, a esquadra, além de maioritariamente neerlandesa (sete navios em onze), era comparável em dimensão às enviadas pela VOC ao Índico Ocidental na primeira década do século. Quando, em 28 de Junho, chegou a Moçambique, já só contava com cinco navios, três ingleses e dois neerlandeses.⁷⁵ Acresce que, além de perder a companhia de seis dos seus navios, havia sofrido baixas humanas consideráveis. Apesar de todos estes infortúnios, podia agora começar finalmente a cumprir as suas instruções, quase um ano volvido sobre a partida de Batávia. Tinha ordens para tentar, em Moçambique ou na costa ocidental indiana, a captura da armada vinda de Portugal em 1622, que se esperava que passasse por Moçambique por volta de Agosto e chegasse a Goa a partir de Setembro. Foi obviamente com esse objectivo em vista que se rumou a Moçambique.

Nenhum navio da Carreira tinha ainda parado em Moçambique quando Dedel lá chegou com a esquadra. Em vista disso, preferiu-se ir esperar as naus de Portugal mais a sul. A decisão revelou-se correcta, pois a 27 de Julho, de noite, uma armada portuguesa de três naus e um galeão cruzou o caminho da esquadra anglo-neerlandesa, que prontamente a atacou.⁷⁶ O resultado foi a perda das três naus, embora os norte-europeus tenham conseguido apenas saquear parcialmente uma, antes de ela se afundar.

Se, em jeito de balanço, compararmos a passagem desta esquadra anglo-neerlandesa pela região de Moçambique com o que realizaram as três esquadras da VOC que lá passaram em 1604-1608, podemos dizer que esta foi a situação em que a estratégia de ir esperar as naus da Carreira à zona deu melhores resultados: van der Hagen, em 1604, e van Caerden, em 1607, não tinham conseguido tomar lá alguma; Verhoeff, em 1608, tomara duas, em ocasiões diferentes; agora, Dedel foi responsável pela perda de três de uma só vez. No entanto, se o dano infligido ao inimigo foi considerável,

HISTORIOGRAFIA

os lucros da empresa ficaram aquém do possível. Fez-se perder três naus, mas conseguiu-se capturar apenas parte da carga de uma.

De Moçambique, a esquadra voltou às Comoros, donde partiu a 25 de Agosto para a costa ocidental da Índia, onde ainda esperava poder interceptar navios vindos de Portugal nesse ano.⁷⁷ Mas ingleses e neerlandeses separaram-se no caminho e tiveram depois dificuldades em reencontrar-se na costa indiana, o que atrasou em muito a sua chegada a Goa, que só se deu a 12 de Dezembro, depois de uma escala em Surate para reabastecimento.⁷⁸

Dezembro era já tarde para interceptar os dois únicos navios chegados de Portugal nesse ano, o galeão *Trindade* e a nau *S. Tomé*, aportados em segurança a Goa antes. O galeão, como vinha para ficar na Índia, havia-se recolhido ao rio, enquanto a nau ficara a carregar no surgidouro da barra, sob a protecção do Forte da Aguada. Este mostrou bem a sua utilidade, pois os norte-europeus, nos seus cerca de três meses de estadia na barra, nada tentaram contra a nau ancorada. E, tal como antes as esquadras neerlandesas de 1604-1608, acharam tanto a terra como o surgidouro da Aguada demasiado bem defendidos para arrisarem um ataque. Por outro lado, as suas embarcações de alto bordo, tão eficazes contra navios do mesmo tipo, revelaram-se impotentes para travarem os movimentos dos navios pequenos dos portugueses, capazes de entrarem e saírem da barra colados à costa e portanto fora do seu alcance. Estava, porém, fora de causa fazer o mesmo com a nau da Carreira, a *S. Tomé*, que se manteve sempre sob a protecção do forte da Aguada.

É importante notar que as forças navais estacionadas na capital do Estado da Índia não se ficavam pelos navios pequenos. Havia ainda três galés – navios de remo de maior porte – e cinco galeões. Temos, portanto, que, ao contrário do vice-rei Aires de Saldanha em 1604 e do governador D. Aleixo de Meneses em 1607 e 1608, o vice-rei D. Francisco da Gama dispunha de uma armada de alto bordo para enfrentar o inimigo que se viera postar diante da barra



Aires de Saldanha,
gravura do século XVII.

– mas o péssimo estado dessa armada tornou-a na prática inoperante. Ora, a impotência portuguesa diante dos navios de alto bordo norte-europeus teve efeitos mais graves que em 1604-1608, pois desta vez a esquadra inimiga não se limitou a humilhar a reputação do Estado passando uns poucos dias na barra da sua capital, como tinham feito as suas antecessoras. Quando partira de Surate, havia-se já decidido que a esquadra ficaria defronte de Goa o tempo necessário para impedir a partida de naus para Portugal em 1623 na época habitual, isto é até Março (não se podendo partir até então, só se poderia largar no fim do ano, devido ao calendário das monções).⁷⁹ Assim se fez e, durante todo o bloqueio, a *S. Tomé*, embora

sempre bem defendida pelo forte da Aguada, não pôde sequer carregar, pois, pelo seu grande porte, só tinha calado para embarcar carga afastada da costa e fora do alcance dos canhões da praça.

A 17 de Março de 1623, a nau foi retirada de debaixo da fortaleza e levada para junto dos galeões no rio. Isto equivalia a reconhecer a impossibilidade definitiva de fazê-la partir na época habitual. Assim, dois dias depois, a esquadra de Dedel, já sem nada que fazer, retirou da barra, depois de mais de três meses de bloqueio. Quando viram os norte-europeus zarparem, os portugueses temeram com razão que estes se dirigissem à costa oriental africana para invernaem, emboscassem lá a armada esperada esse ano de Portugal e depois voltassem novamente a Goa para renovar o bloqueio, repetindo as acções do ano anterior. A bordo da esquadra considerou-se de facto essa possibilidade, que, como já vimos, constava das suas instruções originais. E, no Verão de 1622, os representantes das duas companhias em Batávia tinham concordado que a esquadra deveria permanecer em Goa até Março ou Abril de 1623, após o que pelo menos quatro a seis navios deveriam seguir para a região de Moçambique, regressando à capital do Estado da Índia em Agosto ou Setembro de 1623.⁸⁰ Havia, porém, uma dificuldade óbvia: se se tinha de bloquear a barra de Goa até à altura em que já não fosse mais possível às naus portuguesas rumarem a

HISTORIOGRAPHY

sul pela rota do Cabo, isso tornava muito difícil aos bloqueantes, findo o bloqueio, tomarem o mesmo rumo, como precisavam de fazer para chegarem à costa oriental africana. Considerou-se na esquadra que a única maneira de o conseguir seria seguir pelo leste de Madagáscar, virando depois para norte para subir o canal de Moçambique, entre Madagáscar e a costa africana.⁸¹ As dificuldades de tal viagem devem ter parecido óbvias e, face à recusa dos neerlandeses em irem invernarem em alternativa ao golfo Pérsico, como os ingleses sugeriram, optou-se antes pelo regresso a Batávia.

Apesar dos danos quase nulos infligidos à navegação portuguesa (um patacho encalhado, mas evacuado a tempo) e da evasão do bloqueio pelos muitos navios pequenos que continuaram a franquear livremente a barra de Goa, não se deve desvalorizar o impacto da estadia de Dedel diante da capital do Estado da Índia. Só na intangível e sempre importante área da “reputação”, como então se dizia, a sua simples permanência no local durante mais de três meses constituiu uma forte humilhação, sobretudo perante a notória incapacidade dos portugueses de fazer o que quer que fosse para a contrariar, privados que estavam de uma armada operacional de alto bordo.

Mais grave ainda que os abalos no prestígio, foi, porém, o impedimento do regresso da *S. Tomé* a Portugal. Era a primeira vez que os “inimigos da Europa” barravam a partida para o reino de um navio da Carreira e, se a nau tivesse tido companheiras para o retorno, teria sido uma armada inteira a ficar retida. Os ingleses haviam já bloqueado a barra de Lisboa em 1598 e os neerlandeses em 1606, cancelando a partida para a Índia das armadas desses anos.⁸² Goa, contudo, não sofrera ainda tal sorte. É verdade que, na primeira década do século XVII, fora, como vimos, sujeita por três vezes a acções pontuais de bloqueio por parte de esquadras neerlandesas, em 1604, 1607 e 1608. Mas tanto a esquadra de van der Hagen, em 1604, como a de van Caerden, em 1607, e a de Verhoeff, em 1608, tinham ficado apenas umas poucas semanas na barra e nas redondezas. A primeira e a última haviam chegado lá em Setembro e a de van Caerden em Outubro. Como a passagem pela costa ocidental indiana fora para as três apenas um desvio na viagem da Europa para o arquipélago indonésio, estava fora de questão manterem-se lá até Março, como era preciso fazer para impedir a partida de navios para Portugal até ao fim da monção de Nordeste.

A esquadra anglo-neerlandesa distinguiu-se assim das suas predecessoras pela capacidade evidenciada de bloquear duradouramente o porto de Goa, pelo menos no tocante a navios de alto bordo. Isto constituía uma grave ameaça adicional ao funcionamento da Carreira da Índia. Dedel, com a sua acção em Moçambique, provocara já a perda de três navios da Carreira. Igualara assim a mais bem sucedida das esquadras referidas acima nesse capítulo, a de Verhoeff, responsável também por três perdas (infligidas embora em alturas e locais diferentes,⁸³ e não de uma vez só). Se somarmos ao feito a retenção forçada da *S. Tomé* em Goa, temos que nunca antes uma só esquadra a actuar no Índico Ocidental conseguira infligir tantos danos juntos à Carreira.

Acresce que um bloqueio, embora menos espectacular que uma acção de captura, era também uma actividade menos incerta e de resultados mais seguros. Em 1604, 1607, 1608 e 1622, as quatro esquadras que foram a Moçambique e Goa em busca das naus partidas de Portugal procederam, *grosso modo*, da mesma maneira. No entanto, embora fizessem todas basicamente o mesmo – parar primeiro em Moçambique e depois em Goa nas alturas em que era costume chegarem navios da Carreira aos dois locais –, os resultados obtidos foram bastante diferentes: as esquadras de 1608 e 1622 podem ter causado a destruição de três navios da Carreira cada uma, mas a de 1604 não destruiu nem sequer avistou navio da Carreira algum, enquanto a de 1607 tomou apenas um. Um bloqueio não estava, em princípio, sujeito a estas oscilações da ventura, pois a fraqueza das armadas de alto bordo portuguesas garantia que, com uma esquadra na barra de Goa, não havia maneira de mandar naus de lá para Portugal nas alturas devidas. Encontrar e capturar as naus portuguesas a caminho da Índia era difícil, impedi-las de voltar à Europa não.

Dedel pôde bloquear Goa porque estava livre dos constrangimentos de calendário que haviam tolhido os seus predecessores. E estava-o porque a esquadra que lhe fora confiada se destinava quase em exclusivo a infligir todos os danos possíveis à Carreira. Não era, como as outras, uma força naval mandada à Insulíndia a que se pedia para parar uns meses no Índico Ocidental para atacar as naus da Índia. Até 1621, a VOC não pudera enviar uma expedição militar de vulto a oeste de Ceilão. Quando sentira necessidade de operar na zona, em 1604-1608, fizera passar por lá três grandes esquadras destinadas ao arquipélago indonésio, um arranjo pouco prático que não teve

HISTORIOGRAFIA

depois continuidade. O aumento dos seus efectivos navais,⁸⁴ por um lado, e a aliança com a EIC, por outro, vieram alterar a situação.

Por tudo isto, não há dúvida de que a Carreira poderia ter sofrido muito se a expedição se tivesse repetido nos anos seguintes. Felizmente para os portugueses, não se repetiu. As discussões em Batávia sobre o envio de uma segunda esquadra conjunta a Goa começaram quando a primeira ainda não voltara, em Março de 1623, e prolongaram-se durante meses, acabando por se cancelar o projecto devido à oposição inglesa.⁸⁵ Não se cumpriu assim o propósito de enviar outra esquadra à costa ocidental indiana em 1623. As conversações continuaram no ano seguinte, mas sem resultados.⁸⁶ O famoso “massacre” de Amboíno de 1623, em que alguns ingleses foram executados pela VOC, não ajudou a compor as relações entre as duas companhias, cuja aliança não durou muito mais tempo. A expedição de Dedel terminou, portanto, por ser, a curto prazo, a primeira e última do seu género.

É evidente que, em vez de uma esquadra conjunta, a VOC podia ter aprestado sozinha uma força naval própria para mandar à costa ocidental indiana, mas escolheu não o fazer. A expedição de 1622-1623 acabou assim por ficar na história como uma iniciativa tão efémera quanto a passagem das três esquadras neerlandesas pela zona em 1604-1608 já haviam sido, confirmando a inapetência mostrada até então pela Companhia para investir continuamente em dispendiosas aventuras militares no Índico Ocidental.

Tal como as expedições de 1604-1608, a expedição de 1621-1623 ao Índico Ocidental não teve continuidade a curto prazo e, mais uma vez, por causa do lugar ainda secundário do Índico Ocidental nas prioridades da companhia neerlandesa. Se, na segunda década do século XVII, a VOC havia optado por concentrar recursos na consolidação da sua posição no arquipélago indonésio, deixando cair as veleidades de criar uma frente contra o Estado da Índia na zona onde ele era mais forte, a oeste de Ceilão, na década de 1620, sem nunca descurar a Insulíndia, investiu a fundo na conquista do mercado chinês, instalando-se primeiro nas ilhas de Pescadores, ao largo da China, e depois em Taiwan.⁸⁷ A iniciativa limitou até à década seguinte a capacidade da Companhia de intervir militarmente em regiões como a costa ocidental indiana, sobretudo depois que deixou de contar com o apoio inglês. A interceptação e bloqueio das naus da Índia

eram uma operação militar dispendiosa, que requeria a mobilização de uma esquadra numerosa durante um período de tempo prolongado. Como as capturas e os seus lucros, para mais, eram sempre incertos, não havia qualquer garantia de que os proventos da empresa pudessem aliviar notoriamente os seus custos. Em 1622 não aliviaram, levando o governador-geral Jan Pieterszoon Coen a afirmar que a expedição valera pelos danos infligidos ao inimigo, não pelos lucros obtidos.⁸⁸ Sem a ajuda inglesa e com a atenção e o grosso dos navios concentrados na Insulíndia e no Extremo Oriente, a VOC não se mostrou disponível para repetir a experiência nos anos seguintes.

Os neerlandeses continuaram a frequentar a costa ocidental indiana, sim, mas por causa do comércio com Surate, no Noroeste do subcontinente, regularizado desde 1620. No resto da década, foram lá entre quatro a nove navios todos os anos – o que mostra que, no Índico Ocidental, os rendimentos do comércio eram bastante mais seguros para a Companhia do que os do curso organizado.⁸⁹ É evidente que estes navios tinham toda a liberdade para atacar as embarcações portuguesas que encontrassem nas suas expedições mercantis. Mas não representavam claramente uma ameaça importante para as naus da Carreira, pois não há notícia de ter havido ataques ou perdas. Seria preciso esperar pela década de 30 do século XVII para ver a Carreira sujeita de novo à ameaça do curso da VOC. E essa ameaça só se tornará efectiva e preocupante depois de 1636, com o início de uma longa série de bloqueios anuais de Goa por esquadras enviadas sazonalmente de Batávia.⁹⁰ **RC**

Nota do autor: Este artigo constitui o terceiro e último de uma série em que resumi as principais conclusões da minha tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, *A Carreira da Índia e o curso neerlandês, 1595-1625*, apresentada em 2006 à Faculdade de Ciências Sociais Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Os dois primeiros artigos da série foram, “Combates luso-neerlandeses em Santa Helena (1597-1625)”, in *Anais da História de Além-Mar*, vol. 7, 2006, pp. 65-79 e “O curso neerlandês contra a Carreira da Índia no primeiro quartel do século XVII”, in *ibidem*, vol. 9, 2008, pp. 227-264.

HISTORIOGRAPHY



Jan Pieterszoon Coen

HISTORIOGRAFIA

NOTAS

- 1 Jaap. R. Bruijn, Femme S. Gaastra, Ivo Schoffer (eds.), *Dutch-Asiatic Shipping in the 17th and 18th Centuries*, vol. 2. Haia: Martinus Nijhoff, 1979, pp. 2-8.
- 2 J. van Goor, *De Nederlandse koloniën. Geschiedenis van de Nederlandse expansie, 1600-1975*. Haia: SDU Uitgeverij Koninginnegracht, 1993, p. 36; Victor Enthoven, *Zeeland en de opkomst van de Republiek – Handel en strijd in de Scheldedelta, c. 1550-1621*. Leiden: Luctor et Victor, 1996, pp. 195-199; Ivo van Loo, “For freedom and fortune. The rise of Dutch privateering in the first half of the Dutch Revolt, 1568-1609”, in Marco van der Hoeven (ed.), *Exercise of Arms. Warfare in the Netherlands (1568-1648)*. Leiden: Brill, 1997, pp. 182-185; Jan Parmentier, Karel Davids, John Everaert (eds.), *Peper, Plancius en porselein. De reis van het schip Swarte Leeuw naar Atjeh en Bantam, 1601-1603*. Zutphen: Walburg Press, 2003, pp. 56-58.
- 3 André Murteira, “A captura do galeão Santiago em 1602”, in *Revista de Cultura- Edição Internacional*, n.º 26, Abril de 2008, pp. 96-105.
- 4 J. van Goor, *De Nederlandse koloniën...*, pp. 32-37; Femme S. Gaastra, *De geschiedenis van de VOC*, 4.ª ed. Zutphen: Walburg Press, 2002, pp. 16-23; Henk den Heijer, “De Staten-Generaal en de oprichting van de VOC”, in Jaap R. Bruijn et al., *Roemrucht verleden. De Staten-Generaal en de VOC*. Haia: Tweede Kamer der Staten-Generaal 2002, pp. 8-23.
- 5 Femme S. Gaastra, *De geschiedenis...*, p. 201.
- 6 Victor Enthoven, *Zeeland en de opkomst...*, p. 201.
- 7 Jaap. R. Bruijn et al. (eds.), *Dutch-Asiatic Shipping...*, vol. 2, pp. 2-26.
- 8 A primeira frota partiu, em 1602, com doze navios; a segunda, no fim de 1603, também com doze navios; a terceira, em 1605, novamente com doze navios; a quarta, em 1606, com oito navios; a quinta, no fim de 1607, com treze navios
- 9 Para uma descrição detalhada da série de expedições neerlandesas ao Índico Ocidental de 1604-1608, ver André Murteira, “A Carreira da Índia e as incursões neerlandesas no Índico Ocidental e em águas ibéricas de 1604-1608”, in João Paulo de Oliveira e Costa, Vítor Luís Gaspar Rodrigues (eds.), *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010, pp. 457-501.
- 10 Victor Enthoven, *Zeeland en de opkomst...*, p. 201.
- 11 Considera-se que contrastam significativamente com os estatutos bastante mais aguerridos da congénere mais tardia da VOC no Atlântico, a Companhia das Índias Ocidentais ou WIC, fundada em 1621 com o propósito declarado de ajudar na guerra à Espanha. Ernst van Veen, *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia, 1580-1645*. Leiden: Research School of Asian, African and Amerindian Studies. 2000, p. 153.
- 12 J. K. J. de Jonge, *De opkomst van het Nederlandsch gezag in Oost Indië*. Haia: Nijhoff, 1865, vol. 3, pp. 1 46-147. Sobre esta expedição em geral, *ibidem*, vol. 3, pp. 26-35, 146-147, 164-176, 204-205; N. MacLeod, *De Oost-Indische Compagnie als zeevarendheid in Azië*. Rijswijk: Blankwaardt & Schoonhoven, 1927, vol. 1, pp. 16-52; Izaäk Commelin (ed.), *Begin ende voortgangh van de Nederlantsche geocroyeerde Oost-Indische Compagnie. Vervattende de voornaemste reysen bij de inwoonderen derselver provinciën derwaerts gedaan...*, vol. 3, Amesterdão, 1646 (reedição fac-similada, 1970), relato 1, pp. 1-4, 7-9, 34.
- 13 J. K. J. de Jonge, *De opkomst...*, vol. 3, p. 29.
- 14 Convidados depois de visitar Calecute, no Sudoeste da Índia, foram capturados no caminho, entregues a portugueses e executados. H. Terpstra, *De opkomst der Westerkwartieren van de Oost-Indische Compagnie (Suratte, Arabië, Perzië)*. Haia: Nijhoff, 1918, pp. 16-18.
- 15 As tonelagens das embarcações variaria entre os 60 e os 900 tónéis. A tonelagem total seria de 5520 tónéis. A esquadra transportaria cerca de 1200 homens. N. MacLeod, *De Oost-Indische Compagnie...*, vol. 1, pp. 16-18. Para números ligeiramente diferentes, Izaäk Commelin (ed.), *Begin ende voortgangh...*, vol. 2, relato 1, p. 2.
- 16 N. MacLeod, *De Oost-Indische Compagnie...*, vol. 1, p. 40.
- 17 J. K. J. de Jonge, *De opkomst...*, vol. 3, pp. 164-165; J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo Portuguez Oriental*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1857-1877, fasc. 1, parte II p. 131; N. MacLeod, *De Oost-Indische Compagnie...*, vol. 1, pp. 46-51; Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia. Contributo ao Estudo da Administração e do Comércio do Ultramar Português*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 419; Izaäk Commelin (ed.), *Begin ende voortgangh...*, vol. 3, relato 1, pp. 4, 7.
- 18 J. K. J. de Jonge, *De opkomst...*, vol. 3, pp. 167-168; Izaäk Commelin (ed.), *Begin ende voortgangh...*, vol. 3, relato 1, pp. 7-8.
- 19 J. K. J. de Jonge, *De opkomst...*, vol. 3, pp. 204-205.
- 20 Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho...*, pp. 420-421.
- 21 André Murteira, “A Carreira da Índia e as incursões...”, p. 493.
- 22 H. Terpstra, *De opkomst der Westerkwartieren...*, pp. 20-21.
- 23 O contingente holandês da esquadra, partido mais cedo, esperara uns dias em Wight pelo zelandês. Sobre esta esquadra, em geral, ver A. de Booy (ed.), *De derde reis van de VOC naar Oost-Indië onder het beleid van admiraal Paulus van Caerden, uitgezeild in 1606*, 2 vols., Haia: Nijhoff, 1968-1970. As tonelagens dos navios oscilavam entre os 340 e os 700 tonéis; a esquadra tinha uma tonelagem total de 4300 tonéis e transportava 1060 homens. *Ibidem*, vol. 1, p. 97.
- 24 Sobre a estadia da esquadra em Moçambique, ver A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos que os Olandezes puzerão à fortaleza de Mozambique o anno de 607 e 608...”, in *Studia*, n.º 12, 1963, pp. 484-533; A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. 1, pp. 102-113, 167-177, vol. 2, pp. 127-131; João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, ed. de Manuel Lobato et al. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1999, pp. 301-305.
- 25 A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. 2, pp. 128-129.
- 26 Sobre a passagem desta esquadra pela costa ocidental da Índia, ver J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fasc. 1, parte II, pp. 192-218; A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. 1, pp. 114-120, 181-188, vol. 2, pp. 132-135; Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses e o Império Oriental Português*, tese de licenciatura não publicada, Universidade de Lisboa, 1975, vol. 2 (apêndice documental), pp. 129-134.
- 27 Há que referir que esta passagem da esquadra pelo Malabar foi precedida pela visita do *Gelderland*, um navio da VOC que partira da Europa em Abril de 1607, quase um ano depois de van Caerden, mas chegou primeiro que ele à região. Hendrick Jansz. Craen, o *opperkoopman* do navio, conseguiu, diplomaticamente, melhores resultados que o Almirante, pois manteve contactos amistosos com Cananor e com o Samorim, com o qual sevistou em pessoa. A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. 2, pp. 6-42.
- 28 André Murteira, “A Carreira da Índia e as incursões...”, pp. 494-495.
- 29 Sobre esta esquadra, em geral, ver M. E. van Opstall (ed.) *De reis van de vloot van Pieter Willemsz Verhoeff naar Azië, 1607-1612*, 2 vols. Haia: Nijhoff, 1972.
- 30 Nove navios grandes, entre os 460 e os 1000 tonéis, e quatro *jachten*, entre os 200 e os 220 tonéis. A esquadra tinha como tonelagem total 8000 tonéis e levava entre 1800 e 1900 homens. *Ibidem*, pp. 198-200.
- 31 *Ibidem*, vol. 1, pp. 182-190.
- 32 Sobre a estadia desta esquadra em Moçambique, em geral, ver *ibidem*, vol. 1, pp. 215-222; A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya...” , pp. 534-546.
- 33 Sobre a passagem desta esquadra pela costa da Índia Ocidental ver J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fasc. 1, parte 2, pp. 218-243;

HISTORIOGRAPHY

- M. E. van Opstall (ed.) *De reis...*, vol. 1, pp. 223-236; Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. 2 (apêndice documental), pp. 136-137.
- 34 M. E. van Opstall (ed.) *De reis...*, vol. 1, p. 184.
- 35 J. E. Heeres (ed.), *Corpus Diplomaticum Neerlando-Indicum*. Haia, 1907, vol. 1, pp. 53-54.
- 36 Ainda aconselhou prescientemente Verhoeff a ser desconfiado e a ir a terra o menos possível enquanto estivesse na Ásia. Num episódio célebre, o almirante foi morto traiçoeiramente em Banda, na Insulíndia, algum tempo depois.
- 37 André Murteira, “A Carreira da Índia e as incursões...”, p. 495.
- 38 H. Terpstra, *De opkomst der Westerkwartieren...*, pp. 22-25.
- 39 J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fasc. 1, parte II, pp. 171-173.
- 40 Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselheiro...*, p. 418.
- 41 Vítor Rodrigues, “A guerra na Índia”, in António Manuel Hespanha (ed.), *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, vol. 2, pp. 198-214.
- 42 Artur Teodoro de Matos, “A provedoria das armadas da ilha Terceira e a Carreira da Índia no século XVI”, in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro de Estudos e Cartografia Antiga, 1985, pp. 63-72; idem, *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no Século XVI. Novos Elementos para o Seu Estudo*. Lisboa: Academia de Marinha, 1990.
- 43 Jan Glete, *Warfare at Sea, 1500-1650. Maritime Conflicts and the Transformation of Europe*. Londres: Routledge, 2000, p. 161.
- 44 Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios e Outras Perdas da “Carreira da Índia”. Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 223-231.
- 45 André Murteira, “A Carreira da Índia e as incursões...”, pp. 493-496.
- 46 Ivo van Loo, “For freedom and fortune...”, p. 184.
- 47 Viagens abortadas por regresso do navio ao porto de partida.
- 48 Viagens prolongadas com escalas demoradas na África Oriental por perda da monção de Sudoeste necessária para a travessia do Índico Ocidental.
- 49 André Murteira, “A Carreira da Índia e as incursões...”, pp. 493-496.
- 50 M. E. van Opstall (ed.) *De reis...*, vol. 1, pp. 70-71.
- 51 *Ibidem*, vol. 1, p. 229.
- 52 Raimundo António de Bulhão Pato, António da Silva Rego (eds.), *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1880-1982, vol. 1, pp. 253-257.
- 53 Jonathan I. Israel, *La República holandesa y el mundo hispánico, 1606-1661*. Madrid: Nerea, 1997 (edição original em inglês: 1982), pp. 25-46.
- 54 Ernst van Veen, *Decay or Defeat...*, pp. 187-188.
- 55 Sanjay Subrahmanyam, “A empresa de Paleacate: o conflito luso-holandês no Sueste da Índia, 1610-1640”, in *Comércio e Conflito. A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*. Lisboa: Edições 70, 1994 (edição original em inglês: 1990), p. 209.
- 56 Arend de Roever, *De jacht op sandelhout. De VOC en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*. Zutphen: Walburg Press, 2002, pp. 121-126.
- 57 Ernst van Veen, *Decay or Defeat...*, pp. 189-194.
- 58 Raimundo António de Bulhão Pato, António da Silva Rego (eds.), *Documentos Remetidos...*, vol. 2, pp. 112-114, 176, 274-277, 281-3, 447-51, vol. 3, pp. 43-46; vol. 4, pp. 157-158; vol. 5, pp. 77-79; vol. 7, pp. 79-83.
- 59 Pelo menos as esquadras de van Caerden e Verhoeff, em 1607 e 1608, haviam sido encaminhadas para o Índico Ocidental para, entre outras coisas, tentar travar o caminho às armadas extraordinárias lá enviadas em 1606-1608, para ajudar na guerra contra a VOC na Ásia.
- 60 P. J. A. N. Rietbergen (ed.), *De eerste landvoogd Pieter Both (1568-1615)*. Zutphen: Walburg Press, 1987, vol. 1, pp. 39-45; Femme S. Gaastra, *De geschiedenis...*, pp. 39-40 e 56.
- 61 Jaap. R. Bruijn et al. (eds.), *Dutch-Asiatic Shipping...*, vol. 2, pp. 26-44.
- 62 A feitoria de Surate fora reaberta em 1616; a partir de 1620 fundaram-se feitorias em Mokha, na Arábia, Gamron, na Pérsia, em Broach, Cambaia e Ahmadabad, no Guzerate e em Agra, no interior do império mogol. Sobre as expedições de van den Broecke e o processo de estabelecimento na região em geral, ver H. Terpstra, *De opkomst der Westerkwartieren...*; M. Antoinette Meilink-Roelofs, *De vestiging der Nederlanders ter Kuste Malabar*. Haia: Nijhoff, 1943, pp. 48-50; W. Ph. Coolhaas (ed.), *Pieter van den Broecke in Azië*, 2 vols. Haia: Nijhoff, 1962-1963; H. W. van Santen, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie in Gujarat en Hindustan, 1620-1660*. Leiden, 1982, pp. 8-9.
- 63 *Ibidem*, p. 8.
- 64 *Ibidem*, p. 9.
- 65 Para uma descrição detalhada desta expedição, André Murteira, “Ingleses e neerlandeses contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1621-1623”, in *Oriente*, n.º 19, Outono de 2008, pp. 3-26.
- 66 Vincent C. Loth, “Armed Incidents and Unpaid Bills: Anglo-Dutch Rivalry in the Banda Islands in the Seventeenth Century”, in *Modern Asian Studies*, vol. 29, n.º 4, 1995, pp. 721-722.
- 67 Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient, 1600-1800*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1976, p. 44; Vincent C. Loth, “Armed Incidents...”, p. 722.
- 68 William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1618-1621. A Calendar of Documents in the India Office, British Museum and Public Record Office*. Oxford: Clarendon Press, 1906, pp. xxxviii-xliv.
- 69 Vincent C. Loth, “Armed Incidents...”, p. 722; Paul van Dyke, “The Anglo-Dutch Fleet of Defense (1620-1622): Prelude to the Dutch Occupation of Taiwan”, in Leonard Blussé (ed.), *Around and about Formosa: Essays in Honor of Professor Ts'ao Yung-ho*. Taipé: Ts'ao Yung-ho Foundation for Culture and Education 2003, p. 63.
- 70 Quer em 1620, quer em 1621, a esquadra invernou durante a segunda metade do ano em Hirado, no Japão, e, das duas vezes, partiu em seguida para ir bloquear o porto espanhol de Manila, nas Filipinas, durante a primeira parte do ano seguinte. Em Junho de 1622, estava em Macau, onde se lhe reuniu uma esquadra neerlandesa enviada de Batávia para tentar a conquista da cidade. Os navios neerlandeses da esquadra conjunta apoiaram-na na empresa, que terminou numa derrota famosa. Os ingleses, contudo, mantiveram-se à parte, preferindo regressar ao Japão e deixando apenas um navio em Macau com os seus aliados. Pouco depois, chegaram a Hirado ordens de Batávia para dissolver a esquadra, o que foi feito formalmente em Agosto de 1622. *Ibidem*, pp. 61-81.
- 71 H. T. Colenbrander (ed.), *Jan Pieterz. Coen, bescheiden omtrent zijn bedrijf in Indie*. Haia: Nijhoff, 1919-1935, vol. 1, pp. 661-662, vol. 3, pp. 740-741.
- 72 Com tonelagens entre os 70 e os 900 tonéis e uma tonelagem total de 5990 tonéis. *Ibidem*, vol. 4, pp. 28, 52-60, 63-67.
- 73 Para as versões neerlandesa e inglesa das instruções, *ibidem*, vol. 3, pp. 83-88; William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1618-1621...*, pp. 276-277.
- 74 Sobre tudo o que sucedeu na acidentada jornada da esquadra até Moçambique, William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623; a Calendar of Documents in the India Office and British Museum*. Oxford: Clarendon Press, 1908, pp. 1-7, 17-18, 130-132; H. T. Colenbrander (ed.), *Jan Pieterz. Coen...*, vol. 1, pp. 692-693, 758-760.

HISTORIOGRAFIA

- 75 Dois navios neerlandeses haviam sido mandados de volta a Batávia por mau estado, um, também neerlandês, tinha encalhado perto de Moçambique, outro, inglês, extraviara-se e dois, neerlandeses, tinham sido enviados ao mar Vermelho numa missão comercial.
- 76 Sobre este combate, ver William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623...*, pp. 1-7, 130-132; H. T. Colenbrander (ed.), *Jan Pieterz. Coen...*, vol. 1, pp. 758-760; C. R. Boxer, “Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, e a sua viagem para a Índia no ano de 1622”, separata dos *Anais do Club Militar Naval*, vol. 60, n.º 5-6, 1930; Damião Peres (ed.), *Viagens e Naufrágios Célebres dos Séculos XVI, XVII e XVIII*. Porto: [s.n.], 1937, vol. 1, pp. 17-20; António da Silva Rego (ed.), *Documentação Ultramarina Portuguesa*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, vol. 2, pp. 502-504; Jerónimo Lobo, *Itinerário e Outros Escritos Inéditos*, edição de M. Gonçalves da Costa, Porto: Civilização, 1971, pp. 184-204.
- 77 Sobre a viagem da esquadra até Goa, ver William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623...*, pp. 1-7, 60, 130-132, 144-145, 164-167, 175-176; H. T. Colenbrander (ed.), *Jan Pieterz. Coen...*, vol. 1, pp. 758-760; W. Ph. Coolhaas (ed.), *Generale Missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*. Haia: Nijhoff, 1960, vol. 1, p. 126.
- 78 Sobre o bloqueio de Goa, ver William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623...*, pp. 1-7, 173-175, 214-215; W. Ph. Coolhaas (ed.), *Generale missiven...*, vol. 1, pp. 126, 129-130; Raimundo António de Bulhão Pato, António da Silva Rego (eds.), *Documentos Remetidos...*, vol. 9, pp. 15, 123-125, 125-127, 141-142, 142-143, 143-145, 145-147, 147, 169-170, 170-171, 176-177, 183, 196-197, 224-225, 232-236; Panduronga Pissurlencar (ed.), *Asentos do Conselho de Estado. Governo Geral do Estado da Índia*. Goa: Tipografia Rangel, 1953, vol. 1, pp. 141-147.
- 79 William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623...*, pp. 182-183.
- 80 O número de quatro a seis navios era defendido pelos ingleses, advogando os neerlandeses a necessidade de um número maior, entre os oito e os dez. A carência de recursos navais do lado inglês foi responsável por esta diferença, que gerou desentendimentos e azedume entre as duas partes. H. T. Colenbrander (ed.), *Jan Pieterz. Coen...*, vol. 3, pp. 228-233, vol. 4, pp. 93-95.
- 81 William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623...*, pp. 130-131.
- 82 André Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês, 1595-1625*, tese de Mestrado não publicada, Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 18-19 e 50.
- 83 Uma em Moçambique, outra perto de Moçambique, outra ainda perto de Goa.
- 84 H. T. Colenbrander (ed.), *Jan Pieterz. Coen...*, vol. 4, p. 590.
- 85 William Foster (ed.), *The English Factories in India, 1622-1623...*, pp. 334-339; W. Ph. Coolhaas (ed.), *Generale Missiven...*, vol. 1, pp. 142-143.
- 86 Em Outubro de 1624, as duas companhias ainda discutiam, inconclusivamente, a possibilidade de retomarem a aliança e as operações conjuntas. J. E. Heeres. (ed.), *Dagh-register gehouden int Casteel Batávia van passerende daer plaetse als over geheel Nederlands-India, anno 1624-1629*, Haia, 1896, pp. 89-90.
- 87 Leonard Blussé, George Winius, “The Origin and Rhythm of Dutch Aggression against the Estado da Índia”, in George Winius, *Studies on Portuguese Asia, 1495-1689*, Aldershot: Ashgate, 2001, pp. 79-81; Femme S. Gaastra, *De geschiedenis...*, p. 56.
- 88 H. T. Colenbrander (ed.), *Jan Pieterz. Coen...*, vol. 4, p. 590.
- 89 H. W. van Santen, *De Verenigde Oost-Indische...*, pp. 28, 214.
- 90 Sobre esta série de bloqueios, ver René Barendse, “Blockade: Goa and its Surroundings, 1638-1654”, in Ernst van Veen, Leonard Blussé (eds.), *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*. Leiden: CNWS Publications 2005, pp. 232-266.

RESUMOS

Portugal, China, Macau e o Início dos Regimes Republicanos (1905-1928)

Neste artigo examinam-se os processos sociais e políticos que conduziram ao desenvolvimento dos regimes republicanos na China e em Portugal. Apesar das diferenças históricas e geográficas, reconhecem-se muitas similitudes quando se procede a um estudo comparado dos dois países entre 1908 e 1928. O caminho paralelo seguido por Portugal e pela China apresenta dois elementos condutores: a Primeira Grande Guerra, por um lado, e por outro, a Revolução Bolchevique na Rússia. É notória a influência destes dois processos na vida social e política de Macau, em particular, o nacionalismo e o republicanismo chineses. Este artigo procura ainda salientar a importância dos historiadores portugueses e chineses trabalharem em conjunto de forma e assim contribuírem para uma melhor compreensão da história moderna de Macau, China e Portugal. [Autores: Alfredo Dias e Vincent Ho, pp. 6-17]

Revolucionários Republicanos: Sun Yat Sen, Carlos da Maia e o Projecto do Porto de Macau

Os onze anos que decorreram desde a revolução republicana na China em 1911, até a formação da aliança entre o KMT e o Comintern no Outono de 1922 criaram as condições para que o Projecto do Porto de Macau pudesse avançar. Enquanto o Partido Republicano Português controlava o país entre 1910 e 1917, Portugal era provavelmente o Estado mais radical da Europa. Foi este regime que nomeou Carlos da Maia para o cargo de governador de Macau. Carlos da Maia tinha sido um dos principais organizadores da rebelião republicana de Outubro 1910 em Portugal. Chegou a Macau no dia 10 de Junho de 1914, menos de duas semanas antes do Partido Revolucionário de Sun Yat Sen organizar a sua reunião constituinte em 22 do mesmo mês em Tóquio. Na sequência dum pedido de Sun Yat Sen, representantes de oito províncias chinesas

juntaram-se para formar um novo e secreto partido revolucionário empenhado em levar a cabo uma “terceira revolução” contra Yuan Shikai, o general do Exército de Beiyang que procurava restituir a monarquia imperial na China. A organização de Sun, virada para lutar contra Yuan, tornar-se-ia eventualmente no cerne do futuro KMT enquanto mantinha ao mesmo tempo uma intensa lealdade pessoal para com parceiros importantes no estrangeiro. Este artigo analisa o regresso de Carlos da Maia a Lisboa, via Xangai e Estados Unidos da América, as suas potenciais ligações com alguns dos principais revolucionários chineses e o impacto destas no fomento do crucial Projecto do Porto Exterior de Macau, entre 1922 e 1927. [Autor: Paul B. Spooner, pp. 18-37]

José Carlos da Maia. Apontamento Breve

José Carlos da Maia foi um dos heróis republicanos do 5 de Outubro de 1910, em Portugal. Cedo – ainda adolescente – despontaram, no seu íntimo, as simpatias pela causa da República. Seguindo tradições de família, alistou-se na Armada Portuguesa, continuando aí, como oficial distinto, a lutar pelos seus ideais. Com a consagração do Regime Republicano, assumiu, primeiramente, as funções de deputado à Assembleia Constituinte, sendo depois, em 1914, chamado a exercer o alto cargo de governador de Macau. Neste território desenvolveu obra administrativa de reconhecido mérito urbanístico e de grande alcance social, sendo, por isso mesmo, lembrado como um dos melhores Governadores havidos ao longo de toda a presença portuguesa. Regressado a Portugal em 1916, alinhou com o chamado o movimento revolucionário chamado de *Dezembrismo*, chegando a ser Ministro da Marinha durante o consulado de Sidónio Pais. Depois, em 1919, lutou contra a intentona monárquica de Monsanto. Ministro das Colónias no Governo Relvas, demitiu-se por discordar da dinâmica política então vigente. A vida de José Carlos da Maia

e a sua morte violenta, em 1921, durante a chamada “Noite Sangrenta”, contribuíram para cimentar em torno da sua figura uma auréola de romanticidade, valendo-lhe o epíteto de “Marinheiro Romântico”. [Autor: Fernando Mendonça Fava, pp. 38-54]

A Primeira República, Macau e os Maçons

A afirmação da elite republicana em Macau no primeiro quartel do século xx está associada a dois fenómenos aparentemente independentes mas intimamente ligados ou, mesmo, sobrepostos. Por um lado, a emergência de associações políticas locais alinhadas com os principais partidos republicanos portugueses; por outro lado, o peso social da Maçonaria como estrutura de fixação de lealdades e solidariedades dentro da comunidade lusa, formada por naturais de Macau e expatriados. Os dois factos constituem um contrapeso da influência secular da Igreja Católica e das suas obras missionárias numa sociedade naturalmente conservadora e paroquial. Se a distância da então colónia relativamente a Lisboa subordinava os laços de lealdade política a juízos de oportunidade, a prática política fazia-se de acordo com a agenda política local, as eleições periódicas para o Leal Senado, os interesses dos *lobbies* de influência mais do que ao cumprimento de determinações de Lisboa. A teia de ligações pessoais propiciada pela filiação maçónica secreta permitiu a intelectuais, figuras gradadas da sociedade macaense e expatriados concertar lealdades e articular estratégias. O presente artigo analisa ainda o papel dos jornais portugueses da época no debate das principais questões políticas locais e das clivagens entre os partidários da República e da Monarquia, designadamente à volta da implementação dos decretos da Primeira República que determinavam a expulsão dos jesuítas e de todas as ordens religiosas de território português, a separação do Estado da Igreja e a nacionalização dos bens desta. [Autor: Arnaldo Gonçalves, pp. 55-64]

RESUMOS

Portugal e a China: Os Anos da República (1908-1928)

Portugal e China viram nascer e consolidar-se os seus regimes republicanos no mesmo período temporal, entre 1910 e 1928.

Não obstante as diferenças históricas e geográficas que separam os dois países, são evidentes as “simultaneidades” e “similitudes” entre os dois processos políticos, fortemente condicionados, a nível internacional, pela I Guerra Mundial (1914-1918), pela Conferência de Paz de 1919 e pela Revolução Bolchevique de 1917. Com este artigo pretendemos evidenciar os paralelismos entre estes dois processos que conduziram à implantação das repúblicas portuguesa e chinesa, analisar a cronologia comparada das histórias de Portugal e China entre 1908 e 1928 e compreender o modo como as mudanças internacionais influenciaram, internamente, a vida política, económica e social destes dois países

[Autor: Alfredo Gomes Dias, pp. 65-87]

Revisitando o Estado da Índia nos Anos de 1571 a 1577

O objectivo deste artigo é o de estudar os governos do vice-rei D. António de Noronha (1571-1573) e do governador António Moniz Barreto (1573-1577) numa perspectiva crítica. Abarcando ambos o período da designada crise político-militar de 1565-1575, procura-se perceber como evoluiu a crise nos seus anos finais e subsequentes. Para tal, recorre-se à análise política de ambos os governos, identificam-se as diferenças em relação aos anos anteriores e qual o papel detido pela Coroa durante a década de 1570 nos acontecimentos orientais.

[Autor: Nuno Luís Vila-Santa, pp. 88-112]

A Damão Portuguesa sobre Pressão. A Ameaça Mogol (1572-1605)

Cedida pelo soberano do Guzerate, a fortaleza de Damão foi conquistada pelos Portugueses em 1559 às forças abissínicas que aí se encontravam estabelecidas. Subordinada, tal como as terras que lhe estavam próximas,

ao *Estado da Índia*, viria a integrar o que mais tarde ficou conhecido como *Província do Norte*. Depois da sua conquista, dada a grande instabilidade em virtude dos constantes ataques das forças abexins, os Portugueses guarneceram Damão com um significativo conjunto de soldados, composto por 500 homens de pé (muitos deles espingardeiros) e 150 cavaleiros. A fortaleza de Damão e as terras sob sua jurisdição estiveram durante o período da ameaça mogol (1572-1605) sob constante pressão, que se traduziu, nuns casos, em intervenções militares directas sobre a fortaleza ou as suas tanadarias e, noutros, por acções indirectas decorrentes do processo expansionista do império de Akbar, que culminou com a conquista do sultanato de Ahmadnagar. Situando-se Damão numa zona fronteira em constante tensão, parece claro que a eficácia da resposta portuguesa assentou numa multiplicidade de factores, a saber: nas sucessivas transformações e adaptações das suas estruturas militares; na articulação da sua acção com a das sucessivas armadas de socorro e, por último, mas não menos importante, em resultado de uma acção diplomática habilmente conduzida junto de todos os intervenientes.

[Autor: Vitor Luís Gaspar Rodrigues, pp. 113-123]

Os Primeiros Bloqueios Neerlandeses de Goa. Expedições da VOC contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1604-1623

Entre 1604 e 1623, deram-se quatro expedições de curso neerlandesas ao Índico Ocidental, as quais tiveram, entre outros, o objectivo de atacar a navegação da chamada Carreira da Índia, que assegurava a ligação marítima entre Portugal e a Ásia. Em resultado destas expedições, os portugueses em Goa foram pela primeira vez confrontados por esquadras europeias hostis. Nas quatro ocasiões, o porto de Goa foi bloqueado pelos neerlandeses, temporariamente das três primeiras vezes, em 1604, 1607 e 1608, mas já durante vários meses em 1622-1623. O presente artigo procura

reconstituir estas quatro expedições, prestando especial atenção ao impacto que tiveram sobre a Carreira da Índia

[Autor: André Murteira, pp. 124-144]

ABSTRACTS

Portugal, China, Macao and the Beginning of Republican Regimes (1905-1928)

This essay examines the political and social processes that led to the development of the Republican regimes in China and in Portugal. Despite historical and geographical differences, many similarities can be found when a comparative study of the two countries from 1908 to 1928 is undertaken. The parallel paths followed by Portugal and China were guided by two main factors: firstly, World War I and secondly, the Bolshevik Revolution in Russia. In Macao, these two processes had a clear influence on the social and political life of the city, and in particular on the Chinese nationalist and Republican movement. The article also emphasises the importance of Chinese and Portuguese historians working together in order to contribute to a better understanding of the modern history of Macao, China and Portugal.

[Authors: Alfredo Dias and Vincent Ho, pp. 6-17]

Republican Revolutionaries: Sun Yat Sen, Carlos da Maia and the Macao Harbour Project

The eleven years between the Chinese Republican Revolution in 1911 and the advent of the KMT-Comintern alliance in the fall of 1922 established the basis upon which the Macao Harbour Project could move forward. From 1910 to 1917 while under the control of the Partido Republicano Português (PRP) Portugal was arguably the most radical state in Europe. This regime sent to Macao as Governor Carlos de Maia, one of the key organisers of Portugal's October 1910 republican revolt. He arrived on 10 June 1914, not two weeks before Sun Yat Sen's Revolutionary Party had its first organisational meeting on 22 June in Tokyo. At Sun Yat Sen's behest representatives of eight Chinese Provinces had gathered to form a new secret Revolutionary Party that was committed to a 'Third Revolution' directed against Yuan Shikai, the Beiyang Army general

who sought to return China to an imperial monarchy. Sun's anti-Yuan organisation would become the core of the future KMT while maintaining intense personal loyalty to critically important offshore bases. This article explores the return of Carlos da Maia to Lisbon through Shanghai and the United States, his potential links to key Chinese republican revolutionaries, and the implications of this association for the successful development of Macao's vital Outer Harbour Project of 1922 to 1927.

[Author: Paul B. Spooner, pp. 18-37]

José Carlos da Maia: A Brief Note

José Carlos da Maia was one of the Republican heroes of 5 October 1910, in Portugal. When he was still a teenager, he developed sympathies for the Republican cause. Following family tradition, he joined the Portuguese navy where he continued to fight for his ideals as a distinguished officer. With the establishment of the Republican regime, he first took up a position as member of the Constitutional Assembly and later, in 1914, was appointed to the high position of Governor of Macao. There, he implemented administrative measures which had a far-reaching impact on the urban and social fabric of the city and as such he is recalled as one of the best governors of the entire Portuguese administration of Macao. Returning to Portugal in 1916, he got involved with the Decembrist revolutionary movement and became Minister of the Navy while Sidónio Pais was in office. Later, in 1919, he fought against the Monsanto monarchical uprising. As Minister for the Colonies during the Relvas government, he resigned because he disagreed with the political dynamics of the time. The life of José Carlos da Maia and his violent death in 1921, during the so-called 'Bloody Night', contributed to an aura of romance, earning him the epithet 'the Romantic Sailor'.

[Author: Fernando Mendonça Fava, pp. 38-54]

The First Republic, Macao and the Freemasons

The rise of Macao's republican elite in the first quarter of the 20th century is linked to two seemingly separate phenomena. Nevertheless, they are closely linked, if not overlapping. On the one hand, the appearance of local political groupings aligned with the main Republican parties in Portugal, while on the other hand, the social significance of the Freemasons, with their structured loyalties and solidarity within the Portuguese community. The Freemasons in Macao consisted of both local-born and expatriates. These factors contrasted with the ingrained influence of the Catholic Church and its missionary work in an inherently conservative, parochial society. Opportunism reigned over political ties thanks to the erstwhile colony's distance from Lisbon, and in practice politics followed the local agenda, regular elections for the Leal Senado, and the interests of influential lobby groups rather than following orders from Lisbon. The web of personal connections provided by secret membership of the Freemasons allowed intellectuals, members of the Macanese elite and expatriates to consolidate their loyalties and think up strategies. This article also looks at the role contemporary Portuguese newspapers played in discussing the main local political issues, and the rifts between supporters of the Republican and monarchical movements, particularly concerning the implementation of the First Republic's decrees relating to the expulsion of the Jesuits and all religious orders from Portugal, the separation of State and Church, and the nationalisation of the latter's property.

[Author: Arnaldo Gonçalves, pp. 55-64]

Portugal and China: The Years of the Republic (1908-1928)

Portugal and China saw their Republican regimes born and consolidated over the same period, between 1910 and 1928. Despite the historical and geographic differences separating the two countries, there are clear 'coincidences' and

RESUMOS

'similarities' between the two political processes, heavily influenced at an international level by World War I (1914-1918), the 1919 Peace Conference and the 1917 Bolshevik Revolution. This article is intended to show the parallels between these two processes, which led to the establishment of the Portuguese and Chinese Republics, to analyse the comparative chronology of the history of Portugal and of China between 1908 and 1928 and to understand how international changes influenced the domestic political, economic and social lives of these two countries.

[Author: Alfredo Gomes Dias, pp. 65-87]

Revisiting the *Estado da Índia* in the Years 1571 to 1577

This article studies the reigns of Viceroy D. António de Noronha (1571-1573) and Governor António Moniz Barreto (1573-1577) from a critical perspective. As both governments took place during part of the political and military crisis of 1565-1575, there is an attempt to understand the evolution of the crisis in these final years and afterwards. To achieve this goal, a political analysis of both governments is carried out, identifying differences from the years prior to 1571, and studying the role the Crown played in the *Estado da Índia* during the 1570s.

[Author: Nuno Luís Vila-Santa, pp. 88-112]

Portuguese Daman under Pressure: The Mughal Threat (1572-1605)

Ceded by the sovereign of Gujarat, in 1559 Portuguese troops conquered the fortress of Daman, from Abyssinian forces which had settled there. The fortress, along with the surrounding land, was integrated into the *Estado da Índia* and formed part of the territory later known as the 'Northern Province' (*Província do Norte*). After the fortress of Daman was conquered, due to the great instability caused by the constant attacks launched by the Abyssinian forces, the Portuguese fortified Daman with a significant contingent of troops

consisting of 500 infantry soldiers (many of them musketeers) and 150 cavalry soldiers. The fortress of Daman and the territories under its jurisdiction suffered constant pressure during the period of the Mughal threat (1572-1605), resulting, in some cases, in direct military attacks on the fortress and its *tanadarias* and in other cases in indirect actions linked to Akbar's imperial expansion, which culminated with the conquest of Ahmadnagar. Since Daman was located in a border region under constant threat, it seems clear that the efficiency of the Portuguese response was based on multiple factors: the successive transformation and adaptation of their military structures; combining their actions with those of successive waves of assistance; and, no less important, skilful diplomacy amongst the stakeholders.

[Author: Vitor Luís Gaspar Rodrigues, pp. 113-123]

The First Dutch Blockades to Goa. VOC Expeditions Against the *Carreira da Índia* in the Western Indian Ocean, 1604-1623

Between 1604 and 1623 there were four Dutch privateering expeditions to the Western Indian Ocean, whose objectives included attacking vessels on the shipping route between Portugal and Asia. As a result, the Portuguese in Goa were for the first time faced with hostile European ships. On four occasions the Dutch blocked Goa's harbour—briefly during the first three attempts, in 1604, 1607 and 1608, but for several months in 1622-1623. This article attempts to describe and analyse in detail this series of expeditions, paying special attention to their impact on Portuguese shipping between Europe and Asia.

[Author: André Murteira, pp. 124-144]

RC

Boletim de Assinatura
Subscription Form

Aquisição de Publicações
Back Issue Order

- Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento
Payment

- Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____

Endereçar a / Send to

Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China

- Cartão de Crédito / Credit Card
 - Visa
 - Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

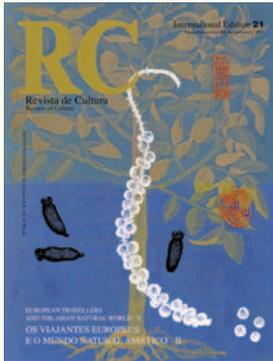
Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

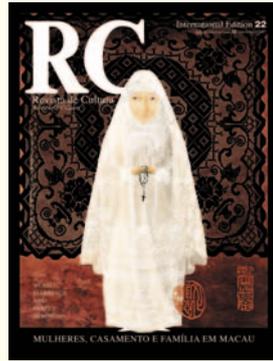
Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



N.º 21 Janeiro/January 2007

Os Viajantes Europeus e o Mundo Natural Asiático - II
European Travellers and the Asian Natural World - II



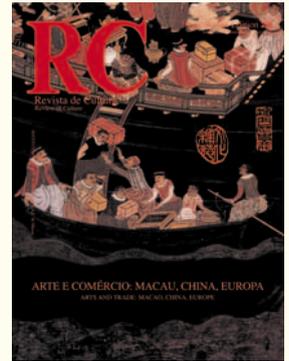
N.º 22 Abril/April 2007

Mulheres, Casamento e Família em Macau
Women, Marriage and Family in Macao



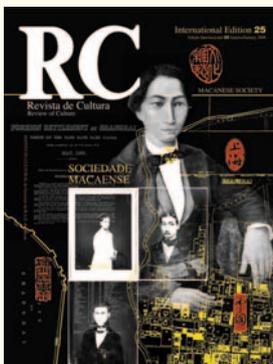
N.º 23 Julho/July 2007

Hong Kong e Macau Relações Históricas e Culturais
Hong Kong and Macao Historical and Cultural Relations



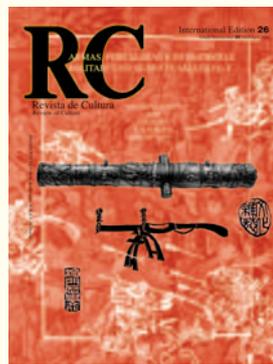
N.º 24 Outubro/October 2007

Arte e Comércio: Macau, China, Europa
Arts and Trade: Macao, China, Europe



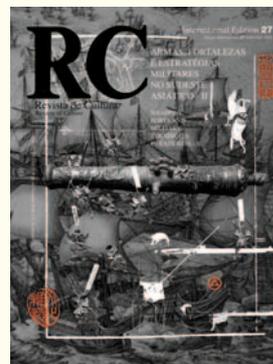
N.º 25 Janeiro/January 2008

Sociedade Macaense
Macanese Society



N.º 26 Abril/April 2008

Armas, Fortalezas e Estratégias Militares no Sudeste Asiático - I
Weapons, Forts and Military Strategies in East Asia - I



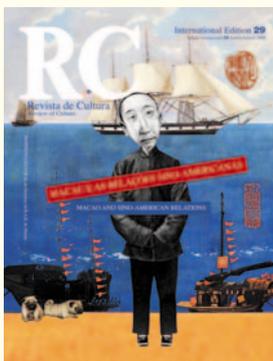
N.º 27 Julho/July 2008

Armas, Fortalezas e Estratégias Militares no Sudeste Asiático - II
Weapons, Forts and Military Strategies in East Asia - II



N.º 28 Outubro/October 2008

Cronistas Esquecidos do Extremo Oriente, Séculos XVI-XVIII
Forgotten Chroniclers of the Far East 16th-18th Centuries



N.º 29 Janeiro/January 2009

Macau e as Relações Sino-Americanas
Macao and Sino-American Relations



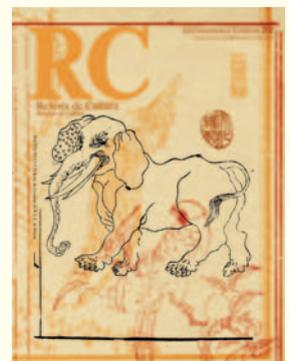
N.º 30 Abril/April 2009

Cidades e Fronteiras
Cities and Borders



N.º 31 Julho/July 2009

Diálogo Inter-artes e Macau
Inter-arts Dialogue and Macao



N.º 32 Outubro/October 2009

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.